POSTAIS

Revista do Museu Correios

Ano 4 - n. 6
jan./jun. - 2016

DOSSIÊ
CARTAS DE GUERRA

Ana Lúcia de Abreu Gomes
Cícero Antônio F. de Almeida
Diego A. Salcedo
Joel Pereira de Almeida
Julio Cesar Fidalgo Zary
Marco Moretzsohn Renault Coelho
Maria Vitória Lima Honzák
Maurício Gonçalves Margalho
Miguel Angelo de Oliveira Santiago
Pérola Maria Goldfeder e Castro
Silmara Küster de Paula Carvalho

POSTAIS

Revista do Museu Correios

Presidente da Republica
Michel Temer

Ministro da da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Gilbero Kassab

Presidente dos Correios
Guilherme Campos Júnior

Editor
Romulo Valle Salvino

Conselho editorial
Andre Henrique Quintanilha Ronzani
Larissa Gauch Gomes Viana
Maria de Lourdes Torres de Almeida Fonseca

Projeto gráfico
Juliane Marie Tadaieski Arruda
Virgínia de Campos Moreira

Diagramação e arte
Juliane Marie Tadaieski Arruda
Virgínia de Campos Moreira

Capa
Juliane Marie Tadaieski Arruda

Núcleo de pesquisa e documentação
Anna Priscilla Martins da Silva Campos
Bernardo de Barros Arribada
Camila Alves Sena
Jair Nazareno Xavier
Jomanuela Nascimento Santos
Maria do Socorro Nobre da Silva
Miguel Angelo de Oliveira Santiago
Renata Assiz dos Santos
Roberto Rocha Neto

Núcleo administrativo
Angela Oliveira Laborda
Luciléia Gomes Silva Belchior
Marcelle dos Reis Freitas
Maria da Glória Guimarães

Agradecimentos
Espaço Cultural Marechal Rondon / Fundação Portuguesa das Comunicações / Memória Votorantim / Museu Casa do Viajante / Museu da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte-MG / Museu das Comunicações Marechal Rondom Museu do líndio - Funai / Museu Histórico de Campo Verde / Universidade de Brasília - UnB

Observação: Esta edição, apesar de ser referente ao primeiro semestre de 2016, foi impresa e distribuída em setembro de 2016.

A Revista Postais é uma publicação semestral do Museu Correios.

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Museu Correios
Setor Comercial Sul, Quadra 04, número 256
70304-915 Brasília - DF
Telefone: (61) 2141 9276
e-mail: museu@correios.com.br

P857 Postais : Revista do Museu Nacional dos Correios. – N.1
([jul./dez. 2013])- . – Brasília : Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Relações Institucionais e Comunicação. 2013--
v. : il. ; 18cm.
Semestral
A partir do N.3, o subtítulo da publicação passou a ser Revista do Museu Correios.
A partir do n.6, a revista passou a ser editada pelo Departamento de Relações Institucionais e Comunicação, anterior ao n.6 a esta era produzida pelo Departamento de Gestão Cultural

ISSN 2317 - 5699

1. História Postal Brasileira. 2. Telegrafia. 3. Museologia. Patrimônio Histórico e Cultural. 4. Ação Cultural. 5. Artes. I. Empresa Brasileira de Correios eTelégrafos, Departamento de Gestão Cultural.

CDD 656.81
CDU 656.8(09)(081)

POSTAIS

Revista do Museu Correios

Ano 4 Número 06
Brasília 2016

06 Carta Editorial

08 Disputas de projetos políticos na regulamentação dos correios brasileiros
Pérola Maria Goldfeder e Castro

40 As singularidades da coleção de carimbos postais do Museu Correios
Cícero Antônio F. de Almeida

60 A usabilidade educativa dos museus de empresa, enquanto centros de ciência e tecnologia: Novas perspectivas didáticas
Joel Pereira de Almeida

116 O lócus do selo postal na área da Comunicação: introdução histórica, documental e memorial
Diego A. Salcedo

132 A organização política do empresariado industrial e comercial brasileiro na Primeira República (1889 – 1930): os empresários Valentim Bouças e Euvaldo Lodi
Maurício Gonçalves Margalho

158 O Marechal Rondon e os Museus
Miguel Angelo de Oliveira Santiago

176 Projeto de implantação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira
Ana Lúcia de Abreu Gomes
Silmara Küster de Paula Carvalho

180 Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira - ANVFEB
Marcos Moretzsohn Renault Coelho

187 O serviço postal da Força Expedicionária Brasileira
Julio Cezar Fidalgo Zary

221 Transcrição de Manuscritos Cartas da FEB – Segunda Guerra Mundial (1939-1945)
Museu da Força Expedicionária Brasileira BH
Maria Vitória Lima Honzák

Carta Editorial

O dossiê deste número da Postais, em sua aparente simplicidade, cumpre três finalidades ao mesmo tempo. Primeiro, traz notícias de um projeto em construção, o do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira, que deverá levar para o mundo da internet importantes memórias de uma página singular da nossa história. Depois, informa sobre uma faceta pouco conhecida da campanha brasileira na Itália, qual seja o do Serviço Postal da FEB, que permitiu ligar todos os rincões do Brasil ao front europeu, fazendo circular notícias e levando vozes amigas àqueles homens que, tão distantes de casa, enfrentavam a maior guerra até hoje havida. Por último, mas não menos importante, permite ouvir vozes das pessoas comuns que se confrontavam com aquele cenário limite, trazendo-nos, através de décadas, retalhos de um cotidiano carregado de humanidade, por meio das cartas que tiveram de atravessar milhares de quilômetros para entregar mensagens de conforto, esperança e saudade.

A publicação faz parte de um esforço conjunto do Museu Correios com o Curso de Museologia da Universidade de Brasília e com a Associação Nacional dos Veteranos da FEB, que deve trazer outras novidades nas próximas edições desta revista. Outras cartas, outras histórias virão.

O presente número da Postais traz ainda um artigo de Pérola Maria Goldfeder e Castro, pesquisadora da Universidade de São Paulo, que nos leva à época do Brasil Império e mostra, por meio de estudos comparativos, como, na regulamentação dos serviços postais brasileiros, estavam em jogo não apenas distintas concepções de administração pública, mas também diversas visões sobre a própria organização do Estado nacional.

Segue-se um artigo de Cícero Antônio F. de Almeida, professor da UNIRIO e da Universidade Cândido Mendes, a respeito de parte do acervo de carimbos postais do Museu Correios. O trabalho faz mais um recorte da história dessa instituição, dessa vez em diálogo com um importante ramo do colecionismo, a marcofilia ou carimbologia. A coleção do Museu, em constante crescimento, já conta hoje com milhares de exemplares desse tipo de objeto, reunidos desde o século XIX até os dias atuais, a contar uma fração importante da história postal brasileira.

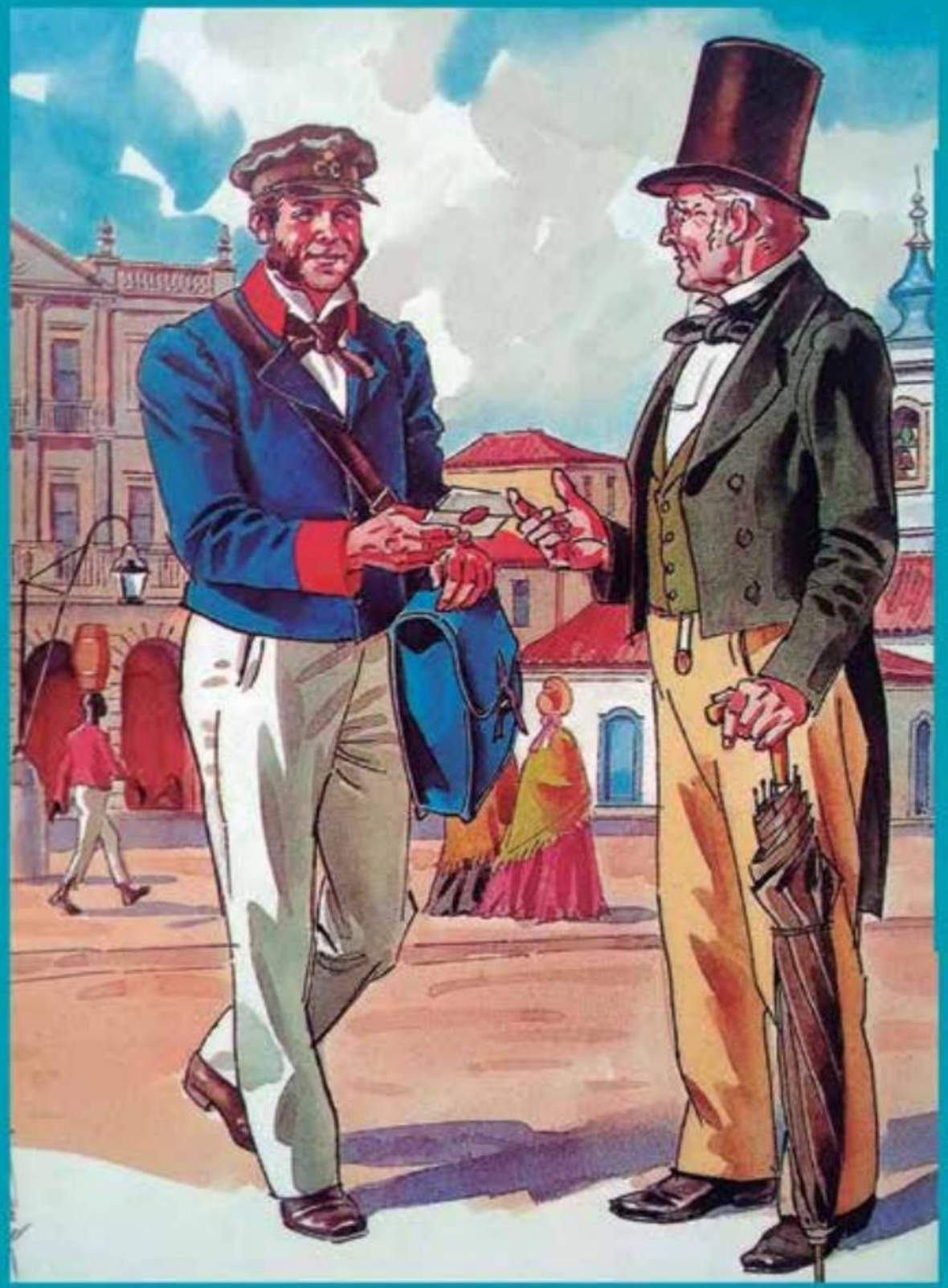
A veiculação do artigo de Joel Pereira de Almeida, doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, também é fruto de outra parceria do Museu Correios, desta vez com a Fundação Portuguesa das Comunicações, que, em conjunto com o autor, gentilmente cedeu-nos autorização para a republicação do trabalho, originalmente dado à luz na revista Códice de Portugal. O trabalho reflete sobre o papel dos Museus de Ciência e Tecnologia e dos Museus de Empresa no campo da divulgação e da comunicação científica, algo bem próximo da realidade do próprio Museu Correios.

O texto do professor Diego Salcedo, da Universidade Federal de Pernambuco, dá continuidade às suas reflexões sobre o selo postal como objeto de estudo no campo da Comunicação - um objeto importante devido a aspectos imagéticos, semióticos e históricos que podem propiciar importantes oportunidades de diálogos com outras áreas de conhecimento.

A pesquisa de Maurício Gonçalves Margalho, doutor em História Social pelo Universidade Federal Fluminense, não trata da memória dos Correios, mas se encaixa na proposta da Postais de abrir espaço para reflexões sobre história e artes de modo geral, de acordo com a concepção do próprio Museu Correios como um local de encontro para variadas manifestações culturais e científicas. O artigo traz, desse modo, à cena a organização política do empresariado industrial e comercial brasileiro durante a Primeira República, por meio da história dos empresários Valentim Bouças e Euvaldo Lodi, numa abordagem de interesse para história da economia política e da administração.

Além da materialização dessas pesquisas, a Postais oferece também um pequeno guia elaborado pelo museólogo Miguel Ângelo de Oliveira Santiago, com informações básicas sobre alguns museus que trazem em seus acervos peças ligadas à história do Marechal Rondon, personagem tão importante para a história da telegrafia brasileira.

Finalmente, é interessante lembrar que uma revista como esta não se faz apenas com textos. Desde o seu primeiro número, toda a concepção gráfica da Postais tem sido fruto do trabalho das duas designers da equipe do Museu Correios, Juliane Marie Tadaieski Arruda e Virginia de Campos Moreira. A capa deste número é de responsabilidade de Juliane, que representou o ato de escrever, as cartas, a época da guerra com seus medos e tristezas, por meio de uma montagem de fotos, utilizando uma paleta de cores que transmitisse a sensação da separação e da dor tão retratada nas cartas reveladas no dossiê.



Carteiro da Corte- Primeira Metade do Século XIX
Ilstração: Ivan Wasth Rodrigues
Cartão Postal - Acervo Museu Correios

Disputas de projetos políticos na regulamentação dos correios brasileiros

Pérola Maria Goldfeder e Castro

Disputes over political projects to regulate the Brazilian Post Office

Resumo/Abstract

A construção do Estado liberal brasileiro, na primeira metade do século XIX, implicou a montagem de uma máquina administrativa capaz de expandir a autoridade governamental e de responder às demandas da realidade social e econômica que se pretendia dirigir. Tendo em vista a importância dos serviços públicos para a consolidação dos Estados nacionais, esse artigo busca contribuir com os estudos sobre Oitocentos brasileiro, ao analisar os múltiplos aspectos institucionais que caracterizaram a Diretoria Geral dos Correios do Império. Para isso, privilegia-se uma abordagem organizacional e comparativa que contemple a estrutura e o funcionamento da máquina administrativa imperial em relação ao sistema postal de outros Estados liberais contemporâneos, tais como Estados Unidos e França, evidenciando as articulações existentes entre instituições públicas, política e sociedade no Brasil do século XIX. Na reforma dos serviços postais brasileiros estavam em concorrência, portanto, não apenas diferentes modelos de administração pública, mas também concepções distintas de organização de Estado.

Palavras-chave: Diretoria Geral dos Correios; serviço postal; administração pública; Império do Brasil; século XIX

It assumes that the postage stamp is a visual and material culture object. Aims to reflect on its place as an object of study in the field of Communication. Shows and contextualizes its historical elements, which contributed to its emergence and its permanence. Explores and debates, as a methodological procedure, the literature that offers subsidies to the development of this reasoning. It concludes that the postage stamp fits as a research subject in the field of Communication and, from it, it can dialogue with related areas.

Keywords: Brazilian General Post Office; postal service; public administration; Empire of Brazil; Nineteenth Century.

Introdução

A construção do Estado monárquico-constitucional brasileiro, no decorrer do século XIX, implicou a montagem de uma máquina administrativa capaz de expandir a autoridade governamental e de responder às demandas da realidade social e econômica que se pretendia dirigir, assegurando, assim, a governabilidade de todo o território nacional. Como observa Miriam Dolhnikoff:

> O Império dependia em grande parte de sua capacidade de promover a integração entre as diversas regiões, enquanto concomitantemente estendia às mais distantes a sua autoridade. Era essencial implementar e ampliar os meios de comunicação entre o governo e as dispersas localidades (DOLHNIKOFF, 2004, p. 32).

Aparelho integrante dessa infraestrutura de comunicação, os Correios constituíram-se em importantes instrumentos de integração nacional, ao viabilizarem a existência de uma rotina burocrática que se materializava na troca sistemática de correspondências entre os governos provinciais e a Corte. Eles também proporcionaram à sociedade civil um canal institucionalizado de comunicação a distancia, contribuindo, com isso, para a transformação dos espaços públicos, fenômeno caracterizado pela *"circulação significativa de impressos das províncias e da Corte pelo território brasileiro, criando uma espécie de rede que interligava os círculos letrados"* (MOREL; BARROS, 2003, p. 47).

Tendo em vista a importância dos serviços postais para a constituição da máquina administrativa e burocrática imperial, importância essa ainda não satisfatoriamente dimensionada pela historiografia, esse artigo analisa dois momentos bastante significativos na trajetória institucional dos Correios: o primeiro, 1831, com a extinção do cargo de Diretor Geral, e o segundo, 1844, ano que marca uma completa reestruturação da administração pública postal, com a criação da Diretoria Geral dos Correios. Com isso, pretende-se compreender as mudanças ocorridas na regulamentação desse órgão como parte do conjunto de reformas institucionais ocorridas entre o início da Regência e os primeiros anos do 2º Reinado, período marcado, de acordo com Jeffrey Needell, pela polarização das disputas políticas em torno de projetos liberais distintos (NEEDELL, 2009, p. 13). Na reforma dos serviços postais estavam em concorrência, portanto, não apenas diferentes modelos de administração pública, mas também concepções distintas de organização do Estado.

Antes, contudo, de se analisarem os regulamentos relativos ao período em questão, faz-se necessário observar como os Correios brasileiros se constituíram em comparação aos serviços postais existentes em outros países, tais como a França, onde o Estado detinha o monopólio postal, e os EUA, onde a formulação de políticas públicas relativas aos Correios era, por excelência, responsabilidade do Congresso.

Os Correios no Brasil e no mundo: modelos de administração postal

Os Correios contemporâneos significaram um rompimento com a estrutura postal de Antigo Regime, essa composta, em geral, por empreendimentos particulares isolados que sofriam ingerência dos aparelhos de censura característicos das monarquias absolutistas. Em contrapartida a isso, diz Catherine Bertho-Lavenir: *"Les démocraties des deux derniers siècles ont façonné leurs réseaux pour qu'ils servent leur dessein de démocratie politique, d'unité nationale et de maintien des liens symboliques"*[1] *(BERTHO-LAVENIR, 1997, p. 32).*

Na França, a centralização dos serviços postais iniciou-se em 1793, com a criação da Agência Nacional dos Correios, órgão que permaneceu subordinado ao Ministério das Finanças até a criação do Ministério de Correios e Telégrafos, em 1879.[2] Para Benoît Oger, esse fato consagrou a opção do governo francês pela gestão direta desse meio de comunicação, sendo justificado pelos seguintes imperativos: "*intérêt des gouvernants pour le controle de l'information (avant, pendant et après la Révolution) et recherche de recettes nouvelles pour le Trésor*"[3] (OGER, 2000, p. 8).

Esse autor também observa que, ao se tornar monopólio do Estado, *"la Poste sort de la Révolution et de l'Empire organisée, structurée, pratiquement débarrassée de la concurrence, prête pourrait-on dire a participer à la grande aventure libérale et industrielle du XIX siècle"* [5] (p. 9). Com efeito, é na primeira metade do Oitocentos que vão ser assentadas as bases para a criação de um sistema de comunicações em escala planetária, fenômeno que se intensificou nas últimas décadas daquele século, com a criação de organizações intergovernamentais como a União Telegráfica Internacional (1865) e a União Postal Universal (1873).

Originalmente relacionados ao projeto de expansão da autoridade governamental, os Correios franceses tiveram suas competências substancialmente transformadas ao longo do século XIX. Isso é o que mostra Olivia Langlois, ao distinguir dois períodos na história dessa instituição:

1. As democracias dos dois últimos séculos moldaram suas redes postais para elas servissem aos seus propósitos de democracia política, de unidade nacional e de manutenção dos laços simbólicos (tradução nossa).

2. Os Correios franceses foram objeto de estudos historiográficos tradicionais, como os de Eugène Vaillé, cuja coleção *Histoire Générale des Postes Françaises* (1947), posto que aborde o tema de forma pouco problematizada, constitui-se em uma síntese substancial sobre a trajetória administrativa do sistema postal francês, desde o Antigo Regime até a fundação da empresa semiestatal *Poste, Telégraphe e Teléphonie* (PTT). Os mais recentes esforços de resgate da memória postal francesa vêm sendo empreendidos por autores como Sebastien Richez, Catherine Bertho-Lavenir, Muriel Le Roux, Benoit Oger dentre outros membros do *Comité pour l'Histoire de la Poste* (CHP), órgão interinstitucional que, desde sua criação, em 1995, apoia pesquisas acadêmicas sobre uma série de temas até então ignorados pela historiografia, tais como: organização e dinâmica administrativa das instituições postais; poderes e hierarquias no funcionalismo público postal, relações postais internacionais, etc.

3. "Interesse dos governantes pelo controle da informação (antes, durante e depois da Revolução) e busca por novas fontes de receita para o Tesouro" (tradução nossa).

4. "Os Correios emergem da Revolução e do Primeiro Império organizados, estruturados, praticamente livres de concorrência, prontos, por assim dizer, para participar da grande aventura liberal e industrial do século XIX" (tradução nossa).



Selos Brasileiros, 1979.
Acervo - Museu Correios

O primeiro período, compreendido entre o inicio do processo revolucionário e o final do Primeiro Império (1804 – 1814), é caracterizado pelo aparecimento da noção de serviço público como sinônimo de interesses de Estado. Nesse contexto, diz a autora, *"sauf exception, la notion de service public n'implique aucune fonction sociale, tandis que le monopole postal demeure avant tout legitime par des impératifs fiscaux et sécuritaires, voire policiers"*[5] (LANGLOIS, 2003, p. 23).

No período seguinte, que vai da restauração monárquica à virada liberal do Segundo Império (1852 – 1870), Langlois observa uma aproximação inicial entre as noções de *serviço público e de direitos civis*. Segundo a autora:

> *Bien que ses intérêts ne soient pas négligés, le rôle de l'État évolue, et le monopole, après avoir longtemps reposé sur un principe de domination afin de servir le politique, implique à présent un devoir de l'État envers les administrés qui considèrent avoir droit à un service public*[6] (p. 25).

Diferentemente do caso francês, a institucionalização dos Correios norte-americanos[7], em finais do século XVIII e início do XIX, esteve relacionada à organização do sistema político e às práticas administrativas decorridas da opção dos *founding fathers* pelo arranjo federativo.[8] Nesse processo, o Congresso despontou como estância privilegiada de

5. "Salvo exceções, a noção de serviço público não implicava nenhuma função social, tanto mais que o monopólio postal continuasse legitimado, acima de tudo, pelos imperativos fiscais e de segurança, até mesmo policiais" (tradução nossa).

6. "Posto que os interesses do Estado não fossem negligenciados, seu papel evolui, e o monopólio postal, durante muito tempo fundamentado no princípio de dominação para fins políticos, passa a implicar um dever do Estado em relação a seus administrados os quais, por sua vez, consideram-se detentores do direito a esse serviço público" (tradução nossa).

7. A historiografia postal norte-americana, por sua vez, pode ser estruturada em dois eixos de análise: o primeiro é centrado no conceito de *patronagem*, compreendido como a utilização de cargos públicos, nomeadamente os de *postmasters*, como moeda de troca em pleitos eleitorais. O segundo eixo contempla temas relacionados ao direito de sigilosidade das correspondências e, inversamente, às formas de censura existentes no sistema postal norte-americano do século XIX. São representantes dessa perspectiva os estudos de Dorothy G. Fowler (1977), Richard Kielbowicz (1989) e Richard John (1991).

8. Vale observar que, em sua juventude, Benjamin Franklin, um dos *founding fathers* da República norte-americana, integrou o corpo administrativo do aparelho postal britânico instalado nas colônias: em 1737, por indicação do *Royal Postmaster General* Alexander Spotswood, Franklin foi designado postmaster em Filadélfia, cargo no qual permaneceu até 1753, quando foi elevado a *Deputy Postmaster General* das colônias na América (BURGESS, 1948, p. 250).

deliberação: note-se que o artigo 1º, seção 8, da Constituição de 1787 concedia a esse poder – não ao Executivo – a prerrogativa de estabelecer *post offices* e *post roads* por todo o território sob jurisdição do governo federal.

A responsabilidade administrativa do Congresso em relação ao sistema postal foi confirmada pelo *Postal Act* de 1792, documento que estabeleceu o desenho institucional que os Correios americanos teriam ao longo do Oitocentos. Não obstante isso, Jon Rogowski observa que a influência presidencial se fez presente nos diversos níveis da administração postal, pois *"not only was the post office a highly visible symbol of the federal government, but it was a Project for wich the federal government provided substantial financial support"*[9](ROGOWSKI, 2014, p. 9).

Dentre as provisões estabelecidas pelo Postal Act, destacam-se a admissão de jornais no cômputo postal e a isenção tarifária concedida a congressistas e membros do alto escalão. Ambas as disposições reafirmavam um dos princípios fundamentais do governo federal, qual seja o dever de *accountability* dos políticos que deveria ser cumprido por meio da difusão de informação. Nicolas Barreyre nota, ademais, que *"la publicité des actions du governement fédéral est vue dès l'Independance comme une des marques majeures d'um régime républicain, par opposition au secret qui prévaut dans les régimes monarchiques"* [10](BARREYRE, 2007, p. 56).

O Departamento dos Correios foi elevado à categoria de Gabinete logo após a posse de Andrew Jackson, em 1829. Essa data marca, segundo Barreyre, além da expansão da rede postal norte-americana,[11] uma maior independência dos serviços postais em relação ao Congresso. Conclui esse autor que:

> *La Poste est donc plus qu'un système de transmission du courrier: c'est un rouage dans la machinerie du gouvernement fédéral. C'est d'ailleurs un department de l'Executif fédéral, au meme titre que le Département d'État ou le Département de la Guerre; il est dirigé par un* Postmaster General, *à la tête d'un réseau considérable de bureaux de poste qui irrigue l'ensemble du pays. La Poste est donc pleinement intégrée à l'appareil administratif de l'Etat fédéral américain au XIXe siècle*[12] (Idem, p. 53).

9. "Não somente eram os Correios um relevante símbolo do governo federal, mas também um projeto para o qual esse mesmo governo federal provia substancial apoio financeiro" (tradução nossa).

10. "A publicidade das ações do governo federal é vista desde a Independência como marca distintiva de um regime republicano, em oposição ao princípio de sigilosidade que prevalecia nos regimes monárquicos" (tradução nossa).

11. Em 1838, nos Estados Unidos haviam 74 agências de Correios para cada 100,000 habitantes, estatística que, até então, nenhum país europeu tinha alcançado. Segundo Richard John, "em nenhum sentido esse resultado foi reflexo inócuo das mudanças conjunturais originadas fora da esfera política. Pelo contrário, isso foi um produto de decisões políticas deliberadas que, embora tivessem resultados imprevisíveis, possibilitaram aos funcionários públicos postais comandar a lealdade de uma população ampla e diversificada espalhada por um domínio geográfico vasto e culturalmente diverso" (JOHN, 1997, p. 374) (tradução nossa).

No Brasil, o processo de centralização administrativa dos Correios e de regulamentação das práticas postais ocorreu *pari passu* às experiências francesa e estadunidense, chegando, mesmo, a se adiantar em relação a muitos países europeus e hispano-americanos.

Em 1798, um Alvará Régio lavrado em Portugal determinou a criação de um órgão, institucionalmente subordinado à Fazenda Real, responsável por regularizar os fluxos de correspondência entre as capitanias brasileiras e o Correio da Corte. Esse documento também proibia o transporte de correspondências por particulares – os chamados *caminheiros* – e submetia os empregados dos Correios a rigorosa jurisdição, prevendo prisão para aqueles que cometessem "o crime de abrir cartas, ou de as entregar maliciosamente, e de caso pensado a outra pessoa" (In: BARROS NETO, 2004, p. 25). Note-se que o direito de sigilosidade postal seria posteriormente garantido pela Constituição de 1824, no artigo 179, que trata dos direitos do cidadão brasileiro.

Com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, os serviços postais dessa cidade tiveram de ser adaptados à condição da nova capital: por meio do *Regulamento Provisional para a Administração Geral do Correio da Corte*, promulgado por D. João VI no mesmo ano de sua chegada ao Brasil, o efetivo dos Correios foi aumentado, criando-se novas linhas postais e incrementando-se as já existentes entre as diversas províncias e a Corte.

A política de integração implementada durante o reinado joanino continuou após a Independência, ganhando novas dimensões sob a égide do Estado nacional: em 1828, o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, José Clemente Pereira, apresentou uma proposta de reorganização dos serviços postais que se efetivou com a criação da Administração Geral dos Correios, em 1829.

Esse órgão, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como função fiscalizar, dirigir e promover a melhoria das práticas postais vigentes em todo país, além de gerir as finanças

12. "Os Correios são, portanto, mais que um sistema de transmissão de correspondências: são também uma peça fundamental na máquina do governo federal. Eles são, ademais, um departamento do poder Executivo federal, da mesma forma que o são os Departamentos de Estado ou da Guerra. Esse departamento postal é dirigido por um *Postmaster General*, à frente de uma extensa rede de agências postais que irrigam todo o país. Os Correios estavam, portanto, plenamente integrados ao aparelho administrativo do Estado federal norte-americano no século XIX" (tradução nossa).

dos Correios da Corte. Seu efetivo era encabeçado pelo Diretor Geral, cargo nomeado pelo Ministro do Império que seria extinto durante o período regencial, voltando a existir na década de 1840.

O primeiro artigo do Regulamento dos Correios determinava que fossem atribuições do Diretor Geral: "fiscalizar, promover, e dirigir a administração geral de todos os Correios; e propôr ao Governo pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império todos os meios, que a prática mostrar convenientes para melhorar a mesma administração" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 208). Disso percebe-se a existência de um canal institucionalizado de comunicação entre esse cargo e o poder Executivo, canal esse que, segundo Lydia Magalhães Nunes Garner, seria utilizado por ministros e conselheiros de Estado para propor políticas públicas nos ramos telegráfico e postal, ao longo do Segundo Reinado (GARNER, 1987, p. 640).

A exemplo da experiência norte-americana, o Regulamento de 1829 também concedia isenção de tarifas postais a presidentes de província, ministros e outros membros do governo imperial, sob a condição de que esses separassem suas correspondências em duas categorias – *Interesse Particular e Serviço Público* – sendo apenas a segunda livre de taxas. Essa medida talvez buscasse coibir o que, nos EUA, era considerado uma das principais falhas do sistema postal: o uso abusivo da franquia para arregimentação política, difamação de adversários e manipulação de informações durante o período eleitoral (BARREYRE, 2007, p. 55).

Também foi estabelecido que, em cada capital de província, haveria um Administrador dos Correios que serviria, ao mesmo tempo, de tesoureiro e chefe de repartição. Além disso, definiu-se que todas as cidades e vilas deveriam possuir, obrigatoriamente, um agente postal, sendo as Câmaras Municipais responsáveis pelo provimento de recursos materiais e humanos para essa empresa, conforme dispõe o artigo 27 do mencionado regulamento:

> Enquanto a receita dos mesmos Correios fôr de pequena consideração, encarregarão as Câmaras a Sua administração a pessoa de sua confiança, que della se queiram encarregar sem ordenado. Para estas administrações formarão as mesmas Câmaras instrucções apropriadas ás localidades, que serão baseadas em tudo nos principios do presente Regulamento, que enviarão aos Administradores respectivos, e estes ao Director Geral que dará ás mesmas a sua a aprovação com as reformas que julgar convenientes (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 213).

Pode-se estimar que as agências de Correio desempenhassem importante papel na constituição dos espaços públicos, bem como na estruturação da paisagem urbana, orientando a vida cotidiana de uma comunidade: localizadas na rua principal da cidade ou em suas imediações, elas eram endereço conhecido por todos, lugar de difusão de notícias e de estreitamento das redes de sociabilidade, práticas consideradas fundamentais para a formação da opinião pública no século XIX (NEVES, 2014, 167). Ademais, observa Sebastien Richez que as agências de Correio no Oitocentos representavam, conjuntamente às Casas de Câmara e outros edifícios públicos, *"marque solide et visible de la présence de l'État"*[13] (RICHEZ, 2000, p. 525).

O Regulamento postal de 1829 evidenciou, ainda, a preocupação dos ministros pedrinos com a normatização dos serviços postais, ao definir as datas e horários em que os estafetas deveriam partir de cada localidade, estabelecer diretrizes para o transporte seguro dos malotes e listar infrações passíveis de autuação. Essas medidas representam o esforço do governo brasileiro em expandir sua autoridade de maneira racional e em manter-se institucionalmente equiparado ao que havia de mais moderno em termos de administração postal no mundo, sem, contudo, negligenciar as demandas das elites regionais por participação no processo de construção dos aparelhos de Estado.

13. "[...] marca sólida e visível da presença do Estado" (tradução nossa).



Dom Pedro de Alcântara, 1830 , óleo sobre tela, c.i.e.
Autor: Arnaud Julien Pallière
Acervo do Museu Imperial/IBRAM/MinC (Petrópolis, RJ)
Em: (http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21646/dom-imperador-do-brasil-pedro-ii). Acesso em: 28/06/2016

1831: Adendos liberais

Após ser promulgado, em 5 de março de 1829, o Regulamento da Administração Geral dos Correios teve de passar pelo Parlamento para que fossem discutidas questões relativas ao quadro de funcionários. Como a elaboração desse documento coincidiu com a conjuntura de crise do 1º Reinado, é provável que sua tramitação no Legislativo tenha sido adiada, ocorrendo apenas na vigência da 2ª Legislatura (1831 – 1834).[14]

A aprovação das disposições inseridas no Regulamento deu-se em 7 de junho de 1831, tendo sido um dos últimos atos da Regência Provisória. Sua execução coube a Manoel José de Souza França, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça que, naquele momento, respondia interinamente pela pasta do Império. Sob vários aspectos relacionados a seguir, esse documento revela como alguns fundamentos da administração pedrina eram incompatíveis com o projeto de reforma institucional levado a cabo pelos liberais durante o período regencial.

A primeira objeção da Assembleia em relação ao Regulamento dos Correios dizia respeito à direção desse serviço: como visto, o cargo de Diretor Geral fora criado em 1829 especialmente para esse fim, sendo apenas ao Ministério do Império submetido. Já os administradores dos Correios nas províncias respondiam administrativamente ao Diretor Geral e financeiramente aos Presidentes provinciais. Os agentes postais locais eram, por sua vez, subordinados a todas essas estâncias de poder, inclusive às municipalidades, que os designavam para o serviço.

14. A análise dos debates parlamentares sobre o tema é tarefa que foge ao escopo desse artigo sendo que, por hora, faltam-nos indícios para afirmar que houvesse consenso parlamentar em torno da necessidade de extinção do cargo de Diretor Geral dos Correios, entre outras medidas aprovadas acerca do sistema postal.

O Decreto de 1831 muda drasticamente o topo dessa organização hierárquica, reestruturando-a nos seguintes termos: "Fica supprimido o emprego do Director Geral dos Correios, e competido a direção e inspecção dos mesmos na Provincia, onde estiver a Corte, ao Ministro do Imperio, e nas outras aos Presidentes" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1831, p. 9).

A princípio, soa estranho que parlamentares liberais tivessem proposto um arranjo que concentrava mais atribuições nas mãos de autoridades governamentais, pois, como observa Miriam Dolhnikoff, as principais bandeiras desse grupo eram: defesa de um Estado descentralizado e crítica às estruturas baseadas em autoridades nomeadas pelo poder Executivo (DOLHNIKOFF, 2011, p. 120). Todavia, nesse aparente contrassenso, subjazem cálculos políticos sobre os quais vale tecer algumas hipóteses.

Nos Estados Unidos, estudos historiográficos que tratam da constituição dos Correios no século XIX frequentemente enfatizam o papel das instituições legislativas e presidenciais na distribuição de cargos e recursos do governo federal.[15] Nesse sentido, Jon Rogowski argumenta que tanto o Presidente quanto os membros do Congresso viam claras vantagens eleitorais no controle do aparelho postal: primeiramente, porque esse era um meio eficaz de prover os eleitores de informações sobre seus projetos políticos; ademais, a distribuição dos cargos de *postmasters* dava-se, em geral, entre simpatizantes do partido no poder, assegurando fidelidade e apoio político desses funcionários.

O espaço físico das agencias postais também era utilizado para fins de propaganda política, pois, como nota Dorothy Fowler, durante o período eleitoral, *"postal Works devoted much of their time to party work, rather than to postal activities"*[16] (FOWLER, 1977, p. 146). Rogowski conclui, assim, que "by *using them as informal bases of local operations, presidents and members of Congress could use post offices to serve their party's interests*"[17] (ROGOWSKI, 2014, p. 8).

15. Cf. Fowler (1977); Campbell Jr. (2010); John (1995); Barreyre (2007); Rogowski (2014).

16. "Os funcionários dos Correios devotavam mais tempo de sua jornada de trabalho a atividades partidárias do que a atividades propriamente postais" (tradução nossa).

17. "Utilizando as agencias postais como bases informais de operação local, presidentes e membros do Congresso podiam, assim, usar os Correios para servir aos interesses de seus partidos" (tradução nossa).

Pode-se supor que os parlamentares brasileiros tivessem ciência dos fatos ocorridos na república norte-amer icana e quisessem evitar que, no período das eleições, o Diretor Geral dos Correios se transformasse em mais um instrumento de fraude[18] a serviço do partido detentor da máquina do governo: com sua ascendência direta sobre funcionários provinciais e locais, ele poderia muito bem facilitar a circulação de impressos governistas – circulares, jornais, cartas aos eleitores – obstando ou até mesmo interceptando correspondências produzidas pela oposição. Assim, ao suprimir o cargo máximo dos serviços postais, transferindo suas atribuições para os Presidentes de Província e, na Corte, para o Ministro do Império – a primeira vista, uma manobra de centralização – os parlamentares liberais desejariam, na verdade, enfraquecer o elo hierárquico que ligava o governo aos níveis mais elementares da administração postal.

Com a supressão do cargo de Diretor Geral, o Administrador do Correio do Rio de Janeiro teve suas atribuições substantivamente ampliadas, passando a contemplar, além daquelas estabelecidas pelo Regulamento de 1829, as competências que tinha o extinto cargo no tocante à administração postal da capital. Eram elas:

> A fiscalização da receita e despeza, e o governo economico da administração do Correio Geral desta Corte e Província; fazer com que todos os empregados cumpram exactamente os seus deveres; vigiar que o giro dos Correios se pratique com a maior regularidade possível, e que a entrega das cartas seja feita com toda a brevidade e exactidão necessária; procedendo immediatamente á suspensão de qualquer empregado dos Correios da sua administração, que for convencido de ter offendido por alguma fórma a inviolabilidade do segredo das cartas, garantida no art. 179 parágrafo 27 da Constituição; fazendo, no caso de existir criminalidade, as participações necessárias aos Ministros criminaes competentes, para procederem na conformidade das leis do Império (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 208).

Note-se que o Decreto de 1829 dava autonomia a esse administrador para efetuar suspensões de funcionários a ele subordinados, quando fosse comprovada infração desses

18. Sobre as fraudes no sistema eleitoral brasileiro do século XIX, Miriam Dolhnikoff observa que "a frequência das discussões em torno da legislação eleitoral e a efetiva implementação das leis aprovadas permitem concluir que havia real interesse da elite política em diminuir o máximo possível a ocorrência de fraudes. Afinal, as eleições legitimavam o Estado que elas dirigiam sem colocar em xeque esta direção" (DOLHNIKOFF, 2014, p. 69).

à letra da Constituição, especificamente no tocante ao direito de sigilosidade postal dos cidadãos. A autoridade desse alto funcionário postal ia, no entanto, até os limites da repartição: na existência de criminalidade, o administrador deveria comunicar às autoridades ministeriais competentes, no caso o Ministro da Justiça, para que essas, sim, tomassem providencias de acordo com as leis criminais do Império.

Outra mudança introduzida na administração postal diz respeito ao custeamento da implantação de novas linhas postais:

Viu-se que o Regulamento de 1829 determinava que todas as cidades e vilas do Império tivessem Correios, sendo que, em agências de pequena receita, as Câmaras Municipais deveriam encarregar pessoas de sua confiança para administrar esse serviço, sem que essas recebessem ordenado por isso. Nessa lógica de encargo municipal, o artigo 25 desse documento assim se referia aos *ensaios* de linhas postais:

> Os que forem geraes de alguma Provincia, ou de umas para outras, serão promovidos pelos Presidentes, ouvindo o Conselho do Governo, com a approvação de sua Magestade o Imperador. *Os que porém forem particulares de uma ou mais villas ficam encarregadas ás Camaras Municipais, que darão principio a essas tentativas, estabelecendo três Correios mensaes de umas para outras, cujas despesas fará cada uma, dentro dos respectivos districtos, á custa das suas rendas*, durante o primeiro anno, dando logo parte do novo estabelecimento aos Administradores das Provincias respectivas, que farão as competentes communicações aos Presidentes, e ao Director Geral: e no fim



Voto dúma missa pedida como esmola, 1826, Aqualera.
Autor: Jean-Baptiste DEBRET
Acervo - Museu Castro Maya IBRAM/MinC.

> do mesmo anno farão novas participações accompanhadas de uma conta da receita e despeza, que tiver havido, para se tomarem por parte da Administração Geral, se assim convier, ou se mandar continuar o ensaio por mais outro anno; no fim do qual ficarão taes Correios indefectivelmente a cargo da mesma Administração (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 212) (grifos nossos).

Em contrapartida a esse regulamento, os parlamentares liberais simplificaram o processo de incorporação de linhas secundárias ao aparelho do Estado, transferindo para a Fazenda os custos iniciais dessa empresa: segundo o Decreto de 1831, "Os ensaios, mandados fazer pelas Câmaras Municipais, serão a custa da Fazenda Pública" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1831, p. 9). Tal medida pode ser interpretada como, além de uma desoneração dos cofres municipais cujas receitas eram, muitas vezes, insuficientes para arcar com despesas dessa ordem, uma forma de chamar para o governo a responsabilidade pela uniformização dos serviços públicos postais.

Não obstante isso, estima-se que as municipalidades continuaram participando ativamente do processo de constituição do sistema postal brasileiro através da organização de arrematações de trechos de linhas por particulares que faziam o transporte das malas postais: segundo Marcos Sampaio Rodarte, esse sistema de contrato perdurou por todo o século XIX, abrangendo, em 1872, 63,09% das linhas postais que se estendiam por 4.504 quilômetros da província de Minas Gerais (RODARTE, 1999, p. 65).[19]

A condução de correspondências era, com efeito, uma das etapas de funcionamento do sistema que mais demandavam fiscalização, pois, diferentemente dos empregados que trabalhavam nas repartições e agencias postais, crê-se que os funcionários que faziam esse serviço eram, em sua maioria, homens livres e libertos pobres que trabalhavam sob regime de contrato.[20] Ademais, era necessário orientar a população a usar o serviço oferecido pelo Estado, instruindo-a a postar adequadamente suas correspondências nas agencias de Correio.

19. Em estudo sobre o processo de urbanização em Minas Gerais no Oitocentos, Rodarte analisa os fluxos de comunicação postal de maneira a identificar inter-relações econômicas entre diversas cidades mineiras. Sua tese é a de que "*a maior disponibilidade de informações em uma região promovia seu desenvolvimento econômico, e de sua rede de cidades local vis a vis outras regiões com sistema de comunicação mais precário*" (RODARTE, 1999, p. 10).

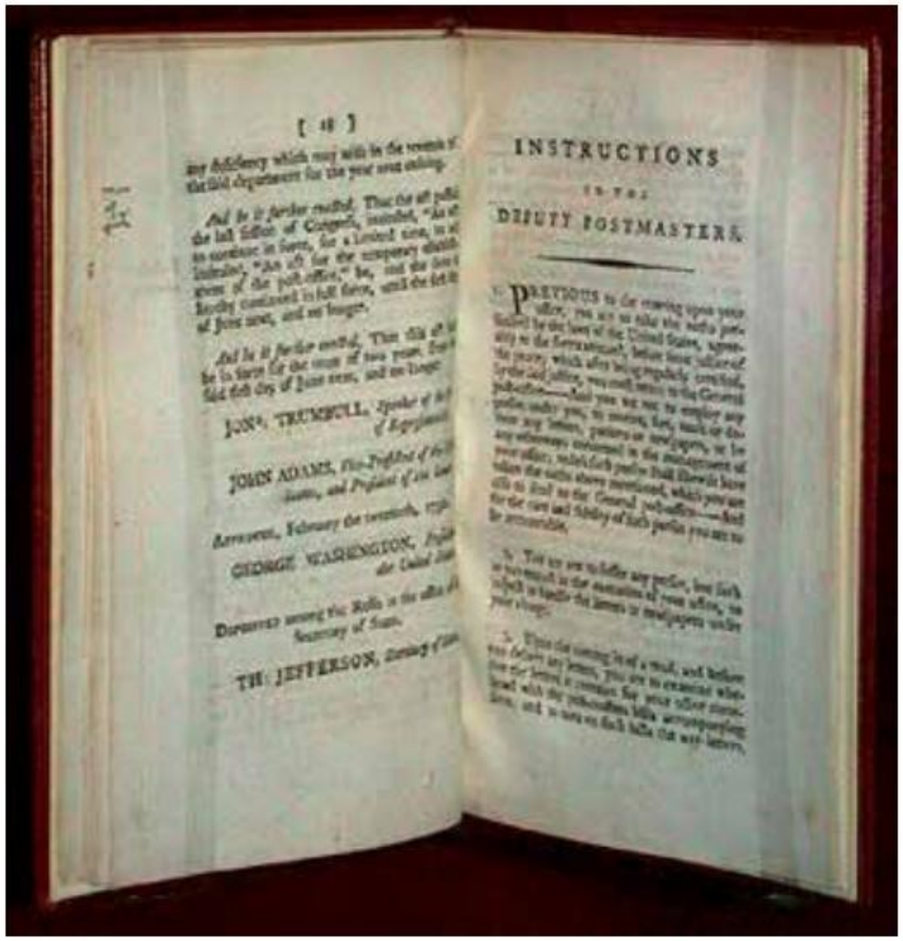
20. Pode-se fazer essa inferência pelo nível de escolarização exigido dos funcionários: o Regulamento dos Correios do Império de 1865 determinava, por exemplo, que os candidatos a agentes postais deveriam ser submetidos a um exame cujo conteúdo consistia em "*exercicios de caligraphia e orthographia, arithmetica elementar, comprehendendo o uso do systema metrico, e noções geraes de geographia*", sendo que o conhecimento de línguas estrangeiras era critério de desempate. Em contrapartida, dos carteiros era exigido apenas: "*Lêr escrever correctamente letra manuscripta e praticar as quatro operações fundamentaes da arithmetica*" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1865, p. 2).

O Regulamento de 1829 foi bastante detalhado nesses pontos, determinando que, nas vilas e cidades onde houvessem Correios regularmente estabelecidos, fosse proibida toda e qualquer remessa de cartas que não se fizesse pelas malas da agencia local. Segundo o artigo 81 desse documento, "ás pessoas que forem encontradas com cartas se imporá uma multa de dez a trinta mil réis, applicada metade para o agente, ou pessoa, que der a denuncia, e outra metade entrará no cofre do Correio respectivo" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 222). Vale notar que essa multa poderia ser imposta por requerimento de qualquer agente postal, o qual deveria intentar ação perante o Juiz de Fora do distrito, para que esse, sim, procedesse à cobrança da multa ou à penhora dos bens dos contraventores, se necessário.

Excetuavam-se dessa infração "as cartas, que algum escravo conduzir, sendo de seu senhor, ou o criado, ou caixeiro, de seu amo; e as que levarem os boiadeiros, e tropeiros, arreadores, ou arraes de barcos, pertencentes ás pessoas, aquem forem dirigidos os objectos da sua conducção" (Idem, p. 223).

Para distinguir os condutores licenciados pelos Correios, o Regulamento de 1829 determinava que eles fossem "sempre acompanhados de competentes guias, assignadas pelos Administradores, e selladas com o sello das Armas Imperiaes; e levarão no chapéo, ou pendente do pescoço, uma chapa de figura oval, branca, ou amarella, com a legenda – Correio de..." (Idem, p. 225). Esse documento também isentava esses funcionários do exercício de cargos públicos, autorizando-os a utilizarem, em suas viagens, "armas defensivas, e offensivas" (Idem, p. 225).

É interessante observar que o Decreto de 1831 não altera nenhuma dessas disposições, nem mesmo a licença para armamento de condutores de malas postais; pode-se dizer que ele apenas aprimora o conteúdo coercitivo da lei, determinando que "ninguem será obrigado a metter na mala dos Correios cartas, ou quaesquer papeis, nem a pagar o porte


[18]

INSTRUCTIONS

TO THE

DEPUTY POSTMASTERS.

Postal Act de 1792.
Acervo - Museu Postal Nacional (National Postal Museum).
Washington, Estados Unidos.

delles, quando não sejam conduzidos pelos mesmos correios, ou entregues pela Administração" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1831, p. 9).

Há nessa mudança uma dupla intenção: assegurar as liberdades individuais de acordo com os princípios liberais vigentes no século XIX e, ao mesmo tempo, coibir práticas postais ilegais. Assim, ao substituir uma regulamentação proibitiva – "é proibido postar e conduzir cartas que não sejam pelos Correios" – por uma linguagem condizente com a retórica liberal da época – ninguém será obrigado a postar cartas que não sejam conduzidas pelos Correios – os deputados talvez buscassem estimular os cidadãos brasileiros a utilizarem o serviço postal de maneira correta e civilizada, evitando meios de comunicação que estivessem fora da ordem vigente.

O último tópico da regulamentação postal que sofreu alterações substantivas em 1831 diz respeito ao porte de jornais e demais periódicos

Entre os regimes liberais do século XIX, era consenso a ideia de que os veículos de comunicação desempenhavam importante papel na formação da opinião pública, sendo a liberdade de imprensa, segundo Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, um dos fundamentos dos governos representativos (MOREL; BARROS, 2003, p. 24).

Ora, para haver livre circulação de jornais pelo território nacional era necessário que se implantassem politicas tarifárias especificas para esse tipo de material impresso.

A primeira nação a incluir periódicos no cômputo postal foram os Estados Unidos, por meio do já mencionado *Postal Act* de 1792.

Posteriormente, a lei complementar de 1794 incluiu nesse documento uma provisão que taxava em apenas um *cent* o porte de todos os jornais que fossem impressos nos estados norte-americanos, qualquer que fosse a distancia percorrida pelos Correios.

Para Richard John, essa medida era fundamentada na crença republicana de que, ao difundirem notícias, costumes, hábitos e opiniões, os Correios desempenhavam papel de destaque na vida politica de uma sociedade, contribuindo, assim, para a realização do ideal de informed citizenry (JOHN, 1997, p. 371). Ademais, observa Arthur Hecht que *"the importance of wide and efficient distribution of mail, and specially newspapers, was early recognized as a potent factor in the maintenance and spread of the democratic way of life"* (HECHT, 1962, p. 442).[21]

Em outros países, a questão do porte de periódicos pelos Correios também adquiriu contornos políticos: na Inglaterra das décadas de 1820 e 1830, por exemplo, os proprietários de jornais que não eram taxados pelo governo[22], sentindo-se excluídos do serviço postal, apresentaram suas queixas e demandas ao Parlamento, no episódio que ficou conhecido como *"War of the unstamped"*[23] (JOHN, 2010, p. 4). Esse debate parlamentar coincidiu de certa forma com a campanha pela redução da tarifa postal iniciada por segmentos da sociedade britânica, sob a liderança do economista Rowland Hill,[24]e levada a cabo pelo Parlamento, em 1839.[25]

No Brasil, um decreto anterior à instituição da Administração Geral dos Correios, datado de 1827, já isentava de portes "as folhas periodicas e jornaes publicos, que forem dirigidos ás Bobliothecas Publicas" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1827, p. 106). Essa disposição foi confirmada pelo Regulamento de 1829, especificando-se, no entanto, que apenas não pagariam porte as "gazetas, periodicos e jornaes impressos dentro do Imperio" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 226). Aos jornais estrangeiros, era imposta uma única taxa de porte a ser paga aos navios que os conduzissem.

21. "[...] a importância de uma ampla e eficiente distribuição de correspondências, especialmente jornais, foi reconhecida desde cedo como um importante fator na manutenção e propagação da forma de vida democrática" (tradução nossa).

22. Os jornais taxados pelo governo britânico pagavam impostos que os permitiam circular sem qualquer restrição; essas taxas eram representadas por etiquetas não adesivas, chamadas *stamps*, que eram coladas nos maços de jornais despachados pelos Correios. Segundo Richard John, essa medida não contemplava toda a imprensa periódica britânica, tendo os proprietários de jornais *unstamped* de arcar com o transporte e a distribuição de suas folhas (JOHN, 2010, p. 4).

23. "Guerra dos jornais não selados" (tradução nossa).

24. Em relatório intitulado *Post Office Reform; its importance and practicability* (1837), Hill expõem os argumentos que embasavam sua proposta: segundo ele, o alto custo das taxas postais era resultado de um arranjo administrativo complexo e ineficiente, o qual privilegiava a arrecadação fiscal em detrimento da qualidade do serviço prestado à população. A instauração da franquia única e o pagamento prévio da mesma eram, na opinião do autor, condições para se alcançar um aumento dos fluxos postais, podendo gerar, inclusive, lucros para a administração (HILL, 1837, p. 79).

25. Nessa data, estabeleceu-se a taxação única de um penny para toda carta simples, independentemente da distância percorrida pelo transportador. Essa taxa deveria ser paga previamente pelo emissor da correspondência, sendo o pagamento identificado por um selo – o *Penny Black* – posto a venda em 1840.

Os periódicos endereçados a particulares estavam, por sua vez, sujeitos a pagarem meio porte, devendo ser acondicionados "sem capa, presos com tiras de papel, de maneira que se possa conhecer que dentro não vão cartas" (Idem, p. 226). Caso fossem impressos em outro país, o Regulamento dos Correios estabelecia o mesmo porte das cartas que vinham em paquetes ingleses, cujo valor iniciava-se em $330 réis para objetos de até 2 oitavas, podendo aumentar progressivamente de acordo com o peso dos malotes (IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p. 242).

Visando facilitar o fluxo de jornais e demais periódicos pelo interior do país, os deputados liberais da Regência franquearam o porte de todos os jornais nacionais, quer fossem endereçados a particulares, quer se destinassem a bibliotecas, arquivos e demais repartições públicas. Apenas jornais estrangeiros, quando não endereçados a instituições desse tipo, deveriam pagar taxa. Assim, o Decreto de 1831 determinava que fossem "francas de porte nos Correios do Imperio as folhas periodicas, e jornaes públicos nacionaes: e dos estrangeiros, os que forem dirigidos a particulares, pagarão somente a oitava parte do porte" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1831, p. 1).

Pode-se supor que essa medida tenha sido inspirada na politica norte-americana de franquia postal, assim como o foram todas as outras reformas desse tipo ocorridas nos países europeus. Todavia, enquanto nos Estados Unidos a função pública dos Correios era solidificar os princípios republicanos e democráticos, no Brasil, os políticos liberais talvez vissem na difusão de notícias uma forma de exercer sua autoridade e reafirmar a unidade nacional.

O que todas essas disposições denunciam é o esforço dos dirigentes nacionais no sentido de afinar a regulamentação postal do Império com os princípios e práticas do liberalismo vigente nas nações civilizadas daquela época. Nesse esforço, mudanças de cunho administrativo – como a extinção do cargo de Diretor Geral – investiram-se de

26. A definição do perfil dos Estados modernos segundo essas categoriais de análise tem sido posta em cheque pela historiografia política mais recente que propõe, no lugar dessa perspectiva, uma abordagem multidimensional que evidencie a natureza negociada do poder e contemple as especificidades da formação de cada Estado na análise da estrutura institucional dos mesmos. Segundo Peter Baldwin, "*In fact, states make choices among a variety of solutions that are not merely more or less interventionist but are simply different*" (BALDWIN, 2005, p. 23).

forte conotação política, evidenciando o projeto reformista de seus idealizadores. Para além do binômio centralização/descentralização,[26] os adendos liberais ao Regulamento de 1829 devem ser, portanto, vistos como elemento fundamental no processo de constituição dos Correios e de inserção desse aparelho na máquina do Estado.

1844: Reestruturação conservadora

As bases institucionais dos Correios lançadas por D. Pedro I e aprimoradas pelos liberais durante o governo regencial sofreram substantivas modificações no contexto que se convencionou chamar "Regresso Conservador": nesse período, que abrange a primeira metade da década de 1840 e coincide com os anos formativos do reinado de D. Pedro II, as organizações jurídicas e administrativas do Império passaram, segundo Monica Duarte Dantas, de um modelo institucional baseado no self-government anglo-saxão para uma "organização de inspiração francesa que tinha por base a hierarquia" (DANTAS, 2009, p. 17).

Semelhante tendência pode ser observada na legislação que regulamentava o serviço postal, a qual tornou-se mais complexa e detalhada, centrando-se na figura do Ministro do Império e em autoridades diretamente nomeadas pelo governo imperial.



Estudo para a sagração de Dom Pedro II, Manuel de Araújo, 1841.
Acervo - Museu Histórico Nacional. IBRAM/MinC
Em: (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Manuel_de_Ara%C3%BAjo_Porto-alegre_-_estudo_para_a_sagra%C3%A7%C3%A3o_de_Dom_Pedro_II_-_c._1840.jpg). Acesso em: 22/06/2016.

27. "O sistema estabelecido pelos Conservadores foi projetado para fortalecer o poder do governo central, do poder Executivo" (tradução nossa).

Como observa Lydia Garner, *"the system established by the Conservatives was designed to strengthen the power of the central government, of the Executive"*[27] (GARNER, 1988, p. 647).

O marco inicial dessa reforma foi a instituição da Diretoria Geral dos Correios, pelo decreto n. 399, de 21 de dezembro de 1844. Esse órgão tinha como função dirigir e fiscalizar os serviços postais do Império, propondo melhorias no aparelho administrativo das províncias, e promovendo a criação de novas agencias de Correios no interior do país. Compunham seu quadro de funcionários, além do Diretor Geral – cargo restaurado em março de 1842 e consequentemente incorporado à estrutura da nova repartição – um oficial-maior, dois oficiais e dois amanuenses.

Além da criação da Diretoria Geral, o Decreto n. 399 deu novo Regulamento aos serviços postais que, naquela época, eram formados pela Administração do Correio da Corte, pelas administrações provinciais e por agencias em diversas vilas e cidades do Império. Esse documento também dispôs sobre procedimentos de trabalho, recebimento e entrega de correspondências, condução de malas e comércio de selos,[28] determinando normas para a escrituração e contabilidade dos estabelecimentos postais.

As diretrizes do projeto conservador presentes nesse documento evidenciam-se nas formas de seleção e de nomeação para postos da hierarquia funcional: segundo o artigo 43 do novo Regulamento, eram nomeados por Título Imperial "Os Empregados da Diretoria Geral, e das Administrações, bem como os Agentes e Ajudantes das Agencias dos Correios" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1844, p. 7). Vale observar, ademais, que tanto o cargo de Diretor Geral quanto os de administradores eram "da livre nomeação e demissão do Governo" (Idem, p. 9),

O que significa dizer que o Ministro do Império não precisava consultar o Conselho de Estado, tampouco o Parlamento,[29] para decidir sobre a sorte desses funcionários.

28. É significativo que o Brasil tenha sido o terceiro país do mundo a aderir ao modelo inglês de uniformização tarifária: por meio do Decreto n. 254, de 29 de novembro de 1842, o Governo brasileiro fixou em 60 réis o valor dos portes das cartas conduzidas por terra que não excedessem a 4 oitavas de peso, sendo acrescido 30 réis a esse valor, para cada duas oitavas excedidas. Também foi instituído o pagamento prévio dessas taxas, que deveria ser identificado por um selo: o *Olho de Boi*. Esse ato ademais isentava de porte os ofícios públicos, impressos oficiais, processos legais e cartas de colonos dirigidas "*ás pessoas residentes no paiz, de que tiverem emigrado*" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1842, p. 2).

29. As únicas questões relacionadas aos Correios que dependiam da aprovação da Assembleia Geral eram aquelas que diziam respeito ao aumento do numero de empregados das repartições, aos vencimentos e às aposentadorias, visto que fizessem parte da discussão sobre o Orçamento do governo imperial.

30. Havia casos específicos que a entrega de ofícios exigia a nomeação de Guardas Nacionais para o serviço. Nesses casos, o administrador dos Correios na província deveria fazer um pedido formal ao Ministro do Império, o qual poderia dar ou não autorização para essa despesa, no caso de não haverem condutores nomeados nas localidades.

O acesso aos cargos vagos seguia, por sua vez, uma lógica que privilegiava os empregados da Diretoria Geral, sendo a eles concedido direito de preferencia "em concurrencia com quaesquer outros Cidadãos, huma vez que o mereção por seu bom serviço, regular conducta e reconhecida aptidão" (Idem, p. 8). Também era obrigação do Diretor Geral "informar ao Ministro do Império que pessoas tenhão a necessaria idoneidade para os Empregos do Correio; bem como sobre o acesso, aposentadoria, ou demissão de qualquer dos Empregados" (Idem, p. 1).

Para a contratação de funcionários,[30] o novo Regulamento previa que os candidatos às vagas disponíveis fossem obrigados a praticar suas atribuições gratuitamente durante quinze dias. Findo esse período, o Diretor Geral deveria expor ao Ministro do Império "sua opinião sobre a idoneidade do Candidato, e sobre sua preferencia" quando houvesse mais de um. Nesses casos prevalecia, mais uma vez, a independência do governo imperial, expressa no artigo 60: "O Governo Imperial poderá, independentemente da pratica de que trata o artigo antecedente [sobre a exposição do Diretor Geral], nomear a quem reputar idôneo para qualquer emprego do Correio" (Idem, p. 8).

Nesse arranjo protagonizado pelo Ministro do Império, com coadjuvação do Diretor Geral, os Presidentes de Província tiveram seus papéis redefinidos em relação ao Decreto de 1831, recebendo incumbências de fiscalização, como

> [...] exigir quantas informações julgar convenientes sobra a Administração dos Correios e seu pessoal" e "dar parte circunstanciada ao Ministro do Imperio de quantos defeitos, omissões e transgressões de Lei commeterem nos Correios das respectivas Provincias, indicando os meios adaptados para sua reforma e melhoramento (Idem, p. 29).

Esses agentes também passaram a controlar um elemento importante do aparelho administrativo postal, ao suspenderem e nomearem interinamente os administradores

nas províncias sob sua jurisdição. Excetuava-se dessa regra o Administrador do Correio da Corte, cuja nomeação interina era feita pelo Ministro do Império.

O poder de nomeação interina é um dos pontos controversos do novo Regulamento sobre o qual valem a pena algumas considerações: segundo o artigo 14 desse documento, uma das competências do Administrador dos Correios da Corte era "Nomear interinamente quem sirva nos impedimentos ou faltas de qualquer Empregado que não tenha substituto marcado" (Idem, p. 2).

Se retirado do contexto, esse parágrafo dá margem a interpretações que poderiam gerar conflitos de jurisdição entre o funcionário postal e os Presidentes de Província, já que ambos os cargos gozavam de semelhante atribuição.

Se o governo imperial primava por centralizar em autoridades do poder Executivo o controle sobre os administradores e demais funcionários dos Correios, quando a pauta era despesas, essa lógica invertia-se: nesse caso, tratava-se de descentralizar ao máximo os custos do serviço postal, o que significava arcar apenas com as despesas das repartições situadas nas capitais de província, delegando aos agentes das demais localidades a responsabilidade pelo expediente e pelas instalações da repartição, tal como dispõe o seguinte artigo:

> Art. 55. O Governo prestará Edificios Publicos, ou a quantia necessaria para alugar casas proprias para o Correio nas Capitais das Provincias. Nas outras Cidades, Villas, ou lugares onde não haja Edificio Publico que o Governo possa sem inconveniente prestar para esse fim, será a Agencia nas casas dos respectivos Agentes (Idem, p. 8).

A aparente improvisação que tal disposição sugere torna-se, contudo, mais compreensível se pensar-se que, no século XIX, a associação entre serviço público e empreendimento privado era regra nas administrações postais: nos Estados Unidos, por

31. "Alguns centros particulares de coleta postal eram tavernas estrategicamente localizadas em povoações populosas onde as correspondências pudessem ser facilmente entregues ou coletadas" (tradução nossa).

exemplo, *"some of the private postal centers were taverns located strategically in populated townships where mail could easily be brought or collected"* [31] (HECHT, 1962, p. 423). Isso, contudo, não significa que esses espaços estivessem fora da supervisão governamental, pelo contrário: assim como as tavernas-agencia eram objeto de regulamentação dos *postmasters generals* norte-americanos, no Brasil, a estrutura de funcionamento dos Correios tal como foi organizada em 1844 permitia ao governo imperial conhecer, ao menos formalmente, a rotina administrativa das repartições que compunham essa instituição.

O primeiro nível dessa estrutura manifestava-se na relação entre o Diretor Geral dos Correios e o Ministério: pelo 2º artigo do novo Regulamento, percebe-se que esse era um cargo-chave na administração postal, pois a ele competia, além de "fisalizar, promover, e dirigir a Administração de todos os Correios", "propor pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, o que pela pratica mostrar conveniente para melhorar a mesma Administração" (IMPÉRIO DO BRASIL, 1844, p. 2). Para o bom exercício de suas funções, era permitido ao Diretor Geral, ademais, "requisitar as informações que julgar necessarias ou convenientes, á quaesquer Autoridades, ou Empregados, observando a atenção devida á cathegoria e graduação de cada hum delles" (Idem, p. 3).

Em um segundo nível estava a subordinação dos administradores provinciais em relação ao Diretor Geral: por estarem mais próximos do expediente postal e – presumia-se – conhecerem as necessidades das agencias sob sua jurisdição, aqueles funcionários eram incumbidos de nomear carteiros, estafetas e pedestres[32] que fossem necessários, suspendendo-os ou demitindo-os quando julgassem conveniente.

As situações que caracterizavam suspensão ou demissão eram, basicamente: negligencia na entrega de correspondências, rixas entre funcionários e desacatos ao publico. Algumas contravenções consideradas graves, como violação do sigilo postal, poderiam ocasionar mandatos de prisão, o que deveria ser feito em conformidade com o

32. No século XIX, esses termos eram utilizados para denominar profissionais incumbidos no transporte de cartas, sendo que *carteiro* era, em geral, quem fazia esse serviço no perímetro urbano. Sobre os *pedestres* e *estafetas*, observa Mario Rodarte que, "embora o primeiro termo queira sugerir o Correio feito a pé, e o segundo, a cavalo, eles eram usados como sinônimos perfeitos em muitas cartas enviadas ao Presidente de Província pela Administração dos Correios de Ouro Preto". (RODARTE, 1999, p. 65).

Código do Processo Criminal. Os administradores ainda poderiam optar por aplicar multas aos contraventores, contanto que esses fossem apreendidos em flagrante delito.

Em todos esses casos, o comunicado ao Diretor Geral deveria ser de praxe, tal como enfatiza o artigo 275: "Sempre que qualquer Empregado do Correio pratique hum facto, pelo qual deva ser demitido, suspenso, ou de qualquer sorte responsabilisado, o Administrador, depois de ouvido o Empregado, levará tudo ao conhecimento do Director Geral." (Idem, p. 30). Vale observar que, em nenhum artigo do regulamento estavam previstas situações em que o administrador provincial deveria se dirigir diretamente ao Ministro do Império, sem antes passar pelo crivo de seu superior na hierarquia do funcionalismo postal.

Outras situações bastante comuns na rotina administrativa dos Correios ocorriam em um terceiro nível da estrutura funcional, qual seja o das relações cotidianas entre administrador, agentes postais e condutores de malas: no extravio de cartas com seguro, por exemplo, o novo Regulamento previa que fosse pago ao segurador o valor de 50 réis, indenização feita à custa do condutor responsável ou dos cofres da agencia de destino da correspondência extraviada. Para reaver o valor perdido, o agente deveria reportar o fato ao administrador que, por sua vez, comunicaria "todas estas occorencias, com as observações que julgar convenientes, na Côrte ao Diretor Geral, e nas Provincias aos respectivos Presidentes, que as submetterão á consideração do Ministro do Imperio" (Idem, p. 17).

Quando os agentes recebiam malas com sinais de arrombamento, o procedimento era um pouco diferente: eles deveriam participar o fato ao Juiz Municipal ou ao Subdelegado da localidade, os quais iriam à agencia, na companhia de um Escrivão, para que se formasse auto do estado das malas. Feito isso, diz o artigo 100:

33. Em pesquisa no Arquivo Público Mineiro, deparamo-nos com um ofício desse tipo, datado de 1847 e enviado por Antonio Xavier da Silva, agente do Correio de Ouro Preto, ao Presidente de Província, com o relato de ocorrência nos seguintes termos: "*Levo ao conhecimento de V. Exa. que o Correio que da Corte foi expedido a 10 do corrente, e que aqui devia chegar ontem pelas sete horas da noite só o fez agora, trazendo toda a correspondência estragada, principalmente a de diversos pontos que chegou a tal ponto de não se poder quase conferir, vindo a maior parte das cartas dilaceradas e abertas. Suponho que tal estrago proveio de terem caído as malas em algum rio.*" (APM, Sessão Provincial – cx. 655 – Doc. 35).

> O Escrivão do mesmo acto extrahirá copia ex-officio, que entregará ao Administrador, e este na Côrte enviará copia della ao Director Geral dos Correios, com Officio participando o ocorrido, [33] para ser presente ao Governo, e nas Províncias aos Presidentes, e em todo o caso procederá aos necessários annuncios pelas Folhas publicas, affixando-os tambem nas portas das Casas d'Administração (Idem, p. 12).

Nesses casos, a publicidade era de responsabilidade dos administradores, sendo procedimento fundamental para que os usuários do sistema postal pudessem se informar sobre o ocorrido e reclamar indenização por suas correspondências danificadas.

Um procedimento bastante revelador de como os conservadores viam os funcionários públicos em geral era feito no caso de atraso de pedestres: segundo o artigo 166, esses funcionários teriam horários fixos para sair das agencias e chegar aos lugares de destino; se, por algum motivo de "extraordinarias chuvas, grandes enchentes de Rios, ou molestia grave", o condutor demorasse a percorrer seu itinerário, a causa do atraso deveria ser atestada "pelas Autoridades, ou pessoas gradas do lugar, ou pelo agente mais proximo", sendo que ao administrador cumpria "dar-lhes o respectivo valor" (Idem, p. 18).

Em um sistema que valorizava a titulação e a hierarquia, é compreensível que os pedestres tivessem de se valer da palavra de seus superiores, de autoridades públicas ou simplesmente de pessoas mais *gradas* que eles para justificarem seu atraso nas agencias e administrações postais. Assim, ao ter seu edifício institucional reestruturado segundo as discriminações sócio-raciais que caracterizavam a sociedade brasileira do Oitocentos, os Correios se inseriram no projeto de Estado que os conservadores arquitetaram para o Império nos anos em que estiveram à frente da máquina do governo.



Selo "Heróis Nacionais, Dom Pedro I", 2008.
Acervo - Museu Correios

Considerações finais: os Correios na construção do Estado imperial brasileiro

Tema clássico da historiografia, a construção do Estado imperial brasileiro vem sendo retomado na última década por uma série de estudos que pretendem renovar as perspectivas de análise sobre o Oitocentos. Esses estudos têm em comum algumas diretrizes teóricas, quais sejam a ênfase na existência e funcionamento *de facto* do sistema representativo, a valorização da noção pactícia entre elites regionais e governo central e o reconhecimento da coexistência de projetos liberais distintos e, por vezes, contraditórios (DOLHNIKOFF, 2005; DANTAS, 2009).

Em objeção ao modelo interpretativo tradicional segundo o qual o estabelecimento do governo liberal no Brasil teria sido resultado de uma transposição incompleta e falseada de instituições europeias, Miriam Dolhnikoff enfatiza o papel dos agentes políticos nacionais na reformulação dessa herança institucional. Para a autora:

> No Brasil, o desafio de construir um governo representativo centrou-se na forma de organizar as instituições de modo a adaptar os modelos conhecidos à realidade específica do país. Os políticos brasileiros acalentaram projetos distintos, tendo em vista concepções diversas de representação e diferentes interesses projetados na ordem institucional (DOLHNIKOFF, 2011, p. 141).

Já Monica Duarte Dantas parte da análise da legislação produzida em diferentes conjunturas parlamentares para identificar mudanças nas orientações ideológicas e politicas que fundamentavam as instituições imperiais. Sobre a reforma do Código do Processo Criminal ocorrida em 1841, essa autora observa, por exemplo, que

> [...] o ministério não realizava apenas uma centralização do Judiciário. Muito mais do que isso, alterava-se em essência uma legislação inspirada no modelo anglo-saxão de governo (em seu sentido mais amplo), optando-se por uma organização de inspiração

> francesa. Não se trata, portanto, de discutir liberalismo, mas de que liberalismo estava-se falando (DANTAS, 2009, p. 18).

Sincronizado com essas perspectivas, o presente artigo buscou demonstrar como a diversidade de projetos políticos de que falam essas autoras também pode ser encontrada em instituições que, como os Correios, não faziam parte do sistema representativo ou jurídico, mas sim da infraestrutura administrativa do Império. Para isso, adotou-se procedimento semelhante ao de Monica Dantas para com a reforma do Código do Processo Criminal, analisando as regulamentações dos serviços postais relativas aos anos de 1831 e 1844.

A primeira conclusão extraída dessa análise refere-se ao papel desempenhado pelo governo imperial na regulamentação desse serviço: para os atores políticos envolvidos na construção do Estado nacional, a existência de uma infraestrutura de comunicação unificada era certamente vista como uma das precondições para se haver integração territorial. Os Correios deveriam ter, portanto, contornos institucionais modernos, caracterizados pela existência quadros funcionais, rotinas administrativas e regulamentações afinadas com a orientação política do governo.

Há no Regulamento dos Correios de 1844 diferenças fundamentais em relação ao Decreto de 1831, cujos principais tópicos foram sinalizados ao longo do artigo; porém, se lidos em conjunto, esses dois documentos evidenciam a transformação pela qual esse aparelho de Estado passou nas diferentes conjunturas políticas que caracterizaram o período imperial. Sendo assim, a afirmação de Olivia Langlois para o caso francês também vale para essa análise: *"Les modifications apportées dans la plupart des domaines postaux à l'avènement de chaque nouveau régime politique montrent que chacun d'entre eux tente de concrétiser son action idéologique dans le domaine postal"*[34] (LANGLOIS, 2003, p. 32).

Uma última consideração diz respeito ao modelo de administração inerente à organização do serviço postal no Oitocentos: por meio da regulamentação analisada,

34. "As modificações realizadas na maior parte dos domínios postais com a sucessão de cada novo regime político mostram que cada um desses regimes buscaram concretizar sua ação ideológica no campo das comunicações postais" (tradução nossa).

35. Cf.: RODARTE, 1996; BARROS NETO, 2004; OLIVEIRA, 2010.

viu-se que o Estado foi progressivamente ampliando suas responsabilidades e seus meios fiscalização sobre os Correios, na medida em que aumentavam as demandas sociais e econômicas por esse serviço. A presença normativa do Estado, contudo, não impediu a permanência de certas iniciativas privadas na prática postal, como as arrematações de condução de malas e a contratações de *caminheiros*.

Na contramão de autores que enxergam nisso uma forma frágil e fragmentada de administração[35], esse artigo propõe a hipótese de que a construção do sistema postal no Brasil do século XIX somente foi possível com a participação das elites regionais determinada pela inserção dessas elites na máquina administrativa do Estado.

Assim, ao conceber os Correios como parte fundamental de um Estado em vias de expansão e especialização de suas competências, esse artigo abre perspectivas para explorar outras facetas do pacto governo e elites regionais no Brasil imperial.

Referências

BALDWIN, Peter. Beyond Weak and Strong: Rethinking the State in Comparative Policy History. **Journal of Policy History,** v. 17, n. 1, pp. 12 – 33. 2005.

BARREYRE, Nicolas. Administration et franchise. La Poste, le Congrès et les formes de l'État au XIXe siècle". **Revue française d'études américaines**, v. 2, n° 112, pp. 52 – 64. 2007.

BARROS NETO, João Pinheiro de. **Administração pública no Brasil:** uma breve história dos correios. São Paulo: Annablume, 2004.

BERTHO LAVENIR, Catherine. Le facteur national: la politique des réseaux postaux. **Les cahiers de médiologie,** v. 1, n° 3, pp. 31 – 41. 1997.

BURGESS, Samuel M. Early American Postal History. **Records of the Columbia Historical Society**, Washington, v. 50, pp. 245 – 263. 1948.

CAMPBELL JR., James. Historical development of a Universal Service Obligation in the United States, In: CREW, Michael; KLEINDORFER, Paul. **Heightening Competition in the Postal and Delivery Sector.** Northampton: Edward Elgar, 2010. pp. 372 – 384.

DANTAS, Monica Duarte. O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de organização), conferência apresentada junto ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade, São Paulo, Faculdade de Direito/ USP, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. Administração pública e crescimento econômico em São Paulo no século XIX, **D.O. Leitura**, São Paulo, Imprensa Oficial, pp. 28 – 37. 2004.

_____. **O pacto imperial**. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

_____, et alli. Representação política no Império. Crítica à ideia do falseamento institucional, In: LAVALLE, Adrian Gurza (org.). **O horizonte da política:** questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: FAPESP, 2011. p. 97 – 141.

_____. Governo representativo e legislação eleitoral no Brasil do século XIX. **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 20, pp. 66 – 82. 2014.

FOWLER, Dorothy G. **Unmailable:** Congress and the Post Office. Athens: University of Georgia Press, 1977.

GARNER, Lydia Magalhães Nunes. **In pursuit of order:** a study in Brazilian centralization, the Section of Empire of the the Council of State, 1842 – 1889. Tese de doutorado, Baltimore, John Hopkins University, 1987.

HECHT, Arthur. Pennsylvania Postal History of the Eighteenth Century". **Pennsylvania history**, v. 30, n. 4, pp. 420 – 442. 1963.

HILL, Rowland. **Post Office Reform;** its importance and practicability. London: Charles Knight and Co., 1837.

JOHN, Richard R. **Spreading the News:** The American Postal System from Franklin to Morse. Cambridge, MA: Harvard UP, 1995.

_____. Governamental Institutions as Agents of Change: Rethinking American Political Development in the Early Republic, 1787 – 1835, **Studies in American Political Development**, v. 11, pp. 347 – 380. 1997.

_____. The Political Economy of Postal Reform in the Victorian Age, **Smithsonian Contributions to History and Technology**, n. 55, pp. 3 – 11. 2010.

KIELBOWICZ, Richard B. **News in the Mail:** The Press, Post Office, and Public Information, 1700 – 1860s. New York: Greenwood Press, 1989.

LANGLOIS, Olivia. **Contribution à l'histoire du service public postal** (de la Révolution au tournant libéral du Second Empire), Tese de doutorado, Strasburgo, Université de Strasbourg, 2003.

MARGUERIT, Mathilde. La mise en place du réseau postal dans les campagnes du XIXe siècle. Une étude de cas: le département du Nord. **Flux**, n. 42, p. 48 – 59. 2000.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder:** o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação. **Almanak** Brasiliense, n. 10, nov. de 2009, p. 5 – 22.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Opinião Pública, In: FERES JR., João (org.). **Léxico da**

História dos conceitos políticos no Brasil. 2ª ed. Revista e ampliada, Belo Horizonte, UFMG, 2014, p. 155 – 171.

OGER, Benoît. Les mutations de la Poste de 1792 à 1990, entre ruptures et continuités. **Flux**, n. 42, p. 7 – 21. 2000.

OLIVEIRA, Helena de. E**dição semidiplomática e análise diacrítica de manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo.** Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010. 147 pp.

RICHEZ, Sébastien. L'essor postal dans le Calvados au cours de la seconde moitié du XIX siècle. **Annales de Normandie**, v. 50, n. 4, pp. 523 – 545. 2000.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O caso das Minas que não se esgotaram:** a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1999. 179 pp.

ROGOWSKI, Jon. Political Institutions, the Separation of Powers, and the United States Post Office: Presidential Influence in na Era of Congressional Dominance, **American Political Science Review**, v. 5, n. 2, pp. 1 – 37. 2014.

Documentos:
BRAZIL, Colecção de Leis do Imperio do Brazil, vs. 1/2, 1829; 1831; 1842; 1844. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 20/07/2015.

Pérola Maria Goldfeder e Castro
Doutoranda do programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Contato: perolagold@yahoo.com.br


DE
CORREIO
DO
CORREIO
REFUGO
DTON
DP
SELLO
SERVIDO
POSTA-URBANA
R
BRAZIL
Nº

As singularidades da coleção de carimbos postais do Museu Correios

Cícero Antônio F. de Almeida

The uniqueness of the Museu Correios postage stamp collection

Resumo/Abstract

O artigo trata da coleção de carimbos postais utilizados ao longo do século XIX, do Museu Correios, através de uma análise que se estende da origem do Museu e da formação deste conjunto até a apresentação de um quadro classificatório de cerca de 400 exemplares. São apresentados e descritos os carimbos mais significativos do conjunto, que possibilitam a compreensão da história postal brasileira especialmente na segunda metade do século XIX, período de grandes inovações nos serviços postais no país.

Palavras-chave: Museu Correios. Carimbos postais. Marcofilia. Carimbologia.

The *Museu Correios* (Post Museum) collection contains a large record of the History of Communications in Brazil, including several collections, among them the Telegraphic Collection. This article presents a brief overview of the theory of the object as a document and a testimony, to demonstrate how objects of science and technology, in the case of *Museu Correios* and represented by this collection, can be treated as an information source. It examines the case of the Bréguet telegraph transmitter.

Keywords: Science and technology acquis; Object-document; Object-testimony; Telegraphic collection.

Um museu para os Correios

A decisão de criar um museu dedicado exclusivamente à história dos serviços postais, em 26 de fevereiro de 1889, num período em que não eram abundantes os museus no Brasil, especialmente os de natureza institucional, proporcionou aos Correios uma situação bastante peculiar no que concerne à preservação da memória da instituição. Ao determinar a coleta e envio ao Almoxarifado da Diretoria Geral dos Correios de "todos os carimbos, sinetes, malas, bolsas, tabelas e quaisquer outros artefatos exclusivos do serviço postal, que se tenham tornado inservíveis ou que se hajam retirados de uso" (ALMEIDA, 1989, p. 5), a iniciativa permitiu que parte significativa do acervo institucional fosse preservada do seu inexorável destino, que seria, naturalmente, a destruição, em razão da obsolescência ou dos danos naturais.

Para ajudar a entender esta iniciativa pioneira, é necessário compreender o momento pelo qual atravessava a então Diretoria Geral dos Correios no final do Império. O estágio de desenvolvimento dos serviços postais nas últimas décadas do século XIX havia proporcionado um aumento considerável na troca de correspondências comerciais entre países de todos os continentes, através do uso da navegação comercial, das linhas férreas, e do recém-criado telégrafo elétrico. Desde fins do século XVIII e, especialmente a partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, o Brasil implantou um amplo sistema de trocas postais, ligando as províncias de norte a sul do país, por terra e por mar.

Com a popularização do uso do cartão-postal na Europa a partir de meados da década de 1870, e no Brasil, desde os anos de 1890, começam a se intensificar também as correspondências de caráter pessoal. Os Bilhetes-Postais – como eram chamados inicialmente no Brasil –, devido ao seu formato e baixo custo para expedição, foram determinantes para a expansão e popularização dos Correios. Foram essas as principais razões que levaram algumas administrações postais no mundo a criar museus, que buscavam valorizar justamente o avanço de novas tecnologias nos serviços postais e a consequente popularização das trocas de correspondências, como foi o caso do Museu dos Correios do Império Alemão (Berlin), e do Museu A. S. Popov (São Petersburgo), ambos criados em 1872.



Figura 1 - Exemplar do primeiro bilhete-postal emitido no Brasil, no valor de 50 réis (de circulação nacional), criado pelo Decreto Nº 7.695, de 28 de abril de 1880.
Coleção do autor.

No caso brasileiro, o espírito de musealização em voga no momento de transição entre o Império e a República contribui também como fator decisivo. Assim como o Imperador D. Pedro II planejava de forma sistemática a criação de novos museus voltados à afirmação do Estado Imperial, com o intuito de valorizar notadamente os feitos militares ligados à defesa do território, a seu modo, os primeiros governos da República buscaram afirmar os valores do novo regime, através tanto da mudança de estratégias de atuação dos museus legados do Império, quanto da criação de novos museus e monumentos.

É importante destacar que a Diretoria Geral dos Correios atravessou do Império à República sem mudar imediatamente sua estrutura de funcionamento, e mesmo mantendo seu Diretor-Geral, Luiz Betim Paes Leme, que ocupava o cargo desde 18 de março de 1882, nele permanecendo até 19 de dezembro de 1891. A complexidade dos serviços postais exigiu, evidentemente, cautela dos novos mandatários republicanos. Medidas significativas de alteração do funcionamento dos Correios só começaram a ser efetivadas após a saída de Paes Leme, como exemplificam os sucessivos decretos de reorganização dos serviços postais no Brasil aprovados nos últimos anos do século XIX.

Num ambiente de busca de afirmação simbólica do novo regime, a implantação do Museu Postal foi preocupação dos administradores da República recém-criada. No Regulamento dos Correios implantado em 1894, através do Decreto Nº 1692A (10 de abril de 1894), esta preocupação aparece nas Disposições Gerais, em seu Art. 530, que determinava que

> [...] ao museu da Diretoria Geral serão recolhidos os vários e diferentes objetos, artefatos antigos e modernos, curiosidades e quaisquer espécimes concernentes aos serviços do Correio, especialmente ao do Brasil, que atestem o seu desenvolvimento e documentem a historia do serviço postal no país. (DECRETO Nº 1692A, de 10 de abril de 1894)

Ao lado da estruturação do Museu Postal, o mesmo decreto Nº 1692A determinava a criação de bibliotecas "contendo obras concernentes ao serviço postal, jornais, boletins, anuários, tanto nacionais como estrangeiros, que se possam adquirir". (Art. 531) A criação da primeira Biblioteca Postal havia sido determinada por Paes Leme em 26 de março de 1888, antes mesmo da criação do Museu.

Ainda que os trabalhos de coleta e organização do Museu Postal estivessem na pauta da administração dos Correios, a instalação da instituição em sede definitiva e sua abertura regular ao público não foram bem-sucedidas. Devemos lembrar que a existência de um museu em fins do século XIX – a despeito da noção que fazemos contemporaneamente –, não tinha como pressuposto imprescindível sua abertura ao público. As atividades concentravam-se em tarefas meramente administrativas, e de tempos em tempos eram montados pequenos mostruários com peças do acervo no interior de algumas agências postais, ou organizadas exposições de caráter temporário, e o acervo do Museu era raramente franqueado a pesquisadores.

A trajetória do museu criado no âmbito dos correios em 1889 até os dias atuais, apesar de pioneira, e de possibilitar a preservação de uma grande quantidade de artefatos ligados à história postal no país, foi profundamente marcada pela descontinuidade, com

criações e extinções sucessivas, que comprometeram, sem dúvida, a coleta sistemática e a própria conservação do acervo. Como sucessor do primitivo Museu Postal foi criado, em 1906, o Museu dos Telégrafos, que durou até cerca de 1920, seguido do Museu Postal-Telegráfico em 1931, como consequência da unificação dos serviços postais e telegráficos a partir da criação do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) naquele mesmo ano. Durante quatro décadas seu funcionamento foi irregular, com mudanças de sede e de administração.[1]

Após a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em 1969, foram retomados trabalhos no sentido de reorganizar um novo museu institucional, o que ocorreu somente em 1980 com a inauguração do Museu Postal e Telegráfico, primeira iniciativa regularmente aberta ao público, instalado na antiga sede da Presidência dos Correios, em Brasília, e que permaneceu aberto até 2001. Em 2012 foi criado o atual Museu Correios. Independente da instabilidade institucional, que variou de acordo com o maior ou menor interesse da alta administração dos Correios ao longo de mais de 120 anos, foi sendo gradativamente consolidado um importante acervo ligado à história dos serviços postais no país, além de coleções filatélicas recebidas de administrações postais do exterior.

1. O Museu Postal-Telegráfico funcionou em uma das salas do antigo Paço Imperial, no Rio de Janeiro, construído para abrigar os vice-reis de Portugal e servir de residência para os governadores da Capitania do Rio de Janeiro. Depois da Independência, serviu de palácio de despachos dos imperadores do Brasil. Após a República, foi transformado na principal sede da administração dos Correios no país. Em 1980, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos desocupou o prédio e o entregou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que o transformou num centro cultural.

A coleção de carimbos postais

A coleção de carimbos postais do Museu Correios, devido à sua abrangência, pode ser considerada uma das principais referências sobre a História Postal e a Filatelia no Brasil, pois reflete não apenas a extensão territorial atendida pelos correios como também a variedade de serviços oferecidos aos seus usuários desde o início do século XIX. Uma das mais antigas notícias sobre o tratamento e classificação do conjunto de carimbos acumulados pela instituição desde 1889 refere-se à iniciativa de reunião de todos os

exemplares num único armário, especialmente confeccionado para esta finalidade, em junho de 1934, na administração do Diretor-Geral Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres. Ao lado da organização física do acervo, foi elaborado um inventário geral, reunido num único livro, que continha a reprodução das marcas extraídas de todos os carimbos. No Termo de Abertura do referido livro encontramos a seguinte anotação: "Servirá este livro para serem reproduzidos todos os carimbos que inicialmente constituíram a coleção do Museu Postal, e, posteriormente, todos os que venham a fazer parte da dita coleção". (ALMEIDA, 1991, não publicado)

É provável que a iniciativa do então Museu Postal-Telegráfico tenha refletido o notável impulso que o interesse do estudo dos carimbos postais despertava naquele período entre filatelistas e estudiosos da história postal no Brasil. A Filatelia – como este ramo de colecionismo ficou conhecido – buscava superar a fase de "novidade" para se estruturar de maneira mais sistemática e complexa. Na busca por uma ordem classificatória, logo surgiu a ideia de classificação dos selos "usados" (que haviam sido utilizados regularmente em correspondências circuladas pelos correios) a partir da identificação dos carimbos sobre eles aplicados.

O estudo sobre as marcas postais, conhecido por marcofilia ou carimbologia, encontrou adeptos no círculo dos colecionadores de selos no Brasil desde o início dos anos de 1920. Trabalhos como o de José Kloke, Mário de Sanctis e Nova Monteiro, publicados principalmente no Boletim da Sociedade Philatelica Paulista, ajudaram a disseminar a importância de analisar os vestígios de marcas do correio sobre as peças filatélicas, como meio de verificar a origem, o período de circulação e a legitimidade dos próprios selos, proporcionando uma classificação mais rigorosa dos exemplares e auxiliando na compreensão da história do correio no Brasil (ALMEIDA & VASQUEZ, 2003, p. 37). Dentre os primeiros estudos sistematizados sobre carimbologia no país temos o trabalho organizado por Paulo Ayres, o "Catálogo de Carimbos (Brasil – Império)" (AYRES, 1937), obra pioneira no tema e referência até a atualidade. Paulo Ayres, no curso de seus

2. Marca postal, de finalidade exclusivamente filatélica, aplicada sobre os selos comemorativos lançados pelos Correios.

3. Marca postal emitida pelos Correios especialmente para registrar a data de entrada de circulação de selos comemorativos, sendo utilizada apenas no dia e local do lançamento.

4. Os sinetes foram utilizados originalmente sobre o lacre de fecho das cartas registradas com valor declarado sendo, no entanto, também usados para inutilizar os selos postais na falta de carimbos obliteradores e datadores.

5. O livro "Carimbos Postais/Século XIX. Um estudo da coleção de matrizes do Museu Postal e Telegráfico", publicado em 1989, reuniu e classificou o conjunto da coleção de carimbos postais regulares então existentes nos Correios, e serviu de base para o presente artigo.

estudos, conheceu de perto a coleção do então Museu Postal-Telegráfico, como podemos atestar através de sua lista de fontes.

Ainda que a ordem de recolhimento de carimbos e demais testemunhos dos serviços dos correios fosse dirigida às administrações postais de todo o país, as peças que hoje pertencem à coleção provêm especialmente de agências localizadas na atual cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, depois capital do Império e da República sucessivamente, além de cidades que pertencem hoje ao Estado do Rio, somando mais de 60%. Outras quatro províncias do Império contribuíram com cerca de 30% do conjunto de carimbos: Piauí, Paraíba, Minas Gerais e Bahia. Somados, os carimbos provenientes das demais províncias não atingem 10% do total. Um único carimbo proveniente da Província do Amazonas aparece na coleção, utilizado na Administração dos Correios na cidade de Manaus.

A coleção é bastante ampla, abrangendo, além dos carimbos utilizados nos serviços postais regulares, os carimbos comemorativos[2] , os de Primeiro Dia de Circulação[3] , além de sinetes[4] de uso postal. Vamos tratar aqui especificamente dos carimbos de serviços postais regulares utilizados ao longo do século XIX, coleção estimada em cerca de 400 peças[5].

Vale esclarecer que a função primordial das marcas postais – sejam elas manuscritas ou resultantes do uso de carimbos – desde os mais antigos sistemas de correio era a de identificar a origem das correspondências. Ainda que sejam conhecidos sistemas organizados de transporte de correspondências desde o reinado de Ciro da Pérsia, cerca de 600 anos antes da Era Cristã, foi somente no início do Renascimento que começaram a proliferar corporações postais privadas, como consequência da necessidade de facilitar o controle do comércio entre regiões e países (figura 2).



Figura 2 - Correspondência transportada pelo Corrieri della Corporazione dei Mercanti da Veneza a Firenze, cuja marca manuscrita pode ser observada em destaque na face principal. Esta marca identificava especificamente as cartas circuladas entre Florença e Veneza. A correspondência é destinada a Lorenzo, membro da família Corsini, uma das mais antigas e importantes de Florença, datada de junho de 1590. A família Corsini organizou diversos pontos de comércio por toda Europa, que eram ligados por um serviço postal privado bastante eficiente.
Coleção do autor.

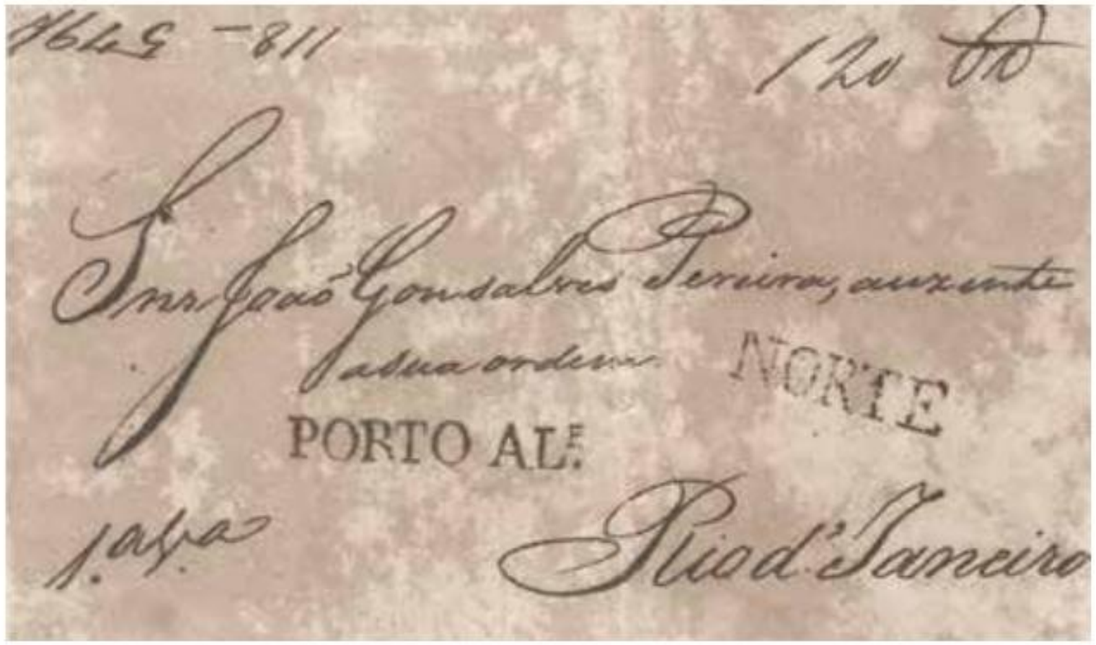


Figura 3 - Correspondência de Porto Alegre para o Rio de Janeiro, de 16 de abril de 1831, onde se pode observar o carimbo indicador da agência de origem (Porto Ale), primeiro modelo de marca postal utilizado no Brasil. No período inicial de funcionamento dos correios, cabia ao destinatário o pagamento do valor relativo aos serviços postais, que aparece assinalado no canto superior direito (120 réis). Coleção do autor.

No caso específico da história postal brasileira, vale lembrar que a organização das primeiras iniciativas de regulação de troca de correspondências esteve, naturalmente, atrelada ao sistema empregado em Portugal, que em 1520 criou o ofício do Correio Mor do reino. Tratava-se de uma concessão dos serviços postais à iniciativa privada, cujo primeiro beneficiário foi o Correio mor Luís Homem, sendo o ofício vendido em 1606 à família Gomes da Matta. Mesmo com a nomeação de assistentes do Correio Mor no Brasil em 1662, para agilizar as trocas de correspondências entre Portugal e sua principal colônia, uma efetiva organização dos serviços postais em nosso país não se fez antes da abolição deste ofício e a incorporação de suas funções pela coroa portuguesa, em 1798, através da criação dos Correios Marítimos, de 20 de janeiro daquele ano. Estava claro que o controle sobre o transporte de correspondências tornava-se, cada vez mais, um serviço estratégico, especialmente para o fomento do comércio e o controle administrativo das colônias, razão pela qual a coroa portuguesa se empenhou em trazer para si a responsabilidade de sua execução.

A certidão de nascimento do carimbo postal no Brasil foi o Art. 17º do Alvará de criação dos Correios Marítimos (1798), que determinava que "[...]as cartas serão marcadas com o nome da terra em cujo Correio forem lançadas [...]. (ALMEIDA, 1989. p. 12). Neste período inicial dos correios, além do carimbo de origem, as cartas traziam em sua face principal o valor relativo aos serviços postais, que era assinalado pelo administrador da agência de origem, e que deveria ser pago pelo destinatário no

momento da entrega da correspondência. Somente com a reforma postal de 1842 este sistema se modificou, passando o remetente a arcar com os custos relativos ao transporte da correspondência, através do uso de um selo postal adesivo como comprovante do pagamento antecipado das taxas postais, sistema até hoje utilizado. O novo sistema vigorou oficialmente a partir de 1º de agosto de 1843, com o lançamento da primeira série de selos postais brasileiros, os "olhos de boi".

Os mais antigos exemplares de carimbos pertencentes à coleção do Museu Correios remontam aos anos de 1820, período conhecido por "pré-filatélico", ou seja, aquele que se inicia com a criação dos Correios Marítimos em 1798, quando cabia ao destinatário o pagamento da taxa postal, e se encerra com a entrada em vigor da reforma postal que alterou o sistema de cobrança das cartas (1843), que introduziu o selo como comprovante do pagamento antecipado do valor relativo aos serviços, pago pelo remetente. Deste período podemos destacar o carimbo da agência da então cidade do Desterro (atual Florianópolis), apresentado na figura 4. Além deste, alguns poucos exemplares da coleção foram utilizados no chamado período "pré-filatélico": "Angra dos Reis", "Cidade de Nictheroy", "Sergipe" (atual cidade de São Cristóvão), e "Tagoahy" (atual Itaguai) (figura 5).

Era comum durante a primeira metade do século XIX que os carimbos postais apresentassem apenas o nome da cidade de origem. A partir do uso dos selos, as administrações postais começaram a empregar carimbos que, além de indicar a origem e inutilizar o selo, impedindo assim a sua reutilização, também assinalavam a data de expedição. Com isso, os formatos iniciais se modificaram, passando das legendas horizontais para as legendas circulares, contendo a data de expedição ao centro.

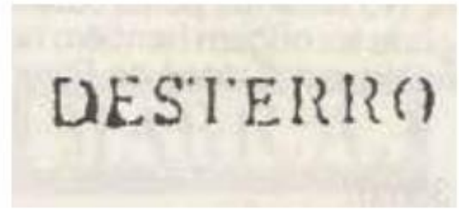


Figura 4 - Carimbo da agência de Desterro (atual cidade de Florianópolis), um dos mais antigos da coleção do Museu Correios, utilizado na primeira metade do século XIX, no período conhecido por "pré-filatélico".



Figura 5 - Carimbos utilizados entre 1830 e 1843, período pré-filatélico: "Angra dos Reis", "Cidade de Nictheroy", "Sergipe" (atual cidade de São Cristóvão/SE) e "Tagoahy" (atual Itaguai/RJ).





Figura 6 - Carimbo utilizado pelo correio no Brasil durante a segunda metade do século XIX, encomendado ao fabricante inglês "D. C. Birri", sediado em Londres. Trata-se de um modelo bastante empregado na administração dos correios na Inglaterra no mesmo período, composto de duas partes: à esquerda, carimbo circular indicador de data e origem (Rio de Janeiro); à direita, parte destinada à obliteração do selo.



Figura 7 - Carimbo do tipo "francês". Este modelo de carimbo foi muito utilizado na França sobre as primeiras emissões postais daquele país (1849 a 1870). O algarismo ao centro do losango formado por pontos indicava a agência de origem da correspondência.



Figura 8 - Carimbo de serviço postal auxiliar, que indicava o registro da correspondência, utilizado no final do século XIX e início do século XX, fabricado pela empresa francesa "E. Ravasse", de Paris.

A administração postal brasileira ao longo do século XIX se inspirou nas experiências dos correios de Portugal, num primeiro momento, do Reino Unido, especialmente a partir da reforma postal de 1842, e da França, após os anos de 1860, o que explica o modelo dos próprios carimbos. A figura 6 apresenta um carimbo encomendado à fabricante inglesa "D. C. Birri", de Londres, cujo modelo era normalmente empregado nas administrações britânicas. A figura 7 apresenta um carimbo de influência francesa, empregado basicamente entre 1849 e 1870 na França e suas colônias. É interessante observar que a coleção possui 50 carimbos do tipo "francês", que são pouco conhecidos em correspondências de época. É provável que apenas alguns poucos exemplares da coleção tenham sido efetivamente usados. Sobre a influência da administração postal francesa nos serviços de correio no Brasil podemos observar outro exemplar da coleção, encomendado à fabricante francesa de prensas e máquinas "E. Ravasse", de Paris, como exemplifica a figura 8.

Além dos carimbos importados, os Correios também encomendaram exemplares a fabricantes nacionais, com destaque para uma das principais lojas de fabricação e venda de carimbos e sinetes no Rio de Janeiro, a Casa Mattiy, localizada na Rua da Quitanda nº 97. Da fabricante brasileira destacamos os exemplares apresentados nas figuras 9 e 10. Nos mais antigos exemplares da coleção predomina o bronze como material da chapa, passando,

gradativamente, ao chumbo e ao ferro. No final do século XIX começaram a ser fabricados carimbos com a área de impressão em borracha.

Com o objetivo de criar uma metodologia de classificação da coleção de carimbos postais do Museu Correios, dois grupos principais foram identificados, tendo em vista a finalidade dos serviços postais: **carimbos de serviços postais básicos** e **carimbos de serviços postais auxiliares**. (ALMEIDA, 1989, p. 15) O primeiro grupo compreende aqueles exemplares cujas finalidades específicas giram em torno dos chamados serviços básicos dos correios, como a identificação do local de origem e a data de expedição, ou a simples inutilização dos selos. Este grupo está subdivido em outros dois: os **obliteradores simples** e os **obliteradores indicadores**. Os obliteradores simples não contêm legenda de identificação, seja de origem ou de data, e servem apenas para a inutilização do selo postal. Os indicadores, ao contrário, apresentam legendas com o nome da agência postal de origem, acrescidos ou não da data de expedição, razão pela qual este conjunto está dividido em dois outros; os **indicadores de origem** e os **indicadores de origem e data**.

Os carimbos de serviços postais auxiliares, também conhecidos como carimbos administrativos, são aqueles que indicam outros serviços postais oferecidos, como o registro de correspondências, o aviso de recebimento (AR), além de situações específicas, como o valor da multa por





Figuras 9 e 10 - Carimbos fabricados pela empresa brasileira Casa Mattiy, do Rio de Janeiro: à esquerda, carimbo DH (Depois da Hora), que assinalava as correspondências que chegavam ao Correio após o término dos trabalhos de expedição das malas postais; à direita, MP (Mão Própria), que indicava as correspondências que deveriam ser entregues pessoalmente ao destinatário.





Figura 11 - Exemplar do carimbo obliterador simples, ou "mudo", utilizado aproximadamente entre 1866 e 1884, da coleção do Museu Correios. Os carimbos mudos foram muito comuns no Brasil durante a segunda metade do século XIX, como exemplifica a correspondência enviada do Rio de Janeiro para a cidade de Lapa (Paraná) em 23 de julho de 1874. O carimbo está aplicado sobre selo de 100 réis com a efígie do Imperador D. Pedro II (Coleção do autor).



Figura 12 - Carimbos utilizados por agências da Província do Maranhão durante a segunda metade do século XIX. Podemos observar a repetição de um padrão básico nos carimbos postais do Maranhão, que apresenta duas linhas elípticas concêntricas, com a legenda "Correio" na margem superior e o nome da agência de origem na margem inferior.



Figura 13 - Carimbos de agências do Nordeste e do Norte do país, provenientes da Província da Paraíba, "Administração dos Correios da Parahyba do Norte" e "Pocinhos", da Província do Piauí, "União" e "Villa das Barras", e da Província do Amazonas, "Administração dos Correios do Amazonas".

insuficiência de porte, as cartas devolvidas ao remetente, as cartas levadas fora das malas postais, dentre outras.

No conjunto de carimbos de serviços postais básicos, existem apenas dois exemplares de "obliteradores simples", também conhecidos pelos filatelistas como "mudos". A figura 11 mostra um carimbo utilizado ao longo da segunda metade do século XIX. Apesar desses modelos de carimbos serem empregados em diversas administrações postais pelo mundo, o conjunto de carimbos "mudos" utilizados pelos correios no Brasil é bastante relevante, sendo conhecidos atualmente mais de 1.000 diferentes modelos, conforme podemos verificar no "Catálogo dos Carimbos Mudos do Brasil" escrito por Joaquim de Barros Sousa Botelho. (BOTELHO, s/d) Em grande parte, as agências postais usavam modelos de fabricação artesanal, provavelmente pelo fato de que a distribuição de carimbos por todas as agências do país fosse tarefa bastante custosa. Segundo tradição entre colecionadores de selos e estudiosos da história postal brasileira, tais carimbos eram feitos de madeira ou de cortiça, que nada mais eram que "rolhas" de garrafas de vinho reaproveitadas. Não são conhecidos exemplares com o emprego desses materiais, e as duas únicas peças do Museu Correios têm a área de impressão em bronze, sem identificação do fabricante.

Dentre os "obliteradores indicadores", se destacam na coleção os provenientes da Província do Maranhão, como o "Correio de Alcântara", usado na década de 1870, o "Correio do Brejo", o "Correio de Caxias" e o "Correio de Pastos Bons". É curioso observar que todos os carimbos obliteradores indicadores

provenientes da Província do Maranhão apresentavam o mesmo padrão: duas linhas elípticas concêntricas, com a legenda "Correio" na margem superior e o nome da agência de origem na margem inferior (figura 12).

Dentre os "indicadores de origem e data" destacamos os carimbos de províncias do Nordeste e do Norte do país, com os provenientes da Paraíba, "Administração dos Correios da Parahyba do Norte" e "Pocinhos", e da Província do Piauí, "União" e "Villa das Barras". Da Província do Amazonas temos o carimbo "Administração dos Correios do Amazonas", citado anteriormente (figura 13).

De uma forma geral, os carimbos circulares indicadores de origem e data tinham os tipos numéricos da data móveis, localizados ao centro da chapa. Na maioria dos casos esses algarismos se perderam, restando atualmente apenas a legenda externa de indicação da origem.

Assim como os carimbos indicadores de origem e data traduzem a extensão territorial explorada pelos correios no Brasil desde o início do século XIX, os carimbos de serviços postais auxiliares (ou serviços administrativos) revelam características específicas do funcionamento da instituição no período, o que torna este conjunto da coleção bastante esclarecedor sobre a atuação dos correios. Serviços como o seguro – ou registro – das cartas, e o envio expresso, já faziam parte da rotina dos Correios nesse período, como revelam alguns exemplares selecionados da coleção, serviços que ainda hoje são oferecidos, a despeito das profundas modificações ocorridas nos Correios ao longo do século XX e XXI. Sobre o registro de cartas, os dois mais antigos exemplares de carimbos da coleção foram utilizados entre as décadas de 1860 e 1870 (figura 14).



Figura 14 - Exemplares de carimbos indicadores de registro (ou seguro) das correspondências, utilizados entre 1866 e 1888, cujo funcionamento foi implantado pelo Regulamento de 12 de abril de 1865. Desde a criação do Correio Marítimo para o Brasil, em 1798, já estava previsto o seguro das cartas, mediante pagamento de taxa complementar.

As caixas de coleta dos correios surgem ainda na década de 1840, inicialmente na Capital do Império e posteriormente nas demais capitais de províncias. Utilizados na identificação de correspondências oriundas das caixas de coleta estão os carimbos "Correio Urbano", "Posta Urbana" e "Urbano" (figura 15).





Figura 15 - Carimbos utilizados na identificação de correspondências oriundas das primeiras caixas de coleta instaladas no Brasil: "Correio Urbano", "Posta Urbana" e "Urbano". Podemos notar dois exemplos de utilização dos carimbos pertencentes à coleção: "Correio Urbano" sobre selo de 50 réis emitido em 1887, e "Posta Urbana" sobre cartão-postal circulado na cidade de Salvador em maio de 1904 (Coleção do autor).



Figura 16 - Carimbo "Correio Ambulante/E. F. D. P. 2º. Linha do Centro", utilizado para identificar as correspondências expedidas pela agência ambulante da estrada de Ferro Dom Pedro II.

Além das caixas de coleta, os Correios passaram a disponibilizar agências ambulantes ainda no século XIX, geralmente instaladas em vagões de trens especialmente adaptados para esta finalidade, como podemos verificar através do carimbo "Correio Ambulante/E. F. D. P. 2º. Linha do Centro" (figura 16).

Outro exemplar da coleção identifica uma situação específica relativa às cartas deixadas nas caixas públicas de coleta. Trata-se do carimbo "E. C.", ou "encontrada na caixa" (figura 17). Eram utilizados em uma situação bastante peculiar, quando cartas "Oficiais" – expedidas por repartições públicas ou autoridades do governo, que gozavam de isenção de porte – eram deixadas nas caixas de coleta. Para evitar que uma carta fosse expedida em caráter oficial, sem preencher os requisitos legais necessários para gozar de isenção de pagamento, estabelecia o Art. 118 do Regulamento do Correio de 10 de abril

de 1894 que seriam feitas as verificações necessárias, diante do próprio remetente. No entanto, caso elas fossem encontradas nas caixas de coleta, assim recomendava o Art. 119: "A correspondência de caráter oficial encontrada em caixas do Correio será expedida a seu destino com a nota – Encontrada na Caixa – representada por um carimbo com as letras E. C. [...] e a respeito dela a repartição destinatária procederá como fica estabelecido [...]".

Quando o destinatário de uma carta encontrava-se em trânsito, ou sua residência fosse desconhecida, poderia o remetente solicitar aos correios que a mesma fosse deixada na agência postal da cidade de destino para ser entregue pessoalmente, após verificação da identidade do destinatário. Este serviço foi estabelecido ainda em meados do século XIX. Nesses casos era aplicado o carimbo "Posta Restante", que o Museu possui um único exemplar (figura 18). Este serviço se diferenciava dos casos onde o destinatário não era encontrado no local de destino, e a carta devolvida ao Correio de origem, ocasião em que era aplicado o carimbo "Desconhecido" (figura 19).

Algumas situações curiosas no dia-a-dia dos correios estão reveladas em outros exemplares. No caso das cartas onde o destinatário ou o endereço não eram conhecidos, e que as mesmas retornavam ao correio de origem, à espera do resgate pelo remetente, as agências estabeleciam um período máximo de espera, findo o qual as cartas eram destruídas. Desde o momento em que as cartas ficavam à disposição dos remetentes, até sua destruição, eram marcadas com o carimbo "Refugo" (figura 20).

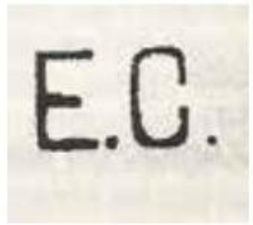


Figura 17 - Carimbo EC (Encontrado na Caixa), utilizado em cartas oficiais (expedidas entre autoridades públicas e isentas do pagamento da taxa postal) depositadas em caixas de coleta. O carimbo servia para alertar a agência de expedição para a conferência da autenticidade das informações de remetente e destinatário, de acordo com o Regulamento do Correio de 10 de abril de 1894.



Figura 18 - Exemplar do carimbo "Posta Restante", que identificava as cartas que deveriam ser resgatadas pessoalmente pelo destinatário na agência de destino. Esta prática era muito comum nos casos onde o destinatário encontrava-se em trânsito (geralmente caixeiros-viajantes ou representantes comerciais).



Figura 19 - Carimbo "Desconhecido", que identificava as cartas cujo destino não era localizado, ou quando o destinatário não se encontrava no referido endereço. O correio, neste caso, devolvia a correspondência à agência de origem, para que fosse restituída ao remetente.



Figura 20 - Carimbo "Refugo", aplicado sobre as correspondências que seriam encaminhadas à destruição, depois de vencido o prazo de regate por parte de seu remetente, em consequência da não localização do destinatário.



Figura 21 - O carimbo "Sello Servido" indicava que o selo postal utilizado para a franquia do porte apresentava indícios de reutilização, o que constituía uma fraude contra os correios.



Figura 22 - Alguns exemplares de carimbos indicativos de multa, nos casos das correspondências com selos de valor postal inferior ao estabelecido: "Insuficiente", "Taxa", "T" (taxa) e 2.280 réis (valor correspondente à multa). Um exemplo da utilização dos carimbos de multa aparece na ilustração que reproduz um cartão-postal circulado entre a Alemanha e o Brasil, expedido em 28 de maio de 1905, cujo valor do porte estava abaixo do estabelecido. Além da aplicação do carimbo "T." (taxa), o cartão apresenta um selo de "Taxa Devida" no valor de 100 réis, que correspondia ao dobro do valor devido, que era cobrado do destinatário (Coleção do autor).

O carimbo "Sello Servido" (figura 21) era aplicado sobre os selos reutilizados, geralmente lavados para remover possíveis manchas de carimbos, tornando-os inválidos para efeito de pagamento da taxa postal. A prática de reutilização de selos foi muito comum desde a primeira emissão postal brasileira. Vale lembrar que foi em função das frequentes tentativas de fraude que o modelo da série "olhos de boi" acabou sendo modificado um ano após o início de sua circulação, substituído por outro formato mais reduzido, em papel fino, de tal maneira que os selos, depois de colados uma vez sobre as cartas, dificilmente poderiam ser arrancados. Como as fraudes continuavam, o governo

imperial encomendou em 1866 à fabricante americana American Bank Note Company uma série de selos que, ao contato com a água, iniciavam uma reação química que provocaria o aparecimento de manchas azuis. Este método não se mostrou eficaz, pois a elevada umidade dos trópicos provocava a mesma reação, mesmo que os selos não tivessem sido lavados para posterior reutilização.

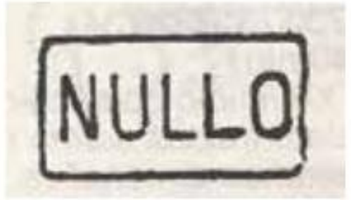


Figura 23 - Quando a agência de expedição constatava que o selo empregado para o pagamento de uma correspondência havia sido reutilizado, era falso ou estava fora de circulação comercial, aplicava o carimbo "Nullo".

Outra forma comum de fraude era a utilização de selos de valor abaixo do estabelecido para o envio das cartas. Quando a correspondência era entregue diretamente na agência dos correios, cabia ao administrador conferir se esses valores correspondiam ao porte determinado. A fraude se consumava, no entanto, quando se tratava de cartas deixadas nas caixas públicas de coleta.

Para coibir as fraudes relativas à insuficiência de selos, os correios sobretaxavam as cartas, que só poderiam ser entregues aos destinatários mediante pagamento de multa. O Art. 13º, do Regulamento dos Correios de 12 de abril de 1865, assim estabelecida para os casos de insuficiência de taxa: "As cartas franqueadas abaixo das tarifas, [...] serão expedidas pelo Correio; devendo, porém, cobrar-se do destinatário o dobro da taxa que foi devida." A coleção do Museu Correios possui vários exemplares ilustrativos desta situação (figura 22), como os carimbos "Insuficiente", "Taxa", "T" (taxa), além daqueles que indicavam o valor a ser pago como multa. Quando os selos eram falsos ou haviam sido desmonetizados, recebiam a marca "Nullo" (figura 23). Também nesses casos a carta estava sujeita ao dobro da taxa normal para ser recebida pelo destinatário.



Figura 24 - Um dos mais curiosos exemplares da coleção é o carimbo "Sello Cahido", utilizado para indicar que o selo usado para o pagamento da franquia de uma correspondência havia caído acidentalmente durante o transporte para a agência de destino. Era aplicado no loca onde presumivelmente encontrava-se o selo.

Mas nem sempre a ausência de selo numa carta significava uma tentativa de fraude. Um curioso carimbo da coleção indica outra situação, quando o selo havia caído acidentalmente durante a manipulação por parte dos agentes da agência de origem ou ao longo transporte para seu correio de destino. Trata-se do carimbo "Sello Cahido" (figura 24).

Muitos outros exemplares da coleção de carimbos postais do Museu Correios poderiam ser aqui destacados, tendo em vista a abrangência do acervo. Não seria exagero

afirmar que o conjunto está entre os maiores conhecidos no mundo, além de representar um período bastante significativo no plano da história postal brasileira. Para os filatelistas, trata-se de uma fonte inesgotável de informação, especialmente aos dedicados à marcofilia. Aqui vale lembrar um trecho do artigo pioneiro escrito pro José Kloke em 1929, no Boletim da Sociedade Filatélica Paulista, intitulado "A utilidade dos estudos dos carimbos": "O carimbo é capaz de nos fornecer, às vezes, preciosos esclarecimentos nos estudos dos selos – e resolver questões, cuja solução de outra maneira seria impossível". (KLOKE, 1929. p. 6)

Referências

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. VASQUEZ, Pedro Karp. **Selos postais do Brasil.** São Paulo: Metalivros, 2003.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. **Carimbos Postais – Século XIX**: um estudo da coleção de matrizes do Museu Postal e Telegráfico. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1989.

_____. **A coleção de sinetes do Museu Postal e Telegráfico**. 1991. Trabalho não publicado.

AYRES, Paulo. **Catálogo de Carimbos (Brasil-Império)**. São Paulo: Sociedade Philatelica Bandeirante, 1937.

BOTELHO, Joaquim de Barros Souza. **Catálogo dos carimbos mudos do Brasil**. Rio de Janeiro: Clube Filatélico do Brasil, s/d. 98 p.

BRASIL. **Decreto Nº 1692A**, de 10 de abril de 1894. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1692-a-10-abril-1894-524330-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16 ago. 2016.

KLOKE, José. A utilidade dos estudos dos carimbos. **Boletim da Sociedade Philatelica Paulista.** São Paulo: SPP, 1929. Irregular. (n. 12).

Musée de la Poste (Paris). Disponível em: <http://www.ladressemuseedelaposte.fr/Histoire-du-Musee > Acesso em: 12 jun. 2016.

Cícero Antônio Fonseca de Almeida
Museólogo e Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da UNIRIO e do MBA em Gestão de Museus da Universidade Candido Mendes. Autor dos livros "Carimbos Postais/Século XIX. Um estudo da coleção de matrizes do Museu Postal e Telegráfico" (1989) e "Selos Postais do Brasil" (2003).



Oficinas do conhecimento. Escola do futuro do Museu das Comunicações.
Fonte: Revista Códice, ano XI, série II, nº 5, 2008, 2008.

A usabilidade educativa dos museus de empresa, enquanto centros de ciência e tecnologia: Novas perspectivas didáticas[1]

Joel Pereira de Almeida

The educational usability of the company museums

Resumo/Abstract

O presente artigo busca identificar, a partir dos resultados das atividades educativo-pedagógicas realizadas pela equipe do Museu das Comunicações, da Fundação Portuguesa das Comunicações, o papel primordial dos Museus de Ciência e Tecnologia e dos Museus de Empresa, no âmbito da divulgação e da comunicação científica, no que tange à memória da instituição e dos aspectos laborais e sociais, e como órgão fundamental para o marketing e o melhoramento socioeconômico da empresa.

Palavras-chave: Museu; Educação em museus; Memória empresarial; Divulgação das Ciência.

Based on the results of educational and pedagogical activities undertaken by the staff of the Museu das Comunicações (Museum of Communication) at the Fundação Portuguesa das Comunicações (Portuguese Communication Foundation), this article seeks to identify the primordial role played by Science and Technology Museums and by the company museums for the dissemination of knowledge and scientific communication, regarding the memory of the institution and of labor and social aspects, and as a fundamental body for the company's marketing and socio-economic improvement.

Keywords: Museum; Education in museums; Entrepreneurial memory; Science dissemination.

1. Artigo originalmente publicado na Revista Códice, ano XI, série II, nº 5, 2008 – periódico da Fundação Portuguesa das Comunicações. Para publicação na Revista Postais foi efetuada tentativa de adaptação para o português do Brasil com revisão seguindo acordo ortográfico de 2011 e as normas da ABNT.

Pontos de vista – Uma visão heurística construtivista, hermenêutica positivista da cultura científica.

Visão heurística, enquanto ciência que tem por objeto a descoberta de fatos; o ramo da história voltado para a pesquisa de fontes documentais; um método de investigação baseado na aproximação progressiva a um dado problema com vista à sua (re)solução; uma metodologia educacional que consiste em fazer descobrir pelo educando o que se lhe quer ensinar.

Visão construtivista, enquanto teoria sobre a produção social do conhecimento; entende que o ser humano aprende motivado por uma necessidade real, por meio de interações com os vários objetos do conhecimento; contrapõe-se radicalmente ao ensino pela repetição exaustiva. O aluno deve ser o protagonista do próprio processo cognitivo; perante estímulos externos, deve agir sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada e experimentada.

Visão hermenêutica, segundo a mitologia grega: Hermes era o deus mensageiro, o arauto intérprete da vontade dos deuses; deus da comunicação, das notícias, daí o termo hermenêutica como a arte, a ciência e técnica voltadas para a interpretação do sentido das mensagens, das palavras, dos signos e do seu valor simbólico; enquanto método de comunicação, o esclarecimento das coisas no seu contexto; assim, também relacionamos a hermenêutica com a semiologia e/ou a semiótica. Neste âmbito, relevamos a importância da cognição, da busca do apreender a essência e compreensão das coisas; a necessidade de percepcionar a (in)formação da ciência com e/ou a tecnologia de uma forma esclarecedora e amigável.

Visão positivista enquadrado em duas perspectivas: por um lodo, o método geral do positivismo de Auguste Comte, que consiste na observação dos fenômenos, subordinando a imaginação à observação; Comte definiu a palavra "positivo" com sete acepções: real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático; o conceito de "simpático" implica afirmar que as concepções e ações humanas são modificadas pelos afetos das pessoas (individuais e coletivos); Comte indicou a subjetividade como um traço característico e fundamental do ser humano, que deve ser respeitado e desenvolvido. Comte explicitou ainda que um *espírito positivo* é maior e mais importante que a mera cientificidade, na medida em que esta abrange apenas questões intelectuais e aquele compreende, além da inteligência, também os sentimentos (ou, em termos contemporâneos, a subjetividade em sentido amplo) e as ações práticas. Por outro lodo, o positivismo é uma corrente filosófica que afirma que o único conhecimento autêntico é o conhecimento científico e que tal conhecimento só pode surgir da afirmação positiva das teorias através do método científico; outra doutrina filosófica associa o positivismo a uma interpretação das ciências, e uma classificação do conhecimento a uma ética humana; o positivismo como um modo de pensar que é consistente com os resultados positivos: que os relaciona com factos que podem ser aproveitados através dos sentidos e sujeitos a verificação empírica – método científico.

Neste sentido, acreditamos que os museus de ciência e tecnologia (MCT) foram concebidos, na sua maioria, como espaços de deslumbramento para tempos de prazer à descoberta de saberes autônomos relacionados; reconhecimentos de conhecimentos pertinentes; saberes partilhados em aprendizagens colaborativas que se pretendem significativas.

Saberes de conhecimentos teórico-práticos fundamentados, de experiências feitas, de descobertas partilhadas por inventores, professores, educadores, cientistas, promotores de uma cultura instrutivo, que se pretende cada vez mais participado, acessível, amigável, útil, usável, abrangente, experimental, compartilhado, real e rigoroso.

Uma cultura científica, que se entende relacional, transdisciplinar, transversal aos nossos cotidianos, impulsionadora de atitudes conducentes à necessidade de saber mais coisas; de nos fazermos compreender melhor; de entendermos a causa dessas coisas; de percepcionar um conhecimento científico aos mais diversos níveis, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e do muito com a vida.

Uma cultura organizacional pessoal reflexiva, pelo despertar da necessidade coletiva de continuar a aprender para empreender; de apreender a ciência com vontade, de uma forma interessada e interessante, atual e atuante, num processo colaborativo de aprendizagem complementar com interesses comuns e indispensabilidades das nossas atividades cotidianas.

Uma cultura do saber "saber", dos saberes teóricos (fazer saber compreender, saber interpretar), do conhecimento pertinente, para uma aprendizagem significativa e colaborativa.

Uma cultura do comunicar ciência, do saber fazer ciência acessível a todos, (dos saber-fazer experienciais, desde o saber fazer em situação real ao saber atuar); do descobrir, do experimentar, capaz de nos motivar para a ciência; de estimular o nosso espírito científico nato, inerente da nossa condição humana de seres eminentemente cognitivos, capazes da nossa educabilidade.

Uma cultura da consciência da consequência positiva da nossa comunicabilidade com a arte, a ciência e a tecnologia em sociedade; da consciencialização da importância de sermos curiosos, do saber ser objetivos com os nossos propósitos, projetos e planejamentos estratégicos.

Uma cultura relacional, de interação e intervenção sociocultural, arte, ciência e tecnologia em sociedade; dos saber-fazer sociais (saber comportar-se, saber relacionar-se), ao saber interagir, inter-relacionar saberes/pessoas.

Uma cultura de empreendedorismo educacional, de (des) envolvimento pessoal e de intervenção social, como individualidades de coletivas vontades, no afeto para e com a cultura científica, pelo aprender a aprender, apreender, compreender das causas e das coisas; dos saberes-fazer cognitivos (saber tratar a informação, saber raciocinar, saber denominar o que se faz, descrever como se faz), ou seja, do saber aprender ao fazer compreender para melhor conviver.

Uma cultura científico-tecnológica, capaz de intervir de uma forma coletiva e de interação social (escola/pessoas – pessoas/museu), centrada nas necessidades e interesses das pessoas, ao reconhecermos sermos capazes de aprender de uma forma formal, não-formal e até informal; de conseguirmos aprender de uma forma colaborativa; de aprendermos em partilha, na prospectiva do saber conviver melhor conosco e com os outros, mas também com o aprendizado.



Atividades com alunos no projeto "Memórias femininas na construção de Brasília", no Museu Correios, Brasília.

Uma cultura do saber fazer saber com sabor, do prazer de aprender com amor, com vontade, intencionalidade, interesse e necessidade de causa e efeito - resultado, transformação, desenvolvimento; o que, no nosso entender pretender, passa pela consciência de comunicar ciência com consequência - enquanto melhoria de práticas instrutivas consequentes da nossa comunicabilidade e educabilidade, enquanto resultados (trans)formadores de usabilidade educativa, pela satisfação no usufruto dos/nos museus de ciência e tecnologia.

Em suma, valorar uma cultura social do apreender, do saber fazer saber, ser/estar em atitude científica, do aprender a compreender, de percepcionar o conviver com a arte, a ciência e a tecnologia, do saber comunicar ciência, dos saber-fazer processuais (saber como proceder, saber operar) à promoção/ divulgação da cultura científica.

Enquadramento conjuntural

Pressupostos museológicos no contexto sociocultural e educativo dos museus de empresa enquanto potenciais Museus de Ciência e Tecnologia - o germinar do Museu das Comunicações enquanto museu de empresa e museu de ciência e tecnologia – "caldo comunicacional artístico, técnico-científico e cultural", substratos para o desenvolvimento do seu serviço educativo Recorremos à definição de museu da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), 1979:

> O Museu é uma instituição ao serviço da sociedade, que incorpora, inventaria, conserva, investiga, expõe e divulga bens representativos da natureza e do homem, com o objetivo de aumentar o saber, de salvaguardar e desenvolver o patrimônio e de educar, no verdadeiro sentido dinâmico da criatividade e cultura. (GUINA, 2003, p. 21)

Segundo o Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovado por unanimidade na 15ª Assembleia Geral do ICOM realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de Novembro de 1986. Na 20ª Assembléia Geral realizada em Barcelona, Espanha, em 6 de Julho de 2001, foi revisto e as suas emendas foram aprovadas na 21ª Assembléia Geral realizada em Seul, Coreia do Sul, em 8 de Outubro de 2004, um museu é:

> Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu ambiente. (ICOM, 2004, p.4)

Recorrendo à definição de museu da APOM, 1979:

> O Museu é uma instituição ao serviço da sociedade, que incorpora, inventaria, conserva, investiga, expõe e divulga bens representativos da natureza e do homem, com o objetivo de aumentar o saber, de salvaguardar e desenvolver o patrimônio e de educar, no verdadeiro sentido dinâmico da criatividade e cultura (GUINA, 2003, p. 21)

Neste âmbito questionamo-nos: Porque será que um país ou uma instituição, que não tem memória das pessoas, que não valoriza o seu patrimônio tangível e intangível, e não (re)conhece o seu passado, acrescenta dificuldades à preparação do seu presente, ou pura e simplesmente não tem futuro! Neste contexto e conjuntura, o museu de empresa não deve ser visto apenas como uma materialização do regresso ao passado da instituição, pela acumulação organizada dos seus objetos museológicos, ou peças em desuso e/ou documentação em arquivo morto; não deve ser entendido, apenas, como retorno a reviveres saudosistas, de tempos que já lá vão, dos seus produtos e serviços únicos e/ou monopolistas; ou até, o que muitas vezes acontece, que não são mais que expedientes político-estratégicos, recomendados como lugares ideais para determinados eventos, homenagens, apenas a pessoas politico-economicamente importantes, tributos, muitos deles unicamente conseguidos como fruto de individualismos oportuníssimos e/ou de reconhecimentos póstumos; ou ainda, para acautelar alguns distúrbios consequentes de más consciências provocadas do não reconhecimento, em tempo, de trabalhos relevantes.

O museu de empresa, hoje, como contributo de reflexão para o progresso sustentado de um país e da cidadania do seu povo, e no contexto da cultura e do mercado, é realmente muito mais do que uma importante viagem às suas origens: é também uma ferramenta de gestão da cultura de empresa, imagem de prestígio, um meio de comunicação e marketing empresarial; é um instrumento fundamental, em processo de reposição de memórias coletivas, essencialmente as relacionadas com aspectos conjunturais, laborais e sociais, tanto do envolvimento e desenvolvimento dos trabalhadores na construção e melhoramento socioeconômico da empresa, como do investimento técnico-científico, econômico e sociocultural, no percurso de crescimento e melhoramento da empresa ao longo do tempo.

Um museu de empresa moderno, porque atual e atuante, pode responder pelo (re) conhecimento do passado organizacional da empresa, tanto na sua importância para o desenvolvimento sustentável do seu setor de atividade, no que se refere à produção, aos impactos que se provocaram, às mudanças que se efetuaram, às atitudes que se tomaram, às transformações que se conseguiram, como enquanto recurso (in)formativo, sociocultural, educacional, no que se refere aos meios e materiais, às ferramentas de fabrico, aos equipamentos de aplicação e/ou utensílios de uso comum, no sentido de sabermos/compreendermos:

- O que é...?
- Quem inventou e/ou desenvolveu...?
- Para que serve...?
- Como funciona...?
- Quem utilizou...?
- Como evoluiu...?
- Que mudanças comportamentais e/ou novas atividades promoveu...?

Neste âmbito, consideramos fundamental desenvolver na empresa um constante e coletivo espírito museal, de atitudes (in)formativas conducentes à manutenção, para futuro estudo e conservação de objetos com vista a transformar (coisas, eventos do passado e presente da empresa em peças de museu), ou seja, musealizar o passado presente da empresa, perpetuando o seu futuro, pela construção do seu patrimônio museológico.

O museu de empresa funciona como uma excelente ferramenta de gestão de todo o patrimônio museológico empresarial: o patrimônio material e, também, o patrimônio imaterial – uma oportunidade, muitas vezes única, de recolha, tratamento e registro, preservação e musealização de vivências de memórias perpetuadas ligadas pelas peças museais, numa preocupação constante pela constituição do seu patrimônio imaterial - o tangível e o intangível, ambos como um todo patrimonial.

Neste sentido e contexto, é emergente e necessária a recolha continuada, tratamento, preservação, estudo, conservação e divulgação da evolução histórica da empresa, bem como a posterior exposição dos seus documentos, objetos, ferramentas, equipamentos, métodos e processos de fabrico, produtos e serviços, e, acima de tudo, promovendo, simultaneamente, o valor profissional das pessoas e suas memórias. É, consequentemente, fundamental e prioritário o registro sistêmico de testemunhos dos vários profissionais, cujas atividades e/ou tarefas foram extintas e/ou estão em vias de extinção, mas cujos contributos permitiram que as empresas onde trabalharam fossem o que são hoje. Consideramos que, além do (re)conhecimento justo e louvável, esse registo, é também uma atitude e atividade de homenagem da empresa à própria empresa, não só, enquanto empreendimento para a realização de objetivos, sejam estes de exploração negocial, econômico-social, mas também, de cidadania, educação e cultura, ou seja, de divulgação e melhoria da sua cultura empresarial e imagem de marca.

Se reconhecermos que por detrás da coleção do museu, em volta de cada peça, documento, e/ou objeto material tangível, há sempre memórias imateriais de sentimentos intangíveis ao olhar dos visitantes fora das empresas, mas que são valores fundamentais que fazem parte da própria cultura de empresa; se considerarmos como principal valor empresarial o reconhecimento técnico, a forma de produzir, a qualidade dos materiais, produtos e serviços, porque isso se reflete na confiabilidade dos seus clientes, então este conjunto de qualidades, a que chamamos de capacidades técnica, tecnológica e de gestão, compõe o acervo intangível da cultura de empresa - isto é reproduzível no museu, nas exposições que se preparam e na forma como se exploram, se mostram, se animam.

Razão porque consideramos fundamental, para além coleção, também trabalhar o discurso expositivo museológico na perspectiva da filosofia de vida da empresa, do espírito da instituição.

Expor um acervo material não trata apenas de mostrar os objetos da coleção, como

o próprio produto, o equipamento, a matéria-prima, a embalagem, as tecnologias, ou antigos anúncios publicitários, mas também de materializar, pelo musealizar um acervo intangível, modos de fazer, processos de produção, modelos de gestão, hábitos de relacionamento, práticas quotidianas – memórias imateriais.

Como consequência, podemos explorar as sensações humanas criando espaços sensoriais, por exemplo, no projeto de comunicar com ausência de som e luz exploramos outros sentidos como o cheiro, o tato e, simultaneamente, sensibilizamos para a importância da acessibilidade para todas as pessoas com necessidades especiais.

Se aceitarmos que as memórias imateriais, (in)tangíveis, muitas vezes se podem materializar enquanto contributo tangível para o envolvimento das vivências pessoais no coletivo identitário dessas empresas, então o (re)conhecimento do valor da empresa passa pelo desenvolvimento do autoconhecimento e consequentemente a melhoria da autoestima dos seus ex-trabalhadores e atuais colaboradores. Deste modo, consideramos fundamental (re)construir o patrimônio cultural da instituição, tanto material como imaterial, enquanto contributo para o progresso econômico, porque a origem e passado das empresas setoriais afins no seu tecido socioeconômico muitas vezes se revela não só de uma forma material tangível, mas também intangível, porque de influência transformativa.

Um museu de empresa pode ser um elemento fundamental para a imagem da empresa, um instrumento central de cultura de modernidade e inovação empresarial, um meio imprescindível na (in)formação da identidade da empresa, no fortalecimento de seu perfil organizacional e na gestão de mercados emergentes, pela divulgação promocional, comunicação marketing e/ou consolidação da imagem de marca[2];

Uma reconhecida imagem de marca empresarial sociocultural, educativa, científico-tecnológica e de pujança, porque mecenas culturais, com investimento na sua própria história-futuro empresarial, no conceito de modernidade comunicacional e de marketing organizacional contemporâneo. Um museu de empresa que comunica a própria empresa...

2. Trata-se de representações simbólicas de entidades, produtos e serviços que criaram e desenvolveram o seu próprio valor e poder; algumas delas tornaram-se símbolos incontornáveis de qualidade e prestígio. Ícones de referência, assim como representações de natureza artística, educacional, social e cultural - signos que atravessam o tempo. No nosso contexto são exemplos os logotipos dos Correios de Portugal (CIT), Portugal Telecom (PT) e Autoridade Acional de Comunicações (ACOM).

Neste sentido, os museus de empresa, em vez de se arraigarem, orgulhosamente sós, a um passado, que até muitas vezes foi glorioso, (mas outras não tanto), notável por vezes, também à custa de muitos sacrifícios e de excelentes (des)empenhos dos seus trabalhadores e colaboradores anónimos, podem e devem (trans)formar os seus museus empresariais em memoriais, enquanto tempo e espaço de matérias e materiais autênticos tangíveis e/ou intangíveis.

Assim, as coleções ganham vida face aos relatos das memórias das pessoas: ora tangíveis pelo seu acervo exposto; ora intangíveis enquanto espólio de pertences individuais, ou enquanto experiências comuns vivenciadas que se constituem patrimônio coletivo imaterial.

Os depoimentos individuais das pessoas, que fazem parte de cada peça desse patrimônio, agora coletivo porque partilhado, porque com ele trabalharam, viveram, conviveram, se associaram, continuam a fazer parte integrante de um todo patrimonial da empresa, enquanto testemunhos materiais e/ou imateriais - acervos museológicos.

Patrimônios esses de acontecimentos, cumplicidades tangíveis que interrelacionam pessoas/objetos/fatos, agora mais abrangentes e muito mais enriquecidos.

Deste modo, ao contrário do habitual, os museus de empresa podem constituir-se como museus vivos, interessantes e atrativos, como uma mais-valia inovadora para a empresa, como uma forma de capitalizar melhor o seu passado, pelo seu respeito, preservação, estudo e divulgação patrimonial, para um melhor posicionamento na compreensão do seu presente e, quiçá, no prospectar um futuro melhor da e para a própria empresa, pela compreensão e (re)conhecimento do seu passado presente.

Consideramos que é neste contexto e conjuntura que se enquadra e posiciona o atual Museu das Comunicações, inaugurado a 10 de Outubro de 1997, não só como instrumento de divulgação do espólio das comunicações, mas porque integrado na Fundação Portuguesa das Comunicações, à qual, pela natureza dos seus estatutos, cabe



Atividades com alunos no projeto "Sim, pode tocar!" no Museu Correios, Brasília.

promover o estudo e a investigação do patrimônio histórico das comunicações.

O projeto da Fundação remonta a 1990, quando se começou a preparar a cisão da empresa CTT, que deu origem à Portugal Telecom e aos Correios tal como atualmente são. Por questões que tinham a ver com a separação das empresas, em que se punha a possibilidade de o acervo histórico e cultural se dividir por arrastamento, e perante a necessidade de se manter a unidade de todo um passado histórico que no final de contas faz parte da história do País e das empresas (haveria sempre alguma perda ao dividir esse espólio), foi decidida a constituição da Fundação Portuguesa das Comunicações. Esta solução não foi inteiramente nova, visto já se ter colocado noutros países quando se fizeram cisões idênticas. A Fundação France Telecom nasceu na sequência da cisão da empresa, e na Alemanha ou na Holanda também existem fundações do mesmo tipo. Há, portanto, vários países que asseguram a permanência de todo um espólio ligado ao sector das comunicações através de fundações. Manteve-se, porém, noutros casos, os museus de empresa, que são visões mais restritivas e mais orientadas para a lógica empresarial. A opção portuguesa permite manter indiviso um espólio que, tendo a ver com o passado histórico dos CTT, diz respeito, no final de contas, a toda a história das comunicações em Portugal. Numa primeira fase, foi nomeada uma Comissão Instaladora que deu origem à Fundação Portuguesa das Comunicações, onde só estavam representados os Correios e a Portugal Telecom. Entendeu-se, posteriormente, que a Fundação ficaria mais apetrechada se o Instituto das Comunicações de Portugal também pudesse estar representado, e isso fez com que o projeto evoluísse para a atual Fundação Portuguesa das Comunicações. Este instituto traz, igualmente, um espólio valioso, o dos selos do ex-Ultramar,

> pertencente ao Estado, para além das tecnologias ligadas à fiscalização do espectro radioelétrico. (À CONVERSA..., 1998, p.10-11)

A partir de 1998 (Junho) foi editada a revista Códice propriedade da Fundação Portuguesa das Comunicações, que logo no seu primeiro número se torna:

> [...] um veículo divulgador do Museu das Comunicações e da sua atividade.
>
> O vasto patrimônio museológico e cultural acumulado ao longo de mais de um século terá, nesta publicação, uma oportunidade acrescida de ser conhecido e apreciado. Procurando não ser só um repositório de memórias a revista será, também, por contra ponto, um veículo onde se poderá visionar o futuro das comunicações bem como o seu contributo para a evolução socioeconômica da sociedade. (VIEGAS, 1998, p. 4)

Assim, desde 1998 o Museu das Comunicações passou a dispor de uma ferramenta de comunicação institucional imprescindível para a publicitação e promoção das suas exposições e respectivas atividades educativas; desde o difusão da exploração pedagógica dessas exposições, das notícias inerentes às animações socioculturais e (in)formativas, das atividades lúdico-educativas à divulgação patrimonial-espólio expositivo no Museu das Comunicações, herança continuada pelo valor do trabalho museal/educacional desenvolvido pela meritória equipe do Museu dos CTT.

Importa salientar, no número um da revista Códice, numa entrevista com o então presidente da Fundação, Dr. Leiria Viegas, acerca da constituição da Fundação Portuguesa das Comunicações, a resposta à pergunta:

Que tipo de peças compõem o espólio?

O espólio tem a ver com a atividade de cada Instituidor, portanto vai desde o primeiro telefone até aos mais recentes, passando pela coleção da mala-posta até às novas tecnologias dos Correios. Temos ainda coleções de selos que incluem desde o primeiro

selo português datado de 1853, até à atualidade. Dispomos também de um espólio de selos do mundo inteiro e das ex-colónias portuguesas, composto no seu conjunto por milhares de peças. Temos ainda uma significativa coleção de arte, associada à elaboração dos selos, visto que os artistas que trabalhavam para os Correios desenhavam os selos cujos originais estão na Fundação. (À CONVERSA..., 1998, p.11)

É neste contexto que o Museu das Comunicações da Fundação Portuguesa das Comunicações através do seu riquíssimo espólio se pode considerar em Portugal um museu com uma singularidade específica abrangente: O Universo das Comunicações; Mas, precisamente porque se trata de um museu de empresa, oriundo de empresas e/ou instituições públicas das comunicações, tem uma tripla responsabilidade.

Primeiro, porque pode cultivar o existir em toda amplitude do ato de comunicar, enquanto ação inerente ao desenvolvimento da condição da presença humana no planeta, ou seja, o homem, como ser comunicante por natureza está impossibilitado de deixar de comunicar, o que faz do Museu das Comunicações um museu humanista das comunicações das pessoas e para todas as pessoas, nomeadamente e privilegiadamente, com mais valia exponencial, para as/os (a)gentes das comunicações - os colaboradores das Instituições Fundadoras.

Segundo, porque pode explorar a evolução do seu setor de atividade, das técnicas e tecnologias da comunicação e das (tele)comunicações e respectivos transportes, por exemplo da mala-postal ao correio eletrônico, de investigar os fundamentos das suas cientificidades, de experimentar e descobrir as suas causas e implicações sociais, econômicas e culturais, o que faz do Museu das Comunicações um museu sociocultural de ciência e tecnologia.

Terceiro porque pode estudar a arte de fazer a sua arte de comunicar, tanto pelo percurso histórico das comunicações/telecomunicações, como pelo fazer saber comunicar arte, por exemplo, através dos selos; ou ainda, da possibilidade de que hoje se pode

comunicar em qualquer lugar, a qualquer momento, o que quer que seja, da voz à palavra escrita, da fotografia à vídeo-arte.

Deste modo, o Museu das Comunicações pode ser considerado e reconhecido, para além de museu de empresa, como museu de ciência e tecnologia, mas também, como um museu humanista da arte das comunicações, com os mais diversificados meios, produtos e serviços ao longo do tempo.

Por outro lado, o Museu das Comunicações é um museu contemporâneo de plena atualidade e modernismo, em constante evolução sistemática no setor dos correios e telecomunicações, de inovação técnica e tecnológica, evolutivo das e nas recentes formas de comunicar hoje, o que faz do Museu das Comunicações um museu integrado e integrador das novíssimas infotecnologias interativas da comunicação multimídia, logo hipercomunicacional, abrangente, moderno e futurista.

Por outro lado, o Museu das Comunicações, enquanto museu de ciência e tecnologia, no contexto educacional global, desenvolve interações educativas complementares com os processos de aprendizagem formal, privilegiando as suas intervenções pedagógicas na educação não-formal e informal. O Museu das Comunicações e da educação para a comunicação, assim muito sinteticamente caracterizado, tem como perspectivas (in) formativas, no âmbito da educabilidade não formal, na aprendizagem ao longo da vida e do muito com a vida, as inter-relações espaço-temporais seguintes:

Espaço de preservação, conservação, de estudo e investigação da evolução técnica e tecnológica do universo das comunicações – educação patrimonial.

Lugar tempo de futuro hoje, porque no presente damos futuro ao passado das inovações (tele)comunicacionais, que permitiram alicerçar as (trans)formações infotecnológicas atuais - desenvolvimento comunicacional.

Tempo espaço de reflexão, com uma preocupação constante: a de fazer apreender a importância das circunstâncias do ato de comunicar através dos tempos e dos sentidos, sabendo que desde sempre o homem tenta comunicar mais e melhor, interagindo com a necessidade de contribuir para fazer compreender o valor do passado evolutivo das comunicações/telecomunicações, na perspectiva da melhoria da qualidade da comunicação hoje, e de que comunicar/telecomunicar foi, e é sempre uma aventura sem fim – valoração da comunicabilidade.

Espaço tempo de oportunidades para (re)descobrir, experimentar o ato de comunicar (transmitir, passar, tornar comum-conhecimento, informação, ordem, opinião, ideia, mensagem, uma nova (re)solução...) a alguém, algo com um novo olhar abrangente capaz de nos fazer discernir (conseguir distinguir de modo claro através dos sentidos) da importância da comunicabilidade e usabilidade comunicacional, enquanto qualidade do que é comunicável, ou do estado comunicante, enquanto disposição para entrarmos em comunicação com determinada intencionalidade e satisfação no seu usufruto - inovação comunicativa.

Deste modo, o Museu das Comunicações estrutura a sua funcionalidade operativa no âmbito do seu Serviço Educativo enquanto Centro de Pedagogia e Animação das Exposições (CPAE) – Oficinas Pedagógicas do Conhecimento (OC), em três grandes áreas de atuação que pretendem responder a linhas de intervenção educativa, não-formal e informal, aos mais diversos níveis de ensino, em complementaridade com projetos e parcerias com as escolas públicas ou privadas, universidades, associações e/ou outras instituições formativas oficiais:

a) Visitas guiadas às exposições patentes – atividades assim preconizadas:

- Contribuir para a promoção e divulgação das exposições patentes ao público visitante do museu pelo empenho, desempenho e qualidade do serviço prestado, numa perspectiva de satisfação e cognição dos visitantes, do seu deleite, usufruto, assim como na prospectiva da sua fidelização e dedicação, ou seja, de os fazer ter

a necessidade, desejo de voltar ao Museu das Comunicações, com curiosidade intelectiva, estima, prazer... e/ou de nos recomendar a outros potenciais visitantes utilizadores.

- Adequar o roteiro da visita guiada às características, interesses e necessidades (in)formativas do público destinatário.

- Efetuar a visita guiada, de acordo com os percursos expositivos e suas didáticas previamente estudados e compartilhados com os usuários, numa perspectiva SIM - sensibilizar, (in)formar motivar:

- Sensibilizar para a educação patrimonial para a importância do patrimônio exposto e da contínua necessidade de preservação, como ato de cidadania global;

- (In)formar para a usabilidade das tecnologias de informação e comunicação sobre a evolução artística, técnica, tecnológica, dos produtos, equipamentos e serviços das comunicações ao longo do tempo, explicando e exemplificando, com uma linguagem clara e acessível, o seu funcionamento – ciência e tecnologia, demonstração das várias técnicas e equipamentos para comunicar melhor e mais rápido, apresentação do engenho e da arte dos inventos, dos inventores, técnicos e operadores dos sistemas, as pessoas e personalidades, as profissões e profissionalismos, suas singularidades, os usuários envolvidos, suas exigências e expectativas, estabelecendo relacionamentos e descrevendo as benfeitorias, mudanças e/ou o impacto sociocultural provocados;

- Motivar para a importância da comunicabilidade na educabilidade para a constante melhoria do ato de comunicar ao longo dos tempos e a necessidade de aprender ao longo da vida, para a premência, cada vez maior, de eficácia comunicacional moderna, sua apreensão cognitiva evolutiva, para a indispensabilidade formativa, funcional e operativa de agora, no combate à iliteracia e infoexclusão e/ou pela compreensão da diversidade contemporânea dos "Mundos Comunicantes", perante

o desafio da mudança de sempre, criando condições comunicativas de fruição pessoal e/ou coletiva do acervo exposto, enquanto pretexto para novas interações sobre a comunicabilidade do presente futuro hoje.

- Articular e adequar o discurso narrativo à volta das peças museais, ao longo dos percursos expositivos, aos respectivos conteúdos elucidativos e estes às várias temáticas das comunicações em geral, dos correios e telecomunicações em particular tornando visível o mostrado, evidente o explicado, interagindo com o saber mais, dos quiosques multimídia intercativos.

b) Animação pedagógica das exposições – com base na metodologia de trabalho de projeto e nos princípios didático-pedagógicos CEM - comunicação educacional multimídia. Atividades essenciais de interação educativa preconizadas:

- Preparar e estudar as matérias referentes aos conteúdos técnico-científicos e tecnológicos, inerentes aos percursos expositivos do museu com a aquisição dos novos conhecimentos necessários, técnicas e tecnologias da comunicação e das comunicações, com vista a proporcionar aos visitantes uma presença agradável, um olhar global sobre a evolução histórica das comunicações em Portugal e uma visão particular sobre determinados períodos importantes nas e das comunicações, sobre os objetos museológicos específicos do patrimônio exposto, de uma forma comunicativa, interativa, segura e eficaz.

- Integrar as equipes de animação das exposições e/ou projetos especiais, a desenvolver no âmbito do Centro de Pedagogia e Animação das Exposições, articulando com as colaborações externas e desenvolvendo em parceria os conteúdos pedagógico-didáticos, assim como os recursos educativos a explorar e/ou no âmbito da comunicação educacional multimídia, necessários ao projeto a incrementar, à preparação das atividades, desde a concepção à realização e avaliação do percurso, processo, do projeto incrementado.

- Contribuir para a informação, formação e divulgação das matérias e temáticas tratadas nas exposições patentes ao público visitante do museu, no fomentar, desenvolver e animar atividades didáticas, lúdico-pedagógicas – pelo proporcionar de acessos aos "saberes" comunicacionais, através da criação de ateliers, oficinas pedagógicas e trabalho de projeto partilhado, numa perspectiva de aquisição e/ou recapitulação de conhecimentos; pela demonstração, descoberta e/ou experimentação de meios suportes e sistemas de comunicação - numa abordagem interativa, "saber mais", com base numa aprendizagem colaborativa, duma forma agradável e divertida em ensino informal, mas com rigor técnico-científico, tecnológico e didático-pedagógico, sempre numa procura de melhoria de práticas, pelo empenho, desempenho e qualidade dos serviços prestados, nas e das atividades de animação das exposições propostas.

- Sensibilizar, informar e motivar os visitantes para o processo de avaliação construtiva/sugestões para melhoria, com vista às boas práticas, para recolha, analise e tratamento de dados obtidos, com vista à reformulação de atuações - caso necessário e estudo de públicos.

- Articular com as direções pedagógicas das escolas e respectivos professores das disciplinas específicas, ou grupos multidisciplinares, os trabalhos de projeto pedagógico a desenvolver, com vista à preparação prévia (necessária) das visitas de estudo aos percursos temáticos expositivos, integrados nas atividades do Museu.

c) Comunicação marketing cultural, promoção e divulgação de ações de comunicação educacional e empresarial. Atividades essenciais assim preconizadas:

- Contribuir para a promoção e divulgação das intervenções e missão da FPC/MC, assim como dos seus Instituidores, preservando e consolidando junto do público a "imagem de marca" – empresarial, cultural, educacional da instituição.

- Agenda das Exposições - Marcações e distribuição de mapa de visitas

- Guia de Serviço-Recepção do público visitante, comunicação promocional para eficaz usufruto dos espaços FPC/MC, acompanhamento e visita guiada aos visitantes individuais, encaminhamento organizacional e operacional de visitantes em grupos da entrada à saída da Instituição.

- Relações Públicas Institucionais - Atos de comunicação marketing cultural institucional e apoio informativo.

Alguns exemplos de modelos temáticos de intervenção relacional espaço-temporal que contribuíram para desenvolvimento de um Serviço Educativo atual e atuante – do Centro de Pedagogia e Animação das Exposições (CPAE) às Oficinas do Conhecimento (OC's), a evolução pedagógica da interação educativa do Museu das Comunicações.

Inicialmente e, ainda sempre como princípio presente, na exploração (in)formativa do discurso expositivo atual, o cuidado com o rigor cronológico da evolução histórica das comunicações - correios e telecomunicações, numa perspectiva de educação patrimonial, atualizante e interventiva relacional, cujas temáticas tratadas são um bom exemplo:

- da mensagem aos mensageiros e respectivos transportes
- dos correios à filatelia, da sua arte à tecnologia
- do telégrafo à radiotelefonia
- do fio de cobre à fibra óptica
- das antenas ao espectro radioelétrico
- do analógico ao digital

Depois, numa perspectiva mais abrangente da educação patrimonial, para a continuação da importância da recolha, preservação, estudo e conservação, a evolução constante do patrimônio material e imaterial das comunicações/telecomunicações; trabalham-se os conteúdos inerentes do ato de comunicar por excelência e das comunicações por inerência do patrimônio tangível (equipamentos, técnicas e tecnologias) às memórias

intangíveis das pessoas das comunicações (histórias de vida pessoal e empresarial e ainda memórias reinventadas do coletivo dessas memórias comunicantes) recriadas de uma forma transdisciplinar, multicultural e de transversalidade relacional social/educacional/comunicacional:

- da mala-postal ao correio eletrônico

- da globalização da informação às redes sociais virtuais

- da convergência e interatividade tecnológica à mobilidade comunicacional

- dos *media* e da educação para, com e dos *media*...

- da sociedade da informação à economia do conhecimento...

- das infotecnologias interativas da comunicação multimídia ao... , com vista a contribuir para prospectar do futuro (previsível??!!) das comunicações em linha e em rede

Permanentemente nas perspectivas da construção de novos saberes autônomos relacionados e da aprendizagem ao longo da vida e do muito com a vida:

Primeiro, com o ato de comunicar com intencionalidade, substância e sustentabilidade, através da utilização das várias técnicas e tecnologias das comunicações telecomunicações atuais - agora com a importância ética das comunicações em rede e em linha;

Segundo, com a utilização das novas infotecnologias interativas da comunicação pessoal, social, política, educacional e/ou empresarial multimídia, enquanto ferramentas facilitadoras da interação ACT/S – arte, ciência, tecnologia e sociedade em rede, real/virtual, buscando a comunicabilidade, a educabilidade e a usabilidade, assim como a responsabilidade da procura da melhoria da qualidade de vida na era digital, enquanto contributo para o desenvolvimento sustentável do nosso País;

Terceiro, de uma forma articulatória e complementar, a intervenção pedagógica (in)formativa, tangível *versus* intangível, numa perspectiva interrelacional indivíduo-

sociedade, ou seja, o que consideramos bom (usável na melhoria de práticas comunicacionais numa sociedade em rede global) para agora comunicarmos melhor - no conviver global material/imaterial – real *versus* virtual, ou seja, aprender a saber conviver melhor com a multiculturalidade a diversidade e inclusão social, as técnicas e tecnológicas – economia do conhecimento para o (des)envolvimento; porque no nosso entender não há desenvolvimento sustentável sem envolvimento comunicacional, pelo menos aceitável; Sempre, na procura da melhor promoção social da cultura científica.

Uma outra linha de ação educativa é trabalhar a cibercultura, a cultura cibernética na interação humano-computador, com a devida apreensão e compreensão em interação com o público destinatário, em matérias como a inteligência artificial, tanto nas funções ético-estéticas como deontológicas, da e na comunicação, sejam estas através da arte da ciência e/ou da (nano)tecnologia, assim como nas suas dimensões simbólicas e representativas do real *versus* virtual, do espaço comunicacional verbal presencial ao ciberespaço de uma sociedade em rede:

- da semântica construtiva da palavra falada e/ou escrita à semiologia da mensagem, seus signos e significados

- da semiótica da imagem à universalidade comunicacional dos pictogramas

- da comunicação marketing, seus sinais de poder e sedução, à imagem de marca de uma instituição, produto e/ou serviço

- dos (pré)conceitos de belo aos mitos, ritos e ritmos socioculturais comunicacionais de educabilidade do e no nosso tempo

- da cibercomunicação da ciberjuventude ao cibercafé e ciberwebjogos interativos

- da cibersaúde sênior aos cibercuidados continuados

- do ciberturismo científico-cultural e da natureza ao ciberempreendedorismo

- dos cibercentros aos novos Centros de Recursos Infotecnológicos Educativo-Empresariais (CRIE)

- da comunicação e *media*, numa perspectiva ética, estética e deontológica e educacional: educação com os *media* (enquanto recurso (in)formativo); educação para os *media* (distanciamento crítico-analítico das notícias mediáticas, enquanto recurso ético-estético das/nas mensagens); educação dos *media* (das necessidades contemporâneas da deontologia dos *media*, enquanto recurso de credibilidade e confiança da/na difusão criteriosa das mensagens)

Uma outra grande inquietação contemporânea, fruto da inovação tecnológica e constante modernidade/facilidade nas e das comunicações atuais, é a integração de uma deontologia ético-estética no usufruto da/na comunicação interativa em rede.

Comunicação em linha, no seu todo funcional e operativo, seja esta comunicação pessoal, coletiva, empresarial, política, social, educacional, informativa, formativa, cientifico-tecnológica e/ou artística, pelo questionar da sua usabilidade educativa e de tipo de comunicabilidade.

Com isto, podemos refletir para analisar/avaliar da importância e qualificação pessoal/social da nossa maneira de fazer comunicação, ou seja, até que ponto e a que nível o usufruto das novas infotecnologias interativas nos permitem o acesso com sucesso a uma (in)formação credível, a uma aprendizagem significativa, a um conhecimento pertinente, capaz de nos fazer questionar como poderemos comunicar melhor, com essas novas infotecnologias interativas da comunicação multimídia, no sentido da melhoria da qualidade de vida da era digital.

Hoje, a comunicação moderna distingue-se pelo saber projetar de novas ideias, experimentar ultrapassar barreiras, atravessar fronteiras, descobrir novas estruturas de comunicabilidade, para novas maneiras de ver, ouvir, sentir, fazer comunicação, promover, divulgar, articular.

3. Dra. Maria da Glória Pires Firmino, conservadora-chefe do Museu dos CIT.

A arte, a ciência e a tecnologia, como bens sociais

Trabalhar a transversalidade da comunicação interativa como ponto infinito de união convergente entre arte, ciência, tecnologia e sociedade (ACT/S). A sociedade como centro de triangulação equilátera da comunicabilidade/educabilidade/usabilidade educativa, que concentra em si o social/educacional, desde o paradigma de Laswell à cibercultura.

A importância das novas infotetecnologias interativas da comunicação educacional multimídia (CEM), enquanto agentes facilitadores de comunicabilidade, enquanto palco, encenador, ator e espectador, da e na intervenção educativa, formal, não formal/informal no que concerne às três vertentes primordiais que enformam a da construção autônoma participada/compartilhada dos "saberes complementares relacionados":

- Saber "saber" - conhecer/compreender
- Saber fazer - experimentar/descobrir
- Saber ser /estar - reconhecer, conviver/incluir

Neste contexto, não podemos deixar de evidenciar a postura sociocultural e educativa da mui digna Drª Maria da Glória Pires Firmino[3], explicitada na sua comunicação:

> [...] o Museu dos CTI e a colaboração que poderia prestar às escolas.
>
> O resultado satisfatório das visitas feitas ao Museu dos CTI por grupos escolares, quer do ensino pré-primário, quer primário ou secundário, anima-me a esperar que se reconheça a vantagem da colaboração a prestar por este Museu, uma vez integradas nos programas as visitas e aulas a realizar nos locais onde a lição poderá ser ilustrada e exemplificada de molde a tornar o ensino ativo e dinâmico. (FIRMINO, 1967 apud APOM, 1971, p. 65)

Realçamos a importância das visitas de estudo ao Museu, tanto no que se refere ao reconhecimento da vantagem colaborativa da interação escola / museu, como às consequências positivas, ativas e dinâmicas para o ensino:

> Não há dúvida de que, no ensino pré-primário, o aspecto primacial é a educação dos sentidos, o contato com as coisas. No primário, temos o alargamento deste princípio, e o carácter formativo e informativo deste grau do ensino passa ao seguinte, o secundário, onde prevalece, com exceção dos últimos anos quanto ao ensino liceal, em que uma certa especialização se introduz com vista à entrada nas escolas superiores, e quanto às escolas técnicas, em que naturalmente, na totalidade dos cursos, predomina a especialização, embora se tente dar ainda uma certa cultura geral. (FIRMINO, 1967 apud APOM, 1971, p. 65-66)

É notória a clarividência pedagógica e a modernidade demonstrada pela Dr.ª Maria da Glória Pires Firmino. As suas evidências; preocupações didáticas em função do público-alvo escolar, meta-construções, pedagogias diferenciadas, e em situações diferenciadas, continuam atuais e atuantes:

> Assim, de acordo com o grau de ensino, o adiantamento dos cursos (primeiros ou últimos anos), finalidade da visita (lição de cultura geral ou lição especializada sobre os transportes ou meios de comunicação a distância, aplicações da eletricidade, etc.), poder-se-á chamar a atenção apenas para os objetos expostos, dar uma explicação mais ou menos sumária, salientar a evolução das comunicações entre os homens, no sentido mais amplo, ou descer ao pormenor e focar o progresso técnico dos meios empregados nessas mesmas comunicações. (FIRMINO, 1967 apud APOM, 1971, p. 66)



Exposição "Telecomunicações Militares" - atividade do projeto educativo do Museu das Comunicações, Portugal.
Fonte: Revista Códice, ano XI, série II, nº 5, 2008

A componente humanístico-histórica do Museu está sempre presente no seu discurso expositivo:

> O Museu dos CTI é essencialmente destinado a mostrar a evolução do serviço dos correios, telégrafos e telefones em Portugal, mas, assim como o homem isolado não tem sentido, assim a obra humana não se compreende sem uma perspectiva histórica. (FIRMINO, 1967 apud APOM, 1971, p. 66)

Somos ainda "presenteados", nesta comunicação para o Seminário da APOM, com uma belíssima viagem, uma visita guiada pela componente humanístico-histórica do Museu, que está sempre presente no seu discurso expositivo.

Foi uma visita pormenorizada em torno das coleções, através das salas do então Museu dos CTI que muito gostaríamos de (re)visualizar/realizarem multimídia, integrada num projeto de trabalho de equipa, apresentado no âmbito do Grupo de Amigos do Museu das Comunicações (GAMC).

Após a visita guiada, de mãos dadas pela escrita e memórias faladas pelo passado presente da nossa muito querida, estimada e venerada Drª Maria da Glória, esta comunicação conclui-se desta forma brilhante e inspiradora de futuro melhor:

> Podemos concluir, portanto, que todos os acontecimentos fundamentais desta história fascinante do correio (incluindo neste termo todos aqueles que asseguram as comunicações), do mensageiro, que desde a mais alta Antiguidade até ao presente é parte integrante e indispensável do progresso da humanidade, todos os passos decisivos da humanidade estão apresentados, quer através da cópia fiel, da reconstituição pictural, da miniatura, quer sobretudo de épocas mais chegadas, de coleções mais ou menos completas, que nos permitem avaliar a grandeza de tal missão. (FIRMINO, 1967 apud APOM, 1971, p. 69)

Decorridos mais de quarenta anos da comunicação da Drª Maria da Glória Pires Firmino, no seminário da APOM, apresentamos, agora, algumas (apenas três modelos, exemplos significativos) das atuais atividades de intervenção pedagógica do Serviço Educativo do Museu das Comunicações[4]:

4. As informações aqui dispostas pelo autor foram coletadas na página do Serviço Educativo do Museu das Comunicações.

1) Oficinas Pedagógicas - Oficina de Escrita

E... ainda dizem que já não se escrevem cartas como antigamente ... Num tempo em que os SMS prevalecem, recuperar o hábito da escrita, quase abandonado, é o desafio que o Museu das Comunicações faz a professores e alunos, a pensar no programa curricular da disciplina de Português. No âmbito das visitas às exposições que estão relacionadas com o transporte da mensagem escrita (ex: mala-postal e núcleo dos correios da exposição permanente), os monitores do Museu criaram uma "oficina de escrita", na qual os participantes podem aprender a escrever diversos tipos de cartas (formal, comercial, familiar, de amor, etc.).

Objetivo: Recuperar e incentivar o hábito da escrita

Destinatários: Alunos do 3º ciclo e do secundário

Tempo de duração: 2h

Marcação: Os professores interessados deverão contatar o Serviço Educativo de forma a efetuar a marcação e a preparar a atividade, em conjunto com os monitores.

2) Oficinas do Conhecimento - Jovens

O Museu das Comunicações, em parceria com a Portugal Telecom (PT), desafia as escolas a participarem numa experiência inédita, onde os alunos, acompanhados pelo respectivo professor e de monitores especializados, terão oportunidade de criar e publicar páginas para a internet e blogues, contemplando todos os passos necessários: pesquisa, publicação e indexação, passando pela seleção e citação de fontes, e pela captação e edição de vídeos e fotografias.

Objetivo: Promover a utilização da internet como uma experiência de aprendizagem, investigação e produção de conteúdos.

Destinatários: Alunos do 7° ao 12° ano

Nº máximo de participantes: 25

Tempo de duração: 1h30m (esta atividade funcionará dentro do horário do Museu)

3) Oficinas do Conhecimento - Seniores

As Oficinas do Conhecimento, Escola do Futuro, foram concebidas pelo Museu das Comunicações em parceria com o Grupo Portugal Telecom e visam contribuir para o desenvolvimento das competências, na área dos sistemas de informação (SI), dos seus formandos, bem como sensibilizá-los para a utilização da internet como ferramenta de aprendizagem, de conhecimento, de criação e de partilha de conteúdos *on-line*.

Objetivo: Criar novas valências e combater a iliteracia informática e tecnológica junto do público sênior

Destinatários: Seniores

No máximo de participantes: 12

Tempo de duração: 9 sessões de 1h30m cada (esta atividade funcionará dentro do horário do Museu) às quartas e sextas-feiras

Centro de Pedagogia e animação das exposições

O Serviço Educativo do Museu das Comunicações proporciona programas de ação pedagógica e percursos temáticos organizados em função dos interesses, necessidades e acessibilidades dos visitantes. Estas "viagens" didáticas interativas são preparadas e conduzidas por especialistas em animação de exposições, em ateliês e oficinas pedagógicas.

Interagindo com os três ciclos do ensino básico e com o ensino secundário, numa atitude de parceria e troca de saberes, são propostas atividades complementares aos programas das disciplinas de Língua Portuguesa, História, História de Arte, Técnicas de Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Geografia, Física, Oficinas de Arte, entre outras.

Os professores são convidados a participar neste desafio que acreditamos ser uma mais-valia para o nosso público. O Serviço Educativo do Museu está disponível para, em conjunto com os docentes e as escolas, interagir na concepção e partilha de ideias, que produzam atividades ajustadas aos programas e aos alunos.

Deste modo, consideramos que ontem, tal como hoje, e na prospecção de um futuro melhor, pelo acesso com sucesso à construção social do conhecimento pertinente, de usabilidade educativa ao longo da vida, o essencial, na interação escola/museu – público-alvo escolar, está fundamentado, alicerçado e consolidado nas e pelas preparações prévias das visitas de estudo que se pretendem motivadoras, integradas e integradoras de transdisciplinaridades multiculturais conducentes a aprendizagens significativas e cooperativas em rede de aprendizagem colaborativa (RAC). Ou seja, para preparar as atividades didático-pedagógicas, são realizadas sessões prévias, através das quais se pretende estreitar a relação entre o professor e o museu, ir ao encontro do projeto formativo

das escolas, do programa anual de atividades educativas e de visitas de estudo dos diferentes estabelecimentos de ensino.

No entanto, no nosso entender, agora também, mais do que nunca, no planeamento e programação da intervenção pedagógica e/ou interação (in)formativa do serviço educativo, devemos questionar para refletir: Qual o papel sociocultural educativo dos museus de hoje?

Neste sentido, consideramos necessário desenvolver uma atitude de reflexão constante; por exemplo, na conjuntura atual da educação para, com e pela ciência, quando falamos de pedagogia/didática das ciências – ação educativa num museu de ciência e tecnologia, fala-se de como, com quem e de quê:

- como profissionais sistematicamente reflexivos?

- como responsáveis imersos e/ou emersos em um/de um processo formativo?

- como (re)conhecedores do conhecimento profissional docente na didática da construção de saberes autônomos relacionados)

- com investigadores e/ou especialistas na ação de conceber /realizar atividades lúdico-participativas de forma rigorosa, crítica e criativa?

- com profissionais experimentados no ato comunicacional de praticar ações com alegria, encanto, harmonia, prazer...?



Visita guiada da Exposição "Correios: um diálogo com Villém Flusser" no Museu Correios, Brasília.

- com instituições motivadas para o (des)envolvimento de parcerias e pessoas capazes de partilhar projetos?

- de como desenvolver e envolver pessoas com capacidades de promover cumplicidades em "crescimentos"?

- de como proporcionar alternativas e complementaridades articulatórias a práticas educativas formais, não formais e/ou informais?

- de possibilitar acessos com sucesso a conhecimentos pertinentes, em um processo de aprendizagem colaborativa, capaz de provocar mudanças reais e enfrentar desafios)?

- que tipo de didáticas exploramos?

- que metodologia de trabalho de projeto?

- que tipo de (in)formação prestamos e que projetos desenvolvemos?

Quando falamos de intervenção pedagógica fala-se de:

- sensibilizar, incluir, mobilizar,
- informar, formar, compartilhar,
- literacia, diversidade, multiculturalidade,
- interação, inter-relação, complementaridade,
- investigação-ação participada, avaliação, reformulação,
- comunicabilidade, usabilidade, educabilidade, sustentabilidade,

Quando falamos de interação (in)formativa fala-se de:

- promoção, divulgação e marketing cultural,
- estudo de públicos e adequação de intervenções,

- preparação de ações culturais educativas complementares

Face a que tipologia de públicos:

- Um público em geral e/ou em missão junto dos alunos (público escolar específico)?

- Para quem a educação patrimonial e comunicacional (sensibilizar, informar, motivar para a preservação de..., comunicar o quê, para quem, quando, como, com que efeito)?

- Para quem a educação para, com e pela ciência (na perspectiva da divulgação do conhecimento científico e/ou promoção da cultura científica)?

Consideramos que, hoje, um museu é para todas as comunidades "aprendentes" - entendemos que o papel (in)formativo, lúdico-pedagógico, sociocultural dos serviços educativos de todos os museus, e principalmente dos museus de ciência e tecnologia, enquanto centros de recursos educativos articulatórios de "saberes" relacionados, são multiculturais, inclusivos, economicamente diversificados, multiétnicos, multietários, em suma, abrangentes, tendo consciência que, hoje, o público dominante é o publico escolar oriundos das chamadas visitas de estudo, seguido das familiares.

Saber estar, "conviver" com os vários processos e metodologias formativas não formais e/ou informais, complementares ao sistema educativo formal da escola, da educação infantil à educação de adultos, contemplando os seniores e o desenvolvimento da sua generatividade, pelo prazer de compartilhar "saberes" com sabor:

- saber "saber", conhecimentos sobre...

- saber "fazer", experimentação em oficinas pedagógicas do conhecimento e/ou ateliê de práticas de...

- saber ser, "atitude" face a uma nova perspectiva da cultura científica para o quotidiano, para a melhoria da qualidade de vida em ...

Consideramos fundamental, enquanto equipe de trabalho de projeto de interação educativa escola/museu, professores e animadores pedagógicos das exposições, a convicção da importância dos seus conhecimentos profissionais docentes, conscientes da consequente complementaridade articulatória da trilogia educacional-aprendizagem formal, não-formal e informal Neste sentido o que precisamos mesmo é de dialogar – sejamos o que quer que sejamos, enquanto postura pedagógica: ou "agentes educativos formais", tal como a imagem que nos passam dos "professores do sistema educativo oficial", ou estagiários em profissionalização, usando os mesmos sistemas pedagógicos, métodos, processos, metodologias, estratégias, modelos de ensino/aprendizagem... , enquanto réplicas reprodutoras do sistema educativo vigente; ou professores criativos, tutores, inovadores, animadores socioculturais e/ou interventores ativos, artistas superdotados, ou simples artífices promotores de atividades como ateliês/oficinas pedagógicas do conhecimento, capazes de desafiar, questionar e relacionar em busca de novas e ótimas soluções comunicacionais lúdico-educativas, sedutoramente contextualizadas, recusando ações pedagógicas duplicadoras de procedimentos formais educativos, enquanto meras cópias auto-reprodutoras de respostas pré-estabelecidas sem novidade e renovação, ou seja, uma visita de estudo a um museu de ciência e tecnologia, no nosso entender, não é apenas mais uma aula, mas a complementaridade transdisciplinar de um tempo de prazer pela vontade de aprender, numa ambiência comunicacional educativa diferente. Daí a importância da comunicação educacional multimídia, na exploração das coleções do acervo patrimonial do museu, face ao seu discurso expositivo, sempre que possível em oficina pedagógica do (re)conhecimento das comunicações e do aperfeiçoamento do ato de comunicar essencial à articulação dos "saberes", tanto do saber fundamentar, pelo descobrir experimentar, como do saber conviver pelo comungar, tornar comum o nosso compartilhar.

Neste propósito, o fundamental é mesmo preparar muito bem as visitas de estudo em conjunto, professores/alunos/museu, centrados nos alunos, porque o que conta, no final das contas, é criar cumplicidades aprendentes, desenvolvendo um espírito de

causas comuns, um entendimento dialogante com o que fazemos e/ou como promovemos as coisas, para quem as destinamos e, acima de tudo, implicando os destinatários, no trabalho de projeto de interação educativa.

O necessário e premente é a tomada de consciência de como comunicar ciência com consequência, com resultado (trans)formador, de usabilidade educativa, assumindo compromissos cúmplices, com paixão e não compaixão permissiva para com o aluno/visitante, envolvendo e desenvolvendo:

- um espírito de planejamento conjunto, de trabalho de projeto colaborativo, baseado em metodologias ativas centradas no estudo para a resolução de problemas comunicacionais e de objetivos de conteúdo de aprendizagem, em função dos interesses e necessidades dos visitantes e centrados nestes, nas suas expectativas, propósitos, perspectivas...

- um serviço educativo comum, complementar, gratificante e gratificador, enquanto missão de interesse tanto para quem cria, desenvolve e põe em prática, como para quem se envolve e participa de uma forma ativa e (re)compensadora pela motivação e vontade de aprender...

- um contribuir para a mudança de didáticas, novas formas de pensar, atuar... , sabendo que uma visita de estudo é um tempo de trabalho, inserido num projeto abrangente de ação educativa.

É emergente mudar – mudar a maneira usual de programar e preparar a visita de estudo – mas, antes de pensar em mudar, é fundamental mudar de pensar – no sentido de que temos que ser sistematicamente crítico-reflexivos dos nossos projetos de interação educativa, numa perspectiva integrada e integradora de intervenção pedagógica, enquanto resultado de um processo continuado de investigação-ação participada (IAP), conducente e/ou consequente a novas perspectivas didáticas, ou seja:



Atividades com pacientes do Hospital Sarah no projeto "Sim, pode tocar!" no Museu Correios, Brasília.

- Consideramos a investigação-ação como um excelente guia orientador das práticas pedagógicas, com um propósito fundamental – melhorar os ambientes comunicacionais de aprendizagem na sala de aula, com vista a aumentar a qualidade de ensino; enquanto metodologia é uma estrutura de intervenção sistêmica em espiral; uma didática de partilha, reflexão e/ou de (re)formulação dinâmica; assim, em conjunto com a equipe do programa de ação, os intervenientes na metodologia de trabalho de projeto de interação educativa (TPIE), partimos da focalização do problema - pelo sentir ou experimentar das dificuldades- para estudos centrados na possível resolução desse problema – planificação, imaginando, pela sua compreensão, como ultrapassar essa(s) dificuldade(s) – fundamentando as suas relações causais; uma vez designadas as hipóteses de interação – pondo em prática a (re)solução traçado, estabelecemos o processo de experimentação-ação participada, à luz dos resultados obtidos pela avaliação contínua tutorizada, logo (in)formativa de causa-efeito-capaz de modificar, aperfeiçoando, a prática – observação reflexão crítico-analítica – com vista à melhoria progressiva da qualidade da ação educativa – seguindo novas direções, recriando novas hipóteses de interação que nos permitem a eventual ou necessária reformulação do problema, dando continuidade o um ciclo em espiral colaborativa de e no intervenção pedagógico.

Neste sentido, não podíamos deixar de referenciar quão gratificantes foram e são os trabalhos de projeto de interação educativa que temos vindo a desenvolver com a Escola Secundária Miguel Torga em Monte Abraão, Sintra[5], com vários grupos/turma.

O propósito fundamental é trabalhar a usabilidade educativa da interação escola/alunos/museu, numa perspectiva de comunicabilidade (enquanto

qualificação do comunicável, da facilidade e intencionalidade no comunicar, partilhar o aprendido) e da educabilidade (enquanto envolvimento e desenvolvimento cognitivo das capacidades construtivistas para reagir positivamente às propostas de informação-formação, motivados pela vontade de aprender e compreender), no sentido de reconhecer aos alunos (em visita de estudo ao Museu das Comunicações) a sua competência para a integração em projetos de intervenção educativa, tanto pela construção autônoma de saberes relacionados, como pela produção dos seus meios e materiais de aprendizagem colaborativa.

5. Escola Secundária de Miguel Torga é parceira do Museu das Comunicações – Serviço Educativo em Projetos de Interação Educativa desde o ano letivo 2002-2003 até a presente data.

a) Pré-requisitos base para trabalho de projeto de interação educativa:

- Concepção e planejamento do projeto de intervenção educativa
- Selecionar turmas
- Envolver os conselhos de turma
- Preparação prévia das visitas de estudo
- Implementar a prática dos "Diários de Aula"
- Trabalhar o projeto com o museu a visitar - de acordo com o Plano Anual de Atividades da Escola (PAA) - Museu das Comunicações.

b) Desenho do projeto:

- Constituição da equipe do programa de ação educativa - trabalho de projeto
- Planificação e calendarização do trabalho: visitas de estudo ao Museu das Comunicações de acordo com o PAA da Escola
- Apresentação dos resultados dos trabalhos realizados

c) Etapas, base de trabalho, de Investigação - Ação Participada

- Focalização do problema/planificação/hipóteses de interação

1ª fase: ações de formação de preparação de visitas de estudo a museus centro de ciência e tecnologia para constituição da equipe do programa de ação educativa - trabalho de projeto.

2ª fase: Visitas prévias de estudo a museus de ciência e tecnologia (só com professores da equipe do programa de ação educativa)

3ª fase: Preparação prévia da visita de estudo – inter-relação escola/museu (professores preparam a visita com o Serviço Educativo do Museu)

- Experimentação-ação participada/avaliação/observação reflexão

4ª fase: Preparação conjunta da visita de estudo (professores preparam com os alunos)

5ª fase: Visita de estudo ao Museu com os alunos acompanhados pelos professores

6ª fase: Apresentação dos constructos-avaliação/reformulação

- Melhoria progressiva/novas hipóteses/reformulação do problema

7ª fase: Ateliê e/ou oficinas pedagógicas do conhecimento - elaboração de materiais

8ª fase: Elaboração de novos materiais de aprendizagem

9ª fase: Fase - Reformulação/adequação se necessário

- Novo ciclo em espiral colaborativa

10ª fase: Reapresentação de construtos

11ª fase: Reavaliação de resultados

12ª fase: Apresentação pública - discussão do trabalho de projeto de interação - escola/alunos/museu.

Em suma, consideramos que, quando falamos de museus e educação e/ou educação nos museus, falamos essencialmente de metodologias de trabalho de projeto de interação educativa – escola/museu – público-alvo escolar, para intervenções pedagógicas resultantes de novas perspectivas didáticas transdisciplinares.

Evocando o eminente Professor Bragança Gil[6] : ao contrário dos museus tradicionais – em que o público está sujeito a normas do tipo "não tocar nos objetos expostos – o visitante de um museu de ciência de segunda geração é constantemente encorajado a "participar" na exibição, utilizando o equipamento que aí se encontra com esse objetivo. Estes museus, designados, por vezes, por centros de ciência, tiveram um extraordinário desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas últimas décadas. Embora de origem européia, eles começaram por se desenvolver nos Estados Unidos e Canadá. Apenas em época mais recente – já quase nos nossos dias – o "fenômeno" da proliferação dos museus de segunda geração se estendeu à Europa.

As exibições interativas existentes nesta segunda geração de museus de ciência e técnica, são, em parte, baseadas na utilização de dispositivos de demonstração que são postos em funcionamento automático pelo visitante. Esta utilização carece de alguma reflexão. Na realidade, verifica-se frequentemente que o visitante apressado limita-se a "apertar o botão" esperando passivamente o que vai acontecer. Como, em geral, não tem ideia precisa do que se pretende demonstrar, não tomará realmente consciência do fenômeno a que acabou de assistir.

Por um lado, porque hoje a grande maioria dos visitantes usuários dos museus exigem interação, pois querem fazer e ter alguma coisa onde atuar e esperam encontrar nos vários percursos expositivos muitas atividades que considerem atrativas, fascinantes e, simultaneamente, educativas participativas, no contexto dos museus de ciência e

6. Professor Fernando Bragança Gil, fundador e ex-diretor do Museu de Ciência, profundo conhecedor da história da Escola Politécnica, dos seus professores e da investigação aí realizada.

tecnologia e dos respectivos módulos interativos participativos. Segundo Homs (2004), a visão moderna de museu, surgida após a Revolução Francesa com a formação de coleções particulares, criou uma vinculação com o público a partir de uma ação pedagógica. Neste novo cenário, o museu adaptou-se à mudança do perfil dos seus frequentadores, surgindo como um espaço em que a ação educativa ganhou amplitude e tem extrapolado o âmbito interno das instituições, envolvendo cursos de formação e parcerias com outras instituições, principalmente ligadas à educação não formal, abrindo-se a um largo espectro de destinatárias.

Apostamos na convergência para a compartilha–complementaridade/interatividade–articulação; em nossa opinião, são as palavras, binômios, conceitos–chaves, para uma aprendizagem não-formal interventiva, complementar e articulatória de outras tipologias de aprendizagem, nomeadamente a formal e a informal, na perspectiva da aprendizagem – ao longo da vida e do muito com a vida, ou seja, convergência para um objetivo, propósito comum – melhorar a qualidade do aprender e do aprendente.[7]

Um serviço educativo convergente é o instrumento eficaz, ideal para conseguir uma educação comunicacional, patrimonial, consistente, com base em três grandes objetivos globais:

- fazer reconhecer valor pelo dar a conhecer o patrimônio cultural/educacional, científico-comunicacional à comunidade aprendente, no contexto social do museu e sua educabilidade;

- consciencializar (des)empenho das comunidades sociais envolventes e parcerias institucionais para a necessidade e importância da sua contribuição na preservação desse patrimônio e sua comunicabilidade;

- interação social pelo proporcionar à população, meio social envolvente, o gosto da contemplação e compreensão do valor e significado do patrimônio cultural, científico e educacional, como contributo para o enriquecimento pessoal e coletivo e sua usabilidade educativa.

7. "Só é útil o conhecimento que nos torna melhores"- Sócrates.

Importa, também, referir a convergência espaço-temporal do patrimônio cultural, no seu todo comunicacional, científico, educacional, porque não se deve, ou pode, falar de passado sem pensar, prospectar, o futuro, atendendo a que, cada vez mais, os lugares de futuro são os museus que se transvazam de si próprios, na medida em que se permitem entender, envolver, porque possibilitam a compreensão do seu passado, presente tangível e intangível e estes se tornam maiores que as suas coleções, e estas tiveram que sair de si próprias e do seu universo museal, para se imiscuírem interagindo de uma forma cúmplice, viva e atrativa com as pessoas e os seus quotidianos.[8]

Por outro lado, os MCT não existem na sua plenitude sem o respectivo sítio na internet, sem um "lugar cativo" no ciberespaço, sem constar referenciados nas primeiras páginas da internet dos motores de busca globais, nacionais e até mundiais, sem interagir em rede com outros museus e/ou instituições culturais e educativas internacionais.

De acordo com Sabbatini (2003, n/p)[9] , num artigo publicado na revista eletrônica de jornalismo científico ComCiência pode ler-se:

Neste âmbito, consideraremos que não podemos nem devemos falar de interação educativa formal, não-formal e informal no contexto da intervenção escola/museu de ciência e tecnologia, junto dos públicos escolares, sem referenciar os seus respectivos sites na internet.



Atividade para escola no auditório do Museu Correios, Brasília.

8. Percepcionamos, face ao que constatamos, o que acontece com as famílias que visitam os museus de ciência e tecnologia, motivadas, impulsionadas pelos filhos/alunos que antes os usufruíram nas visitas de estudo; de tal modo que, na grande maioria das vezes observadas, são os próprios filhos que se assumem como <guia/monitores> da visita familiar ao museu.

9. Marcelo Sabbatini é doutor em Teoria e História da Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha, e pesquisador associado do Instituto Universitário de Estudos da Ciência e da Tecnologia da mesma universidade. Editor do boletim de divulgação científica Infociencia.Net.

Neste sentido, a sustentabilidade funcional, operativa, sociocultural dos serviços educativos museais, passa também por uma atitude de empreendedorismo na aprendizagem não-formal.

Importa, pois, que reflitamos agora sobre os MCT e, para isso, recorremos de novo ao questionamento que nos inquieta:

- serão os museus de ciência e tecnologia capazes de fazer os seus visitantes usufruir com prazer, na e pela aquisição, apropriação e/ou consolidação de conhecimentos científicos, despertando posturas de valoração da ciência, estima pelas instituições científico-tecnológicas e acima de tudo contribuir para o desenvolvimento, alargado, de um "espírito científico" contemporâneo?

- serão os museus de ciência e tecnologia uma bolsa de recursos educativos capazes de uma construção contributiva para fazer produzir e realizar a comunicação da ciência, tendo como consequência uma educabilidade social sustentada, pela promoção e desenvolvimento de uma "cultura científica" melhor e mais adequada às necessidades do nosso tempo?

Assim, consideramos fundamental:

- focalizar as nossas atenções na forma e conteúdo do comunicar ciência hoje, através dos museus de ciência e tecnologia;

- investigar, com vista a melhor nos conscientizarmos da importância e necessidade de preocupações reflexivas, promotoras de resultados inerentes à satisfação dos públicos destinatários dos museus de ciência e técnica;

- contribuir, com propósito, para uma melhoria, que pretendemos significativa, dos serviços educativos dos museus, realizando atividades de ação pedagógica mais credíveis, mais úteis, mais criativas e funcionais; em suma, mais fáceis de apreender o conteúdo a transmitir, esteticamente apelativas, agradáveis, capazes de fazer usufruir o utilizador da satisfação de aquisição de saber com sabor.

Evocamos, a propósito, Barthes (1978), quando, na sua lição inaugural no Collège de France, reinventando a semiologia literária, fala do sabor da sabedoria - a "sapientologia", lugar, onde "a escrita faz do saber uma festa"; diríamos nós, aqui, na realidade com que nos confrontamos, onde a museologia da ciência e tecnologia pretende fazer também do "saber uma festa" sociocultural.

Fomos constatando, cada vez mais, por experiência pessoal e profissional, da importância cada vez maior dos *sites* na internet dos museus e centros de ciência (SIMCC), da necessidade de uma percepção realista do que se ensina e se aprende num museu e/ou centro de ciência, tanto nas visitas presenciais, como nas visitas virtuais ao respectivo *site* na internet e qual o seu verdadeiro papel, tanto nas conjunturas educacionais (educação formal/educação não-formal), quanto no contexto institucional e sociocultural.

Aprender como aperfeiçoar o fazer saber, pelo comunicar ciência e tecnologia através dos SIMCC, promovendo o prazer da aquisição de conhecimentos científicos de uma forma agradável, não-formal, mas complementar e articulatória da educação formal, é o perspectivar da aprendizagem (colaborativa) ao longo da vida.

Apreender conceitos como comunicabilidade das ciências, usabilidade das tecnologias, com vista à educabilidade social, é prepararmo-nos para melhor entendermos como contribuir para a construção de saberes autônomos relacionais dos visitantes dos museus de ciência e tecnologia e respectivos sites na internet.

Assim, consideramos imperiosos termos a preocupação de responder em pertinência: o que essencialmente apreendem os nossos visitantes, com vista à aquisição e/ou consolidação de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, artísticos, pertinentes, úteis, significativos para a interação relacional de saberes, transformativos (para melhor) de cotidianos, modos de vida?

Deste modo, passou a constituir uma das nossas preocupações principais, ou seja: Que tipo de divulgação de ciência proporcionamos e quais os contributos reais para a

promoção da cultura científica, promotora de qualificação, e que tipo de cultura científica realmente promovemos para a melhoria da qualidade de vida na era digital?

Assumem-se assim, no Serviço Educativo do Museu das Comunicações, experimentar, dar a descobrir novas realidades comunicativas, em plataformas de interação comunicacional, pelo criar, proporcionar, analisar e avaliar novas soluções de acesso com sucesso à (in)formação, ora como instrumentos de aprendizagem ao longo da vida, ora como ferramentas facilitadoras de contatos, entretenimentos e de novas socializações em comunidades reais/virtuais, função das necessidades e interesses do seus usuários.

O Museu das Comunicações enquanto museu de empresa, da preservação do patrimônio comunicante, do perpetuar das memórias coletivas da história das comunicações em Portugal, museu do valor das pessoas das comunicações e telecomunicações e suas atividades no evoluir dos tempos; museu ícone, cujo Serviço Educativo pretende também contribuir, hoje, para o desenvolvimento sustentável das comunicações em Portugal e da qualidade de vida comunicacional na "era digital", enquanto processo contributivo para:

- um novo saber relacional, pelo saber ser, estar, atuar na sociedade da informação, conducente a uma nova sociedade da aprendizagem, do conhecimento e da competência;

- (re)conhecer o valor histórico e patrimonial do processo evolutivo do "ato de comunicar", pelo proporcionar acessos ao passado do passado das comunicações, ao estudo dos meios e ferramentas fundamentais de transmissão de mensagens, para aprendermos a saber fazer agora, melhor comunicação.

Museu missão da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), marca de prestígio dos seus instituidores, que responde aos seus desafios institucionais, empresariais e comunicacionais, numa atitude investigativa, de partilha positiva e rigor cognoscível, no tratamento museológico do seu acervo; no aprender a fazer saber, um saber fazer

comunicativo, para melhor sabermos conviver com a diversidade, com o (des)entendimento da condição humana, com a percepção da identidade terrena, com o admitir o erro e a ilusão; numa perspectiva de solidariedade inclusiva, para apreendermos com os outros, o "sabor do saber ser" em cidadania total, local e global.

Museu de arte, ciência e tecnologia, numa perspectiva cognitivista de novos saberes (re)acionais; enquanto contributos articulados para uma educação integral, formação profissional e desenvolvimento de novas capacidades e competências qualificadoras, na área das novas infotecnologias interativas da comunicação empresarial, educacional multimídia; Museu oficina da comunicação empresarial educacional, do aprender a fazer serem bons comunicadores, transmissores, usuários da construção da tolerância, da paz e do progresso, enquanto comunicantes causadores, geradores de sustentabilidade:

- numa postura de aprendizagem colaborativa, virada para a compreensão dedutiva dos produtos e serviços empresariais, indutiva na avaliação de métodos, processos educativos, numa atitude construtivista do saber aprender a fazer um saber compartilhado e a descobrir no presente, a importância do conhecimento pertinente;

- no sabermos hoje, afrontar a incerteza, preparados para o desafio da mudança permanente e promovermos uma melhor comunicabilidade da ciência nas comunicações.

Museu das comunicações interativas, educacionais e/ou empresariais, enquanto meio privilegiado para saber fazer, experimentar, (des)envolver e empreender no futuro do presente; para prospectivar o presente futuro, hoje, para que possamos ter saudades do futuro amanhã...

Na altura (2002) e tempos consequentes, as nossas crescentes preocupações eram cada vez mais acentuadas pela influência do aprendizado nos seminários do programa de

doutoramento da Universidade de Santiago de Compostela, novas perspectivas didáticas em áreas curriculares:

- absorvidas pela constante evolução da realidade;

- inquietantes, porque desassossegadas pelo alcançar plataformas experimentais de ação investigativa com vista a captar dinâmicas abrangentes, sejam estas dos cotidianos específicos da relação escola/museu – centro de ciência, aos fenómenos educacionais sociais da interação da ciência, tecnologia e sociedade global;

- promotoras de estudos centrados na resolução de problemas pela procura de soluções transformadoras de realidades cada vez mais complexas, como compreender o articular complementar do currículo escolar formal e o recurso educativo não-formal, onde, no nosso entender, se inserem os museus e centros de ciência, públicos e/ou privados.

Pretendemos ainda contribuir para

- a construção de novas relações pedagógicas, mais gratificantes, capazes de transformar atividades e atitudes educativas em ações motivadoras de novos interesses, conducentes a novas envolvências comunicacionais, mais amigáveis, produtivas e fruidoras de novos entendimentos, para novas comunicabilidades, em rede,

- que a construção de conhecimento seja, por excelência, um ato comunicativo com o prazer de fazer saber, um saber experimentado em partilha comungante,

- que todos os usuários de um espaço tempo de cognição, se convertam em melhores gestores desses novos conhecimentos, capacidades e competências.

Que sejam orientadores e/ou utilizadores mais eficazes de novos encadeamentos de "saberes" relacionais (pelo uso de *hardware* e *software* educativos em rede), tanto

do apreender a arte pela tecnologia, do aprender ciência, com a tecnologia e/ou do compreender a tecnologia com ciência... enquanto arte de comunicar cientificamente o aprendido.

Síntese Evolutiva, numa perspectiva holística. Os museus como ferramentas facilitadoras da construção social do conhecimento e educação patrimonial

No sentido da busca de um entendimento integral dos fenômenos, entendemos hoje, cada vez mais, que os museus são espaços de conciliação de ambiências comunicacionais; do deslumbramento maravilhado, da erudição cognitiva recolhedora, do prazer de aprender de formas mais lúdico-pedagógicas e de novas perspectivas didáticas; discursos expositivos adaptados, tanto ao visitante individual, como em grupo; conteúdos adequados do interesse pessoal, saber mais e/ou coletivo, mais acessíveis às massas populares; Os museus de ciência e tecnologia são hoje, cada vez mais, lugares de futuro, entidades visionárias porque articulatórias da cientificidade tecnológica com a arte e intervenção sociocultural, ou seja, promovem, no presente, uma nova cultura tecnológica, artística, científico-educacional, pelo (re)conhecimento do passado numa perspectiva de futuro.

Um futuro que se projeta, que se prepara na medida em que se constrói pela compreensão da transformação do presente (em mudança permanente), pela elaboração da percepção comunicacional/entendimento da causa das coisas que nos rodeiam, em que nos envolvemos, desenvolvemos de uma forma pessoal e/ou coletiva.

Mas um verdadeiro visionário vê o invisível e, portanto consegue fazer o impossível... Mas só conseguimos fazer o "impossível invisível" (o melhor possível) com muita "inspiração e transpiração", ou seja, com trabalho criativo e coletivo.



Visita guiada da Exposição "Os sinais e as coisas - das fogueiras à internet". Museu Correios

Trabalho criativo positivista, articulado e compartilhado complementarmente, numa abordagem integrada e integradora porque conciliatória do tangível com o intangível, do tradicional com a modernidade, do discurso museológico analógico com a nova museografia digital.

Uma abordagem museal com contemporaneidade e modernidade, pela atualidade artístico-tecnológica, criatividade comunicacional, na diversidade dos discursos expositivos, multimidiatizados interativos e dos vários procedimentos museais (museologia e museografia) inerentes a processos técnico-artísticos conceituais dinâmicos, educativos (in)formativos... socioculturais interventivos – com inovação.

Inovação, enquanto renovação, (re)construção promotora, novidade, de mudança, de transformação, pela originalidade da utilização criativa de todos os recursos educativos (humanos e/ou materiais) disponíveis:

- os meios e materiais de aprendizagem, desde os tradicionais guias e/ou áudio-guias, audiovisuais, aos livros temáticos, aos "cadernos didático-pedagógicos" analógico-digitais, construtivos / multimídia interativos, com miniaturas, jogos, maquetes manipuláveis, aos esquemas dinâmicos, simuladores (com infotecnologias 3D) de funcionamento de mecanismos e/ou sistemas operativos;

- das réplicas manipuláveis de objetos à escala, inerentes do acervo museológico, aos módulos interativos participativos;

- da exploração do discurso expositivo analógico (espólio museal em vitrine), linear e cronológico, ao discurso multimidiatizado interativo, não linear, em suportes digitais multimídia;

- da organização de oficinas pedagógicas tradicionais, formais, especifico-temáticas, à intervenção lúdico-educativa, articulatória (educação formal/não-formal/informal) e complementar dos saberes-saber "saber", conhecimento; saber fazer, experiência; saber ser, atitude; saber estar, conviver – aos quiosques interativos participativos do tipo "saber +", com vista à descoberta do acervo tangível e/ou intangível relacional do Museu das Comunicações.

Hoje, cada vez mais, as visitas guiadas, segundo os princípios da nova museologia interativa, reafirmam a importância da função social do museu e do carácter global das suas intervenções inter-relacionais ACT/S - arte, ciência, tecnologia, sociedade.

Intervenções ACT/S científico-artísticas, técnicas e tecnológicas, socioculturais/educacionais que assentam em intercâmbios de saberes e experiências, interações relacionais analógico-digitais, presenciais reais e/ou em visitas virtuais *online* (em presença em linha – rede mundial – *site* na internet do Museu), multiculturais, multidisciplinares de transdisciplinaridade complementar de interação/intervenção pedagógica (no conceito e contexto da necessidade de aprendizagem ao longo da vida – educação formal, não-formal e informal).

Atividades lúdico-formativas desenhadas especificamente para crianças, jovens, adultos, seniores, comunidades profissionais, educativas e/ou famílias nas quais as intervenções (in)formativas implicam um estudo fundamentado de públicos, das suas necessidades e interesses, da "usabilidade educativa" das visitas ao museu e implicam a necessária inerente preparação de novas equipes de interação interventiva (museólogos, professores, técnicos, artistas... enfim, novos pedagogos criativos), com vista a proporcionarmos ao visitante do nosso Museu a consequente satisfação no/do seu usufruto.

Equipes de trabalho de projeto multi-especializadas, desde o recurso à experiência e/ou aos saberes dos museólogos tradicionais às novas atividades relacionais perspectivadas pela nova museologia educacional às quais, hoje, modernas equipes de animação pedagógico-museal sociocultural darão cabal resposta.

No nosso entender há que promover intercâmbios intergeracionais, para que esta animação pedagógica sociocultural seja promotora de multiculturalidade e transversalidade multidisciplinar.

Agora a transdisciplinaridade sociocultural educativa, em redes de aprendizagem colaborativa tem um papel fundamental na construção de novos "saberes autônomos" relacionados e os serviços educativos dos museus, nomeadamente os museus de empresa e de ciência, que é o caso do Museu das Comunicações.

Assim, os espaços do Museu das Comunicações proporcionam tempos privilegiados para a (des)construção criativa da escola, pela criação compreensão de ambiências comunicacionais favoráveis ao "saber com sabor", pelo aprender a fazer saber com o prazer de comunicar educacionalmente ...

Experiências comunicacionais "inesquecíveis", porque facilitadoras de novas tipologias de aprendizagens lúdico-(in)formativas relevantes, importantes, significativas ativas e atuantes, que provocam e promovem (trans)formação pelo (des)envolvimento pessoal, pela intervenção sociocultural, artística e/ou técnico-científica.

Agora, as intervenções educativas devem funcionar como ferramentas SIM (sensibilizar, informar, motivar), causadoras da melhor compreensão do exposto e da necessidade de voltar a usar e fruir por todos e, acima de tudo, recomendados por estes a outros.

Os museus devem ser atualmente (e alguns são – sendo o Museu das Comunicações um excelente exemplo), tempos de interação social, de reflexão permanente, de investigação-ação participada face ao necessário e pertinente estudo continuado de públicos e avaliação

da sua adequação conteudística; espaços de comunicabilidade funcional e operativa, amigáveis, interativos, participativos; espaços-tempos de intervenção educativa, de aprendizagem complementar articulatória do formal, não-formal e informal; tempos de satisfação no usufruto do seu espaço expositivo e de intervenção sociocultural, lúdico-didática, oficinas pedagógicas promotoras de educabilidade pela construção de saberes autônomos relacionados, em suma, à construção criativa de usabilidade educativa.

Com efeito, devemos aprender a aprender continuamente, a conciliar as mais diversas "artes", articulando várias formas de expressão e representação artística, tecnológica, científica e social, conducentes à melhoria de práticas educativas inovadoras, atrativas, sedutoras, interventivas, lúdico-pedagógicas, capazes de cumplicidades visitante/visitado, públicos/museus, tornando o usufruto do museu "inesquecível" numa perspectiva interrelacional, articulatória e complementar ACT/S - arte, ciência, tecnologia, sociedade; reinventando memórias, pelo "parar o olhar para ver" para apreender o ver/ler a arte de fazer, "ver para fazer saber", promovendo uma cultura científica, pelo explicado, fundamentado, compreendendo, humanizando as (info)tecnologias, enquanto ferramentas facilitadoras de novos acessos com sucesso a novos (re)conhecimentos - fazer saber com sabor.

Deste modo, num processo "mágico" lúdico-educativo, de viagem intemporal no tempo passado, presente, futuro presente, em espaços de "deslumbramentos" vivenciados à volta das coleções, da vida própria de cada peça, objeto museológico. Aí, as coleções ganham forma e conteúdo relacional de cumplicidades com as pessoas e profissionais, com as técnicas e profissões e/ou seus utilizadores usufrutuários.

Assim, como viajantes desse tempo envolvente de partidas "à descoberta das comunicações" da preservação, estudo e conservação do seu, nosso, patrimônio museológico, numa perspectiva coletiva de achamento e construção social do conhecimento e da Educação Patrimonial, com enquadramento artístico, técnico-científico, tecnológico e social, que se pretende relacional, diversificado, interativo, inclusivo e solidário com



Projeto "Lê pra mim" no Museu Correios, Brasília.

as histórias de vida das pessoas das comunicações em Portugal, reconhecendo o valor passado, compreendendo melhor o perspectivar do presente, prospectando o futuro, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desta "era digital", cada vez mais globalizada e globalizante, em que a "humildade do conhecimento partilhado" nos leva a novas aprendizagens colaborativas, para novos conhecimentos pertinentes. Ou seja, nos leva à chegada, voltar a redescobrir o experimentando, a fazer melhor saber com o "sabor" de aprender/compreender o viver melhor em sociedade - saber conviver.

Porque, para melhor empreendermos no presente, preparando o futuro, necessitamos de (re)conhecer tanto o passado do passado, como valorizar no presente os talentos potenciais das pessoas e suas capacidades individuais e competências em equipes de trabalho de projeto-oficina, envolvidas na construção do conhecimento e desenvolvimento da usabilidade educativa dos museus de empresa.

Promover pelo (re)descobrir os museus de empresa enquanto museus centros de ciência e tecnologia ao serviço da comunidade educativa envolvente, abrangendo desde grupos de visitantes, aprendentes individuais, alunos e suas famílias, grupos de professores, guias, monitores, animadores, estagiários, investigadores, historiadores e todos os profissionais da museologia ... , aos empresários investidores – mecenas.

É nesta conjuntura de preocupação com o patrimônio das comunicações de Portugal, e sua aplicabilidade como recurso educativo, neste caldo construtivo de preservação, num contexto

de cisão e união empresarial e de compartilha, que contributos fundamentais, desde a decisão política de criar a Fundação Portuguesa das Comunicações – Museu das Comunicações aos gestores, quadros das respectivas instituições, da cooperação (in) formativa, técnica e tecnológico das mais variadas pessoas, técnicos especialistas, amantes conscientes do valor e importância da conservação do nosso patrimônio histórico das comunicações, nomeadamente de equipes específicas de museólogos, arquitetos, engenheiros, conservadores, documentalistas, estudiosos, historiadores, investigadores, artistas e artífices... são relembrados.

Todavia, e acima de tudo, é às valorosas e voluntariosas individualidades que fazem parte dessa, para sempre memorável, equipe de trabalho colaborativo, que deu forma e conteúdo ao antigo Museu dos Correios, que aqui se presta muito modesta homenagem, na pessoa da Drª Maria da Glória Pires Firmino, sustentáculo na continuidade do ex-Museu dos CTT que germina o atual Museu das Comunicações, seu herdeiro.

Porque, na medida em que compartilhamos saberes relacionados, de vivências, feitos, com a experiência das pessoas e para as pessoas, em cumplicidade, em equipe de trabalho de projeto, com estudos centrados na (re)solução de problemas, com vista à constante melhoria de práticas e qualificações, em consciência da importância de comunicar ciência com competência ... mas com e para o nosso cotidiano sempre.

Confirmamos a importância do acesso com sucesso ao conhecimento pertinente; Certificamos o valor da aprendizagem significativa, ao longo da vida, como construção desse sucesso; Confiamos na vontade coletiva, interesse e necessidade da procura da essência da (in)formação para o (des)envolvimento pessoal e intervenção social, como via para a promoção de uma nova cultura científica acessível a todos; Acreditamos no desenvolvimento e sustentabilidade de uma nova Sociedade em Rede Colaborativa, que passa pela (re)construção de saberes relacionados, porque estamos cada vez mais convictos, de que na melhoria da Qualidade de Vida na Era Digital, a trilogia

comunicabilidade/educabilidade/usabilidade configura o sucesso pessoal e coletivo que se projeta; Reconhecemos que o progresso educativo-institucional se constrói agora, em redes de aprendizagem colaborativa, pela complementaridade relacionaI de "saberes", num processo educacional construtivo (formal, não-formal e informal) através de "novas experiências didático-pedagógicas" em parcerias compartilhadas de investigação-ação participante.

Assumimos que a indispensabilidade de um salto para o desenvolvimento futuro da museologia interativa educativo-empresarial passa pela (re)qualificação da usabilidade educativa dos museus de empresa, enquanto museus de arte, ciência e tecnologia, ao serviço do público, usuários da comunicabilidade/educabilidade na satisfação do usufruto – usabilidade.

Referências

APOM – Associação Portuguesa de Museologia. **Museus e Educação** – Seminário Organizado pela APOM em 29 e 30 de maio de 1967. Lisboa: APOM, 1971.

À CONVERSA com Leiria Viegas. Entrevista com o presidente da Fundação. **Códice**. Ano I. nº 1. primeiro semestre. 1998. p.10-13.

BARTHES, Roland. **Leçon**. Paris: Seuil, 1978.

GUINA, Garcia Nuno. **O museu entre a cultura e o mercado:** um equilíbrio instável. Lisboa: APOM. 1979.

HOMS, Maria Inmaculada Pastor. **Pedagogía Museística** - Nuevas Perspectivas y Tendencias Actuales. Barcelona: Ariel. 2004.

SABBATINI, Marcelo. Museus e Centros de Ciência virtuais: uma nova fronteira para a cultura científica. **ComCiência**. n. 45. jul. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

VIEGAS, Francisco Leiria. Editorial. **Códice**. Ano I. nº 1. primeiro semestre. 1998. p.4-5.

Joel Pereira de Almeida
Licenciado em Comunicação Multimídia, Doutor Ciências da Educação, pela Universidade de Santiago de Compostela. Atua em diversas áreas relacionadas à implantação de multimídia em Museus e Centros de Ciência, com foco em infotecnologias interativas, museologia interativa e redes de aprendizagem colaborativa (RAC's).

The 125th Anniversary of his death



























O lócus do selo postal na área da Comunicação: introdução histórica, documental e memorial

Diego A. Salcedo

The locus of the postage stamp in communication: the history of their introduction through documents and recollections

Resumo/Abstract

Pressupõe que o selo postal é um objeto da cultura visual e material. Tem como objetivo refletir sobre o seu lugar como objeto de estudo no campo da Comunicação. Indica e contextualiza os seus elementos históricos, os quais contribuíram ao seu surgimento e a sua permanência. Explora e debate, enquanto procedimento metodológico, a literatura que oferece os subsídios ao desenvolvimento do raciocínio. Conclui que o selo postal, bem como outros documentos filatélicos, cabe como objeto de pesquisa na área da Comunicação e que, a partir dele, ela pode dialogar com áreas correlatas.

Palavras-chave: Comunicação; Correios. Documento; Filatelia; História; Memória; Selo Postal.

It assumes that the postage stamp is a visual and material culture object. Aims to reflect on its place as an object of study in the field of Communication. Shows and contextualizes its historical elements, which contributed to its emergence and its permanence. Explores and debates, as a methodological procedure, the literature that offers subsidies to the development of this reasoning. It concludes that the postage stamp fits as a research subject in the field of Communication and, from it, it can dialogue with related areas.

Keywords: Communication; Document; History; Mail. Memory; Philately; Postage Stamp.

Correios na Europa de 1840

Mencionar o selo postal adesivo é situar o olhar, de forma ampla, sobre a Europa do século XIX, momento de emergência dos Estados Nacionais e de transformações radicais nas sociedades capitalistas ocidentais e, em particular, sobre à Inglaterra. Lugar, segundo Hobsbawm e Ranger (2002, p. 9), de "*tradição inventada*". Para esses autores, a expressão *tradição inventada* pode ser percebida como um conjunto de práticas sociais, usualmente admitidas por um grupo de pessoas, e "formalmente institucionalizadas". Além disso, a questão da repetição dessas práticas é essencial no estudo sobre as tradições, visto que, ainda conforme esses autores, a repetição visa "inculcar certos valores e normas de comportamento que implicam uma continuidade em relação ao passado apropriado".

De um ponto vista mais geral, os europeus, nesse período, tiveram o privilégio de experimentar um momento histórico de grandes e positivas mudanças no âmbito da comunicação. Estradas foram aperfeiçoadas, os cavalos puxavam velozmente transportes, cada vez mais leves, e o serviço postal sobrepujava, em vários aspectos, a comunicação do século anterior. Em meados de 1830, a Inglaterra tinha um dos mais eficientes serviços postais já conhecidos. Grande parte disso resultou do investimento realizado numa rede infraestrutural muito bem integrada. Combinava estradas de terra, canais de navegação fluvial, ligações marítimas costeiras e as primeiras linhas férreas.

Briggs e Burke (2006, p. 134) citam que "trens e navios transportavam cartas, no século XIX, uma forma indispensável à comunicação tanto nacional quanto internacional". Nesse sentido, comenta Hobsbawm (2005, p. 26),

> [...] o sistema de carruagens postais ou diligências, instituído na segunda metade do século XVIII, expandiu-se consideravelmente entre o final das guerras napoleônicas e o surgimento da ferrovia, proporcionando não só uma relativa velocidade – o serviço postal de Paris a Strasburgo levava 36 horas em 1836 – como também regularidade.



Figura 1 – Correio ferroviário no período da Revolução Industrial.
Fonte: Salcedo (2016).

Uma das características do sistema de comunicação postal ferroviário, denominado 'correio ambulante", diz respeito às agências instaladas dentro dos vagões dos trens, que durante o seu rotineiro percurso realizavam a triagem, recebimento e distribuição das correspondências (QUEIROZ, 1988, p. 91), como ilustra a figura 1.

Cabe aqui uma breve alusão ao contexto em que o desenvolvimento inglês foi gerado. Não é nosso propósito historiar esse contexto, pois nos faria desviar de nossa trajetória. No entanto, é importante observar que a Inglaterra do sistema postal infalível também é um lugar de política imperialista, um poder devastador que dominou uma centena de territórios ultramar. Vale lembrar, que muitos desses territórios dominados estampariam as independências nos selos postais do século XX, após o período em mais existiram revoltas coloniais.

Os próprios colecionadores dos primeiros selos postais registraram esse fato. Segundo Bellido (2004, p. 81), redator de um dos primeiros periódicos sobre colecionismo de selos postais, fundado em meados de junho de 1896, "a Inglaterra é o país do mundo que maior número de colônias possui". Durante o final do século XIX e o início do século XX, a Grã-Bretanha foi o império que tinha o maior número de territórios ultramar



Figura 2 – Emissão canadense, colônia do Império britânico[1]. Fonte: Salcedo (2016).

1. Ver, também, Ferguson (2004, p. 202).

dependentes ou anexados que emitiam selos postais (STANDARD Postage Stamp Catalogue, 2002).

Em 1898, uma franquia postal imperial única, no valor facial de 1d (2c no Canadá) foi instituida para todos os domínios do Império Britânico. Assim, o Canadá emitiu um selo postal em que um mapa ilustra, em vermelho, a despeito de algumas inadequações, as possessões britânicas ultramar, além da inscrição "XMAS 1898" (abreviatura de Christmas), época em que a taxa entrou em vigor, e a legenda "we hold a vaster empire than has been" ("nós possuímos um vasto Império, como jamais existiu"), extraído de "A Song of Empire", composto por Sir Lewis Morris em 1887.

Pois bem, o contexto que agora perpassamos era o de um amplo desenvolvimento científico e tecnológico e industrial, baseado na mecanização dos sistemas de produção, incluindo as relações econômicas e o desenvolvimento local, e, ainda, de expansão do empreendimento capitalista e da economia liberal, fazendo com que a Inglaterra, mas, também, outros impérios europeus, "minasse a ordem social dos territórios ocupados" (HOBSBAWM, 2005, p. 48). Ao mesmo tempo em que crescia internamente, o continente europeu se expandia para fora de seus domínios, conquistando terras, pessoas e novas riquezas tanto na África, quanto no extremo Oriente. A hegemonia inglesa, na Europa e sobre as suas colônias ficou conhecida como o período Vitoriano (1837-1902). Por outro lado, internamente, esse mesmo período também é lembrado pela drástica redução do poder do Estado, limitado para atuar em setores bem específicos, dentre eles, os da comunicação. Assim, acompanhando uma tendência geral dos demais reinados e impérios europeus, o governo inglês assumiu o poder sobre o serviço postal, substituindo os particulares por uma administração estatal.

Lembremos que o serviço pré-postal e postal, desde a Idade Média, estava a serviço da realeza, dos nobres, dos militares e do clero. Sendo assim, as transformações do

sistema de correios foram ocorrendo pouco a pouco, em pontos isolados da Europa.[2] Da Idade Média até 1900, a Europa experimentou avanços jamais vividos na comunicação, assim como em outras esferas sociais. O sistema postal, sua regulamentação e os avanços técnico-científicos foram algumas das causas que permitiram essa experiência.

De volta ao contexto britânico, era norma geral que as correspondências fossem pagas pelo destinatário e não pelo remetente, como é feito hoje. Foi nesse aspecto, em particular, que um cidadão britânico desenvolveria algumas idéias que transformariam o sistema postal inglês, em particular e, por conseguinte, o de muitos outros países, colônias e grupos sócio-institucionais. Sir Rowland Hill (1795-1879), segundo Almeida e Vasquez (2003, p. 17, tradução nossa), após o episódio, "percebeu algumas vulnerabilidades do sistema postal inglês vigente". Nesse período, a classe média e trabalhadora britânica, apenas, sonhava com o aviso da chegada de um carteiro, pois o serviço tinha um caráter de luxuosidade. Mas, também, foi o momento histórico em que ascendia ao trono do Império Britânico, no dia 20 de junho de 1837, aos dezoito anos de idade, Alexandrina Vitória (1819-1901) iniciando a mais duradoura regência inglesa intitulada de "Era Vitoriana". Logo após assumir o trono, a Rainha Vitória instituiu um Comitê Especial do Serviço Postal,[3] que teria como objetivo e função explorar as condições de funcionamento do serviço postal britânico com vistas a reduzir as tarifas postais.

Assim, à acurada visão de Rowland Hill aliada a um imbatível argumento contábil e estatístico, em conjunto com a disposição de melhoria do sistema postal britânico, por parte da Rainha Vitória, foi o momento adequado para que ele apresentasse algumas mudanças, que logo seriam copiadas no mundo inteiro, por meio de um relatório intitulado "Post Office Reform: its importance and practicability" (1837).[4] A figura 3 indica algumas características de como era o sistema postal pré-filatélico britânico e europeu, por volta de 1838, e quais foram as principais modificações

2. Uma das mais completas obras escritas sobre o sistema pré-postal e postal britânico, que merece ser traduzido ao Português, foi a de Campbell-Smith (2011). No Brasil, uma História Postal, articulada a elementos econômicos, políticos, tecnológicos, educativos, culturais (prensa e imprensa) e sociais merece e ainda está por ser escrita. De certo, campo de estudo mais tratado por colecionadores filatélicos do que por sociólogos, antropólogos e historiadores.

3. Em Inglês: "Select Committee on Postage".

4. Tradução: "Reforma Postal: sua importância e praticabilidade".

O SISTEMA POSTAL EUROPEU EM 1840	A «REFORMA POSTAL» NA INGLATERRA
A tarifa poderia ser paga pelo remetente ou destinatário da correspondência.	Pagamento prévio da franquia conforme tarifas pré-estabelecidas.
A tarifa compreendia: as medidas, o peso, a classe e a distância a ser percorrida.	Emissão de selos postais adesivos para comprovar o pagamento das correspondências conforme todo o seu projeto e circulação.
A arrecadação era difícil e a falta de pagamento dos envios era alarmante.	Tarifas uniformes dentro do país, considerando o peso, mas sem levar em conta a distância, com o intuito de diminuir custos e tornar o serviço acessível para muitos.
O envio para regiões distantes somava as dificuldades da própria distância e os meios empregados, às cobranças relativas a cada correspondência.	Diminuição efetiva do valor das tarifas (1 penny) a cada 14 gramas de correspondência enviada.

figura 3 - O sistema postal europeu antes e depois da Reforma Postal.
Fonte: Salcedo (2010, p94)

Tamanha mudança no modelo do sistema postal britânico não ocorreria tão facilmente, sem as devidas pressões político-econômicas. De fato, estavam em jogo o poder real, a liderança exercida pelo Parlamento e a própria economia britânica, em que pesem os conflitos na Europa e ultramar. Em 17 de agosto de 1839, o Parlamento inglês aprovou as sugestões de Hill alegando, conforme registram Almeida e Vasquez (2003, p. 17), "que serviam ao progresso comercial e ao desenvolvimento das classes mais favorecidas".

Logo após a aprovação da Reforma Postal, outro aspecto precisava ser resolvido. Assim, um concurso público foi anunciado pelo Tesouro Britânico, com o objetivo de convidar o público a sugerir o melhor modelo para os selos postais. "Mais de dois mil e seiscentos desenhos foram enviados por artistas nacionais e internacionais" (GOLDEN, 2012, p. 21). A Inglaterra, reproduzindo o perfil da cabeça da Rainha Vitória, a partir

de uma medalha comemorativa gravada por William Wyon, inaugura o tipo "efígie", com um selo postal adesivo que, oficialmente, foi chamado de *Penny Postage*, e que depois, já no âmbito da prática Filatélica ou do colecionismo de documentos postais, ficou conhecido como *Penny Black*. Nascia assim, o selo postal adesivo, um dos artefatos fundamentais às transformações que iriam revolucionar os sistemas postais em todo o mundo.

O advento do selo postal adesivo[5]

Assim, as características verbovisuais do primeiro selo postal adesivo, emitido na Inglaterra, no dia 06 de maio de 1840, foram: o valor facial impresso na margem inferior por extenso, "ONE PENNY"; o termo "POSTAGE" impresso na margem superior, indicando um serviço postal instituído pela administração postal daquela unidade política; a efígie da Rainha Vitória posicionada para mostrar seu perfil esquerdo, como num camafeu, e indicando a unidade política emissora da peça, no caso a Inglaterra; o fundo preto, com ornamentos nas margens direita e esquerda; por fim, as duas iniciais "M", na margem inferior esquerda, e "H" na margem inferior direita, indicando a posição do selo na folha completa.

Sem dúvida o primeiro selo postal com padrões artísticos, responsável por estabelecer os padrões de seus descendentes. O cuidado extremo com os traços, a gravação da efígie beirando a perfeição e um fundo sóbrio que contrasta bem com a imagem, além de elementos verbovisuais sutis foi fundamental para o êxito do artefato.

O "Penny Black", muito provavelmente, tem sido o mais prolongado e detalhado objeto de estudo em comparação com qualquer outra emissão no

5. Não confundir com o selo postal autoadesivo.



Fonte: Arpin (2008)



Fonte: Rosenblum (2003)

Figura 4 – Medalha de Wyon e o 1° selo postal adesivo: "Penny Black", Inglaterra, 1840

mundo. Não, apenas, é um documento atraente e de curtíssimo período de circulação, historicamente investido de sentidos, um objeto de coleção desejado por colecionadores mundo afora. Mas, particularmente, porque foi impresso a partir de 11 placas distintas, acarretando uma reprodução com 2880 documentos distintos para serem colecionados.

Almeida e Vasquez (2003, p. 21) afirmam que o selo postal, em verdade, é uma adaptação tipológica de estampilhas anteriores.

> Vale ressaltar que o pagamento antecipado da taxa postal não era uma novidade, e são conhecidas experiências nesse sentido desde o século XVII. A legislação brasileira, por exemplo, oferecia ao mandatário da carta a opção pelo pagamento antecipado do valor da taxa quando fosse seu desejo isentar o destinatário da despesa, de acordo com o estabelecido no artigo 61 do Decreto de 5 de março de 1829. Nesse caso, as cartas eram assinaladas pela palavra "franca" escrita manualmente na face principal.

Por sua vez, Ferreira (2003, p. 14) afirma que na época de surgimento do selo postal, até mesmo muito tempo depois, o mundo não estava preparado para nele ver nada além do que um timbre oficial de comprovação de pagamento de franquia, mas, além disso, "não é apenas aos timbres ou marcas que o selo postal vai buscar os seus primitivos figurinos", algo que não lembrasse, imediatamente, senão uma moeda ou uma nota de banco.

Nessas ferramentas de discurso ideológico estavam impressas, em princípio, efígies de soberanos reinantes (nas monarquias) e figuras alegóricas (nas repúblicas), cifras indicadoras do valor da franquia postal a ser paga, geralmente buriladas com linhas, florões e arabescos para dificultarem a contrafação do papel-moeda corrente. Ali também, considerando as estampas que foram adotadas nos primeiros anos de uso do selo postal, tinha início o período em que o Estado teria menores custos com o sistema postal e, ao mesmo tempo, um maior controle sobre os discursos e os segredos, o que era mais um claro fortalecimento da vigilância social que, atualmente, encontra seu equivalente em outras formas de controle (câmeras, celulares etc).

Os primeiros selos postais do mundo tiveram como elementos pictóricos ou visuais, praticamente sem nenhuma exceção, a efígie, o brasão e a cifra, e como elementos verbais o termo *postal*, o nome da soberana ou conquistador e, ainda, o nome da moeda corrente na respectiva língua de origem da unidade política emissora. Podemos perceber uma práxis dos Estados em constituir uma identidade nacional e ultramar (nas suas colônias), por meio dos elementos verbovisuais.

SELOS POSTAIS COM EFÍGIES DE SOBERANOS	SELOS POSTAIS COM ARMAS E BRASÕES	SELOS POSTAIS COM MOTIVOS MITOLÓGICOS
Principais características dos países emissores: 1. Monarquias unificadas, fortes e centralizadas. 2. Mostra elemento pictórico de soberano ou soberana da aristocracia tradicional européia..	Principais características dos países emissores: 1. Países sujeitos a ocupação ou em sistema de união de reinos. 2. Mostra elementos pictóricos heráldicos diversos.	Principais características dos países emissores: 1. Principalmente àqueles com uma cultural mitológica. 2. Mostra elementos pictóricos mitológicos.
Alguns países emissores: Inglaterra, Espanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Portugal, Áustria, Prússia, Brasil, etc.	Alguns países emissores: Áustria, Bósnia, Bremen, Bulgária, Finlândia, Modena, Prússia, Romênia, Rússia, Sicília, etc.	Alguns países emissores: França, Grécia e Itália.

Figura 5 - Alguns elementos verbovisuais (esquemas pictóricos) dos primeiros selos postais. Fonte: Salcedo (2010, p.98)

Outros elementos verbovisuais foram utilizados a *posteriori*, quando, aos poucos, algumas pessoas foram tomando consciência de que o selo postal servia para algo muito mais nobre do que simplesmente representar um atestado ou um recibo de pagamento prévio de serviço. É nesse momento que surge o colecionismo do selo postal e a prática que viria a ser denominada Filatelia.

Apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho é importante considerar que em paralelo ao uso do selo postal existia a utilização do carimbo. Uma área muito peculiar de estudo, "a parte oculta dos selos, o lado noturno eles" (Benjamin, 1995, p. 57), que



Figura 6 – Penny Black obliterado com a Cruz de Malta e o Penny Red.
Fonte: Arpin (2008)



Figura 7 – Emissões de 4 e 6 rappen do cantão de Zurique em 1.03.1843
Fonte: Salcedo (2016)



Figura 8 – Emissões de 30, 60 e 90 réis brasileiros em 1.08.1843
Acervo – Museu Correios

também pode compor o estudo das estampilhas, denominado *Carimbologia*, fundamental para o entendimento das funções administrativas de documentos.

Prática ordinária dos Correios, carimbar um selo postal tinha a finalidade de indicar a origem da missiva postal, a data de envio e o cancelamento do selo postal aderido à correspondência. Além disso, buscava impedir o reaproveitamento do selo, além de ser uma maneira de controlar e legitimar o poder da administração postal. O surgimento do segundo selo postal tem relação direta com a obliteração (ato de carimbar) do *Penny Black*. O *Penny Red*, com as mesmas características verbovisuais do seu antecessor, a não ser pelo tom avermelhado, foi criado justamente por causa de problemas com relação ao carimbo preto utilizado sobre um selo postal de cor preta.

Essa situação incomodava as autoridades, pois que facilitava a reutilização do mesmo selo para várias missivas postais. Assim, o primeiro selo postal do mundo apenas foi utilizado, segundo Davies e Maile (1990, p. 6, tradução nossa), "durante 10 meses, com 68 milhões de peças impressas".[6]

Seguindo uma tradição que perdura desde então, a Inglaterra é o único emissor de selos postais que não especifica seu nome, por extenso, na face do artefato. Apenas apresenta o perfil do soberano ou da soberana. Por outro lado, o restante dos países e entidades emissoras de selos postais, inclusive as antigas e atuais colônias britânicas, devem especificar, por extenso, seus respectivos nomes seguindo as normas internacionais estabelecidas nos congressos da União Postal Universal (UPU).[7]

O advento do selo postal proporcionou uma racionalidade do sistema postal inglês, que, por sua vez, gerou lucros elevados. Essa foi a principal razão, mas não única, para que nos primeiros dez anos que se seguiram à circulação dos selos postais ingleses, a maioria dos países europeus (e suas respectivas colônias) adotassem o mesmo sistema. Segundo Cusack (2005, p. 592, tradução nossa), "até 1853, outros 44 países haviam seguido o exemplo britânico e emitiram selos postais adesivos".[8]

Após a Inglaterra, a unidade política Zurique (Cantão de Zurique[9]), que tinha status geopolítico de nação ou país, emitiu os seus dois primeiros selos postais (o segundo no mundo), adesivos com os valores faciais de 4 e 6 rappen (centavo em alemão), em 1.03.1843, cinco meses antes da emissão dos Olhos-de-boi brasileiros, em 01.08.1843 (terceira unidade política a emitir um selo postal e a primeira do continente americano).

A quarta emissão no mundo foi o "Double de Geneve" (Duplo de Genebra), do Cantão de Genebra. Este, em particular, inaugurava e promoveria a utilização de brasões e escudos nas emissões de selos postais, principalmente na Europa. Uma peça bipartida, com um valor facial de 10 cêntimos. O "Duplo de Genebra" é um selo postal composto por duas unidades de 5 cêntimos. Assim, ao enviar uma missiva dentro do cantão era preciso recortar o selo e utilizar uma das metades. Se a carta fosse enviada para outro local o era utilizada inteira.

No Duplo de Genebra foi utilizado, pela primeira vez, elementos verbovisuais, para além da indicação do valor facial ou do serviço prestado pelo correio, a saber: há um brasão e uma expressão dentro da bandeirola ou faixa, acima do escudo, que diz: *Post tenebras lux* = *depois das trevas*, a luz. A expressão impressa no selo postal, acima, alude alguns aspectos religiosos. Pode significar a Ressurreição (*a luz*), depois da tragédia (depois das trevas) da Sexta-Feira Santa ou depois do silêncio do Sábado Santo, a explosão da alegria da madrugada do Domingo de Páscoa. Também pode tratar sobre a luz da reforma religiosa na Europa, em que a Bíblia é a luz. A Bíblia latina, que podia ser

6. Texto original: "...lasted just ten months. In that time some 68 million stamps were printed".

7. A ideia da UPU surgiu do problema enfrentado por diversos países que tinham tarifas postais distintas advindas do transporte marítimo, com barcos a vapor, e terrestres, por meio das ferrovias. Assim, em 1863 houve um encontro em Paris, por indicação do Diretor Geral dos Correios dos Estados Unidos da América, Montgomery Blair, a primeira entre quinze unidades políticas independentes com o objetivo de resolver esse problema. Atendida a proposta, do então, Ministro Alemão, Heinrich Von Stephan, outro encontro foi marcado para o dia 15 de setembro de 1874, na cidade de Berna, Suíça, com a participação de vinte e duas unidades políticas. Desta, resultou um acordo transformado no "Tratado de Berna", no dia 9 de outubro do mesmo ano, que, por sua vez, em 1878 foi convertida na UPU. O Tratado foi baseado em três questões fundamentais e de interesse mútuo dos governantes e seus representantes: a uniformidade dos pesos, das taxas e a simplificação da contabilidade. A página eletrônica da UPU: <www.upu.int>.

8. Texto original: "By 1853, forty-four other countries had followed the British example and were issuing stamps".

9. Cantão é uma divisão geopolítica utilizada por unidades políticas como Suíça e Luxemburgo. Selo, porte ou correio cantonal alude ao sistema correios dos e nos Cantões. Estas informações também podem ser encontradas em QUEIROZ (1988, p. 59), e QUEIROZ e MACHADO (1994, p. 35). A Suíça é uma unidade política constituída por vinte e seis estados autônomos, independentes e soberanos (cantões).



Figura 9 - Cantão de Genebra de 5c (meio porte) e 10c (porte inteiro)
Em: (http://www.swiss-philately.co.uk/images).
Acesso: 05/07/2016

lida apenas pelo clero e estudiosos do Latim, Lutero traduziu para o alemão corrente, que podia ser lido pelo povo.

Essa articulação escrita foi a primeira a ser impressa num selo postal. A partir disso, mas não unicamente, é possível atestar que os selos postais somar-se-iam, de uma vez por todas, ao acervo documental, patrimonial e memorial da Humanidade. O selo postal passaria a ser um texto em que o apelo ideológico-institucional se faria presente, criando a possibilidade de emergência dos acontecimentos discursivos. Todos esses, a rigor, pelas suas cores, seus elementos verbovisuais e suas funções serviram de base às demais emissões, em que o destaque ficou com duas peças: uma emitida em 1862 em que o nome do país foi impresso pela primeira vez e outra, emitida em 1882, em que o escudo e uma efígie alegórica foram impressos conjuntamente.

Diversos países e suas colônias emitiram selos postais com as mesmas características das que, até então, foram mostrados. Não causaria surpresa afirmar que os países mais industrializados, naquele tempo, como a Suíça, Bélgica, França e Bavária foram os primeiros a adotarem o novo artefato nos seus sistemas postais. Por volta de 1860, o selo postal seria produzido e circularia em todos os continentes, admitidas a respeitadas as idiossincrasias de cada região, além de suas necessidades político-econômicas.

Considerações finais

A partir das imagens mostradas é possível pensar que as primeiras emissões de selos postais buscavam os motivos de seus elementos verbovisuais não apenas na Heráldica[10] mas, também, nos esquemas ilustrados pela Numismática, o que gerou quase 50 anos de emissões com

10. Segundo Ribeiro (2003, p. 141) "a primeira disciplina formal dedicada a estruturar o estudo da simbologia". As origens desses estudos remontam aos tempos em que existia uma necessidade de distinguir os participantes nos conflitos armados, especialmente os cavaleiros, assim como descrever os serviços por eles prestados, os quais eram pintados nos seus escudos. Contudo é imperativo perceber um brasão de armas não é definido pelo elemento pictórico ou visual, mas antes pelo elemento verbal ou escrito, a qual é dada numa linguagem própria, a Heráldica.

motivos sobre efígies de soberanos reinantes, figuras mitológicas e conceitos abstratos antropormofizados por convenções sociais (exemplo: a Justiça, a República etc).

A circulação dessa minúscula peça de papel colaborou, em certa medida, para que os impérios e seus sistemas postais mantivessem seus regimes políticos instituídos, sintetizando o valor monárquico e a unidade nacional. Tudo isso representado, simbolicamente, por meio desse novo tipo de documento iconográfico, que se tornaria testemunha figurativa da própria história.

Com o Brasil não foi diferente. De fato surgia um neófito sistema político moderno, impondo normas e novos arranjos administrativos e burocráticos em todo o território, incluindo as colônias. Essas intervenções perduraram por todo o século XIX, ligando o governo e os indivíduos em práticas cotidianas, fomentadas, também, pelas revoluções ocorridas nos meios de transportes e de comunicação, aproximando essas rotinas. Os governos utilizaram os meios de comunicação impressos, como o selo postal, junto a seus habitantes para divulgar certa imagem da 'nação'.

Para aquelas pessoas que olhavam os elementos verbovisuais impressos nos selos postais, da segunda metade do século XIX, o conceito de nação e a ideia de pátria ganhavam contornos subjetivados na materialização das efígies, cifras e brasões ou escudos ali estampados. Assim, aos poucos, o selo postal foi conquistando seu lócus como objeto colecionável e comerciável. Por outro lado, alguns estudos debatidos neste artigo auxiliam num movimento que possibilita afirmar que ele, bem como outros documentos filatélicos, cabe como objeto de pesquisa na área da Comunicação e que, a partir dele, ela pode dialogar com áreas correlatas, como a Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Design, Artes Visuais, História, Ciência da Informação, Cultura Visual, Economia etc. Deixo o debate seguir à mercê e generosidade do leitor.

Referências

ALMEIDA, Cícero Antônio de; VASQUEZ, Pedro Karp. **Selos postais do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2003.

ARPIN, Daniel. **The Penny Black, how to determine its value.** 2008. Disponível em: <http://www.arpinphilately.com/blog/the-penny-black-how-to-determine-its-value/>.

BELLIDO, Raul Paul Remijio de. **O colleccionador de sellos.** ed. fac-similar. São Paulo: Gril, 2004. 4 v.

BENJAMIN, Walter. **Comércio de selos.** In: o autor. Rua de mão única. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 57-60. (Obras escolhidas, v. 2) .

BRIGGS, Ana; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAMPBELL-SMITH, Duncan. **Masters of the post.** The authorized history of the Royal Mail. London: Penguin Books, 2011.

CUSACK, Igor. Tiny transmitters of nationalist and colonial ideoloogy: the postage stamps of Portugal and its Empire. **Nations and Nationalism**, London, v. 11, n. 4, p. 591-612, 2005.

DAVIES, Peter. MAILE, Bem. **First Post:** from Penny Black to the present day. London: Quiller, 1990.

FERGUSON, Niall. **Empire:** the rise and demise of the British world order and the lessons for global power. New York: Basic books, 2004.

FERREIRA, Luis Eugênio. **Um certo olhar pela Filatelia.** Lisboa: Clube Nacional de Filatelia, 2003.

GOLDEN, Catherine J. You need to get your head examined: the unchanging portrait of Queen Victoria on nineteenth-Century British Postage Stamps. IN: LERA, Thomas (ed.). T**he Winton M. Blount Postal History Symposia:** selected papers, 2010-2011. Washington [DC]: Smithsonian Institute Scholarly Press, 2012. p. 19-26.

HILL, Rowland. **Post Office Reform:** its importance and practicability. London: Charles Night, 1837. Disponível em: <https://archive.org/details/cihm_21617>.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções:** 1789-1848. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

QUEIROZ, Raymundo Galvão de. **Dicionário do Filatelista.** Brasília [DF]: Thesaurus, 1988.

_____; MACHADO, Paulo Sá. **Dicionário de Filatelia.** Lisboa: ASA, 1994.

RIBEIRO JÚNIOR, Geraldo de Andrade. **Filatelia:** breve histórico. 2003. Disponível em: <http://www.abrafite.com.br/historico_correios.htm>.

ROSENBLUM, Larry. **The Wyon medal and the Penny Black.** GBStamps.com, 2003. Disponível em: <http://www.gbstamps.com/machins/album/story/story_01a.html>.

SALCEDO, Diego Andres. **A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros:** 1900-2000. Recife: EDUFPE, 2010.

_____. **Espelhos de papel:** pelo estatuto do selo postal. Recife: EDUFPE, 2016. No prelo.

STANDARD Postage Stamp Catalogue. 158. ed. Ohio: AMOS, 2002. 7 v.

Diego A. Salcedo
Doutor em Comunicação pela UFPE. Professor no Departamento de Ciência da Informação da UFPE. Desde 2004 tem pesquisado e publicado sobre selos postais, colecionismo, memória, cultura visual, história postal e Filatelia. Alguns dos seus livros são: A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000 (EDUFPE, 2010); Pernambuco nos Selos Postais: fragmentos verbovisuais de pernambucanidades (O autor, 2010); Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal (Primeira Tese de Doutorado brasileira sobre o selo postal, UFPE, 2013); Bibliofilatelia: fontes de informação, colecionismo e memória (EDUFPE, 2015 – no prelo). A lista de todas as suas publicações podem ser acessadas nos seguintes links: (lattes.cnpq.br/6871433739604898) e (diegosalcedo.wordpress.com). Contatos com o autor: salcedo.da@gmail.com





A organização política do empresariado industrial e comercial brasileiro na Primeira República (1889 – 1930): os empresários Valentim Bouças e Euvaldo Lodi

Maurício Gonçalves Margalho

Political, organization of Brazilian industry and commerce in the First Republic (1889 – 1930): businessmen Valentim Bouças and Euvaldo Lodi

Resumo/Abstract

Esse artigo aborda a organização política do empresariado industrial e comercial brasileiro durante a Primeira República, com uma ênfase especial dada aos empresários Valentim Bouças e Euvaldo Lodi. Abordamos a organização dos empresários em agências da sociedade civil, na qual exerciam função educadora e mobilizadora da vontade coletiva dos grupos empresariais por eles representados. Analisamos os empresários como agentes políticos e econômicos, no contexto do Estado capitalista brasileiro. O artigo aborda também os vínculos empresariais dos referidos empresários, considerando os desdobramentos políticos desses interesses.

Palavras-chave: Estado, empresários, política, interesses econômicos.

This article discusses the political organization of the Brazilian industrial and commercial business community during the First Republic, with a special emphasis on business and Valentine Bouças Euvaldo Lodi. We approach the organization of businessmen in civil society agencies, where they exercised educational role and mobilizing the collective will of the business groups they represent. We analyzed the business and political and economic agents in the context of the Brazilian capitalist state. The article also discusses the business ties of these entrepreneurs, considering the political developments of those interests.

Keywords: State, businessmen, politics, economic interests.

Durante a Primeira República, o país passou por um processo de modernização que resultou na expansão urbano-industrial, livre dos entraves impostos pelo Império escravocrata. As manufaturas desenvolveram-se e encontraram condições de atender a uma parte significativa do mercado consumidor brasileiro. É importante ressaltar que a indústria e o comércio nacional, expandidos neste período, não estavam desvinculados dos lucros provenientes da cafeicultura. A grande burguesia cafeeira paulista contava com um portfólio de investimentos que ia além dos domínios de sua fazenda. Segundo Warren Dean,

> Os cafeicultores de São Paulo, quase todos nativos, investiam em estradas de ferro e docas, bancos e sociedades comerciais, necessários à expansão dos seus negócios. Tais empresas geraram novos lucros, que puderam ser empregados na compra de maquinismos (DEAN, 2006, p. 278-279).

É pertinente ressaltar que o capital, oriundo do setor agromercantil exportador, não foi o único investido em serviços e obras demandados pela grande burguesia cafeeira. Segundo Francisco de Oliveira, "[...]a base de infraestrutura necessária para a expansão das culturas de exportação – ferrovias e portos – requeria também doses incrementadas de moeda externa [...]" (OLIVEIRA, 1989, p. 13).

O capital estrangeiro igualmente atuou como financiador do setor de serviços e de infraestrutura, dos quais se beneficiaram tanto o empresariado industrial, quanto o agroindustrial. Segundo Dean, a penetração do capital estrangeiro fez com que passasse a controlar a exportação do café e, ainda, as firmas bancárias e de seguros, além de parte significativa de rede ferroviária e de serviços de utilidade pública. Norte-americanos e europeus fizeram investimentos razoáveis na indústria brasileira (DEAN, 2006, p. 301).

No que se relaciona à dinâmica histórico-social brasileira, o início da organização empresarial do comércio e da indústria em agências da sociedade civil remonta ao século XIX, quando foi fundada, em 1894, a *Associação Comercial de São Paulo.* Os industriais paulistas, em seu conjunto, filiavam-se a ela, tendo dela participado até 1928. Cabe ressaltar que, até o período em questão, a sociedade civil era hegemonizada pela burguesia comercial. Hardman e Leonardi (1989, p.62) assinalaram "[...] o grau incipiente das associações classistas [dos industriais no Brasil] criadas no início do século XX[...]" em comparação com as do proletariado que, em 1904, já contavam com mais de uma década de experiência (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JR & MARANHÃO, 1989, p. 62. Vol. 4).

Segundo Maria Antonieta Leopoldi, a crescente divergência e conflito de interesses entre empresários comerciais e industriais rompeu a "[...] ampla coalizão de interesses econômicos [que existia até então]. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz a estas



Fazenda Santa Genebra, antiga fazenda de café localizada no atual distrito de Barão Geraldo e áreas adjacentes, na cidade de Campinas, no atual estado de São Paulo, 1880.
Fonte: LAGO, Pedro Correa do. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX. Capivara, 2008

demandas." (LEOPOLDI, 2000, p. 63). Com a finalidade de se organizar politicamente na sociedade civil para atender seus interesses econômicos específicos, os empresários industriais começaram a fundar seus próprios aparelhos privados de hegemonia, nos quais formariam seus intelectuais orgânicos – educadores da vontade coletiva da classe industrial e suas frações.

Tal argumento explica a formação de aparelhos privados de hegemonia dos industriais como uma resposta ao fortalecimento de associações do proletariado, seu "inimigo histórico". Leopoldi, ao abordar a formação das primeiras associações industriais no Rio de Janeiro, entre fins do século XIX e início do XX, também aponta o movimento operário como "importante fator de mobilização e agregação dos industriais, especialmente após 1890" (LEOPOLDI, 2000, p. 60 - 61).

Além da necessidade de organizar contramedidas à luta política operária por melhores condições de vida, os industriais buscaram multiplicar suas entidades na sociedade civil como forma de pressionar e canalizar suas demandas para agências da sociedade política de modo a vê-las atendidas, como no caso da proteção tarifária devido às oscilações cambiais e ao setor importador.

A organização dos empresários em associações ia também de encontro a uma estratégia que visava fortalecê-los politicamente numa economia ainda predominantemente agrária. Assim,

> Entidades com sede no Rio de Janeiro, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (especialmente nos anos de 1870 a 1880), a Associação Industrial (1881), o Centro Industrial (1890-1892) e o Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (1902-1904), foram marcos simbólicos na luta da indústria para sobreviver e crescer numa economia agroexportadora na qual se reafirmava constantemente a vocação agrária e importadora de bens de consumo do país (LEOPOLDI, 2000, p. 61).

A fundação do *Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo* (1921) e do *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro* (1919) aconteceu em meio a uma conjuntura marcada por greves operárias e pela luta dos industriais por proteção tarifária. Davam-se, ainda, conflitos e tensões no interior de antigas agremiações classistas, resultando num cisma do qual derivariam outras entidades patronais industriais. Ainda segundo Leopoldi:

> A formação do CIFTA-RJ teve ainda a circunstância da ruptura dos empresários têxteis com o *Centro Industrial do Brasil*, presidido por Jorge Street. Em São Paulo, a grande indústria têxtil se organizava em torno do *Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo*, presidido por Francisco Matarazzo até 1926, quando o carioca Jorge Street assumiu a presidência da entidade paulista (LEOPOLDI, 2000, p. 70).

Também o setor fabril de papel tratou de organizar-se na sociedade civil de modo a proteger seus interesses econômicos desde as duas primeiras décadas do século passado. No período, as firmas importadoras beneficiavam-se das baixas tarifas alfandegárias para importarem papel. A medida, prejudicial às fábricas brasileiras, fez com que seus porta-vozes se agremiassem em entidades associativas formando grupos de pressão para atuarem junto a determinadas agências da sociedade política.

Em 1926, o *Centro de Fabricantes Nacionais de Papel* apresentou memorial ao Presidente de República Arthur Bernardes (1922-1926), congratulando-o por ter sancionado uma Lei que orçava a receita para o ano de 1926 e que encerrava com um dispositivo legal que, buscando incentivar empresas jornalísticas na importação de papel imprensa, acabava favorecendo o contrabando de papel (CAMPANATO, 2004, p. 38).

A experiência da organização de aparelhos privados de hegemonia do setor fabril algodoeiro nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (DF) mostrou-se eficaz para que essa fração industrial reivindicasse, junto ao Estado Restrito, o maior atendimento de

suas demandas. Outras frações do capital industrial igualmente organizaram-se em associações setoriais.

Em 28 de março de 1928, após romperem com a *Associação Comercial de São Paulo*, os industriais paulistas fundaram o *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo* – CIESP – (HARDMAN & LEONARDI, 1989, p.62). No Distrito Federal, havia o *Centro Industrial do Brasil* [1] (CIB), aparelho privado pioneiro, fundado em 1904 com o propósito de organizar os industriais na luta por seus interesses, como o combate às greves operárias e a realização de campanhas em prol da proteção tarifária e creditícia para a indústria (LEOPOLDI, 2000, p. 23).

A partir da década de 1920, surgiu uma segunda geração de intelectuais orgânicos do empresariado industrial brasileiro. Destacamos, entre seus principais expoentes, nomes como Octávio Pupo Nogueira, Roberto C. Simonsen, João Daudt d´Oliveira, Wolff Klabin, Horácio Lafer, Carmelo D´Agostini, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle e José Ermírio de Morais, por exemplo.

Esses intelectuais surgiram "[...] sob a égide de organismos centralizados do Distrito Federal, a partir da Primeira Guerra Mundial[...]" (CARONE, 1977, p. 06), assistindo e colaborando com a multiplicação do número de agências da sociedade civil que assumiram função estratégica na organização da ação da burguesia industrial, funcionando como efetivos partidos, na acepção gramsciana do termo[2].

O setor produtivo industrial vivenciou significativa expansão nos anos 1920. Segundo Maria Barbara Levy, esse período teve na diversificação dos investimentos sua característica mais marcante, resultante no "crescimento do mercado interno", que estimulou a realização de

> [...] investimentos cada vez mais orientados para o setor de produção de bens intermediários, não só como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose, mas também bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos. (LEVY, 1994, p. 192).

1. O CIB originou-se a partir da fusão de duas associações de classe: a Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional (1827-1904) e o Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão (1902-1904). O CIB foi a primeira associação de classe industrial a adquirir um "caráter permanente" em sua organização, sem estar sujeito a "interferência estatal." Ele permaneceu ativo até 1931, quando a legislação sindical daquele ano impôs a organização corporativa, surgindo daí a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (LEOPOLDI, 2000, p. 62; 64).

2. Segundo Antônio Gramsci, conceito de partido político vai além da perspectiva liberal que os compreende como organizações de grupos políticos que se organizam para disputar eleições aos cargos públicos no Legislativo e Executivo. Para o marxista sardo, partido é qualquer agência pela qual um determinado grupo social se organiza para lutar defesa de seus interesses. De acordo com esse eixo conceitual, sindicatos, jornais, associações e demais agências da sociedade civil são partidos políticos. (GRAMSCI, 2011, p. 309-310; p. 343-344).

Wilson Cano assinala que, embora "suas principais implantações" tenham sido posteriores a 1886, a indústria mostrou-se atividade muito dinâmica "desde a primeira década do século XX". Apesar das crises e percalços provocados pela política econômica, a década de 1920 "[...] possibilitou uma nova e elevada investida no aumento de sua capacidade industrial" (CANO, 2002, p.68-69). Convém fazer a contextualização socioeconômica que marcou essa conjuntura e a perda da preponderância do Rio de Janeiro para São Paulo no campo da produção industrial.

Um excelente indicador para mensurarmos o crescimento da industrialização é o setor produtivo formado pelas indústrias metalomecânicas. Segundo Suzigan, o trabalho em metais foi uma atividade econômica que se desenvolveu muito cedo no Brasil, produzindo implementos agrícolas, ferramentas e outros utensílios. Já na segunda metade do século XIX, o crescimento de uma economia agrícola, sobremodo aquela vinculada ao projeto agromercantil exportador, ao setor de transportes e a algumas poucas indústrias de transformação, estimulou o aumento da procura por produtos de metal.

O crescimento da demanda no mercado interno contribuiu para o desenvolvimento de estabelecimentos fabris voltados à produção de máquinas agrícolas simples, ao beneficiamento dos produtos, peças para bondes, vagões ferroviários e pequenas embarcações a vapor ou a vela, além de moinhos de cana (SUZIGAN, 2000, p. 244-245). Tais medidas funcionaram bem até o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial.

Contudo, foi a partir da década de 1920 e, em especial, do final da década de 1930 em diante – quando se começou a fabricar e desenvolver máquinas agrícolas pesadas, aparelhos elétricos, elevadores, equipamentos de construção, máquinas industriais e equipamentos de transporte – que o setor produtivo metalomecânico deu seu salto qualitativo (SUZIGAN, 2000, p. 245; 258-259).

Na década de 1920, foi quando se consolidaram duas das mais proeminentes agremiações industriais: o CIB e o CIESP, que se tornariam, cada vez mais, partidos

estratégicos para as frações do empresariado industrial interessadas em inserir suas demandas no Estado Restrito. No entanto, também seria incorreto limitar a origem e organização político-associativa do empresariado industrial no Brasil apenas aos anos 1920, uma vez que, desde fins do século XIX, por meio da criação de entidades como o *Clube de Engenharia* – fundado na cidade do Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1880 – os empresários industriais buscavam construir espaços próprios para organizarem-se como atores políticos. Portanto, o surgimento da sociedade civil do empresariado brasileiro antecede o século XX. Segundo Leandro Konder, foi na segunda metade do século XIX, que a sociedade civil burguesa "[...] alcançou uma figura relativamente clara de sua identidade" (KONDER, 2010, p. 109).

Quando, em janeiro de 1929, os industriais do setor têxtil obtiveram do Congresso os aumentos tarifários solicitados, enfrentaram a oposição da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, da *Federação das Associações Rurais* e da *Sociedade Rural Brasileira*, esta última comandada pela grande burguesia cafeeira paulista. Essas associações empresariais das classes comerciais e agrárias eram contrárias à concessão de medidas protecionistas à indústria (LEOPOLDI, 2000, p. 109).

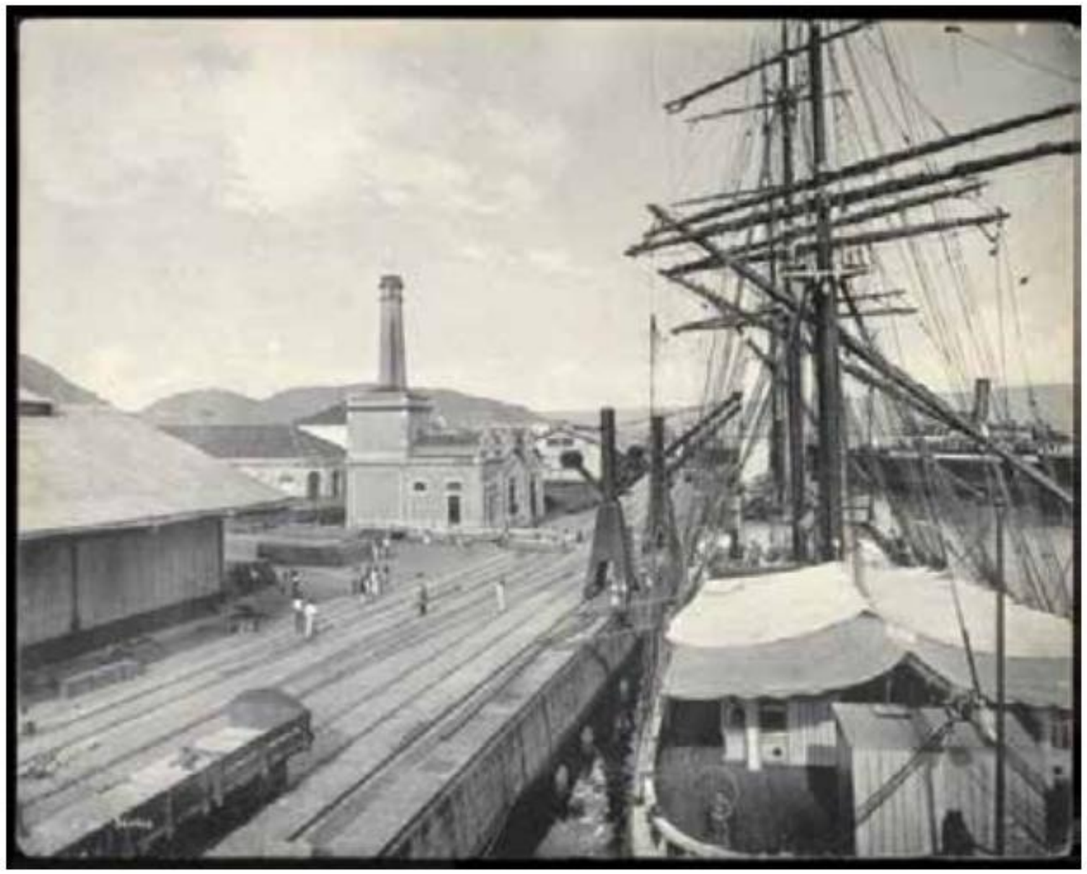
O capital financiava a expansão de todo um complexo superestrutural formado por agências de sociedade civil, que ampliariam o poder do Estado capitalista. No caso específico do capital industrial, tratava-se de criar melhores condições para a formulação de projetos capazes de inserir seus representantes junto a agências da sociedade política. Isso demandava uma rede de entidades privadas a partir das quais a vontade coletiva das frações industriais fosse organizada de modo a converter-se em ação política. Mais do que blocos de pressão organizados para interferir no Estado-governo, tais associações faziam-se agências estatais, na medida em que se imbricavam e interconectavam com ele compondo assim um Estado Integral.

A trajetória social de Valentim Fernandes Bouças

Aos 13 anos de idade, Valentim Fernandes Bouças, filho de um antigo funcionário da *Cia Docas de Santos*, foi trabalhar como *office-boy* no Escritório Técnico da empresa em 1º de junho de 1905. Em 1906, o jovem recebeu autorização de Cândido Gaffrée para matricular-se na Academia de Comércio de Santos, onde se formou em contabilidade (BOUÇAS, 1953, p. 06). É muito relevante mencionar que, no campo das relações sociais vigentes no mundo empresarial brasileiro, o jovem Bouças tenha trabalhado no grupo Gaffrée-Guinle. Este fator nos permite melhor aferir a diferença existente entre o empresário santista e o industrial mineiro Euvaldo Lodi, formado pelo grupo *Lage & irmãos*.

O vínculo de Valentim Bouças com o capital estrangeiro na qualidade de representante comercial começou, ao que tudo indica, em 1912 /1913, quando se tornou vendedor da *National Cash Register Company*, tendo trabalhado para essa firma até 1915. No período de 1915 a 1916, passou a representar a *Boston Belting Company*. Tratava-se de uma firma industrial voltada à produção de artigos que tinham a borracha como matéria-prima. A data provável de sua fundação é de 1828. Localizava-se em Massachusets, Boston, EUA.

A IBM surgiu no Brasil em 1917, ainda funcionando com a razão social de *Computing Tabulating Recording Company*, da qual Bouças atuou como representante, firmando o primeiro contrato para a prestação de serviços na área de estatística



Porto de Santos, início do Sec. XIX
Foto - Guilherme Gaensly.
Acervo: Arquivo do Estado de S.Paulo, S. Paulo/SP



Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, in Sorocaba, province of São Paulo, 1884.
Foto - Julio Durski
Fonte: LAGO, Pedro Correa do. Coleção Princesa Isabel: Fotografia do século XIX. Capivara, 2008

comercial e no processamento de pagamentos. Nessa época, as máquinas eram: 1) perfuradoras mecânicas; 2) separadoras verticais; 3) tabuladoras standard.

Segundo Delia Beatriz Espina, o período correspondente à I Guerra Mundial caracterizou-se pelo estreitamento dos vínculos financeiros e comerciais dos EUA "[...] com os países de América do Sul" (ESPINA, 1998, p. 45). A atividade comercial internacional acelerou-se com o final da guerra, criando condições favoráveis

> [...] a entrada das empresas americanas nos países sul-americanos. A profunda transformação experimentada pelo Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, converteu o país em ponto de atração para a expansão das atividades da CTR (ESPINA, 1998, p. 45).

Ainda segundo Espina, foi Bouças quem teria convencido Thomas Watson, presidente da CTR, a fundar uma subsidiária da empresa no país, após viagem aos Estados Unidos onde se reuniu com Watson. De volta ao Brasil o empresário santista negociou com representantes do governo a contratação da empresa para realizar o Censo Demográfico a ser realizado em 1920 (ESPINA, 1998, p. 46 - 47).

O governo brasileiro, interessado nessa avançada tecnologia contratou os serviços da CTR para efetuar estudos demográficos. As primeiras máquinas impressoras chegaram ao Brasil ainda em 1920, com a finalidade de processar o Censo Demográfico de 1920, então sob a incumbência do Ministério da Agricultura. A antiga CTR, já sob a razão social de IBM, passou a prestar serviços de

processamento de informações referentes ao pagamento de pessoal e outras despesas. Segundo depoimento de Suzana Bouças Velloso, neta do empresário:

> [Foi ele quem] trouxe a Hollerith para o Brasil. A empresa ocupava um prédio inteiro da Avenida Graça Aranha, no Rio. As máquinas, hoje chamadas de computador, ficavam numa sala. Seu dever era executar esses papéis perfurados, que nada mais eram que contas de telefone, de luz, de gás, boletos bancários, faturas e, é claro, contracheques. Mais tarde, [...] a convite de Mr. Watson, empresário e dono da IBM, [Valentim Bouças] acabou com a Hollerith e passou a ser o primeiro representante de computadores do país (O Globo, 29/07/2009. p. 10).

Contudo, foi somente em 1924, sob a gestão do Presidente Arthur Bernardes, que a IBM estabeleceu-se oficialmente no Brasil como prestadora de serviços para o Governo Federal – por meio de um decreto que mencionava a *International Business Machines Co. of Delaware*. Para Isabella Vasconcelos, Valentim Bouças, representante da firma, "[...] estendeu suas atividades a diversas e importantes organizações privadas da Indústria e do comércio" (VASCONCELOS, s.d, s.p).

Não satisfeito em limitar sua atuação empresarial ao setor privado, Bouças buscou clientes com poder econômico e político de maior fôlego: as instituições do Estado Restrito[3]. Para concretizar esse objetivo, fundou em 1917 a *Companhia Serviços Hollerith*, objetivando prestar serviços por meio do aluguel de equipamentos da IBM a órgãos governamentais. Ainda em 1916, João Pandiá Calógeras, então ministro da Fazenda, aprovou a introdução de novos métodos na coleta e apuração de dados voltados à Estatística Comercial.

Valentim Bouças datou de 1917 seu contato oficial em Nova Iorque com Thomas J. Watson, o presidente da referida corporação estadunidense, visando solicitar a representação comercial da empresa americana no Brasil. Como correspondente da IBM, Bouças receberia 2% de comissão sobre os alugúeis dos equipamentos da empresa no

3. Também denominado de Sociedade Política. Dela fazem parte as agências oficiais do Estado, divididas em Executivo, Legislativo e Judiciário. Os órgãos técnicos e consultivos vinculados a essas agências governamentais também fazem parte da sociedade política.

país. O primeiro contrato de prestação de serviços da CSH com o Tesouro Nacional foi registrado em 1923 mas, ainda como representante da CTR, Bouças envolveu-se em contratos muito lucrativos com diversas firmas e agências do Estado brasileiro. Novamente as palavras de Delia Beatriz Espina são bastante elucidativas

> Como representante da CTR, V. Bouças negociou operações muito lucrativas, para a empresa, sobretudo através de contratos com o governo brasileiro, o que lhe garantiu a rapidíssima expansão no país. Em 1917, a empresa iniciava suas operações, depois de assinar um contrato com a Diretoria de Estatística Comercial Brasileira, para a realização do Censo de 1920. Desde 1917 começaram a chegar no Brasil as modernas máquinas Hollerith. Em 1920, foram introduzidas as impressoras, que serviram para agilizar e aperfeiçoar a contagem dos dados do censo. Em 1922 (...) a CTR estendia suas atividades a importantes órgãos públicos e privados da indústria e do comércio brasileiros (ESPINA, 1998, pp. 46 - 47).

Segundo Maria Bárbara Levy, a presença de investidores estrangeiros no Brasil remonta a 1850, tendo como instrumentos as Sociedades Anônimas de capital estrangeiro. Os bancos ingleses foram os primeiros a se fixarem em solo brasileiro. Neste período aumentou a procura, na Bolsa de Londres, por títulos da "dívida dos governos latino-americanos", sendo que "[...] o Brasil desfrutava de um lugar importante entre [os] países [da América Latina], com 22,4% do total em 1840 e 25% em 1865" (LEVY, 1994, p. 80).

Wilson Cano menciona que a década de 1920 não trouxe apenas crises e retração no setor exportador. Ocorreram também, neste período, mudanças que incentivaram o desenvolvimento de um setor bancário nacional. Segundo o autor, "[...] os bancos de capital nacional atingem maior desenvoltura, sobrepassando, a partir da Primeira Guerra Mundial, os de capital estrangeiro instalados no país" (CANO, 2002, p. 91).

Depreendemos que o decorrer da guerra e os problemas decorrentes no imediato pós-1918 podem, sim, ter favorecido o crescimento de uma rebe bancária nacional, uma vez que os competidores estrangeiros estavam temporariamente limitados em sua

capacidade de investimento. A década de 1920 assistiu ao ápice da pujança econômica da "República dos Fazendeiros" baseada, principalmente, na produção de gêneros agrícolas destinados à exportação.

No campo político, a fração da grande burguesia cafeeira paulista manteve sua hegemonia, influindo no rumo das políticas econômicas estatais. Como ressaltou Celso Furtado, "[...] os cafeicultores reforçaram o seu poder e por mais de um quarto de século – isto é, até 1930 – lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica" (FURTADO, 2000, p. 194).

Todavia, a mesma atividade econômica que fizera a força e fortuna da grande burguesia agromercantil cafeeira paulista também respondeu por seu enfraquecimento. Sendo dependente do mercado exterior que absorvia a maior parte do café produzido no Brasil, com a contração advinda da crise capitalista mundial ficava evidente não haver mais possibilidades de expansão das lavouras cafeeiras, nem tampouco para a manutenção de sua condição como economia essencialmente agroexportadora. Era preciso uma política de intervenção do Estado Restrito de modo a reorientar as forças produtivas. Os setores financeiro e agromercantil exportador eram, num primeiro momento, prioridade do Estado-governo.

Paul Singer escreveu expressiva contribuição acerca da rivalidade entre grandes potências imperialistas, ressaltando o quanto esta contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A conjuntura aberta no pós-1918 marcou a disputa entre conglomerados econômicos com a finalidade de assegurar e/ou conquistar sua hegemonia em territórios localizados em outros países. Conforme Singer, uma das principais armas usadas em tais disputas foi a inversão[4] de capitais feitas pelos "[...] países industrializados nos países não desenvolvidos" (SINGER, 2006, p. 380, 395).

Essas inversões teriam dupla finalidade: i) assegurar ao capital taxas de lucro mais elevadas e ii) garantir condições necessárias ao domínio dos mercados internos de

4. Aplicado em economia, o conceito de inversão significa investimento. Conforme ressaltou Paulo Sandroni, deriva de uma palavra em espanhol: inversion, a qual foi traduzida para o português como inversão. Vide SANDRONI, 1999, p. 308.

economias "coloniais". Singer aponta que os empréstimos concedidos a governos de países estrangeiros dispostos a arcar com as elevadas taxas de juros e o capital invertido na construção de obras públicas tais como ramais ferroviários, por exemplo, eram estratégias das grandes potências imperialistas para viabilizar suas inversões de capitais. O compromisso do Estado que recebia as inversões em pagar os juros fixados em contrato minimizava os riscos do investimento. Outra etapa desse estratagema do capital seria

> [...] atingida mediante o estabelecimento de subsidiárias – ferrovias, companhias de navegação, de bondes, de eletricidade e gás etc. – que naturalmente preferiam importar equipamentos, combustível, etc., do país em que se situava a sua matriz (SINGER, In: FAUSTO, 2006, Tom. 3, Vol. 8, pp. 395, 396).

Cumpre ressaltar que já "[...] em 1919, o *National City Bank*, o primeiro banco multinacional dos Estados Unidos, possuía quarenta e duas filiais em nove repúblicas latino-americanas" (BULMER-THOMAS, 2009, p. 21). O eixo financeiro internacional deslocava-se de Londres para Nova Iorque e os EUA superavam a Inglaterra como comprador dos nossos produtos. Isso refletia o alcance da política externa dos Estados Unidos no Brasil, como consequência da consolidação de sua posição como potência capitalista hegemônica, exportadora de capital. Segundo Bulmer-Thomas,

> O excedente que os Estados Unidos passaram a contabilizar em seu comércio de bens e serviços com a América Latina refletia sua ascensão como exportador de capital. Depois da [Primeira Guerra Mundial, 1914-1918], New York ocupou o lugar de Londres como principal centro financeiro internacional e as repúblicas latino-americanas passaram, progressivamente, a procurar o mercado norte-americano para o lançamento de títulos do governo, para empréstimos do setor público e para a atração de investimentos externos diretos (BULMER-THOMAS, 2009, p. 25).

A trajetória social de Euvaldo Lodi

Nascido em Ouro Preto (MG) em 09 de março de 1896, segundo filho de um casal de imigrantes italianos, Euvaldo Lodi tornou-se uma das mais expressivas lideranças industriais do pós-1930. Não obstante tenha cursado humanidades no Ginásio Mineiro, Euvaldo Lodi optou por graduar-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP). Mudando-se para esta cidade, o jovem Euvaldo estabeleceu-se na casa dos tios. Vicente Rodrigues, seu tio, era funcionário na Coletoria Federal e conseguiu para o sobrinho uma atividade que consistia em anotar, todas as noites, a temperatura e a umidade do ar, "[...] registradas em um aparelho colocado estrategicamente no alto de um morro." Em 19 de junho de 1920, Euvaldo Lodi graduou-se pela EMOP em *engenharia civil e de minas* (MOURÃO, 1992, p. 34; 36; 38).

Lodi começou sua vida profissional na *Companhia de Mineração e Siderurgia do Gandarela*, uma das empresas do conglomerado econômico de Henrique Lage, sediada em Rio Acima, Minas Gerais. Ele era responsável pelo desenvolvimento de atividades na área de minas e engenharia civil. Quando Lage decidiu investir na construção de "[...] uma linha férrea ligando a Cia Gandarela à Central do Brasil[...]", com a finalidade de escoar o minério extraído, atribuiu a "uma equipe de engenheiros" a responsabilidade pela elaboração de "todos os possíveis traçados" que tornassem o projeto exequível. Lage outorgou o comando da equipe e a coordenação dos trabalhos a Euvaldo Lodi. Ele



Sorocaba, no início do Sec. XIX, conhecida como a "Manchester paulista", devido ao crescente parque industrial.
Foto Pedro Neves do Santos
Em: (sorocaba.cidadeinterativa3d.com.br)
Acesso em 15/07/2016

chefiou a obra que, após concluída, "[...] tornou-se a principal via de circulação dos minérios, resolvendo o grave problema do transporte" (MOURÃO, 1992, p. 42).

Desde novembro de 1921, Lodi desempenhava as funções de técnico e diretor-presidente da *Cia de Minas e Siderurgia do Gandarela*, trabalhando, ainda, como consultor da empresa Cia Lage & Irmãos. O potencial de Euvaldo Lodi foi reconhecido e aproveitado pelos dirigentes do grupo Lage. Henrique Lage transferiu-o para outra firma do grupo, no Rio de Janeiro e, com isso, E. Lodi mudou-se para o Distrito Federal com o propósito de atuar na *Companhia de Navegação Costeira* (MOURÃO, 1992, p. 42).

Em 1925, Lodi fundou uma empresa em sociedade com dois amigos, o ouro-pretano José da Silva Brandão – também formado em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto – e o português Abílio Figueiredo, estabelecido em Belo Horizonte onde fundou a empresa *Abílio & Cia Ltda* em 1919, especializada no comércio de ferragens. Muito embora não fosse do ramo da siderurgia, Figueiredo, movido por interesse empresarial, uniu-se aos engenheiros para investir em outra firma. Assim, em 30 de abril de 1925, surgiu a *J. S. Brandão & Cia*, com a finalidade de investir na construção de uma usina siderúrgica na cidade mineira de Caeté (MOURÃO, 1992, p. 57).

Segundo Eliana Mourão, a *Usina Gorceix* [5] foi inaugurada em 1927, contando com dois altos-fornos capazes de produzir 25 toneladas diárias de ferro-gusa. Dispunha também de uma "[...] instalação térmica com uma caldeira Bobcock and Wilcox[...]", aquecedores de ar do tipo Glendon. O capital desta indústria era "[...] constituído com cada sócio entrando com cem contos de réis e Luiz Adelmo Lodi, irmão mais velho de Euvaldo e médico de profissão, com a quantia de vinte contos de réis" (MOURÃO, 1992, p. 59).

O investimento destinava-se a fabricar ferro-gusa para vender no mercado interno. No entanto, em sua tese de doutorado, José Carlos Tambasco traz informações que contradizem as de Mourão. Segundo Tambasco, essa siderúrgica fora projetada para ter dois altos-fornos com capacidade para produzir 25 toneladas por dia mas, devido ao

5. Posteriormente, teve sua razão social alterada para Companhia Ferro Brasileiro.

pequeno capital do grupo, foi realizada "[...] com apenas um dos altos-fornos projetados" (TAMBASCO, 2003, p. 120).

Quando Euvaldo Lodi associou-se a empresários do setor, ingressou em um meio muito competitivo. Convém destacar a figura do empresário estadunidense Percival Farqhuar, proprietário da *Itabira Iron Ore Company Limited*[6], que tinha planos de exportar o minério de ferro obtido em suas reservas, provocando forte oposição de grupos "nacionalistas" (SUZIGAN, 2000, p. 278).

Tendo como finalidade a organização politica para lutar por seus interesses de classe, "[...] os produtores mineiros do ferro-gusa criaram um organismo sindico-patronal que ficou conhecido como o 'cartel mineiro do gusa', formado [...]" por uma associação de empresas do setor – provavelmente em 1927, quando eclodiu uma crise de preços no mercado guseiro (TAMBASCO, Jul./Set. 2008, p. 196). O conceito de cartel, contudo, não é apropriado para esse caso já que se tratava, na verdade, de um truste e não de um cartel. O conceito truste[7] define de forma mais apropriada tal tipo de organização liderada por Euvaldo Lodi, posto ser sua atuação apenas regional.

Dentre as empresas integrantes do truste mineiro do ferro-gusa, destacamos *Companhia Ferro Brasileiro* (com sede e usina na cidade de Caeté, MG), *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas* (com usina em Barão de Cocais), *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* (com usina na cidade de Sabará) e *Queiroz Júnior S/A* (com usina na cidade de Itabirito). Euvaldo Lodi destacou-se na liderança desse truste e, por isso, assumiu a presidência da organização. Ademais, Lodi era o principal acionista da *Companhia Ferro Brasileiro*, da qual também era presidente (TAMBASCO, 2008, p. 196).

Ao abordar o discurso nacionalista empregado por alguns empresários, o historiador precisa ter cuidado para não se tornar refém da retórica presente na fonte analisada, posto que, quando oportuno, grupos industriais brasileiros se associaram a grupos estrangeiros. Uma das firmas que compunham o truste mineiro do ferro-gusa liderado

6. A empresa assim como suas reservas ficava no estado de Minas Gerais.

7. Por truste entende-se um "tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro. Os trustes têm sido proibidos em vários países, mas a eficiência dessa proibição não é muito grande" (SANDRONI, 1999, p. 616).

por Lodi era a *Cia Siderúrgica Belgo-Mineira*, formada em associação com o capital belga-luxemburguês. A empresa surgiu em 11 de dezembro de 1921, da associação entre a *Companhia Siderúrgica Mineira* e o grupo belga-luxemburguês *Aciéries Réunies de Burbac-Esch-Dudelange* (ARBED). Convém destacar, ainda, que Henrique Lage também tinha interesses no setor siderúrgico.

O êxito do projeto da *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* deveu-se à política da empresa de traçar seus planos levando em conta os objetivos e interesses de industriais brasileiros dos setores produtivos do ferro e aço, que lutavam para expandir-se no mercado nacional. Ao contrário de Farquhar e sua *Itabira Iron*, os controladores da *Belgo-Mineira* estavam mais interessados em produzir aço do que em exportar minério de ferro, apesar de possuírem reservas de vulto considerável. No início dos anos 1930, o grupo ARBED associou-se a empresas siderúrgicas mineiras, lideradas por Euvaldo Lodi.

Segundo John Wirth, o empresário Henrique Lage, "magnata do carvão e da frota mercante", também se interessou em atuar no setor siderúrgico. Com o propósito de obter apoio do Presidente Arthur Bernardes, em agosto de 1923, Lage enviou-lhe "[...] um memorando em que expunha um plano para a formação de um consórcio nacional de aço, integrado por cinco companhias do seu grupo industrial." Lage propôs a construção de duas usinas siderúrgicas, uma localizada em Gandarela (Santa Bárbara, Minas Gerais), com capacidade de produção de 120 mil toneladas de laminados; e outra em Niterói (Rio de Janeiro), destinada a produzir 30 mil toneladas de aço especial. Em troca, o governo forneceria subsídios, ficando o Tesouro obrigado a modernizar as instalações carboníferas de Lage sediadas em Santa Catarina – e que abasteceriam com carvão a ambas as usinas. Esse ambicioso projeto foi por ele denominado como "carvão-minério-navios." Assim como o conglomerado industrial ARBED, o Lage pretendia que fundos federais fossem empregados em ferrovias que atendessem sua demanda por transporte de carga (WIRTH, 1973, p. 69). Convém lembrar que Euvaldo Lodi trabalhava para Lage como técnico e diretor da *Companhia Gandarela*, estando a par dos projetos no setor.

O projeto de Henrique Lage não foi exitoso, posto seus argumentos não terem convencido o Presidente Arthur Bernardes. De acordo com Wirth, o fracasso aconteceu porque os planos do empresário não estavam "[...]bem fundamentados do ponto de vista econômico, baseando-se em carvão de teor desconhecido, dispondo de capital insuficiente e dependendo de ferrovias precárias." Acrescenta que os minérios existentes na região do Gandarela não haviam sido analisados e sequer ocorrera um levantamento adequado. Os investimentos do grupo Lage nos setores carbonífero e de navios mercantes eram subsidiados, ao que cabe acrescentar que "[...] as minas de Gandarela e todo o seu império industrial estavam fortemente hipotecados pelo Banco do Brasil." O fator indicado explica, parcialmente, a preferência do governo Bernardes em apoiar o projeto da ARBED. É preciso considerar que representantes dos industriais belga-luxemburgueses tinham feito contato com Bernardes já em 1921, quando ele ainda era Presidente do Estado de Minas Gerais, informando "[...] que seria possível fundar em Minas uma grande usina à base de carvão vegetal" (WIRTH, 1973, p. 70).

Tambasco destaca a presença do capital belga-luxemburguês no Brasil, representado pelo grupo industrial ARBED. Suas inversões de capital em Minas Gerais, o levou a adquirir, no quadrilátero ferrífero (MG), importantes jazidas de minérios de ferro situadas na Serra do Curral. A pujança dessas jazidas somente "[...] era inferior àquelas de propriedade da Itabira Iron." Tal como o grupo Itabira de Farquhar, a ARBED "[...] pretendia explorar o minério de ferro extraído – não tendo plano real de investir no "desenvolvimento siderúrgico a coque, no Brasil." No entanto, obteve o controle acionário da *Companhia Siderúrgica Mineira* e, em dezembro de 1921, mudou sua razão social para *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* (TAMBASCO, 2003, p. 54). Ao se associar a grupos industriais liderados por Euvaldo Lodi, a Belgo-Mineira deixou de dar preferencia à exportação de minério de ferro, dedicando-se à produção de aço.

No que tange à luta entre capital e trabalho, os intelectuais orgânicos dos industriais começaram a construir seu projeto de hegemonia desde 1904, por meio da formação



Operários em frente da Fábrica de Tecidos em Votorantim, Sorocaba, s/d.
Fonte: Projeto Memória Votorantim

do CIB, sediado na Capital Federal. Segundo Hardman e Leonardi, quando o *Centro Industrial do Brasil* foi fundado "[...] o proletariado já vinha tentando, há mais de dez anos, [se] organizar em partido político próprio, possuindo, já, expressiva organização no plano sindical" (HARDMAN & LEONARDI, 1989, p. 62).

Aos intelectuais orgânicos competia organizar, educar e dirigir os anseios das classes ou frações das quais se tornam representantes, consolidando sua vontade coletiva. Eles transformam a alteridade multicultural em consenso e ação política, dando-lhes a coesão social-cultural capaz de compor um projeto que oriente a luta pela hegemonia. Em outras palavras, desempenham uma função político-pedagógica junto àqueles de que são dirigentes, com a finalidade de criar condições para a ocupação de postos avançados no Estado restrito.

Convém lembrar, ainda, que para Boris Fausto, o Rio de Janeiro reuniu, por muitos anos, "a maior concentração operária do país, sendo superado pela capital de São Paulo, em algum momento entre 1920 e 1938" (FAUSTO, 2000, p. 14). Segundo Hardman e Leonardi, foi com o propósito de lutar contra a agitação operária, que cada vez mais se convertia em realidade, ao longo das duas primeiras décadas do século passado, que a burguesia industrial organizou-se na sociedade civil. Ademais, a fundação de aparelhos privados próprios da classe industrial veio de encontro à sua necessidade de romper com as associações comerciais, sob "hegemonia da burguesia comercial" (HARDMAN & LEONARDI, 1989, p. 62).

O capital temia a organização do trabalho e sua consequente polarização em prol da superação do modo de produção capitalista. Rosa Luxemburgo percebeu com profunda lucidez essa contradição entre democracia liberal e a participação política das classes populares na democracia burguesa. Para as frações burguesas, a democracia tornou-se supérflua e incômoda nos anos 1930.

> Nas relações políticas, o desenvolvimento da democracia, na medida em que encontra terreno favorável, conduz à participação de todas as camadas populares na vida política e portanto, de certo modo, ao 'Estado popular'. Mas isso sob a forma do parlamentarismo burguês, o qual, longe de suprimir, os antagonismos das classes, a dominação de classe, patenteiam-se, ao contrário, a olhos vistos. É por mover-se o desenvolvimento capitalista através de contradições que o proletariado, para extrair de seu invólucro capitalista a semente da sociedade socialista, deve apossar-se do poder político e suprimir completamente o sistema capitalista (LUXEMBURGO, 2010, p. 103).

Esses partidos políticos contavam com a participação de intelectuais orgânicos da classe industrial na condição de agentes formadores e disciplinadores de sua vontade coletiva e de suas frações, funcionando, além disso, como centros de formação de novas gerações de intelectuais orgânicos, muito embora o empresariado industrial brasileiro aparecesse

> [...] com maior nitidez frente a seu principal inimigo histórico, era com grande dificuldade que se conseguia diferenciá-lo no plano das organizações econômico-corporativas e político-partidárias. Aí, os contornos de classe da burguesia industrial eram menos nítidos e se confundiam, muitas vezes, com as formas de organização dos demais setores das classes dominantes: burguesia agrária cafeeira, oligarquias rurais, setores do grande comércio e grupos financeiros internacionais. E isto não por acaso, mas determinado pelas relações de dependência histórica e de subordinação política da burguesia industrial ao latifúndio (pelo menos até 1930) e ao imperialismo (HARDMAN & LEONARDI, 1989, p. 62-63).

No início do século XX, os primeiros industriais brasileiros contavam com uma organização de classe ainda bastante limitada, como se percebe

> [...] ao se levantar o grau incipiente das associações classistas criadas no início do século. No plano político-partidário, mais ainda, inexistia qualquer esboço de programa ou de expressão representativa própria (HARDMAN & LEONARDI, 1989, p. 62).

Em última análise, durante este período a classe industrial e comercial estava formando seus intelectuais orgânicos, posto que tal processo demandava tempo e investimento. Assim, foi durante os dois primeiros decênios do século XX que as frações do capital comercial e industrial prepararam seus próprios intelectuais orgânicos os quais, durante os anos 1930 e 1940, tornar-se-iam proeminentes lideranças políticas como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Valentim Bouças, Horácio Lafer, Guilherme Guinle, Roberto Simonsen e Wolff Klabin.

Referências

BULMER-THOMAS, Victor. As Economias Latino-Americanas, 1929-1939. In: BETHEL, Leslie (org.) **História da América Latina**. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade. 1ª Ed., 1ª reimpr., Vol. VI. SP: Edusp, 2009.

CAMPANATO, Gastão Estevão (coordenador). **A História das Indústrias de Celulose e Papel no Brasil**. Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. SP: Tempo & Memória, 2004.

CANO, Wilson. **Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARONE, Edgard. **O Pensamento Industrial no Brasil** (1880-1945). RJ – SP: Difel, 1977.

DEAN, Warren. A Industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano:** Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). 8ª ed. Tom. 3. Vol. 8. RJ: Bertrand Brasil, 2006 – (História Geral da Civilização Brasileira).

ESPINA, Delia Beatriz. Valentim Bouças e a chegada da IBM ao Brasil (1917) sua trajetória até 1994. **Ciência e Tecnologia Hoje.** Janeiro – Fevereiro 1998, Vol. 23, Nº 01.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social** (1890-1920). 5ª ed, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 27a ed. SP: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. – 4ª Ed. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

HARDMAN, Francisco. LEONARDI, Victor. A Burguesia Industrial na Luta de Classes. In:

MARANHÃO, Ricardo & MENDES JÚNIOR, Antônio (orgs.). **Brasil História Texto e Consulta.** Era Vargas. Vol. 04. SP: Hucitec, 1989.

KONDER, Leandro. **Em Torno de Marx**. SP: Boitempo, 2010.

LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira:** as associações industriais, a política econômica e o Estado. SP: Paz e Terra, 2000.

LEVY, Maria Barbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas:** esboço de história empresarial. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 2ª Ed., Reimpressão. SP: Expressão Popular, 2010.

MOURÃO, Eliana. **Euvaldo Lodi** – Fragmentos de Memória. Belo Horizonte, Senai – MG, 1992 (Coleção Memória SENAI, 4).

O GLOBO, Quarta-feira, 29 de julho de 2009. Segundo Caderno. Seção: Arthur Xexeo.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita.** RJ: Edições Graal, 1989.

SANDRONI, Paulo (org.) **Novíssimo Dicionário de Economia.** SP: Editora Best Seller, 1999.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo Internacional 1889 – 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano:** Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). – 8ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2006 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 8.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. SP, Brasiliense, 2000.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **Do ferro cinzento ao ferro nodular:** uma História da indústria de tubos centrifugados no Brasil (1915 – 1995). Niterói, 2003. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

_____. Gênese da Indústria Siderúrgica no Vale Médio do Paraíba: a fabricação de tubos centrifugados em Barra Mansa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 169 (440): 191-211, Julho – Setembro, 2008.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Caso IBM**. Disponível em < http://www.strategia.com.br/Casos/casos_corpo_ibm.htm > Acessado em 28/novembro/2011.

WIRTH, John. **A política do desenvolvimento na era de Vargas.** RJ, FGV: Serviço de Publicações, 1973.

Maurício Gonçalves Margalho
Doutor em História Social: Universidade Federal Fluminense, UFF - (2015); Mestre em História Social: Universidade Federal Fluminense (2008); Pós-Graduação Lato Sensu em "História do Brasil Pós-1930": Universidade Federal Fluminense (2005); Licenciatura Plena em História: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ (2002)

02

Telefone de Campanha - Marechal Rondon. Acervo - Museu Correios

O Marechal Rondon e os Museus

Marechal Rondon and the Museuns

Miguel Angelo de Oliveira Santiago

Resumo/Abstract

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento inicial das instituições museológicas que possuem, em suas coleções, itens referentes ao Marechal Rondon e seu trabalho. Apresenta, também, sem pretensão de esgotar a temática, um breve relato sobre a importância desse vulto histórico para a formação das coleções de grandes Museus brasileiros.

Palavras-Chave: Museus; Coleções museológicas; Marechal Rondon.

This study has the purpose to do a brief survey about the museums that have, on their collections, itens related to Marechal Rondon and his work. It presents, too, not intending to exhaust the subject, a short report about the importance of this great figure for the setting of the most relevant Brazilian museums collections.

Keywords: Museums; museum collections; Marechal Rondom

Introdução

O presente guia, sem a pretensão de esgotar o tema, tem como principal objetivo reunir e divulgar instituições museológicas brasileiras que possuam, em seus diversos acervos, itens ligados a vida e obra desse vulto histórico que é o Marechal Rondon.

Passados os 150 anos de nascimento de Marechal Rondon, várias homenagens foram realizadas no Brasil inteiro, como lançamentos de livros, emissão de selos postais pelos Correios, palestras, entre outras.

Para realizar esse guia, foram elaboradas cartas convites, a fim de explicar aos museus a nossa intenção ao elaborá-lo, formulários de inscrição e termos de autorização de uso de imagem dos espaços contatados. Todos, prontamente, se dispuseram a participar, encaminhando as informações e imagens solicitadas.

Além das instituições contatadas, ao longo da pesquisa surgiram informações de que outros museus no Brasil possuem e mantêm em seus acervos objetos diretamente relacionados com o trabalho do Marechal Rondon como: Arquivo Nacional; Arquivo Histórico do Exército (AHEx); o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana.

A pesquisa nos permitiu saber também que alguns museus fora do Brasil possuem acervos diretamente ligados ao trabalho do Marechal Rondon como o Museu de Bruxelas, Bélgica, o Americam Museum of Natural History e a American Geographical Society, estes últimos localizados nos Estados Unidos.

O Marechal Rondon e os Museus

Cândido Mariano da Silva nasceu em 05 de maio de 1865, em Mimoso, no Estado do Mato Grosso. Filho de Cândido Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista da Silva. Rondon, perdeu os pais muito cedo e em razão disso, foi criado pelo seu tio de quem herdou o sobrenome Rondon.

Ainda jovem Rondon optou pela carreira militar onde destacou-se desde cedo. Foi nomeado professor de Astronomia e Mecânica da Escola Militar. Participou do movimento abolicionista junto com Benjamin Constant e participou ativamente do movimento pela Proclamação da República.

Esteve à frente de três comissões construtoras de linhas telegráficas estratégicas: Cuiabá ao Araguaia (1890-1898), Estado do Mato Grosso (1900-1906) e Estado Mato Grosso ao Amazonas (1907-1910), esta última estendida até 1915 e formalmente encerrada em 1930.

Além de oficiais de engenharia do Exército, faziam parte das comissões naturalistas, botânicos cartógrafos, geólogos, zoólogos e antropólogos que, juntos e em cada área de especialidade, fizeram levantamentos cartográficos e topográficos, mapeamentos da fauna, flora e minerais, com recolhimento de espécimes que, posteriormente, foram estudados e classificados.

Esses estudos renderam diversas publicações que mudaram o conhecimento do Brasil internacionalmente. Entre suas contribuições, novos povos foram descobertos, assim como rios, novas informações sobre a geografia, a fauna, a flora, provocando uma mudança de mentalidade com relação aos índios. A partir de sua produção foi criado o Serviço de Proteção ao Índio.

A atuação do Marechal Rondon contribuiu muito para o enriquecimento das coleções museológicas brasileiras de norte a sul do país. E, seguindo o seu exemplo, a família Rondon continuou a doar peças aos museus brasileiros após o seu desaparecimento.

O próprio Museu Correios teve o seu acervo contemplado com um automóvel Ford Modelo T (Ford de bigodes) de 1927 e alguns instrumentos utilizados em suas Comissões Telegráficas, como por exemplo um telefone e um telégrafo de campanha.

> Entre os anos de 1908 e 1916, foram acrescentados mais de 17.800 exemplares a esse acervo (MUSEU NACIONAL). Somente para a área de botânica, foram doados ao Museu Nacional 8.837 exemplares coletados na região, de acordo com informações do Projeto Memória, da Fundação Banco do Brasil. (Rossi; Gabatto; Pereira, 2015, p. 35)

Segundo Alves (2015, n/p), a Comissão Rondon "[...] enviou para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, 23.107 exemplares de material botânico, zoológico, mineralógico, geológico e antropológico". Divergências à parte, o fato é que o Museu Nacional recebeu uns milhares de itens que até hoje são pesquisados.

O Museu do Índio, também localizado no Rio de Janeiro, é fruto direto do trabalho do Marechal Rondon, conforme informado por Rossi, Gabatto e Pereira (2015, p. 101):

> Em 1953 foi criado o Museu do Índio pelo SPI, após trabalho direto de Rondon e Darcy Ribeiro. Segundo dados do próprio local, o acervo contém documentos relativos à maioria das sociedades indígenas contemporâneas, constituídos por 15.840 peças etnográficas e 15.121 publicações nacionais e internacionais. Há ainda 76.821 registros audiovisuais e 833.221 documentos textuais e valor histórico e contemporâneo.

Sem sombra de dúvidas o trabalho do Marechal Rondon, enriqueceu vários museus do Brasil. Não podemos deixar de destacar, pela sua importância e singularidade, o automóvel Ford de Bigodes do Museu Correios, em Brasília; a flecha desferida contra Rondon por um índio da tribo dos Nhambiquara, que faz parte do Espaço Cultural

Marechal Rondon – Santo Angelo/RS, e os museus criados nas Estações Telegráficas do Mato Grosso, que em seu conjunto permitem contar parte da saga de Rondon pelos sertões do Brasil.

Entretanto, sua atuação científica nas expedições telegráficas não se restringiu aos acervos brasileiros. O Marechal Rondon organizou e participou, em 1913, da expedição de Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos, ao Brasil. Roosevelt retornou ao seu país com milhares de itens aqui coletados, e que foram incorporados ao Museu de História Natural de Nova York.

Valeria Rossi, Karen Gobbatto e Claudia Pereira (2015, p. 71) complementam afirmando que na expedição Roosevelt–Rondon

> [...] foram coletados exemplares de 2.500 aves e 1.500 mamíferos, além de incontáveis insetos, peixes e répteis, [...]

E, nos informam, também, que na Biblioteca do Congresso, em Washington DC, está guardada uma coleção de vídeos dessa expedição. O cineasta Cacá de Souza pesquisou esse acervo para a realização do documentário Rondon e a Cartografia.

Ainda, Rondon, após receber, das mãos do Rei Alberto I da Bélgica, a Ordem do Rei Leopoldo, encaminhou ao Museu de Bruxelas uma coleção etnográfica completa sobre todos os índios do Brasil.

E, assim como esses museus, outras instituições abrigam objetos oriundos dessas expedições. No entanto, o curto tempo para a realização desta pesquisa não nos permitiu avançar mais na localização e identificação dessas tantas instituições que, por ventura, possuam, em suas coleções, itens ligados ao Marechal Rondon. Desejamos, contudo, que estes museus e centros de cultura possam entrar em contato com os responsáveis por esta pesquisa, para que esse levantamento posse ser atualizado e complementado em edições futuras da revista *Postais*.



Legenda: Álbum Lembrança da Commissão Telegráfica de Cuyabá a Araguaya. Crica 3_002.1890.
Acervo - Museu do Índio

ELENCO DE MUSEUS

RIO DE JANEIRO/RJ - MUSEU DO ÍNDIO

Instituição: Museu do índio/Funai
Horário: terça a sexta de 10h às 15h30
Sábados, Domingos de Feriados de 13h às 15h
Endereço: Rua das Palmeiras, 55 -Botafogo/RJ
Telefone: (21) 3214-8705
E-mail: comunicacao@museudoindio. gov. br

Acervo:
Inaugurado em 19 de abril de 1952 com o parte das com em orações do índio brasileiro, o acervo do Museu do Índio reúne documentos Arquivístico, formados itens textuais, fotográficos e fíl micos referentes ao extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI/ 910-1967), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI/1939-1967), Comissão Rondon (RC/1890-1935) e Fundação Brasil Central (FBC/1943-1967), além da documentação do próprio Museu do Índio (a partir de 1950). Faz parte também do acervo institucional um a documentação etnográfica formada por 18. 484 itens materiais dos povos indígenas no Brasil e centenas de publicações sobre a etnol agi a indígena disponível à consulta na Biblioteca Marechal Rondon. To do esse acervo pode ser identificada pela internet, na base de dados do Museu, disponível no site: www.museudoindio.gov.br.

CAMPO VERDE/MT - MUSEU HISTÓRICO DE CAMPO VERDE



Acervo Tijolos de Barro, construção da Estação Telegráfica.
Coronel Ponce. Acervo - Museu Histórico de Campo Verde.

Instituição: Museu da História de Campo Verde
Horário: Quarta-feira a Sábado das 07h30min às 11h30min / 13h30min às 17h30min
Domingo das 08h às 12h
Endereço: MT 344, Distrito Coronel Ponce, s/n, Zona Rural
Telefone: (66) 3419-3383 / 3419-3687 / 9202-9487
E-mail: sict@campoverde.mt.gov.br

Acervo:
Fragmento da estação telegráfica; jornais de publicação da passagem da Comissão; cenas do fi lme Heróis não Renunciam; Selo do Servidor dos Corr eios de Cu iabá-MT Sr. Ru i Baptista Ri beiro um dos p rimeiros telegrafistas; Lei de Criação do Museu; Poste de madeira da rede elétrica; e os escombros da Estação telegráfica erguida por Rondon.



Fachada do Museu do Índio.
Autor: Paulo Mumi. Acervo - Museu Histórico de Campo Verde.



Fragmento de poste Telegráfico com dois isoladores de louça.
Acervo - Museu Histórico de Campo Verde.

DIAMANTINO/MT - MUSEU CASA DO VIAJANTE



Detalhe de objetos da sala Memorial Rondon e Roosevelt.
Acervo - Museu Casa do Viajante.

Instituição: Casa Memorial dos Viajantes
Horário: das 07h às 17h horas
Endereço: Av JPF mendes, s/n - Centro
Telefone: (65) 3336 1003
E-mail: memorial.dtno@gmail.com

Acervo:
Na sala destinada ao acervo "Memória Rondon-Roosevelt "encontram-se várias peças utilizadas na instalação das linhas telegráficas na região (roldanas, fios,....),uma peça de vestuário de um diamantinense que trabalhou na construção da linha telegráfica, banners que contam sobre a passagem da Comissão Rondon por Diamantino e a instalação da Estação Telegráfica e também sobre a sua trajetória, Livros sobre a Missão Rondon e a Expedição Rondon-Roosevelt, fotos que retratam as dificuldades enfrentadas nas duas expedições e o contato com os indígenas e completando, exposição de equipamentos diversos ligados à comunicação (aparelhos de telefones antigos, máquinas fotográficas antigas, telégrafo morse, máquinas de escrever antigas retratando a evolução desse equipamento, Mapas sobre a expedição Rondon e Rondon-Roosevelt (percurso das expedições) e uma pele de sucuri de rio da região.

JI-PARANÁ/RO - MUSEU DAS COMUNICAÇÕES MARECHAL RONDON

Instituição: Museu das Comunicações Marecham Rondon
Horário: segunda a sexta-feira, das 08h as 18h
Endereço: Rua Travessa d CDL, Centor, Ji-Paraná - RO
Telefone: (69) 34223900
E-mail: museudascomunicaoes@hotmail.com
facebook.com/MuseuMarehalRondon

Acervo:
O Museu das Comunicações Marechal Rondon, instituição pública municipal, sem fins lucrativo, tem por missão: "Preservar, estudar, valorizar e divulgar o patrimônio da região, para assegurar sua credibilidade junto a população local e visitantes". Fundado em cinco de maio de 1985, tem seu acervo abrigado no prédio histórico do Posto Telegráfico Presidente Pena construído pela Comissão Rondon em 1914, situado na Rua Travessa do CDL s/n, Centro, Ji – Paraná – RO.
O Museu das Comunicações tem seu acervo formado por peças que fazem parte da história da construção da linha telegráfica, do posto telegráfico, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e da cultura indígena em exposição permanente, contudo, temporariamente, realiza exposições temáticas conforme calendário do IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus e calendário próprio.
Especificamente da memória de Rondon guarda, coleção de selos oficiais em homenagem aos 150 anos de Marechal Rondon lançadas pelos Correios. Isoladores em vidro e cruzeta de madeira Pra sustentação dos fios da linha telegráfica construída pela Comissão Rondon. Instrumentos manipuladores do telégrafo. Machado utilizado na construção do posto telegráfico Presidente Pena. Haste terra dos aparelhos de transmissão do telégrafo. Livro de código do alfabeto Morse. Quadros murais informativos, com a biografia de Rondon. Cópias de cartas escritas por Rondon e documentos expedidos por ele.



Aparelho Telegráfico Morse.
Acervo - Museu das Comunicações Marechal Rondon.



Fachada do Museu das Comunicações Marechal Rondon.

BRASÍLIA/DF - MUSEU CORREIOS



Telégrafo de Campanha.
Acervo - Museu Correios.

Instituição: Museu Correios
Horário: Terça a Sexta das 10h às 19h
Sábado, Domingos e Feriados das 12h às 18h
Endereço: SCS Qd.04, nº 256, Bloco A, Asa Sul, BRASÍLIA-DF, 70304-915
Telefone: (61) 21419276
E-mail: museu@correios.com.br

Acervo:
Entre os quase dois milhões de itens divididos entre três grandes coleções de Filatelia, Marcofilia e Objetos ligados à Área Postal e Telegráfica. O Museu Correios possui especificamente sobre o Marechal Rondon: Automóvel Ford 1929, Telefone de Campanha, Telégrafo de Campanha, Teodolito, Álbum da Comissão Rondon, Folha de Pagamento da Comissão Rondon, livros biográficos, além de Selos Postais e Carimbos Comemorativos em sua homenagem.



Fachada do Museu Correios.



Teodolito da Expedição do Marechal Rondon.
Acervo - Museu Correios.



Ford 1929 – Pertenceu ao Marechal Rondon.
Acervo - Museu Correios.

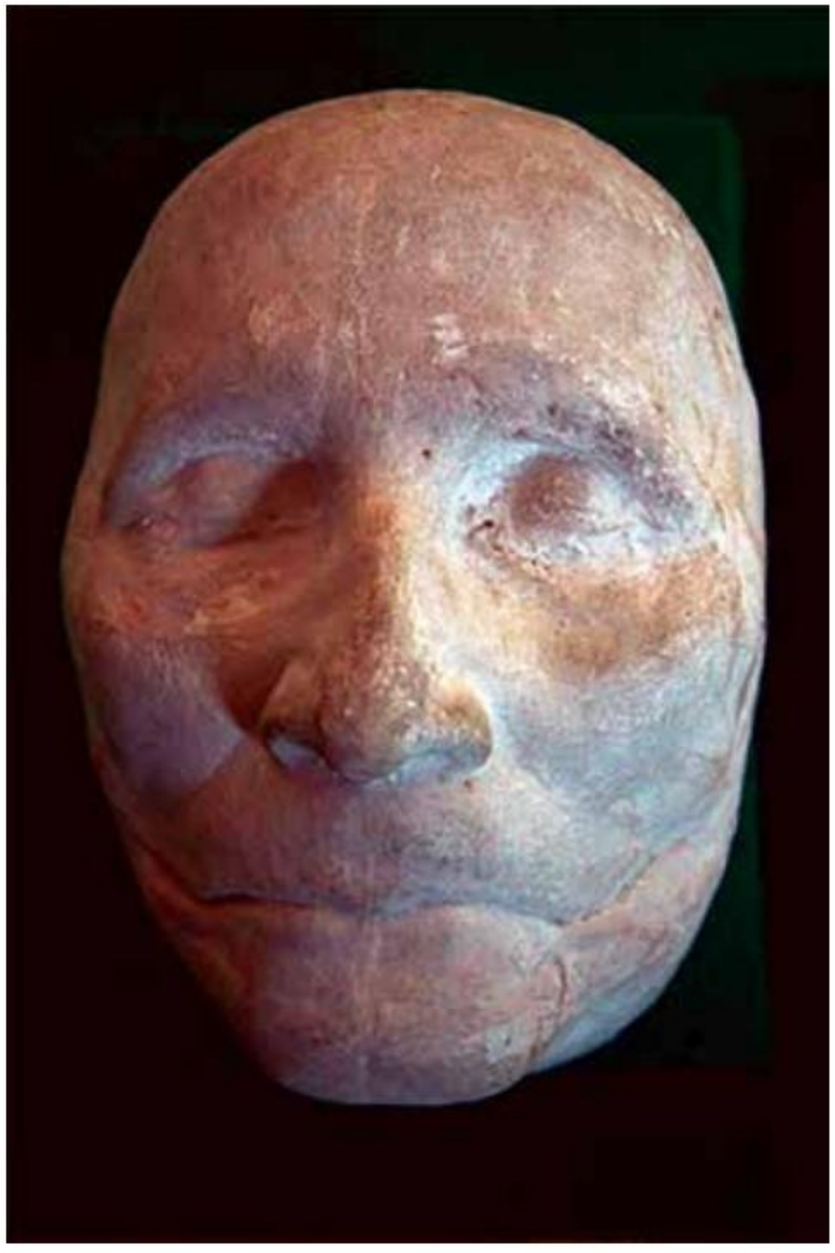
SANTO ANGELO/RS - 1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES – ESPAÇO CULTURAL MARECHAL RONDON

Instituição: 1º Batalhão de Comunicações - Espaço Cultural Museu Marechal Rondon
Horário: de Segunda a Quinta das 08h às 12h e das 13h30 às 17h e Sexta das 08h às 12h
Endereço: Av. Venâncio Aires s/nr, Santo Ângelo-RS, CEP: 98.801-660
Telefone: (55) 3313-1100
E-mail: comando@1bcom.eb.mil.br / rp1bcom@gmail.com.br

Acervo:
Conta com riquíssimo acervo da vida e obra do insigne Patrono das Comunicações, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Significativa parcela deste acervo foi doada pela família, destacando-se: a máscara mortuária, doada pelo Museu do Índio , do Rio de Janeiro-RS em 1958, uma flecha desferida por um índio da tribo dos Nhambiquara, a qual atingiu Rondon, as bandeiras do Brasil e Estados Unidos, utilizadas na expedição Roosevelt de 1913/1914, revólver utilizado pelo Alferes (aluno) Rondon no dia da Proclamação da República (15 de Novembro de 1889), as medalhas e condecorações que Rondon recebeu e as espadas de Rondon, desde Aspirante até o posto de Marechal. Também, no interior do museu, é possível conhecer diversas relíquias históricas que contam a história militar e suas evoluções: uniformes de época, armamentos antigos e equipamentos de comunicações.



Sede do Projeto Memória do 1º Batalhão de Comunicações - Espaço Cultural Museu Marechal Rondon.



Máscara mortuária do Marechal Rondon.
Acervo - Espaço Cultural Museu Marechal Rondon.



Espadas recebidas por Rondon desde Aspirante até o posto de Marechal.
Acervo - Espaço Cultural Museu Marechal Rondon.



Medalhas e Condecorações recebidas pelo Marechal Rondon.
Acervo - Espaço Cultural Museu Marechal Rondon.

INSTITUIÇÕES LEVANTADAS NO LIVRO 150 ANOS RONDON – O MARECHAL DAS COMUNICAÇÕES

ARQUIVO NACIONAL

Praça da República, 173 – Rio de Janeiro, RJ – 20211-350
Tel: 55 21 2179-1227
www.arquivonacional.gov.br

MUSEU HISTÓRICO DO EXÉRCITO E FORTE DE COPACABANA

Praça Coronel Eugênio Franco n. 1 - Posto 6 - Copacabana/Rio de Janeiro/ Brasil
CEP: 22070-020
Tel: (21) 2522-4460
Desenvolvido pela Divisão de Comunicação Social e Seção de Informática do MHEx/FC
Seção de Relações Públicas - Contato: rp@fortedecopacabana.com
www.ahex.ensino.eb.br

MUSEU NACIONAL

Quinta da Boa Vista, s/n São Cristovão
Rio de Janeiro/RJ 20942-020
Telefones: (21) 2568-8262 / 2254-4320
Fax: (21) 2562-6919
E-mail: museu@mn.ufrlj.br
Natureza Administrativa: Público – Federal
Ano de Criação: 1818
Tipologia do Acervo: Antropologia e Etnografia; Arqueologia; Ciências Naturais e História Natural.
Horário de Funcionamento: Ter a Dom das 10h às 16h
www.museunacional.ufrj.br

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

Praça Duque de Caxias, nº 25, 6º andar, Centro, Rio de janeiro - RJ CEP 20221-260
Fone: (21) 2519-5351
Fax (21) 2519-5189
www.ahex.ensino.eb.br

Referências:

ALVES, Afonso. Rondon e o Positivismo – estratégias indígenas e políticas. **...ditirambos.** 10. jul. 2015. Disponível em: <https://assuntosdiversosdados.blogspot.com.br/2015/07/rondon-e-o-positivismo-estrategias.html>. Acesso em: 11 ago. 2016.

BIGIO, Elias do Santos. **Cândido Rondon:** a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto. Petrobrás. 2000.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon:** a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo. 2009.

RONDON e a Cartografia. Produção de Cacá de Souza. 2012. 1 DVD. 32min.

ROSSI, Valéria; GOBATTO, Karen; PEREIRA, Claudia. **150 Anos de Rondon:** O Marechal das Comunicações. São Paulo: Rossi Comunicação. 2015, 252 pg.

SÁ, Luiza Vieira. **Rondon:** o Agente Público e Político. 2009. 230fs. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

Miguel de Oliveira Santiago

Museólogo graduado pela UFBA em 1995. Trabalhou no Parque Histórico Castro Alves ligado à Fundação Cultural do Estado da Bahia, de 1995 a 1999, e na Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) de 1999 a 2002. É museólogo dos Correios, atualmente lotado no Departamento Relações Institucionais e Comunicação onde desenvolve trabalhos de documentação do acervo do Museu Correios e de requalificação das reservas técnicas.


Dossiê
Cartas de Guerra



Apresentação

Projeto de implantação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira

Ana Lúcia de Abreu Gomes
Silmara Küster de Paula Carvalho

O Curso de Museologia da Universidade de Brasília iniciou a pesquisa sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 2014, por solicitação da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), Regional Distrito Federal. Naquela ocasião a ANVFEB manifestou a necessidade da elaboração de um Plano Museológico que subsidiasse a construção do Museu da Força Expedicionária Brasileira em Brasília. Os professores do Curso de Museologia observaram que, antes da elaboração do Plano Museológico, seria necessário realizar uma pesquisa para a constituição do que viria a ser o acervo do museu. Seguindo suas orientações, a Associação Nacional dos Veteranos da FEB envidou esforços e conseguiu junto ao Senador da República Cristovam Buarque a Emenda Parlamentar número 20690010 para que a pesquisa fosse iniciada e posteriormente Emenda Parlamentar 20690002 para a continuidade da mesma. Foram então formadas equipes de pesquisa com professores e estudantes do Curso de Museologia da Universidade de Brasília, da Universidade de Goiás, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e pesquisadores do Museu da FEB de Belo Horizonte.

Para melhor atender a demanda da Regional de Brasília, e enquanto as tratativas sobre a construção do museu ainda não se concretizaram, optou-se nesta primeira fase da pesquisa pelo levantamento de dados para a configuração de um modelo de museu virtual, baseando-se nas plantas arquitetônicas projetadas por Oscar Niemeyer para o futuro museu. A implantação de uma plataforma para o Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira subsidiará a estrutura técnica e de pesquisa para a consolidação do Memorial Heróis da Pátria e Monumento à Força Expedicionária Brasileira a ser construído no eixo monumental em Brasília.

Várias etapas da pesquisa têm sido delineadas para subsidiar a produção de conteúdos textuais e imagéticos, sendo organizadas em frentes que abrangem o levantamento e o mapeamento da documentação e do acervo; a produção de documentos por meio do registro audiovisual das entrevistas já realizadas; a digitalização do projeto de autoria de Oscar Niemeyer; a configuração de um repositório bibliográfico sobre a Segunda Guerra Mundial, e a inserção de dados na plataforma virtual.

Os núcleos temáticos já mapeados sobre a presença da FEB na Segunda Guerra Mundial perpassam desde o levantamento histórico sobre questões relativas à mobilização de pessoal, preparação das tropas, indumentária para uso em condições climáticas adversas, modernização/adequação da instrução e treinamento, até depoimentos orais e levantamento de acervos.

Cabe destacar que a pesquisa museológica para a plataforma virtual abrange um conjunto de procedimentos museológicos na pesquisa, organização de dados, fotografia de acervos, descrição do objeto, estado de conservação e preparo do banco de imagens, envolvendo, assim, pesquisadores de várias áreas do conhecimento.

Até o presente momento foram realizadas pesquisas de campo em fontes primárias e secundárias no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte e Campinas. Entretanto, sabe-se que é necessário, na continuidade da pesquisa, ampliar a abrangência

territorial desse levantamento, incluindo outras cidades já identificadas, como São Paulo - SP, Cabo Frio - RJ, Porto Alegre - RS, São Borja - RS, Salvador - BA, Caçapava - SP, São João Del Rei – MG, Fortaleza – CE, dentre outras, para que , de fato, os resultados correspondam à realidade territorial brasileira. Dessa forma, a pesquisa é de caráter historiográfico e iconográfico, pois visa delinear a atuação da FEB e sua representatividade histórica no imaginário brasileiro e na formação da Nação.

Para tanto, foi considerada também a necessidade de aprofundamentos teórico-metodológicos com base em literatura nacional e internacional sobre os aspectos relacionados à constituição de museus virtuais, museologia e virtualidade, constituição de inventários, acervos, curadoria em espaços virtuais expositivos.

Cabe ressaltar que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial é objeto de estudo polêmico e controverso na área da História. Composta por cerca de 25.000 brasileiros, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) formou-se logo após a Declaração de Guerra pelo Brasil contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em 1942. À época diversos desafios foram superados para que o Brasil pudesse combater.

A atuação da FEB se deu na Itália nos anos de 1944 e 1945. Apesar de fato tão marcante na história mundial, há poucas pesquisas no Brasil abordando este episódio. A significativa projeção mundial do desempenho dos norte-americanos como grandes libertadores da Europa e do Ocidente contra o perigo nazista pode ter colaborado para "nublar" a contribuição da FEB no esforço aliado para a vitória final.

O fato é que esse universo pouco conhecido recentemente tem sido submetido a novos estudos e tem-se deslumbrado novas possibilidades de entendimento acerca desse período da nossa história. Há questões, como os projetos militares para o Brasil nos anos 1950 e 1960, que podem receber novas interpretações à luz de um maior detalhamento acerca daquele Exército Brasileiro que se estruturou para ir à Guerra e que se reestruturou ao retorno. Há também a questão dos direitos civis, por exemplo, no Brasil e nos Estados

Unidos, e a inserção igualitária dos negros nas fileiras das Forças Armadas. A própria história da FEB vem apresentando novos ângulos de visão.

Considerando o vasto acervo de correspondência da época disponível para pesquisa e deleite público, a iniciativa da pesquisa sobre o Serviço Postal da FEB e a apresentação transcrita das correspondências entre os pracinhas e seus familiares foi do Museu da FEB de Belo Horizonte e da Universidade de Brasília, em parceria com o Museu Correios e faz parte do projeto de implantação do Museu Virtual da FEB, coordenado no âmbito do Curso de Museologia da Universidade de Brasília.

Professora Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes.
Coordenadora do Curso de Museologia - Biênio 2014/2016. Gestora do Projeto FEB

Silmara Küster de Paula Carvalho
Professora do Curso de Museologia da UnB e Doutoranda em Museologia Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Coordenadora do Projeto FEB

Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira - ANVFEB

Marcos Moretzsohn Renault Coelho

Em outubro de 1945, logo após o regresso do efetivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) dos campos de batalha do velho continente, foi criada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB). Aquela Associação abrangia tanto os veteranos da guerra na Itália como aqueles que cuidaram da defesa do litoral brasileiro. Ao longo dos anos, por divergências internas, houve uma ruptura entre os dois contingentes e foi fundada a então AVFEB, hoje Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB).

A ANVFEB tem por objetivo defender os interesses dos vinte e cinco mil febianos e respectivos familiares no que diz respeito à evolução de vencimentos, pensões, assistência médica e jurídica, sendo também responsável pela preservação do acervo material e imaterial da história da participação armada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em suas diversas regionais, espalhadas por todo o país, existem museus, de maior ou menor porte e importância, que lutam contra todas as adversidades para preservar e difundir esse belíssimo capítulo da história da nossa pátria.

No que diz respeito ao Museu da FEB de Belo Horizonte, ele foi criado na década de 1950, reunindo vasto material utilizado pelos nossos "pracinhas" na Campanha da Itália. A maior parte desse material foi cedido pelos próprios veteranos e seus familiares. Grande parte do armamento atualmente em exposição foi doado pelo Exército Brasileiro. Com a falta de incentivo à cultura e à preservação histórica, o Museu esteve prestes a fechar. Perdeu-se boa parte do acervo por absoluta falta de conservação. No ano de 2011, cidadãos e empresas privadas, cônscios de suas cotas de Responsabilidade Social, adotaram o Museu promovendo uma grande reforma em suas instalações físicas, acondicionando adequadamente o rico acervo e inserindo-o no roteiro de museus da capital mineira.

O acervo do Museu da FEB compreende fotografias, documentos textuais manuscritos e impressos, condecorações, indumentárias, armarias, insígnias, equipamentos de comunicação, entrevistas orais, dentre outros diversos documentos e objetos que constituem inesgotável fonte de pesquisa acadêmica e inspiração. Por meio do acervo disponível, o Museu da FEB de Belo Horizonte tem cooperado com o projeto de Implantação do Museu Virtual da FEB, em processo de realização pelo Curso de Museologia da Universidade de Brasília, além de contribuir na produção de documentários e filmes sobre diversos temas afins.

Através de outras iniciativas paralelas de cunho preservacionista, o Museu da FEB de Belo Horizonte tem posição de destaque nas ações de preservação e divulgação da

história da FEB no Brasil. Isso trouxe mais credibilidade àquela casa de cultura, que passou a receber novos itens para exposição e arquivo. Dentre esses itens, o Museu da FEB de Belo Horizonte recebeu, e ainda tem recebido, dezenas de cartas trocadas entre os "pracinhas" e suas famílias. São cartas que, apesar da censura a que a maioria foi submetida, expressam o retrato de uma época, de um país e de suas dificuldades, dos laços afetivos e familiares, da religiosidade e do patriotismo latente no coração brasileiro.

A pesquisa "O Serviço Postal da FEB e a Transcrição das cartas da FEB" é uma iniciativa do Museu da FEB de Belo Horizonte e da Universidade de Brasília – Curso de Museologia em parceria com o Museu Correios e compõe o Projeto de Implantação do Museu Virtual da Força Expedicionária Brasileira.

Marcos Moretzsohn Renault Coelho
Presidente da Regional ANVFEB BH
Curador do Museu da FEB de Belo Horizonte

Project to set up the Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum

Ana Lúcia de Abreu Gomes
Silmara Küster de Paula Carvalho

The Museum Studies Course at the Universidade de Brasília began to research the Brazilian Expeditionary Force (BEF) in 2014 at the request of the National BEF Veterans Association (NBEFVA), Federal District chapter. At this time, the NBEFVA stated the need to draw up a Museum Studies Plan to support construction of the Brazilian Expeditionary Force Museum in Brasília. The Museum Studies lecturers observed that, before drawing up such a plan, research would be needed into what would constitute the museum's archives. Following this advice, the National BEF Veterans Association, together with Senator Cristovam Buarque, managed to get Parliamentary amendment 20690010 passed, and research was begun and later Parliamentary amendment 20690002

to continue the same. Research teams were organized, formed of lecturers and students from the Universidade de Brasília and the Universidade de Goiás Museum Studies Courses and the Army Command and General Staff College (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME) and researchers from the BEF Museum in Belo Horizonte.

The first stage of the research consisted of gathering data for setting up a model for a virtual museum, based on Oscar Niemeyer's architectural plans for the planned museum, as this was deemed the best way to meet the Brasília chapter's needs, while discussions for construction of the museum remained unfinalized. Setting up a virtual platform for the Brazilian Expeditionary Force museum would support the technical structure and the research for consolidating the museum honoring them, to be constructed in Brasília.

Various stages of research were outlined to support image and text content, organized in lines that covered surveying and mapping the documents and the archive; producing documents by audiovisual recordings of interviews that had been conducted; digitalizing Oscar Niemeyer's project; setting up a bibliographic repository on the Second World War and inputting data into the virtual platform.

The core themes on BEF presence in the Second World War ranged from historic survey on issues relating to mobilizing personnel, troop preparation, clothing to be used in adverse weather conditions, modernization/adjustments to instruction and training, to oral testimony and surveying the archives.

It is worth noting that the research for the virtual platform covered a range of museum studies procedures such as organizing data, photographing the archives, describing items, state of conservation and preparing image databases, thus requiring the involvement of researches from different specialties.

Thus far, research has been conducted using primary and secondary sources in the Federal District, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte and Campinas. However, to

continue with the research, the territorial range must be widened to cover other cities identified, including São Paulo - SP, Cabo Frio - RJ, Porto Alegre - RS, São Borja - RS, Salvador - BA, Caçapava - SP, São João Del Rei – MG and Fortaleza – CE, so that the results do indeed correspond to the reality of Brazilian territory. Thus, the research is historiographical and iconographic, as it will outline BEF operations and their historical role in Brazilian consciousness and in forming the nation.

In order to do this, it was also deemed necessary to take a more in-depth look at the theory and methodology based on the international and national literature on setting up virtual museums, museum studies and virtuality, organizing catalogues, archives and curating virtual exhibitions.

It should be noted that studying Brazil's participation in the Second World War is the object of some controversy in History. The Brazilian Expeditionary Force (BEF), composed of around 25,000 Brazilians, was formed shortly after Brazil declared war against the Axis Powers (Germany, Italy and Japan) in 1942. At that time, certain challenges had to be overcome for Brazil to enter combat.

The BEF operated in Italy in 1944 and 1945. Although this was a significant period in world history, in Brazil there is little research on this episode. The global projection of the North American's role as the liberators of Europe and the West from the Nazi threat may have helped "overshadow" the BEF contribution to the Allies' eventual victory.

The fact is that this little known universe has recently been the subject of new studies and new possibilities have come to light for understanding this period in history. There are issues, such as military projects in Brazil in the 1950s and 1960s which can be seen under a new light given the greater details of the Brazilian Army that was formed to go to war and reformed on its return. There is also the issue of civil rights, in Brazil and in the US, and the inclusion of blacks on an equal footing in the ranks of the Armed Forces. The history of the BEF itself provides new angles from which to regard this.

Given the enormous archive of correspondence from that period available for research and for public perusal, the initiative by the BEF Museum, Belo Horizonte and the Universidade de Brasília, in partnership with Museu Correios, to research the BEF Postal Service and presenting the transcripts of correspondence between the soldiers and their families forms part of the project to set up a virtual BEF museum, coordinated within the Museum Studies Course at the Universidade de Brasília.

National Brazilian Expeditionary Force Veterans Association - NBEFVA)

Marcos Moretzsohn Renault Coelho

In October 1945, shortly after the return of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) from the battlefields of Europe, the Brazilian Ex-Combatant Association (BEA) was formed. This association covered not only veterans of the war in Italy but also those who defended the Brazilian coastline. Over the years, internal divisions led to a rupture between the two contingents and to the formation of the NBEFVA – the National Brazilian Expeditionary Force Veterans Association (NBEFVA).

The aim of the NBEFVA was to defend the interests of its twenty-five thousand members and their families with regards salaries, pensions and medical and legal assistance, as well as preserving archives concerning Brazil's armed participation in the Second World War. In the various chapters, spread all across the country, there are museums of varying size and importance, struggling against adversity to preserve and disseminate this beautiful chapter in Brazil's history.

As for the BEF Museum in Belo Horizonte, created in the 1950s, it houses a vast collection of material used by Brazilian 'GIs' in the Italian Campaign. Most of this material was donated by the veterans themselves, or their families. A large part of the armaments currently on display was donated by the Brazilian Army. The museum was on the point of

closure, given the lack of incentives for culture or historical preservation. A large part of its collection had been lost to a complete lack of conservation. In 2011, citizens and private enterprise, conscious of their Social Responsibility quotas, became involved in the Museum, promoting a wide-spread reform in its facilities, ventilation in its archives and bringing it into the museum circuit of the Minas Gerais state capital.

The BEF Museum archive includes photographs, text documents, manuscripts and copies, decorations, uniforms, arms, insignia, communication equipment and interviews, as well as other documents and items constituting an endless source of academic research and inspiration. Through the available archive, the BEF Museum in Belo Horizonte has cooperated with the project to set up the BEF Virtual Museum underway by the Universidade de Brasília Museum Studies Course, as well as contributing to producing documentaries and films on several related topics.

Through other, parallel, preservationist initiatives, the BEF Museum in Belo Horiont holds a prominent position in activities for preserving and disseminating the history of the BEF in Brazil. This additional credibility has brought the museum still more items for exhibition and for its archives. Among these items, the BEF Museum in Belo Horizonte has received dozens of letters exchanged between "GIs" and their families. Although most had undergone censorship, these letters give us a portrait of the epoch, of a country and its difficulties, of emotional and family ties and of the latent religiosity and patriotism of the Brazilian heart.

Research on the "BEF Postal Service and Transcription of BEF letters" is an initiative by the BEF Museum, Belo Horizonte and the Universidade de Brasília Museum Studies Course, in partnership with Museu Correios, part of the Brazilian Expeditionary Force Virtual Museum Project.

O serviço postal da Força Expedicionária Brasileira

The Postal Service of the Brazilian Expeditionary

Julio Cezar Fidalgo Zary

Resumo/Abstract

O Serviço Postal da FEB desempenhou um papel muito importante durante a participação brasileira na campanha aliada contra a Alemanha e a República Social Italiana. Tal fato simbolizou o marco inicial da organização de um serviço para atender ao intercâmbio de notícias entre soldados e seus familiares, situados do outro lado do Atlântico. A experiência do Departamento de Correios e Telégrafos foi fundamental para que o êxito fosse obtido. A organização do Serviço Postal iniciou-se em março de 1944, alguns meses antes do embarque do 1° Escalão para a guerra, demonstrando a importância devida dada pelo Exército Brasileiro ao assunto, uma vez que notícias de casa influenciavam positivamente na moral do soldado. No entanto, alguns problemas tiveram que ser solucionados, de forma a se ter um serviço eficiente, tais como o aumento dos efetivos. A partir de julho de 1944, ficou estabelecido que o Serviço Postal seria da seguinte maneira: Correio Coletor Sul, responsável por 90% dos envios do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Correio Coletor Norte, na cidade de Natal, e, por fim, Correio Regulador, a funcionar na Itália. Em agosto de 1944, mesmo mês da chegada do primeiro Escalão na Itália, chegava o primeiro malote de cartas do Brasil para os expedicionários, denotando a eficiência com a qual o Serviço foi cumprido. Além das cartas, o Serviço Postal ficou responsável pela distribuição de telegramas, encomendas e jornais, como o "Globo Expedicionário". Porém, para que o sigilo das operações de guerra fosse mantido, todas as correspondências tiveram que passar pela censura militar, pois esta visava a impedir qualquer transcrição de notícia que fosse prejudicial ao estado moral da tropa ou até mesmo às medidas adotadas para a segurança nacional, o que acabou gerando atraso na entrega e descontentamento inicial dos soldados, sendo logo resolvido com a amenização das regras, a partir de janeiro de 1945. A missão foi bem cumprida pelo Serviço Postal, pois um total de 2.508.087 cartas, sendo 1.372.910 recebidas da Itália e 1.135.197 expedidas, durante toda a guerra, foram transportadas, o que dá uma média de 100,32 cartas por expedicionário, numa campanha que durou menos de 300 dias, ou seja, a cada 3 dias um expedicionário recebia ou escrevia uma carta.

Palavras-chave: Carta, Correspondência, Correios, FEB, Telegrama

The Postal Service of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) played a very important role during the Brazilian participation in the Allied campaign against Germany and the Social Republic of Italy in World War II. This fact symbolized the start of an organization of a service to exchange news between soldiers and their families, situated on the other side of the Atlantic Ocean. The experience of the Postal and Telegraph Department was essential in its success. The organization of the Postal Service began in March 1944, a few months before the 1st Division of the BEF went to the war, demonstrating the importance the Brazilian Army gave the subject, given that news from home positively influenced soldier morale. However, some problems had to be resolved in order to achieve an efficient service, such as increased staffing. From July 1944, it was established that the Postal Service would be as follows: Southern Post Office, responsible for 90% of shipments from Brazil, in the city of Rio de Janeiro; Northern Post Office in Natal, and finally, the Regulator Post Office operational in Italy. In August 1944, the same month the first Echelon arrived in Italy, the first post bag of letters also arrived from Brazil, showing the efficiency with which the service was carried out. Besides letters, the Postal Service was responsible for the distribution of telegrams, parcels and newspapers, such as "Globo Expedicionário". However, to maintain the confidentiality of war operations, all correspondence underwent military censorship, intended to prevent any transcription of news that could be useful to the enemy, which resulted in late delivery and initial soldier discontent, though soon resolved with the relaxing of the rules, as of January 1945. The mission was well served by the Postal Service, transporting a total of 2,508,087 letters, being 1,372,910 received in Italy and 1,135,197 back throughout the war. This gives an average of 100.32 letters per man in a campaign that lasted less than 300 days. Or rather, every 3 days a soldier received or sent a letter.

Keywords: Letter, Correspondence, Post Office, BEF, Telegram

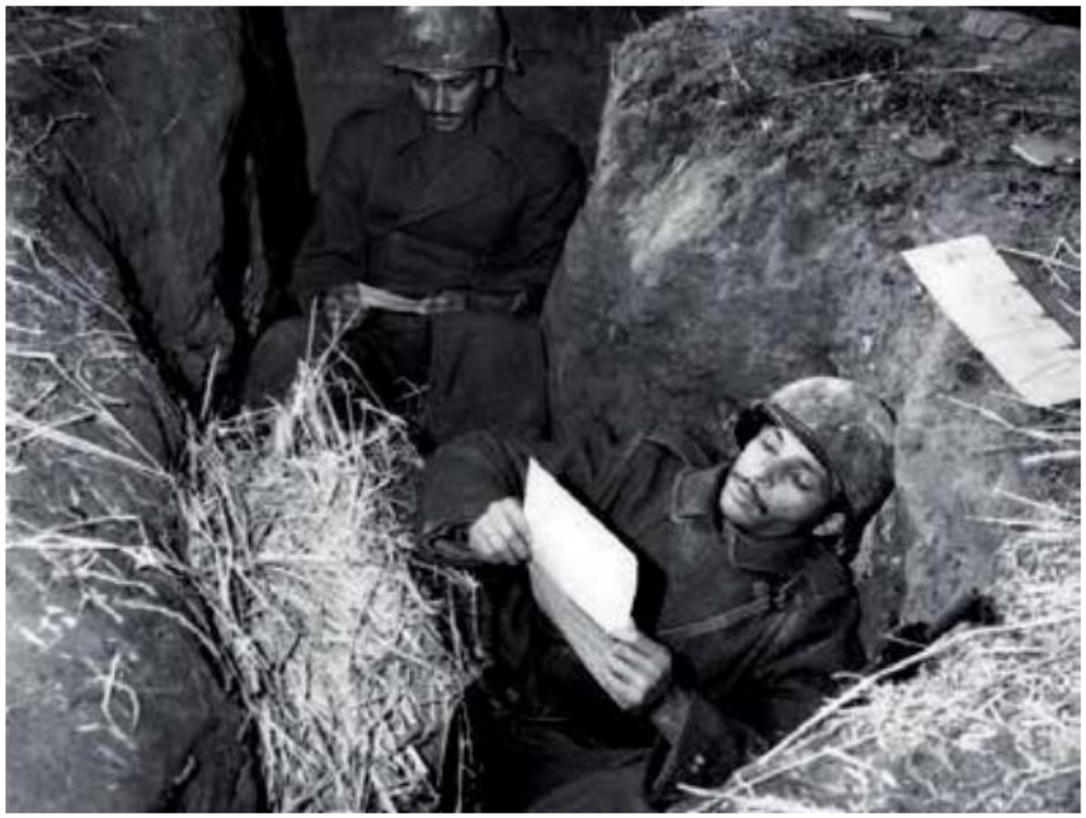


Figura 1 – Soldados brasileiros lendo notícias de casa, de dentro das trincheiras. Minutos de conforto possibilitados graças ao Serviço Postal da FEB.
Fonte: Smithsonian National Postal Museum.

Introdução

O Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira (FEB) desempenhou um papel crucial na maior experiência bélica nacional, durante a Segunda Guerra Mundial. Tal fato foi marcante por ter sido a primeira vez em que o Exército Brasileiro necessitou organizar um serviço para atender exclusivamente ao intercâmbio de notícias entre as tropas expedicionárias na Itália e o território pátrio, separados por mais de nove mil quilômetros de terras e águas.

Diferentemente do serviço postal regular nacional ou internacional, o serviço postal na guerra está inserido em um contexto mais complexo, limitado, sendo tão ou mais importante que os demais serviços logísticos a serem planejados e administrados, pois influencia diretamente no ânimo daqueles soldados que foram representar o País no exterior, sendo decisivo para o sucesso da missão. Os militares enviados ao front de batalha italiano foram ligados às suas famílias e comunidades, no Brasil, pelo sistema postal organizado pela FEB, o qual teve como objetivo entregar pacotes de encomendas,

cartas, cartões postais e telegramas, bem como possibilitar a distribuição de jornais, praticamente desde o início da campanha.

O funcionamento do serviço postal foi bem sucedido graças à expertise secular dos Correios, que em 1931 se denominava Departamento de Correios e Telégrafos (D.C.T.), e que, naquela época, era subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, situado na antiga Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro.

A referida expertise foi adquirida graças à existência, por mais de 100 anos, do serviço da entrega de correspondências em domicílio, iniciado no ano de 1835, ainda durante o Período Regencial, sendo o telégrafo introduzido poucos anos depois, em 1852, no Segundo Reinado. No ano de 1900, já no governo republicano, foi iniciado o serviço de *colis-postaux* (encomendas internacionais), possibilitando, juntamente com os dois serviços supracitados, a instalação da gama de possibilidades a serem utilizadas pelos febianos, familiares e amigos, no âmbito da FEB.

Desenvolvimento

Como foi organizado o Serviço Postal da FEB?

De acordo com os padrões seguidos pelo serviço de correspondências do Exército americano, e por orientação desses, no caso particular da FEB, achou-se necessária a instalação de postos de correios reguladores tanto em Natal (RN) quanto no além-mar, que teriam incumbência sobre as questões relativas ao transporte local, a armazenagem e o transporte aéreo entre Natal e o destino. Ainda, caberia à agência de Natal a regulação dos transportes



Figura 2 – Cartão postal enviado pelo Sargento Paulo Kamel, do 1º Regimento de Infantaria, aos seus irmãos (19/10/1944). Os postais foram muito utilizados pelos expedicionários, durante toda a campanha.
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

aéreos, dentro das possibilidades fixadas pelo comando das bases aéreas americanas, assim como estabelecer as prioridades de transporte. Desta forma, ficariam estabelecidos os laços necessários para ligar o país ao Teatro de Operações.

Para viabilizar o funcionamento das agências, iniciou-se o preenchimento dos quadros de pessoal do Serviço Postal da FEB, a partir do Ofício Reservado n° 365, datado de 31 de março de 1944, assinado pelo General Anor Teixeira dos Santos e endereçado ao Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra, tratando da designação de Oficiais e Praças para o preenchimento dos cargos de pessoal da agência postal.

Como tal solicitação visava, principalmente, ao preenchimento dos cargos por militares alheios ao serviço, o General Anor solicitou, na mesma oportunidade, a participação daquele pessoal em um estágio de, no mínimo, 30 dias de duração, junto ao D.C.T. Tal solicitação foi realizada antes mesmo da edição do Decreto de criação do Serviço Postal da FEB, o que demonstrou a preocupação do Exército em adquirir um mínimo de conhecimento e vivência com a instituição que funcionava exclusivamente para o mesmo tipo de serviço a ser prestado, de forma a existir um serviço postal condizente com as necessidades da guerra.

Ainda de acordo com o conteúdo do Ofício n° 365, convinha que um militar, no posto de Tenente-Coronel da ativa, fosse o Chefe do Correio Regulador, que seria o que funcionaria no além-mar (Itália), enquanto que dois Majores, os que viriam a ser os Chefes dos Correios Coletores Sul (a funcionar no Rio de Janeiro - RJ) e Norte (a funcionar em Natal – RN), poderiam ser da reserva. Como fator de comparação, enquanto o Brasil organizou 3 agências mais uma estação postal, os Estados Unidos, entre 1941 e 1945, aumentaram o número de agências militares de 891 para 4.632, devido à tremenda diferença de efetivos empenhados na contenda.

Para o preenchimento dos claros de pessoal dos dois Correios Coletores, estavam previstos, naquele momento, apenas um Major e um Capitão em cada, o que, obviamente,

deveria ser completado, posteriormente, com mão de obra civil especializada. Em contrapartida, para o Correio Regulador, os quadros já se apresentavam completos, sendo todos preenchidos por militares, pois estavam previstos, além do Tenente-Coronel da ativa, dois Majores da reserva, dois Capitães da reserva, dois 1° Tenentes da reserva, um 1° Tenente da ativa, para que fosse o responsável pelo vale postal (que depois foi dispensado, por esta função ficar a cargo do Banco do Brasil), três 2° Sargentos, cinco 3° Sargentos e quatro Cabos, perfazendo 20 militares, sem a adição de qualquer civil.

Para realizar a mobilização material da agência, uma vez que a de pessoal estava em vias de ser resolvida, no mês seguinte, em 18 de abril de 1944, por meio do Ofício Reservado nº 414, também assinado pelo General Anor e endereçado ao Ministro da Guerra, foi informado pelo Exército àquele Ministério o custo total das despesas para a instalação do Serviço Postal da FEB, tanto no Brasil quanto no além-mar. Os cálculos foram baseados em dados fornecidos pelo próprio D.C.T., e cobriam a implantação dos dois Correios Coletores, bem como do Correio Regulador e, ainda, da estação postal da 1ª DIE, que, a princípio, ficaria em Roma. Os valores registrados foram os seguintes (valores de 1944):

- Material permanente: Cr$ 100.000,00

- Material de expediente: Cr$ 67.000,00

- Pagamento de pessoal civil, a ser contratado para a censura e para o tráfego postal (65 funcionários): Cr$ 47.200,00/mês.

O levantamento do numerário necessário para a instalação, bem como para o funcionamento inicial, das diversas agências, demonstrou que o Exército estava interessado em adquirir os materiais com certa antecedência, tendo em vista a proximidade do embarque da tropa, e de acordo com as

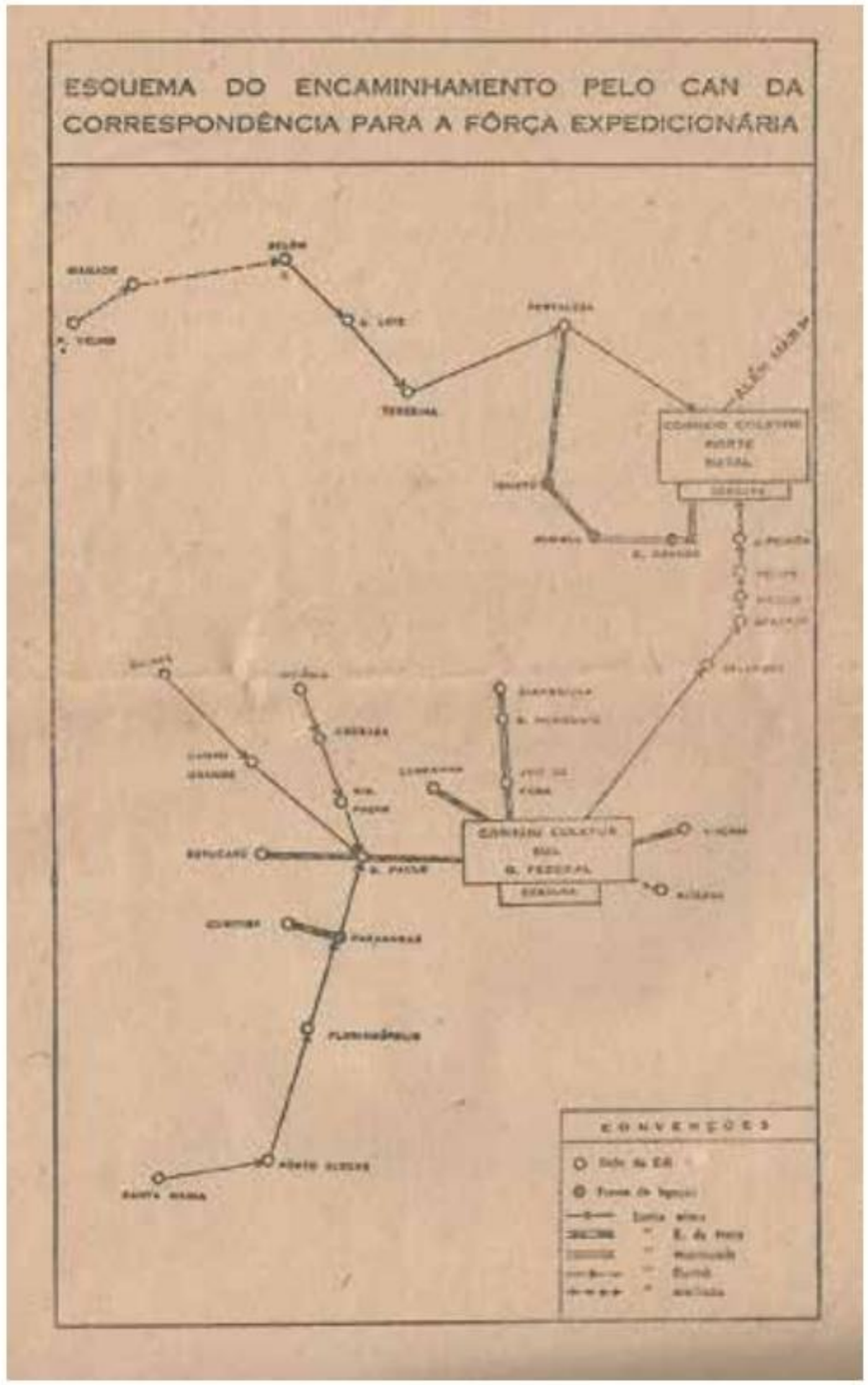


Figura 3 – Fluxo de correspondências, pelo Correio Aéreo Nacional, até a FEB
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 4 – Prédio onde foi instalado o C.C.S.
Fonte: http://www.escoladarcyribeiro.org.br/ecdr/instalacoes/

orientações do D.C.T., demonstrando a seriedade com que o serviço postal estava sendo tratado, desde aquele momento.

Ainda naquele mês, no dia 26, finalmente o Serviço Postal da FEB foi criado, por meio do Decreto-Lei nº 6.438 (transcrito na Circular n° 111, de 8 de julho de 1944, da Diretoria Central do D.C.T.), sendo regulamentado pela Portaria nº 6.413 A, de 28 do mesmo mês. Porém, o Serviço teve suas atividades iniciadas posteriormente, por meio do Aviso nº 1.932, de 19 de julho, praticamente três meses após a criação, sendo que as despesas geradas para o seu funcionamento correriam por conta do Ministério da Guerra, e não do Ministério da Viação e Obras Públicas, o que incluía as despesas geradas desde a instalação.

No mês seguinte, no dia 31 de maio, iniciou-se a adaptação do pessoal para ser empregado na Europa, por meio do Ofício nº 196/S, assinado pelo General Anor, endereçado ao Subdiretor de Intendência do Exército. Por meio daquele documento, foi enviado o pedido para a confecção de uniformes para os Oficiais designados ao Correio Regulador da FEB. Tal fato ocorreu tendo em vista que os uniformes da FEB eram diferentes do restante do Exército Brasileiro, portanto não caberia diferenciação entre o uniforme do pessoal do Correio Regulador e o restante das tropas expedicionárias, pois todos seriam representantes do Brasil na Itália, independentemente se na infantaria, na artilharia ou na agência postal.

Quanto à organização do Serviço no Brasil, a Portaria nº 6.413 A previu a organização imediata do Correio Coletor Sul

(C.C.S.) da FEB na Capital Federal, com sede na rua 1º de março, nº 57 (antigo banco germânico da América do Sul e atual Escola Darcy Ribeiro).

No entanto, antes de ser instalado definitivamente, por um breve período de tempo, entre 12 e 20 de julho, os trabalhos foram iniciados em uma sala do Departamento de Censura Postal do Distrito Federal (apenas com trabalho noturno, para não atrapalhar o andamento do serviço do D.C.T.), também na rua 1º de março, sendo transferido para a sede apenas a partir do dia 20.

O funcionamento do C.C.S., em seu local permanente, foi facilitado pela instalação de um serviço interno de comunicações via fio, realizado pela Companhia Televoz, da cidade de São Paulo, por deferência ao esforço de guerra brasileiro. Outrossim, a instalação da agência naquele local atendeu plenamente às necessidades do público em geral, em face da grande demanda atendida e da facilidade de acesso, no centro do Rio de Janeiro.

Ainda, as instalações da agência ocupavam tanto o andar térreo do edifício (seção de tráfego e atendimento) quanto o 1º andar (chefia, secretaria e censura). Tais instalações atenderam plenamente às necessidades do funcionamento do serviço, apesar de necessitarem de pequenas adaptações, como a colocação de um biombo que separasse o balcão de atendimento ao público dos elementos de tráfego.

Ademais, todo o mobiliário para a organização do C.C.S. foi fornecido pelo D.C.T., o qual não poupou esforços, especialmente na figura de seu Diretor Geral, Tenente-Coronel Lawdry Salles. Além do apoio fornecido, em março de 1944, após a decisão sobre o funcionamento da Agência Postal da FEB, a qual passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra, foi requisitado mais material, de forma a melhorar e ampliar o serviço, bem como o conforto do pessoal.

Naquele momento inicial, o Serviço Postal da FEB, na Capital Federal, ficou a cargo do Major de Artilharia Gilberto da Cruz Messeder, que permaneceu até o dia 15 de janeiro de 1945, sendo substituído, a seu pedido, pelo Major João Wellish Junior, ambos auxiliados

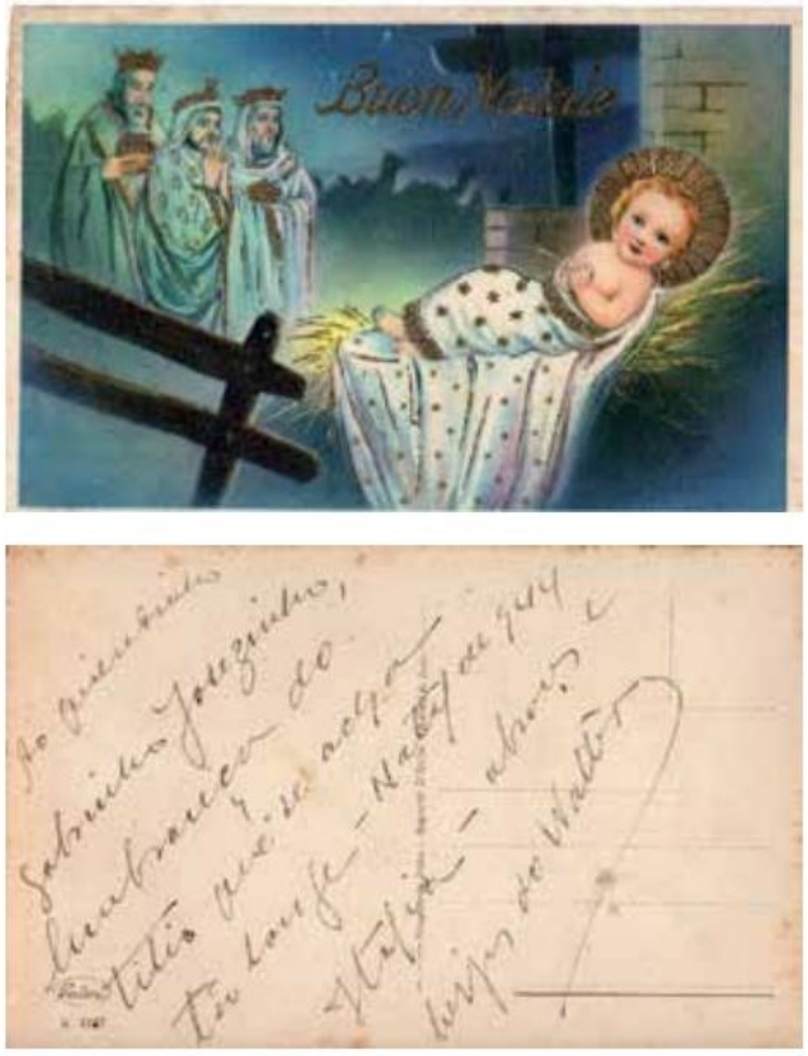


Figura 5 – Cartão de Natal de dezembro de 1944
Fonte: Coleção Carlos Alexandre de Almeida Costa.

pelo Capitão de Infantaria Accacio Fernandes Martins Correa Junior e pelo funcionário do D.C.T. Antônio Toledo Pires, respectivamente Chefe da Censura Postal e Chefe do Tráfego.

Porém, de forma a dar celeridade aos trabalhos que iriam iniciar em breve, houve mobilização, também, do pessoal civil naquela agência, o que ocorreu normalmente nos meses de julho e agosto, tendo sido admitidos funcionários com procedência do próprio D.C.T., em número de sete, sendo os demais contratados. Após um mês de funcionamento foi autorizado o aumento do efetivo, em face do aumento natural da demanda.

O pessoal civil cumpriu normalmente o serviço junto ao Serviço Postal da FEB, no Brasil, até o dia 10 de dezembro de 1944, sendo então substituído por pessoal militar, tendo em vista o determinado pelo Aviso nº 477-426 - Reservado, de 28 de novembro de 1944, assinado pelo então Ministro da Guerra. No entanto, a troca acabou ocorrendo em momento crítico para a FEB e para o funcionamento do sistema postal, pois praticamente coincidiu com a chegada do 4º escalão de embarque na Itália, quando os efetivos brasileiros chegaram à casa dos 20.000 soldados, bem como por tratar-se de véspera das festas natalinas e de Ano Novo, o que certamente traria um aumento descomunal na demanda de correspondências e encomendas.

A preocupação com a chegada do período de Natal e de Ano Novo foi mencionada pelo próprio Diretor do D.C.T., o qual anunciou, por meio do Jornal "Zé Carioca", de 8 de novembro de 1944, que estava sendo organizado um serviço de mensagens para os expedicionários brasileiros, bem como a remessa de presentes, o que complementou o serviço postal já fornecido pela FEB.

Desta forma, a substituição em pauta, aliada à falta de experiência do pessoal recém-ingressado, resultou em um atraso nas expedições na ordem de 15 dias,

restando, para janeiro de 1945, a quantia de 46.357 cartas ainda a censurar e remeter, como saldo do período anterior. Como a média de entrada de cartas por dia era de 5.000, e a censura nova tinha uma produção diária de cerca de apenas 2.000, a nova Chefia teve que adotar medidas drásticas para a normalização da situação, o que incluiu o auxílio do pessoal civil de censura do próprio D.C.T.

Ainda, a despeito da utilização de funcionários dos Correios, as regras que tornavam o trabalho moroso tiveram que ser abolidas, tais como o corte desnecessário das cartas. Assim, em 31 de janeiro de 1945, o saldo devedor decresceu para apenas 3.595 cartas, com o aumento da média diária para 5.940 cartas censuradas, contra as 4.590 entradas, o que reduziu o tempo de permanência das cartas na repartição de censura para apenas 12 horas, contra os 15 dias percebidos anteriormente.

No início de 1945, com a média de 12 horas de permanência das correspondências na censura do Rio de Janeiro, as cartas eram enviadas ao Correio Coletor Norte em um trânsito que durava aproximadamente três dias e 11 horas, e de lá eram finalmente enviadas ao Correio Regulador, com mais dez dias de translado, totalizando 14 dias entre a postagem no Rio de Janeiro e a chegada na Itália, em média. O Correio Aéreo Nacional e os Correios dos Estados Unidos da América prestaram valioso serviço ao correio postal da FEB, no sentido de melhorar e agilizar o processo sobredito como um todo.

A situação acima estava um pouco melhor em relação a outubro de 1944, pois o Ofício Confidencial n° 11, do dia 10 daquele mês,



Figura 6 – Prédio onde foi instalado o C.C.N., em Natal - RN
Fonte: potiguarte.blogspot.com, adaptado pelo autor.





Figura 7 - Momento de felicidade dos expedicionários da artilharia do 1º Escalão, ao receberem as cartas no *front*, foto tirada em Villa Caprote, em setembro de 1944.
Foto: Robert G. Edwards 19 sept 1944 EFB-5/MM-44-3598 fifth army, villa caprote área, Italy
Fonte: Coleção J.C.F. Zary

Figura 8 - Prédio onde foi instalado o Correio Regulador
Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

assinado pelo Chefe do C.C.S. e endereçado ao Diretor Geral do D.C.T., informava que os malotes saídos do Rio de Janeiro demoravam de 4 a 7 dias para chegar a Natal – C.C.N.

Uma das soluções apontadas como ideal para a diminuição ainda maior do tempo de percurso da entrega era a opção de se ter aviões da Força Aérea Brasileira à disposição do Serviço Postal da FEB, com voos diretos de Natal para a Europa. Porém, os aviões estavam sendo utilizados, prioritariamente, para a defesa do vasto litoral brasileiro contra os submarinos alemães, os quais ainda navegavam pelas águas do Atlântico Sul, na campanha da *Kriegsmarine* de guerra irrestrita contra navios mercantes e de guerra aliados.

Quanto à organização do Serviço Postal da FEB no Norte e Nordeste do País, a agência do C.C.N. foi instalada no1º andar do então recém-inaugurado edifício Bila, na cidade de Natal – RN, situado no endereço da Avenida Duque de Caxias, bairro Ribeira. O aluguel do referido imóvel ocorreu a partir de 1º de junho de 1944, portanto, antes mesmo da instalação do Correio Coletor Sul, ao valor de Cr$ 3.000/mês.

O Exército americano sugeriu, em documento anterior ao Ofício nº 365, datado de março de 1944, que a agência de Natal, para seu funcionamento, fosse composta por alguns militares que falassem inglês, de modo a facilitar o entendimento com as bases aéreas americanas, as quais ficariam responsáveis pelo transporte aéreo até a Itália. Entre os cargos estariam o do próprio regulador (Capitão), bem como um Tenente e um

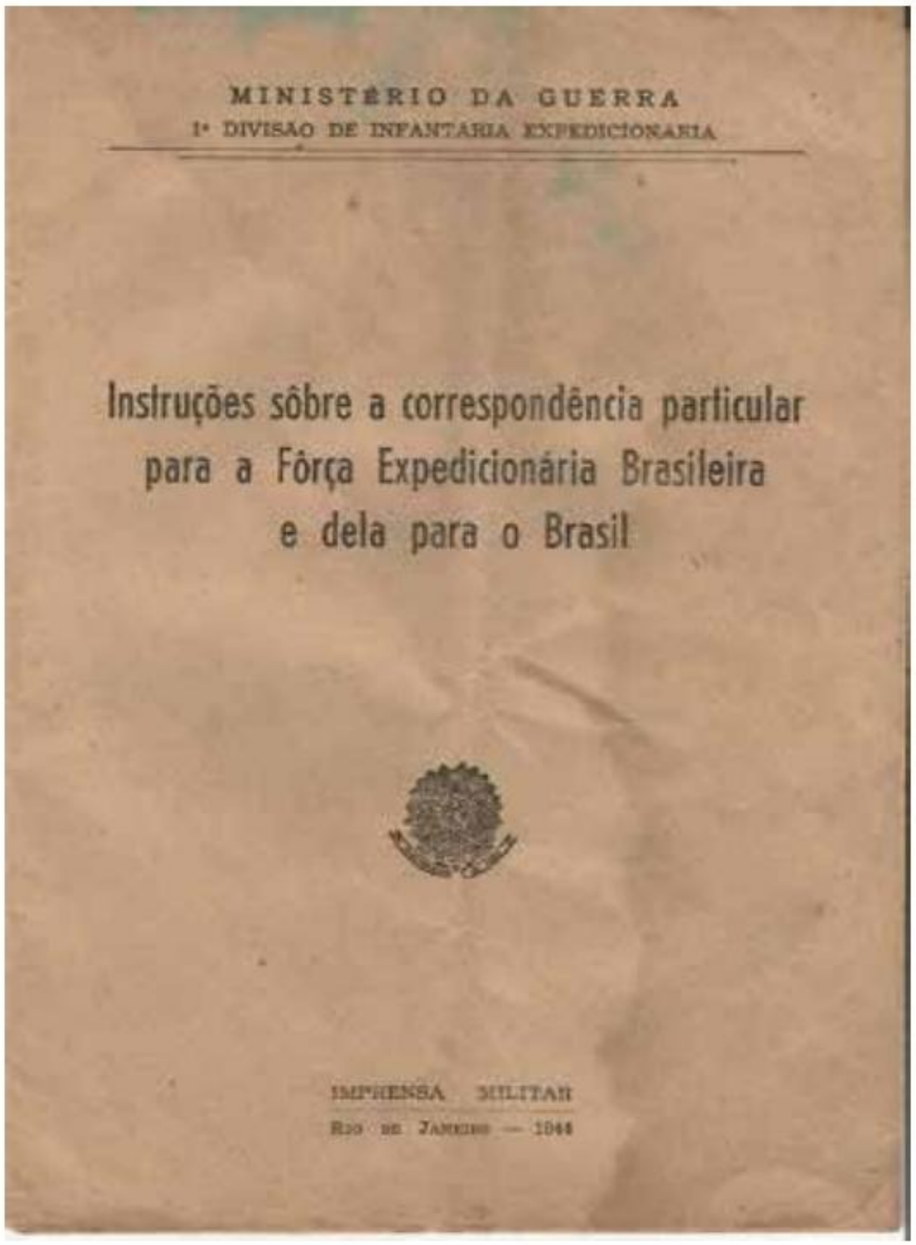
Sargento. Os demais, que seriam mais um Sargento, um datilógrafo e um motorista, não precisavam ser fluentes no idioma estrangeiro. Pelo conteúdo do referido Ofício, a sugestão dos americanos não foi completamente atendida.

Os arquivos do Correio Coletor Norte não foram localizados no Arquivo Histórico do Exército, sendo os demais dados apresentados, sobre esta Agência específica, apenas os que foram coletados junto aos relatórios do Correio Regulador, bem como o Relatório Final do Serviço Postal da FEB.

Na Itália, o Correio Regulador foi inaugurado às 14 horas do dia 21 de julho de 1944, no edifício da Escola Conde Ciano, na Staging Area number 1, do United States Army, em Bagnoli, cidade de Nápoles, ocupando duas grandes salas. Apenas dois dias após, às 16 horas, as duas primeiras malas de correspondências já foram enviadas ao Brasil, contendo 4.745 cartas, de acordo com o Relatório do Correio Regulador (1945), bem como o Relatório do Correio Regulador Brasileiro nº 1 (s/d).

Uma semana depois, no dia 27, o Correio Regulador foi deslocado para Piombino, ainda em Nápoles, onde recebeu o primeiro malote de cartas do Brasil no dia 7 de agosto. No dia 2 de outubro, o Correio Regulador foi deslocado novamente, naquela ocasião para a localidade de Livorno. Apesar do trâmite das cartas já estar estabelecido normalmente, as encomendas só passaram a ser enviadas para o Brasil após entendimentos com os Correios Americanos, e somente pela via marítima, sendo o primeiro malote enviado em 17 de novembro, ou seja, praticamente três meses após o início do envio das correspondências.

Até o último dia de dezembro de 1944 foram expedidas 121 malas de correspondências do Correio Regulador para o Brasil. Naquele momento, o Correio Regulador ocupava o prédio da Via Regina Margherita, nº 53 A, em Livorno (Figura 3), ao passo que uma segunda estação postal foi colocada junto ao Depósito de Pessoal, em Stáffoli.


MINISTÉRIO DA GUERRA
1ª DIVISÃO DE INFANTARIA EXPEDICIONARIA

Instruções sôbre a correspondência particular para a Fôrça Expedicionária Brasileira e dela para o Brasil

IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1944

Figura 9 - Instruções sobre correspondências da FEB
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

As Cartas

Antes mesmo do embarque da tropa para a Europa, o Exército Brasileiro providenciou a difusão de algumas informações sobre como viria a ser o funcionamento do serviço postal. Tal ocorrência visava não só aos expedicionários, mas as suas famílias e amigos também. Tal fato foi evidenciado por meio do Oficio Reservado nº 574, de 10 de junho de 1944, assinado pelo General Anor e endereçado ao Ministro da Guerra.

O teor do documento referia-se ao pedido da difusão, a todos os expedicionários, das instruções sobre a correspondência da FEB, no caso de as mesmas serem aprovadas. No entanto, a difusão das informações não ocorreu devidamente, ou não foi repassada pelos expedicionários aos familiares, o que acarretou problemas no funcionamento dos correios pela falta de padronização no preenchimento dos envelopes.

Algumas das determinações constantes nas Instruções acima foram as seguintes: o papel e o envelope deveriam ser iguais aos usados na correspondência aérea normal adotada no Brasil, tendo um peso máximo de cinco gramas por carta. No endereço do destinatário deveriam constar apenas o nome, o posto e o código indicativo de unidade na FEB, divulgado na mesma norma, como pode ser observado na Figura 10. No verso, obrigatoriamente deveriam constar o nome e o endereço do remetente.

No entanto, a não propagação adequada dessas informações aos familiares acarretou uma expressiva perda de tempo para a separação das cartas, pois grande parte delas não atendia aos requisitos já mencionados. Para iniciar aquele serviço, 30 enfermeiras, voluntárias,

da Cruz Vermelha Brasileira, realizaram a triagem das cartas, sendo substituídas por funcionários do D.C.T. até 12 de dezembro de 1944, quando foram finalmente substituídos por militares.

A partir da recepção, a carta era repassada à censura, censurada, reembalada, numerada e empacotada para envio pelo CAN, todas as segundas, quartas e sextas-feiras. No caminho inverso, assim que as cartas chegavam ao Brasil eram encaminhadas à 4ª Seção do D.C.T.

Ainda, dificultando mais o serviço, a organização mista do Correio Coletor Sul, prevista na Portaria 6.412-17, não possibilitou as condições ideais de efetivos na Agência, pois abarcava exatamente a mesma do Correio Coletor Norte, com o agravante de atender a uma parte do território nacional que concentrava ¾ de toda a população brasileira, bem como concentrava todas as encomendas a serem enviadas para a Itália. A referida disparidade do serviço/efetivo pôde ser observada pela quantidade de cartas emitidas pelo C.C.N., 11.694 cartas, contra a quantia de 248.733 do C.C.S., que equivale a um movimento de cerca de 10 vezes maior no C.C.S., durante o mesmo espaço de tempo.

Além disso, para agravar o problema, o pessoal do D.C.T. não foi bem aproveitado, sendo, inicialmente, apenas 7 deles, e somente um desses trabalhando no serviço para o qual foi originalmente destinado. Teria sido mais interessante dotar as 3 agências com pessoal especializado do D.C.T., de maneira a formar um mecanismo de serviço comum, fixando-se métodos de trabalho para o tráfego postal e para a censura.



Figura 10 – Correspondência endereçada a um Oficial da FEB, distribuída pela Estação Postal nº 4
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 11 – Correspondência endereçada a um familiar no Brasil, distribuída pelo C.C.S., emitida pela Estação Postal em 5 de dezembro de 1944
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 12 – Correspondência endereçada à Enfermeira Aracy Sampaio, na Itália, enviada por meio do C.C.N., emitida pela Estação Postal em 12 de março de 1945
Fonte: Socorro Sampaio M. Barros.

No entanto, a despeito do efetivo reduzido, o esforço geral dos trabalhadores podia ser traduzido pela incerteza da hora de saída do expediente, consubstanciada pelo serviço em dia, impreterivelmente. Em 19 de setembro de 1944, em face da dificuldade de circular documentos entre a Agência do Rio de Janeiro e os órgãos externos, foi classificado pessoal para compor a Secretaria e a Ajudância, as quais não existiam anteriormente, pois havia apenas as Seções de Tráfego e a de Censura.

De forma a aumentar a capacidade de demanda, a partir de 8 de janeiro de 1945 foi organizado o serviço de permanência ao Correio Coletor do Rio, o qual tinha a incumbência de receber quaisquer malas vindas do além-mar e entregues pelo Ministério da Aeronáutica, bem como o atendimento ao público, em horários fora do expediente. Até então, os horários eram os seguintes: Seção de Tráfego: 8 às 12 e 14 às 19 horas; Censura: 12 às 19 horas, podendo ser estendido até encerrar o programado para o dia. Apesar disso, no livro de ponto da Seção, o horário de trabalho, inicialmente, foi realizado entre as 19 e as 22 horas, em média. Aos sábados, o horário era das 8 às 12 horas, para todas as seções.

O funcionamento estendido das agências, aliado ao denodo demonstrado pelo pessoal do Exército e, ainda, ao apoio irrestrito do D.C.T., possibilitou que trafegasse um total de 2.508.087 cartas, sendo recebidas 1.372.910 da Itália e sendo 1.135.197 expedidas, durante toda a guerra.

A partir de julho, o movimento decresceu, pelo término das operações. No entanto, surgiu uma nova demanda, pela existência



Figura 13 – 2º Sargento do Grupo de Artilharia 105 mm do 1° Escalão da FEB lendo sua recém-recebida carta do Brasil (19/09/1944). É de se notar as feições de felicidade ao se ter notícias de familiares.
Foto: Robert G. Edwards 19 sept 1944 EFB-5/MM-44-3598 fifth army, villa caprote área, Italy.
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

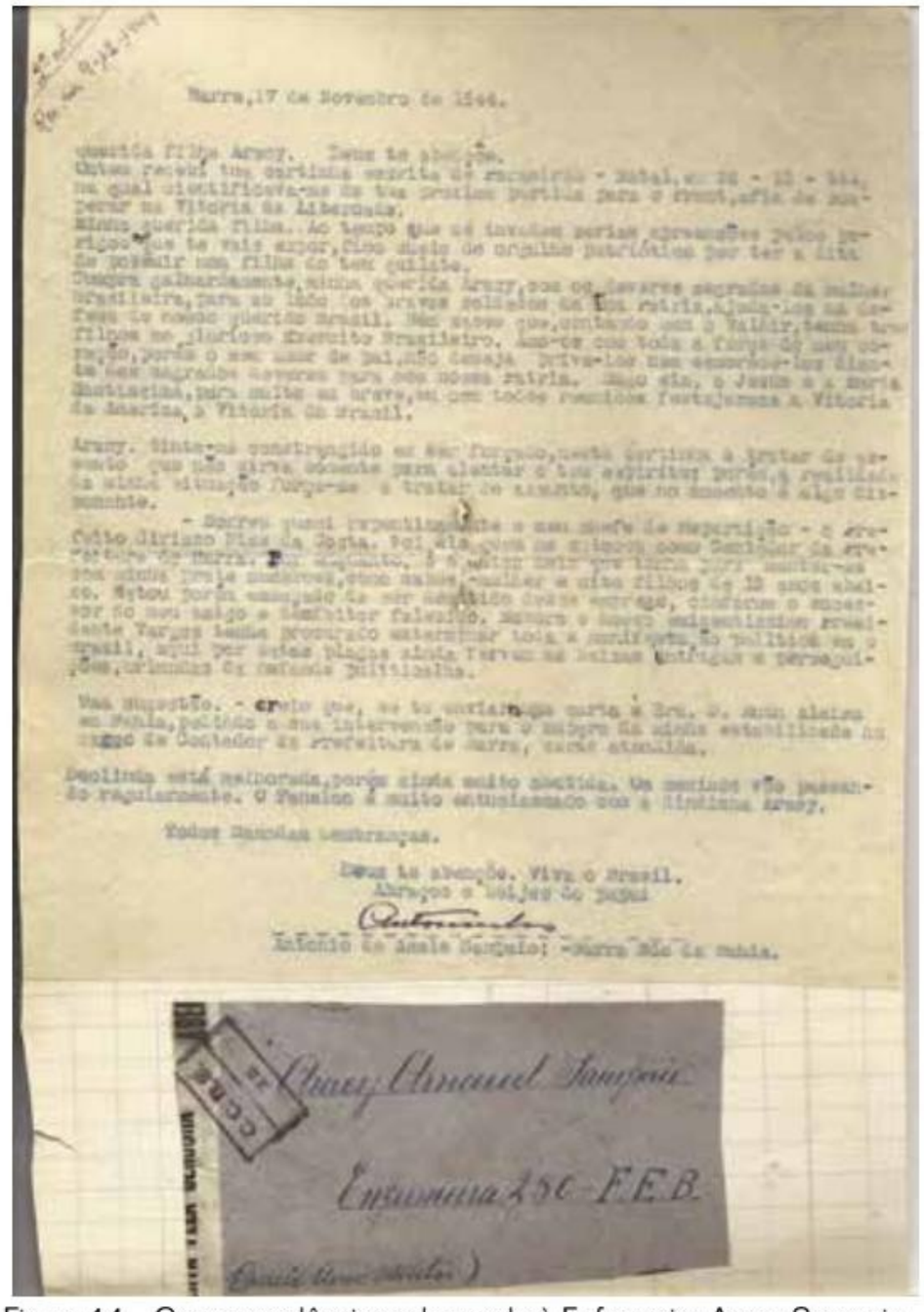


Figura 14 – Correspondência endereçada à Enfermeira Aracy Sampaio, emitida em 17 de novembro de 1944
Fonte: Socorro Sampaio M. Barros.

de correspondências que não encontraram o destinatário no além-mar terem que retornar para o Brasil. Em 12 de setembro de 1945, de acordo com a ordem contida na Portaria nº 2.411, de 8 do mesmo mês, foi extinta a censura postal militar, redundando no encerramento das atividades daquela seção e na incineração de 437 cartas que não tinham sido enviadas, por terem conteúdo condenado pela censura.

De setembro a dezembro de 1945, o C.C.S. esteve envolvido na restituição de cerca de 65.000 cartas e de 2.521 encomendas, fazendo-as chegar às mãos dos destinatários, naquele momento já no Brasil, ou dos próprios remetentes. Para a devolução das cartas houve certa dificuldade, tendo em vista a precariedade dos endereços dos expedicionários, bem como pela maior parte deles já ter sido desligada do Exército. Porém, diversos meios de comunicação foram, também, utilizados para avisar aos interessados sobre as suas encomendas.

Em outubro de 1945, por ordem verbal do Chefe do Estado-Maior da 1ª D.I.E., o C.C.S. passaria a assimilar toda a carga do Correio Regulador da Itália, devendo colher seu acervo e arquivo, de acordo com Boletim Interno nº 284, de 14 de dezembro de 1945.

Ainda, o Aviso nº 2.682, de 28 de setembro de 1945, determinou a extinção do C.C.N., bem como a transferência de seu acervo para o C.C.S. Porém, a transferência não deve ter sido realizada, ignorando-se, até o presente momento, o paradeiro desse acervo, tendo em vista não existirem documentos do mesmo no Arquivo do Exército.

Na figura 14 pode-se ver um belo modelo de correspondência, inclusive com referência à Base Aérea de Parnamirim, em Natal – RN, e a ida de febianos para a guerra. Trata-se de carta escrita por um pai

à filha enfermeira da FEB, uma das dezenas de voluntárias que realizaram o Curso da Cruz Vermelha para trabalhar nos Hospitais de Campanha aliados, na Itália.

A Censura Postal

Para que o sigilo das operações fosse mantido, durante a guerra todas as correspondências tiveram que passar pela censura, pois esta visava a impedir qualquer transcrição de notícia que fosse prejudicial ao estado moral da tropa ou até mesmo às medidas adotadas para a segurança nacional, bem como às operações da FEB em curso.

Para isto, foram baixadas as Instruções sobre a censura a ser aplicada pelo Serviço Postal da FEB, em 14 de julho de 1944. Naquele documento, estava expresso que seriam cancelados todos os dados que contrariassem o disposto no Art. 8º, da seção V, das seções de censura da correspondência internacional, datadas de 8 de dezembro de 1942, e em vigor no D.C.T. Ou seja, já estava em vigor enquanto as cartas eram enviadas para o além-mar pela empresa civil, tendo em vista o Brasil ser um país beligerante desde agosto de 1942, apesar de não ter tropa na guerra, naquele momento.

Os dados que seriam censurados eram os que tivessem conteúdos referentes a:

- tropas do país e de outras nações aliadas;
- navios e informações sobre navegação;
- operações militares;
- aeronáutica;
- fortificações e defesa da costa;
- produção do país;
- condições meteorológicas.

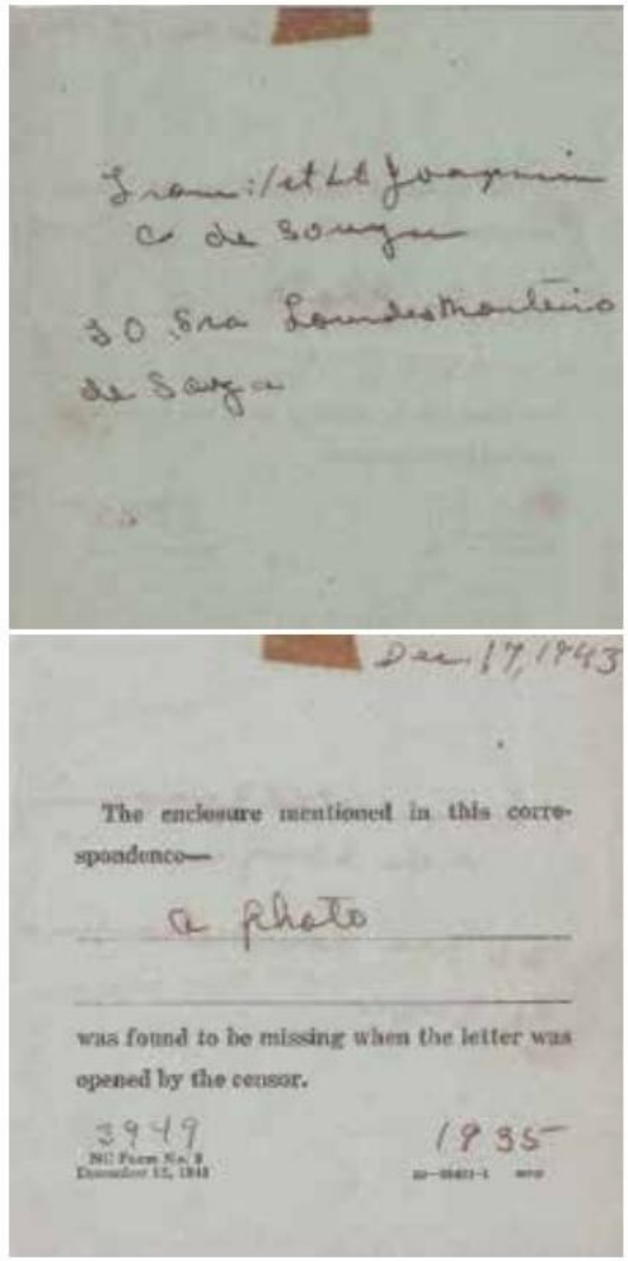
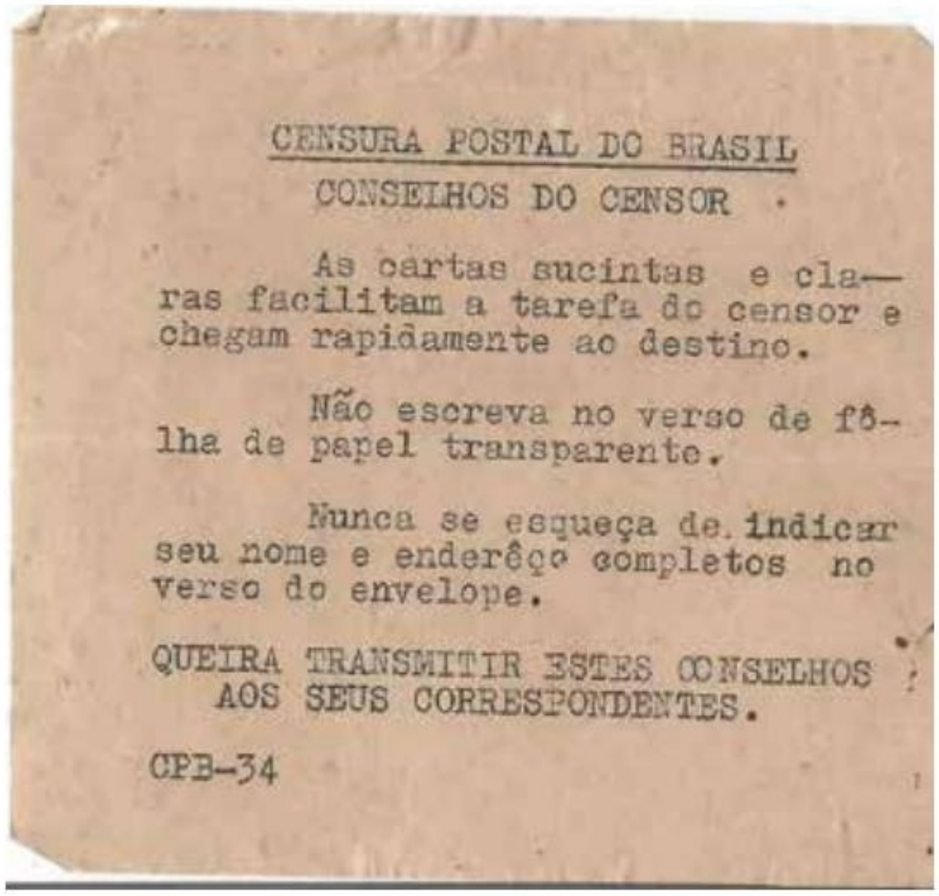


Figura 15 – A censura na vida dos militares brasileiros que foram cursar no Exército americano (17/12/1943). Conteúdo da carta era uma foto do 1° Tenente Joaquim C. de Souza à Sra. Lourdes Monteiro de Souza, perdida antes da abertura pela censura
Fonte: Coleção M. S. Cidade.



CENSURA POSTAL DO BRASIL

CONSELHOS DO CENSOR .

As cartas sucintas e claras facilitam a tarefa do censor e chegam rapidamente ao destino.

Não escreva no verso de fôlha de papel transparente.

Nunca se esqueça de indicar seu nome e endereço completos no verso do envelope.

QUEIRA TRANSMITIR ESTES CONSELHOS AOS SEUS CORRESPONDENTES.

CPB-34

Figura 16 – Aviso da Censura Postal do Brasil para que os expedicionários transmitissem as regras da censura. Bilhete anexado a algumas cartas enviadas ao Brasil
Fonte: Coleção M. S. Cidade.



Figura 17 – Carta com carimbo ABERTO PELA CENSURA (02/12/1944). Notam-se carimbos do Censor nº 15 (C.R.B. 1 – 15), em ambos os lados do envelope
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

Para que pudessem realizar o serviço corretamente, e de acordo com as Instruções de Censura da Correspondência, todos os censores, sendo inicialmente os civis, e depois de 12 de dezembro de 1944 os militares, passaram pela Escola de Censores da Censura Postal Brasileira, de forma a padronizar procedimentos, conforme os métodos utilizados pela censura postal aliada.

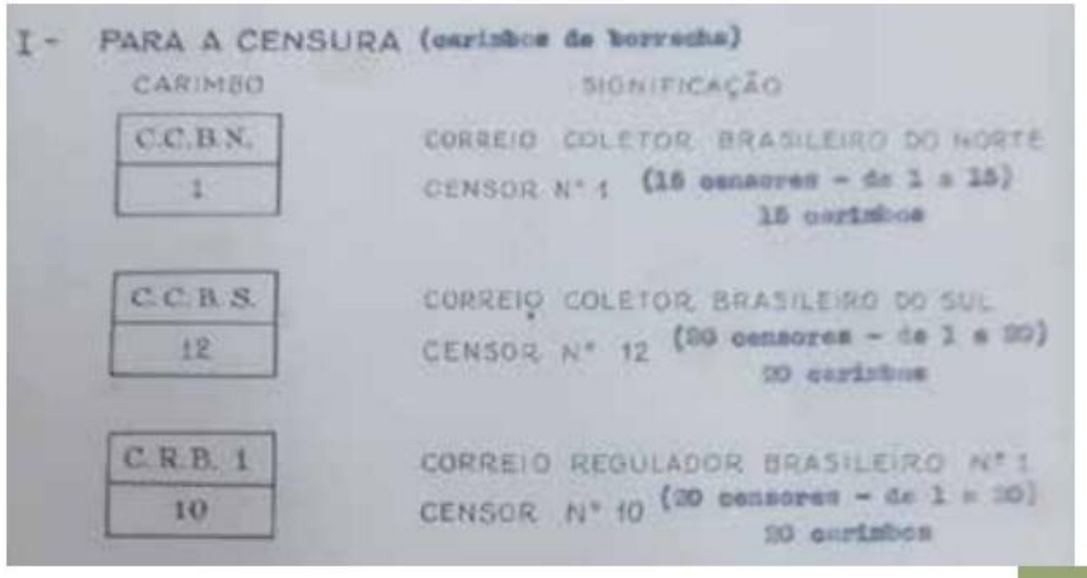
A censura foi realizada, inicialmente, por meio de recorte no papel das partes censuradas. Obviamente, não tardaram a iniciar as reclamações dos recortes feitos, pois deixavam as cartas, na maior parte das vezes, sem sentido ou, pior, com sentido oposto ao desejado e nada semelhante à informação original. Então, as cartas, que deveriam servir para acalmar os ânimos, por vezes acabavam tendo o efeito contrário.

O que acabou acirrando ainda mais os ânimos dos febianos e familiares foi a total desinformação quanto ao procedimento de censura ao público, que deveria ser parte do escopo da preparação geral da população brasileira para a guerra, pois a censura tinha a finalidade precípua de manter a segurança nacional.

Os excessos observados na censura foram minimizados somente a partir de janeiro de 1945, o que amenizou a situação. Para realizar o trabalho, os censores eram em número de



Figura 18 – Postal com carimbo da censura aplicado erroneamente, sendo este o utilizado apenas para envelopes. O correto deveria ser o menor, apenas com a inscrição CENSURA F.E.B. e o numeral. Enviado pelo 1° Tenente Edgard Rocha em 1° de janeiro de 1945. Fonte: Coleção M.S. Cidade


I - PARA A CENSURA (carimbos de borracha)

CARIMBO	SIGNIFICAÇÃO
C.C.B.N. 1	CORREIO COLETOR BRASILEIRO DO NORTE CENSOR N° 1 (15 censores - de 1 a 15) 15 carimbos
C.C.B.S. 12	CORREIO COLETOR BRASILEIRO DO SUL CENSOR N° 12 (20 censores - de 1 a 20) 20 carimbos
C.R.B. 1 10	CORREIO REGULADOR BRASILEIRO N° 1 CENSOR N° 10 (20 censores - de 1 a 20) 20 carimbos

Figura 19 – Carimbos dos censores e sua identificação
Fonte: Ofício Reservado nº 427, de 22 de abril de 1944 – Anexo nº 2. Arquivo Histórico do Exército.



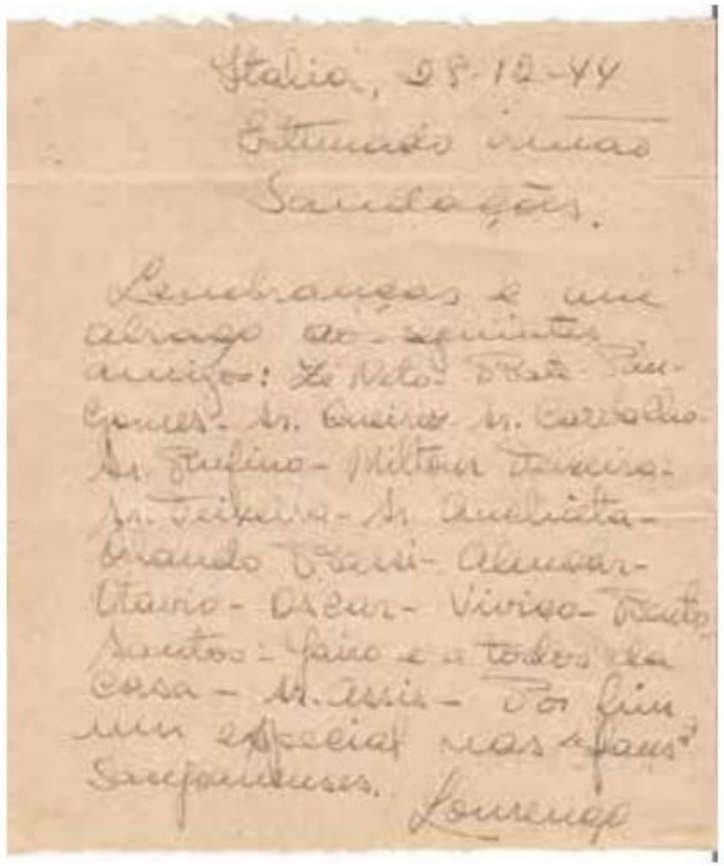


Figura 20 – Uma correspondência proporcionada pela Legião Brasileira de Assistência, datada de 28 de dezembro de 1944, que aparentemente não passou pela censura, por isso a ausência de qualquer carimbo
Fonte: Coleção M. S. Cidade.



Figura 21– Capitão Márcio Frederico Stoky, um dos censores do Correio Regulador Brasileiro
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

45, divididos em 3 equipes, as quais receberam a denominação de A, B e C, sendo a C responsável pela censura dos praças. No entanto, as cartas e encomendas oficiais e as endereçadas ou enviadas por Generais não passavam pela censura.

A composição da Seção de Censura do Serviço Postal da FEB pode ser definida por três fases distintas, a saber:

- Civil militar – julho a 1º de dezembro de 1944;
- Militar – 10 de dezembro de 1944 a 12 de setembro de 1945;

- Civil – vários momentos de crise, por aumento excessivo da demanda.

Há de se destacar que houve a tradução de, pelo menos, 1000 cartas escritas em italiano, francês, tcheco, polaco, russo, e até guarani. As cartas eram traduzidas e também passavam pela censura.

Para serem analisadas, as correspondências eram carimbadas, abertas pela parte lateral, lidas, censuradas, se fosse o caso, e fechadas de novo, com uma etiqueta "aberta pela censura", onde ia o carimbo do censor, indicando quem executou o serviço por meio de um número, conforme figura já mostrada.

Somente no ano de 1944 deram entrada 295.270 cartas apenas no C.C.S., sendo censurada a grande maioria delas, aproximadamente 83,61%, ou 246.869 cartas. Em 1945, das 879.185 cartas, apenas 0,008% foram isentas da censura, ou 7.279 cartas.

Quanto às encomendas, o grande problema para a censura foi a necessidade de enviar, por via marítima, juntamente com o 4º escalão, as encomendas de Natal e Ano Novo, com um aumento de demanda considerável, aliado ao fato de a equipe censora ter acabado de ser trocada, sendo inexperiente. A impossibilidade de enviar encomendas por via aérea atrapalhou a organização efetiva daquele serviço.


LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO
Departamento de Pronto-Socorro dos Convocados Civis e Militares

1ª Via
Recibo n.º
Data:

ENCOMENDAS DESTINADAS A CONVOCADOS

Recebi da família do convocado: Maria Bernardes
Residente à: R. Belo Horizonte 249 Bairro:
2 vol. CARTA VOLUME contendo: bolachas, doces de leite, café, 1 par de meias
Destinado ao convocado: Nelson Bernardes Unidade: 309
Local: F.E.B. Estado:
São Paulo, 20 de 11 de 1944
Esther F. Pereira
A. RESPONSÁVEL

Figura 22 – Lista de encomendas enviadas pela Sra. Maria Bernardes, por meio da L.B.A., ao expedicionário Nelson Bernardes
Fonte - Coleção M. S. Cidade.

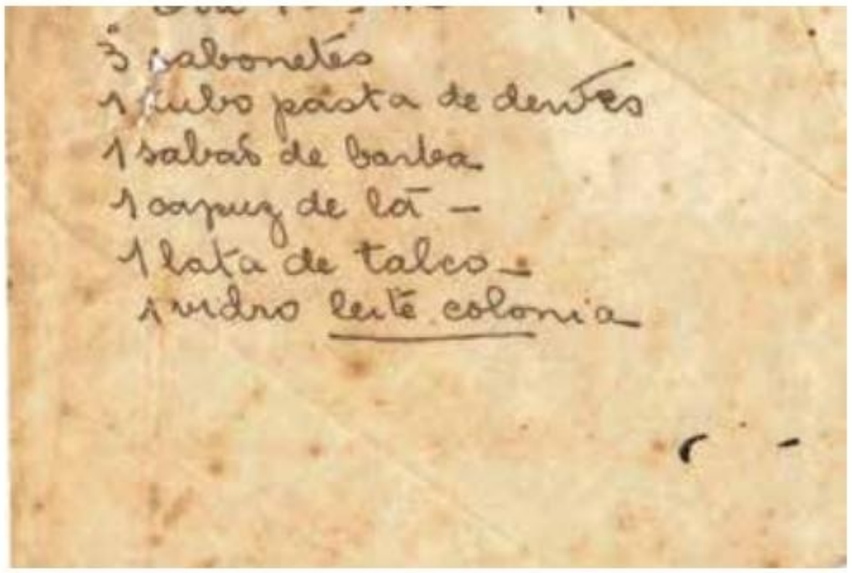
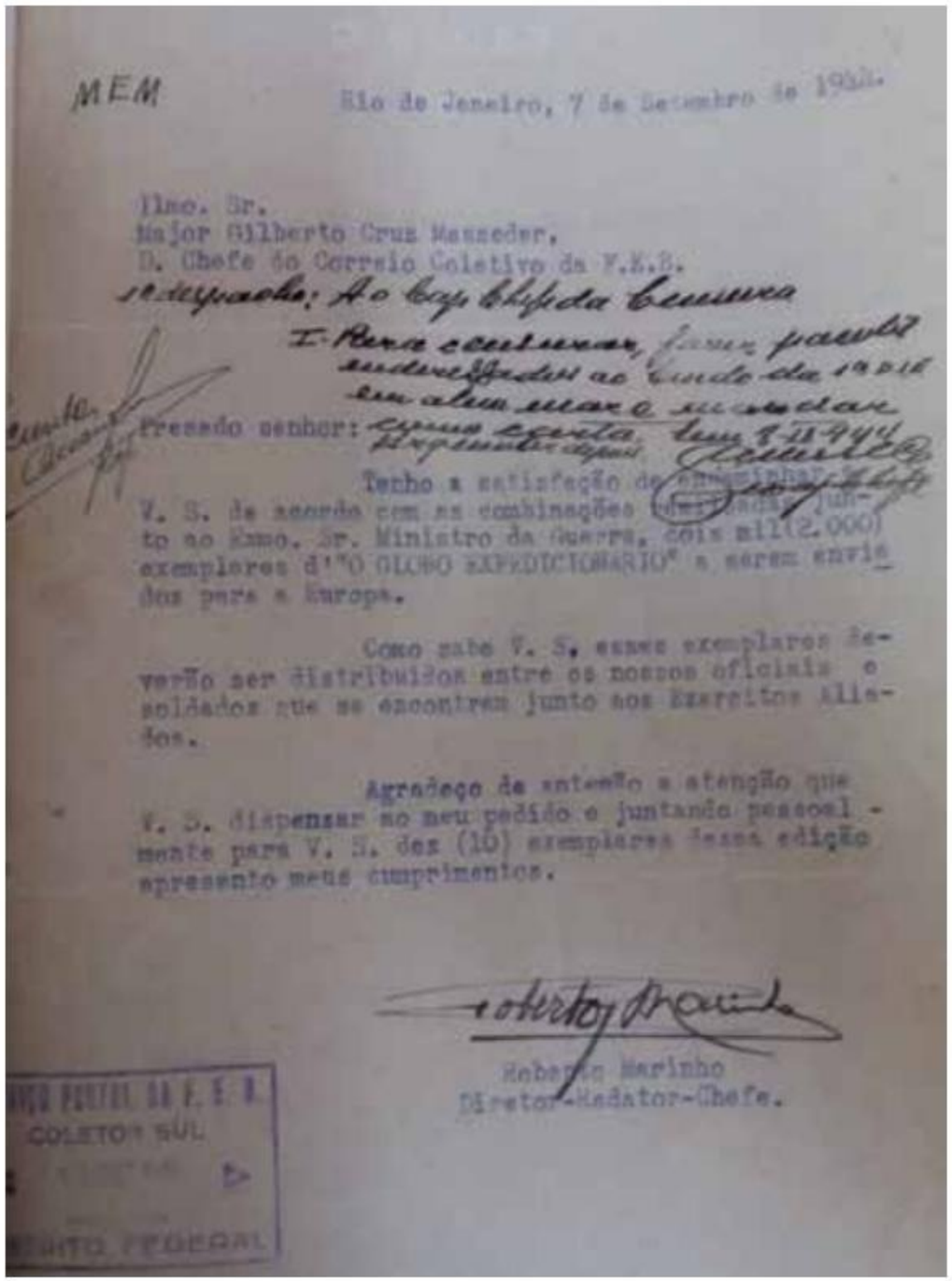


Figura 23 – Lista de encomendas enviadas por uma família carioca ao seu familiar expedicionário, através do sistema postal da FEB
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 24 – Soldados brasileiros do 1º Escalão da FEB e "O Globo Expedicionário"
Fonte: http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/reportagens/o-flagelo-da-guerra-9233923


MEM

Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1944.

Ilmo. Sr.
Major Gilberto Cruz Nazareth,
D. Chefe do Correio Coletivo da F.E.B.

Tenho a satisfação de encaminhar a V. S. de acordo com as combinações [illegible] junto ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, dois mil (2.000) exemplares d'"O GLOBO EXPEDICIONARIO" a serem enviados para a Europa.

Como sabe V. S. esses exemplares deverão ser distribuidos entre os nossos oficiais e soldados que se encontrem junto aos Exercitos Aliados.

Agradeço de antemão a atenção que V. S. dispensar ao meu pedido e juntando pessoalmente para V. S. dez (10) exemplares desta edição apresento meus cumprimentos.

Roberto Marinho
Diretor-Redator-Chefe.

Figura 25 – Termo de doação de 2.000 exemplares de "O Globo Expedicionário", assinado por Roberto Marinho, Diretor-Redator Chefe
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

As encomendas

Para o envio de encomendas, ficou estabelecido que não deveriam ter peso maior que 1 quilo, sendo o invólucro padronizado como uma caixeta de madeira, de medidas 30x15x5 cm, tendo em vista que, originalmente, seria transporte realizado pela via aérea, conforme acordo com os norte-americanos, o que não veio a ocorrer por insuficiência de meios. A não ocorrência daquele transporte acabou flexibilizando e permitindo o aumento do tamanho e peso das encomendas, desde que não excessivamente, o que acabou facilitando a vida de todos os envolvidos no processo.

Depois de entregues pelos familiares na agência do Rio de Janeiro, as encomendas eram levadas para o cais do porto, por meio de caminhões do D.C.T., sendo descarregadas no Armazém 10, pelo pessoal da Seção de Tráfego, o que forçava em demasia o pessoal daquela Seção. Em contrapartida, as vindas da Itália passavam invariavelmente por Nova Iorque (Estados Unidos), o que elevava o tempo de remessa de 15 dias para até três meses, em média.

Entre as encomendas, houve uma especialmente interessante para os febianos, por se tratar de 38.000 exemplares do jornal "O Globo Expedicionário", bem como 22.300 exemplares do Boletim da Legião Brasileira de Assistência.

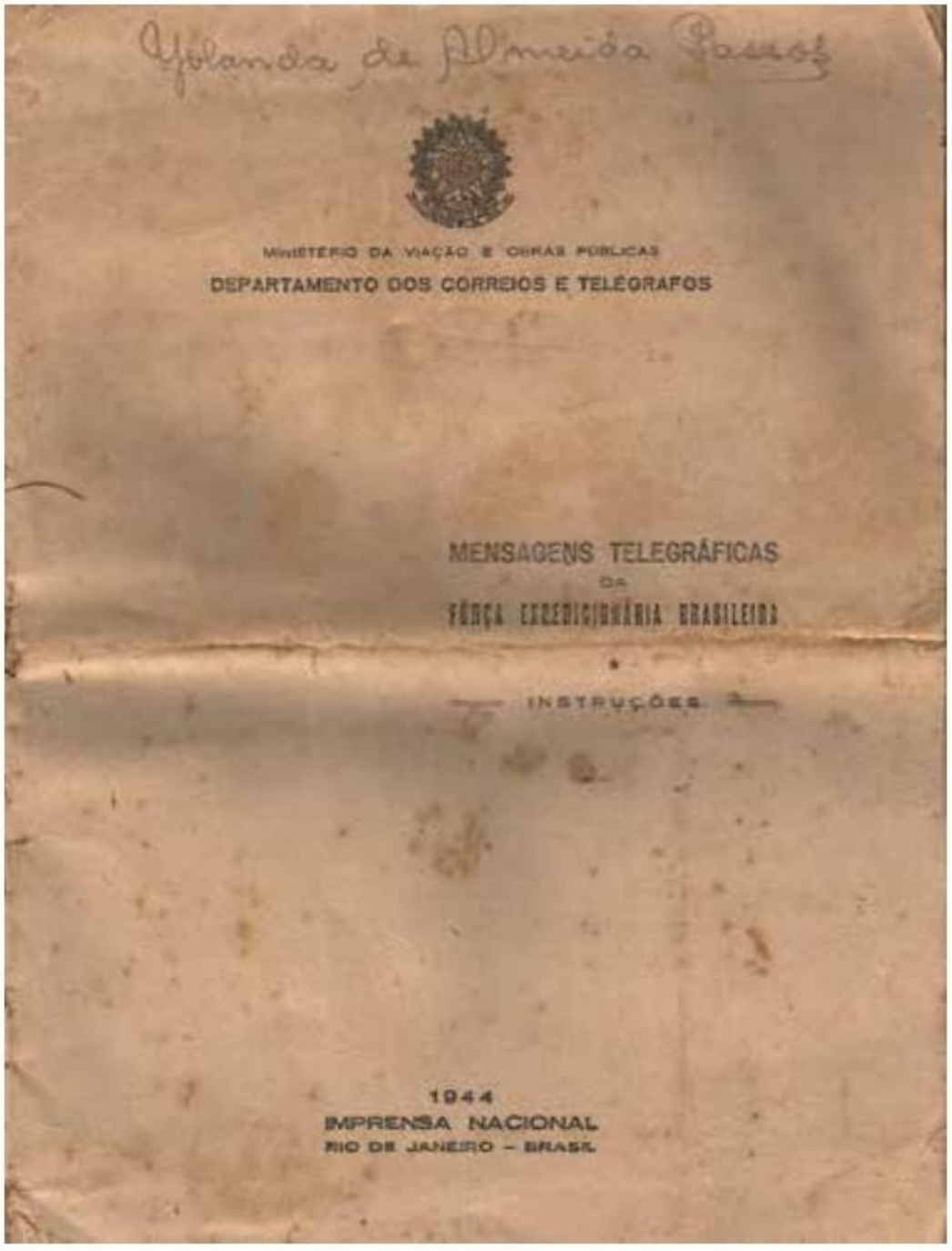


Figura 26 – Mensagens Telegráficas da FEB
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 27 – E.F.M. da empresa Radiobrás, datado de 18 de janeiro de 1945, feito no Brasil
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.



Figura 28 – Telegrama entregue na Itália
Fonte: Museu da Paz, Jaraguá do Sul - SC.

Mensagens Telegráficas (Telegramas)

O Diretor Geral do D.C.T. apresentou as Instruções Reguladoras do Serviço de Mensagens Telegráficas da FEB em 15 de julho de 1944, por meio de um mini manual impresso, para uso dos membros da FEB e de suas famílias. A capa do manual, que pode ser observada, era de propriedade de um familiar de expedicionário, Oficial de Operações do 1° Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio.

O Serviço Telegráfico, em 1944, era regido pela Convenção Internacional, a que o Brasil aderiu pelo Decreto n° 6.701, de 1° de outubro de 1877, e pelas modificações feitas no Cairo, em 1938, no respectivo regulamento, ou seja, um pouco antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial. Pouco tempo depois da impressão do manual acima citado, por meio do Ofício Circular n° 5.937, de 24 de julho de 1944, os Correios passaram a aceitar, a partir daquela data, transmissões telegráficas do tipo Expeditionary Force Messages (E.F.M.), mais conhecidos como telegramas.

A fim de conservar o sigilo do conteúdo dos telegramas, eles deveriam ser constituídos apenas de 3 frases fixas, das autorizadas e designadas previamente, e constantes do manual. Por exemplo, pode ser observado no E.F.M. abaixo que o n° 135 indicava a seguinte mensagem: "Muito feliz de saber de ti meu amor: estou bem e em boa

disposição", a n° 107: "Agradecimentos pelo dinheiro recebido" e a n° 32: "Todo meu amor meu bem". No total, havia 142 mensagens pré-estabelecidas nas instruções acima citadas.

Para que pudessem ser enviados, estabeleceu-se que os telegramas deviam ser escritos

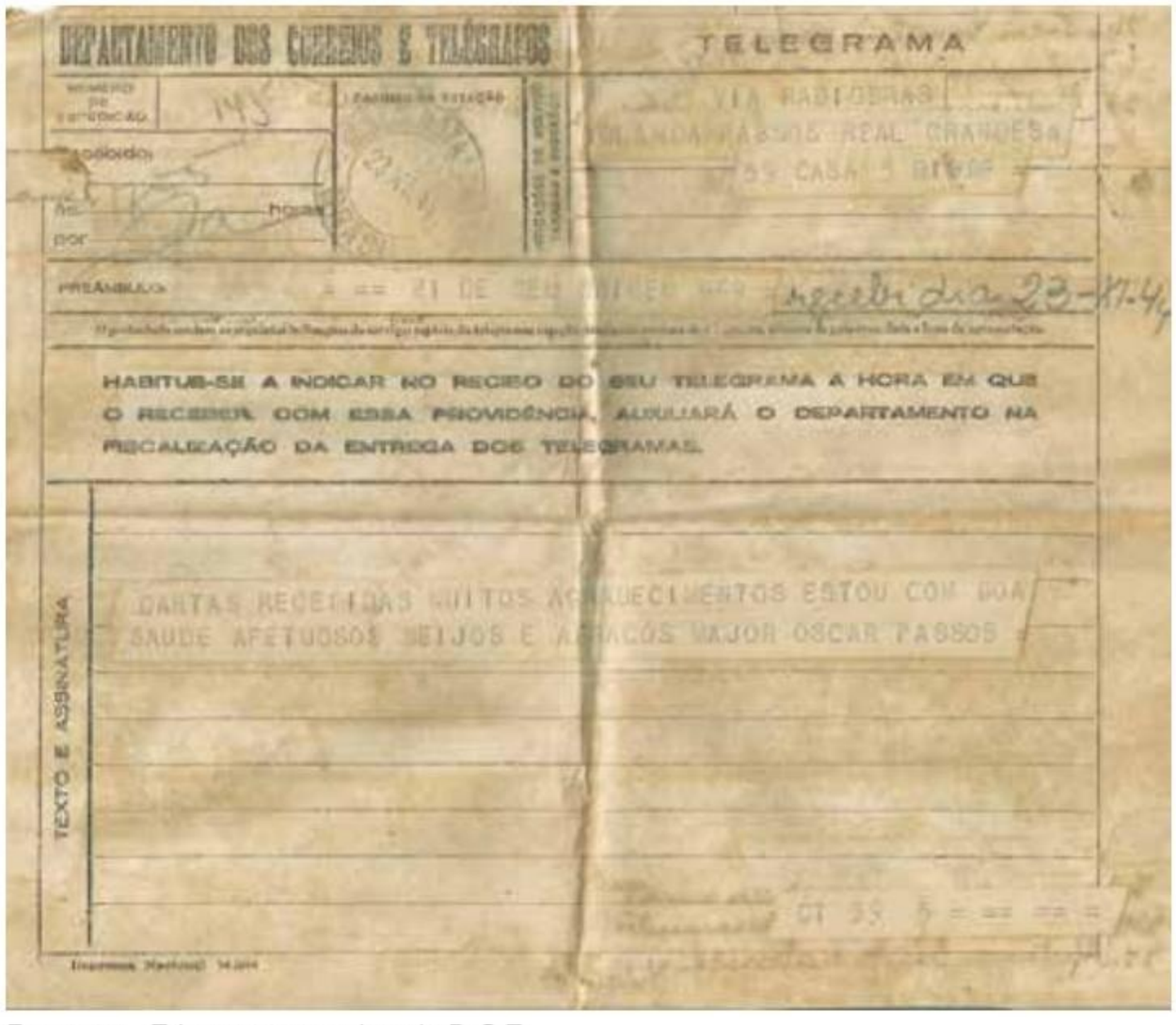


Figura 30 – Telegrama enviado pelo D.C.T.
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

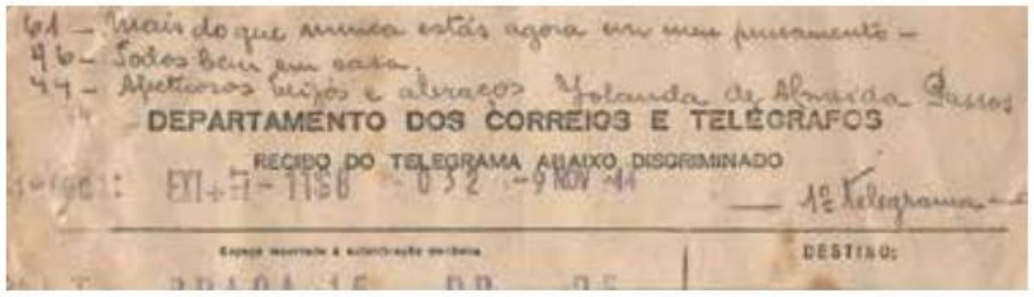


Figura 29 – Comprovante de telegrama enviado pelo D.C.T.
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

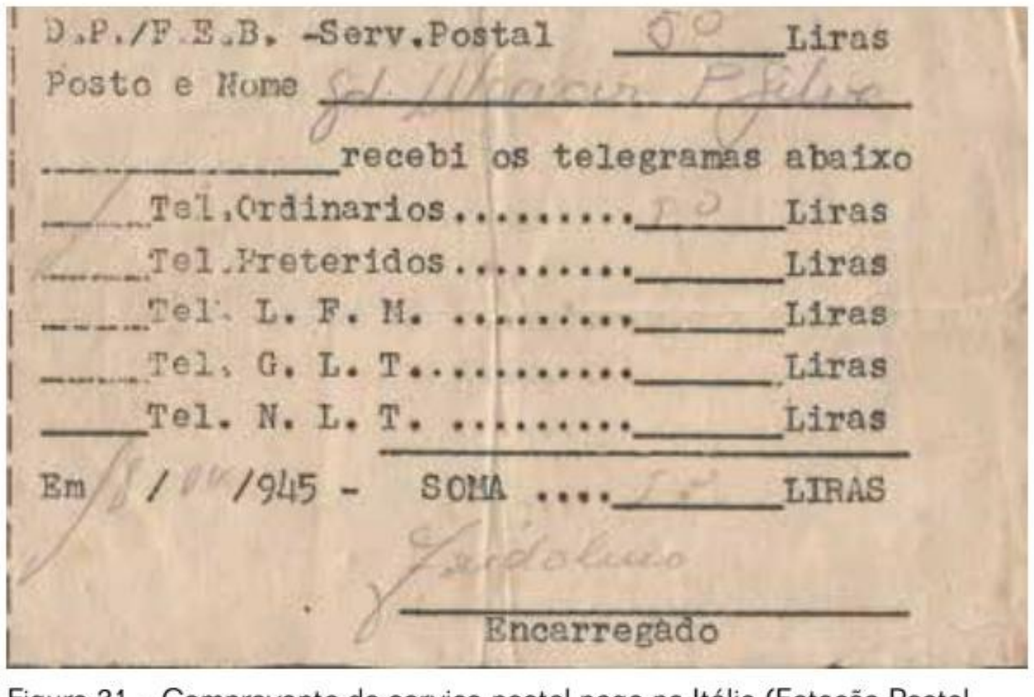


Figura 31 – Comprovante de serviço postal pago na Itália (Estação Postal de Staffoli) pelo soldado Moacir P. Silva, para um telegrama ordinário, em 18/04/1945
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

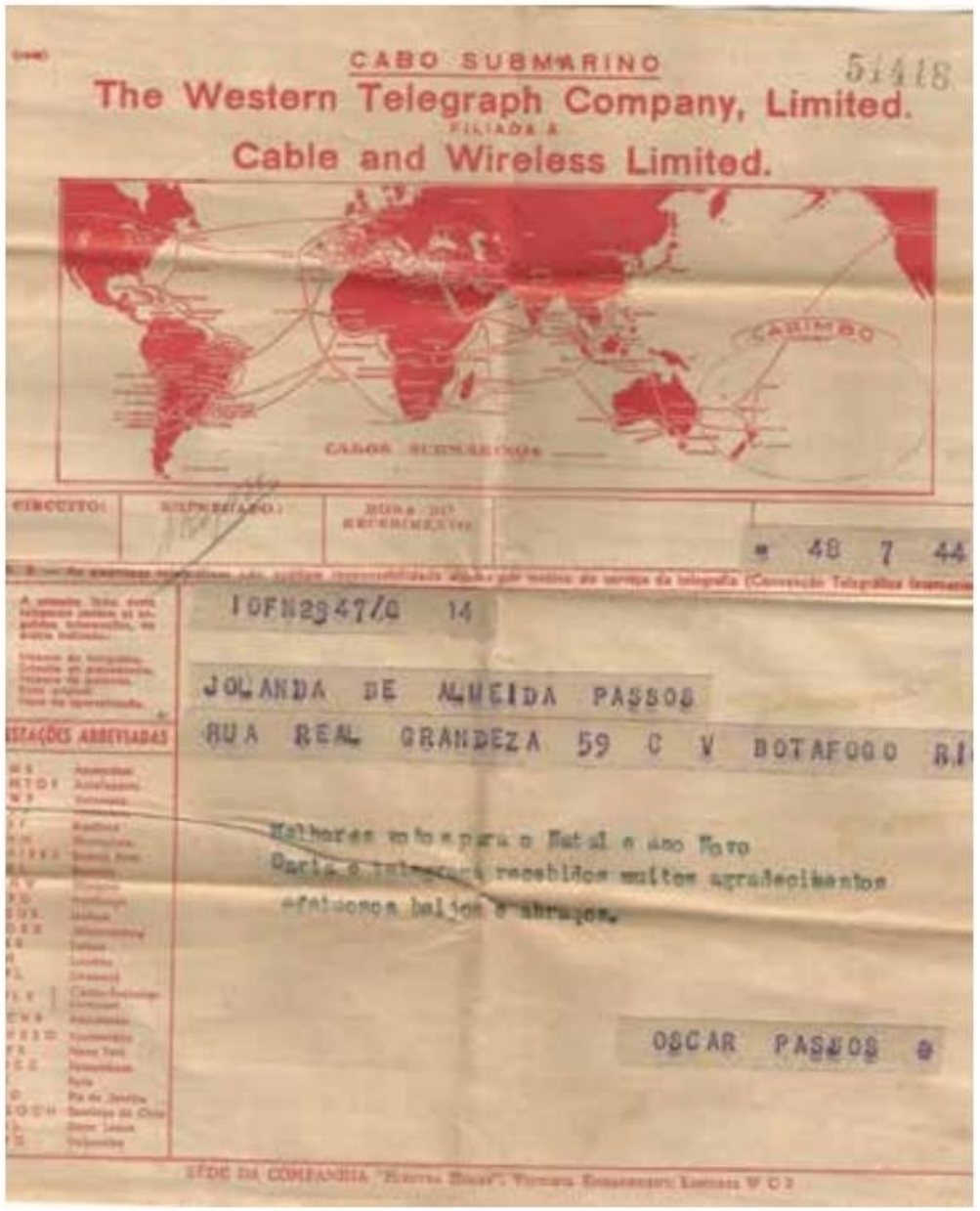






Figura 32 – Telegrama enviado via cabo submarino, com seu respectivo envelope, pela The Western Telegraph Company
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

Figura 33 – Telegrama enviado via rádio pelo 3° Sargento Conrado Campos, pela RCA Communications, em 6 de junho de 1945
Fonte: Coleção M. S. Cidade.









Figura 34 – Telegrama enviado via rádio, com seu respectivo envelope, pela Radiobras, em 13 de novembro de 1944
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

Figura 35 – Telegrama enviado via All America Cables and Radio, que possuía os dois modais de envio, com seu respectivo envelope
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

em letra de imprensa ou datilografados, tendo um valor fixo de 60 liras italianas de ocupação. O valor foi baseado no franco ouro 1,84 por telegrama, o que equivalia a um valor de Cr$ 11,80 no Brasil. Apesar dos valores estabelecidos, o preço variou, para mais e para menos, dependendo do número de palavras usadas.

Os telegramas deveriam, também, ser redigidos em papel com dimensões mínimas de 165 x 110 mm, e seriam recebidos e enviados via estação receptora e emissora em Roma, o que acabou não ocorrendo, como será visto adiante. Sobre a censura dos telegramas, a dos praças era feita na própria Unidade de origem do militar, enquanto a dos Oficiais era de alçada do próprio C.R.

Apesar das regras supracitadas terem sido definidas em julho, o início do envio de mensagens telegráficas não foi imediato, conforme pode ser observado no Relatório Final do Correio Regulador (1945), pois, apesar dos entendimentos do D.C.T. com companhias diferentes, a ausência de consentimento do Comando Aliado no Mediterrâneo tardou o início do serviço para setembro de 1944.

As tratativas foram realizadas com as 4 empresas que existiam no Brasil, as quais possuíam capacidade de operar o envio de mensagens via cabo submarino, a pedido do Governo Brasileiro, a saber: "All American Cablesand Radio Incorporated", "The Western Telegraph Company", "Companhia Radio Telegráfica Brasileira - Radiobrás" e "Companhia Radio Internacional do Brasil". Tal pedido visava unicamente a dificultar a receptação de mensagens pelo inimigo, conforme pode ser observado no Ofício da "The Western Telegraph Company", datado de 21 de setembro de 1944, endereçado ao D.C.T.

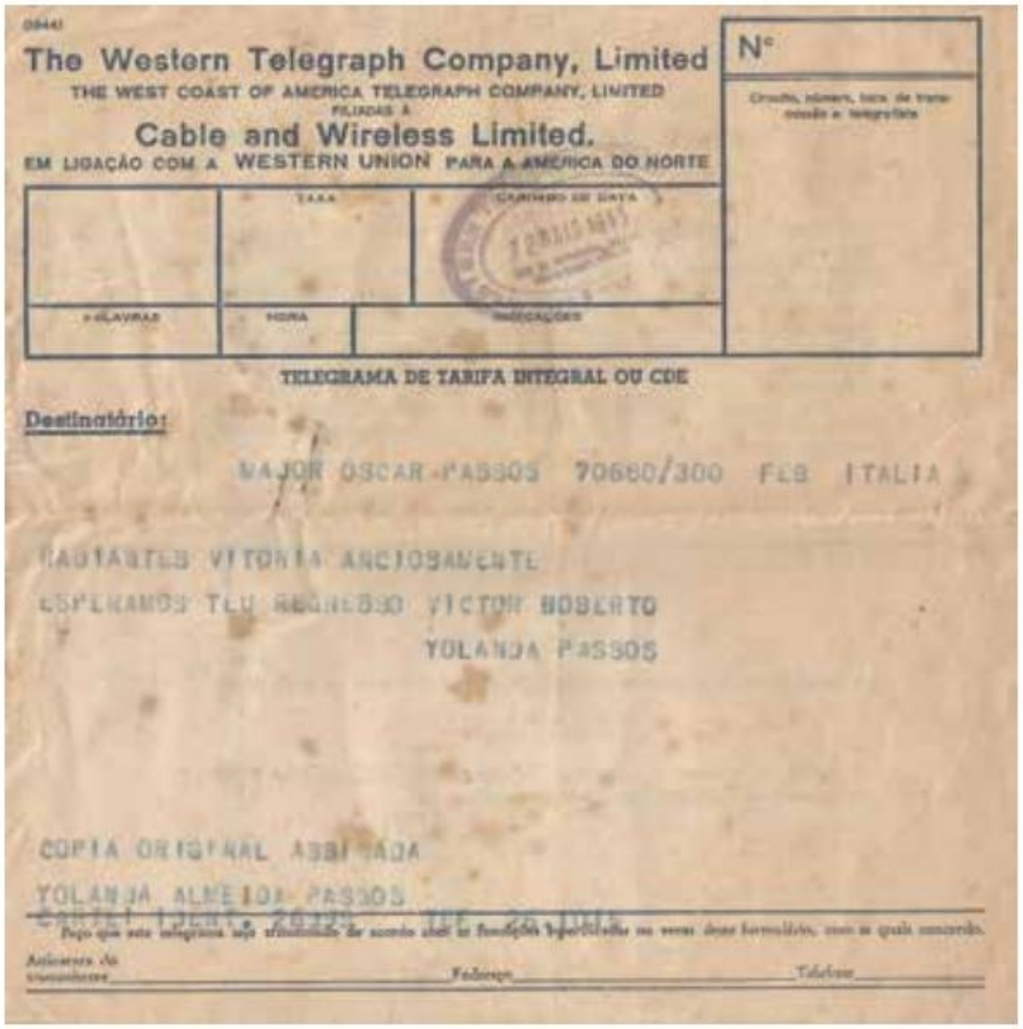
No entanto, após o aceite do Comando Aliado em iniciar o serviço, na Itália apenas uma companhia se propôs a realizá-lo com o Brasil, a "R.C.A. Communication Inc", que operava exclusivamente via rádio. Como a imposição da comunicação por fio foi brasileira, novas tratativas tiveram que ser realizadas com as 4 empresas supracitadas, demandando mais tempo para iniciar a operação.

Para se ter uma ideia do atraso nas negociações, ainda no final de outubro de 1944, por exemplo, a Radiobras, por meio do Ofício n° A. 5834, de 31 daquele mês, indicava que a empresa estava possibilitada, a partir daquela data, de transmitir mensagens via cabo, e não mais via telégrafo, mas, a partir de 17 de outubro, pelo Aviso n 454.409, do Ministro da Viação e Obras Públicas, endereçado ao D.C.T., solicitava que se repassasse às companhias telegráficas que as mensagens E.F.M. fossem transmitidas, preferencialmente, via rádio.

Tal Aviso foi prontamente atendido pela "Cia Radio Internacional do Brasil", em 4 de novembro, e pela "The Western Telegraph Company", a 6 de novembro. Assim, a partir de 8 de novembro, o C.R. habilitou-se a expedir telegramas para o Brasil, o qual obteve, até o dia 31 de dezembro de 1944, uma média de 763 telegramas expedidos por dia. No entanto, somente 4 dias após o envio do primeiro telegrama, ou seja, em 12 de novembro, é que foi recebido o primeiro telegrama do Brasil. Para atender ao novo serviço prestado, não houve a criação de uma seção no C.R., acarretando um aumento de esforço por parte daqueles que lá trabalhavam.

A partir de 27 de novembro, por meio do Ofício n° 257, o Comando da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (Cmt 1ª D.I.E.) tomou ciência da autorização para início de envio de mensagens em claro da Itália para o Brasil, por uma companhia americana, a "R.C.A. Communication Inc", a qual cobraria uma taxa de 60 liras/mensagem e, também, uma inglesa, a "Cableand Wireless Limited", que cobraria 50 liras/mensagem, e que originalmente não tinha se manifestado para prestar o serviço com destino ao Brasil, no entanto acabou sendo a opção mais barata para os soldados. Apesar desta autorização, também continuaram os envios E.F.M. com as mensagens numéricas.

Antes mesmo de o serviço ser iniciado, o Chefe do C.C.S., por meio de Oficio Reservado datado de 28 de setembro de 1944, endereçado ao Chefe do C.R., solicitava o estabelecimento de uma Estação Postal da FEB permanente na cidade de Civitavecchia, na Itália, de forma que as constantes mudanças de posição da FEB não interferissem


The Western Telegraph Company, Limited
THE WEST COAST OF AMERICA TELEGRAPH COMPANY, LIMITED
FILIADAS Á
Cable and Wireless Limited.
EM LIGAÇÃO COM A WESTERN UNION PARA A AMERICA DO NORTE
Nº
TAXA
PALAVRAS
HORA
INDICAÇÕES
TELEGRAMA DE TARIFA INTEGRAL OU CDE
Destinatário:
MAJOR OSCAR PASSOS 70660/300 FLS ITALIA
RADIANTES VITORIA ANCIOSAMENTE
ESPERAMOS TEU REGRESSO VICTOR ROBERTO
YOLANDA PASSOS
COPIA ORIGINAL ASSINADA
YOLANDA ALMEIDA PASSOS


THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY, LIMITED.
FILIADA Á
CABLE AND WIRELESS LIMITED.
6551 RJ 885903
Para o telegrama No.
Recebemos a importancia de Rs. Rs 28,22
Quota de Previdencia de 2% Rs 0,60
Palavras 17/16
Destino Italia

Figura 36 – Telegrama enviado via The Western Telegraph Company, com respectivo comprovante de envio
Fonte: Coleção J. C. F. Zary.

na velocidade de entrega de mensagens telegráficas aos expedicionários, tendo em vista as companhias não conseguirem conectar os cabos com a mesma velocidade das mudanças de posição da tropa, o que foi facilitado pela mudança posterior da via cabo para a via rádio.

Como as famílias dos expedicionários estavam utilizando o serviço telegráfico de maneira contumaz, o Diretor do D.C.T., em 29 de dezembro de 1944, emitiu um aviso, por meio do Jornal "Zé Carioca", recomendando-lhes que, nos telegramas, além do indicativo das unidades às quais eles pertenciam, o número da carteira de identidade do destinatário deveria ser fornecido. Tal aviso foi replicado, também, na "Voz do Brasil", tamanha a sua importância.

No dia 2 de janeiro de 1945, por meio de Documento Circular, o Chefe do C.C.S. informava que, no máximo, 3 pessoas podiam assinar uma mesma E.F.M. Finalmente, um total de 42.798

telegramas foram expedidos pelo C.R. até 31 de dezembro de 1944, enquanto outros 84.964 o foram até junho de 1945. Em contrapartida, foram recebidos 11.838 em 1944 e 56.738 até junho de 1945, perfazendo um total de 196.338 telegramas, o que dá uma média de quase 7,85 telegramas por expedicionário, durante toda a campanha.

Conclusão

O Serviço Postal da FEB foi o grande responsável por levar um mínimo conforto para os valorosos soldados brasileiros que foram defender os verdadeiros ideais de democracia, durante a Grande Guerra contra o nazifascismo. Por meio de cartas, telegramas e encomendas, deu-se a oportunidade aos expedicionários de estarem um pouco mais perto de casa, à medida que tinham notícia de familiares, o que aquecia o coração e fortalecia a mente.

Pode-se concluir que o Serviço Postal, criado exclusivamente para atender aos 25.000 brasileiros no front, apesar dos percalços iniciais, cumpriu plenamente os objetivos para os quais estava destinado, pois desde o início da campanha, até o retorno da tropa, os soldados não ficaram sem ter notícias dos seus entes queridos. E, para facilitar o serviço, foram estabelecidos dois Correios Coletores no Brasil, sendo um em Natal e outro no Rio de Janeiro, bem como um Correio Regulador, na Itália.

A afirmação acima pode ser consubstanciada pela quantidade de cartas, sendo um total de 2.508.087, com 1.372.910 recebidas da Itália e 1.135.197 expedidas, durante toda a guerra, o que dá uma espantosa média de 100,32 cartas por expedicionário, numa campanha que durou menos de 300 dias, ou seja, a cada 3 dias um expedicionário recebia ou escrevia uma carta.

Ademais, as encomendas alçaram a moral da tropa a um patamar ainda mais elevado, pois permitiram que familiares enviassem objetos que remetessem às lembranças da terra natal, tais como sabonetes, biscoitos e luvas de lã. Em contrapartida, os expedicionários puderam enviar para suas casas objetos comprados na Itália, entre eles lembranças das cidades visitadas, como Nápoles, Roma e Florença. Ao todo, foram 57.392 encomendas recebidas na Itália, o que dá uma média superior a duas por soldado, bem como 29.414 expedidas para o Brasil, com uma média superando uma encomenda por expedicionário. Além disso, foram encaminhadas à Itália 18.045 encomendas pela L.B.A.

Ainda, a partir do início da campanha, o Serviço Postal viabilizou que fossem realizadas transmissões telegráficas do tipo Expeditionary Force Messages (E.F.M.), mais conhecidos como telegramas, o que agilizou sobremaneira a transmissão de notícias entre o Brasil e a Itália, mesmo que em menor conteúdo, quando comparados às cartas. Ao todo, 196.338 telegramas circularam entre 1944 e 1945, o que dá uma média de quase 7,85 telegramas por expedicionário.

Por fim, conclui-se que o Serviço Postal foi bem pensado em sua organização e grandioso na sua realização, pois viabilizou a humanização dos soldados brasileiros durante aqueles meses de guerra, principalmente aqueles que ficaram por dias a fio dentro de trincheiras, com neve e frio penetrantes, e com a constante ameaça de bombardeios de granadas, morteiros e tiros das famigeradas "lurdinhas" alemãs. Os Correios foram bem representados na guerra, cumprindo muito bem a finalidade à qual foi destinado.

Referências

BRASIL. Correio Coletor Sul. **Relatório Geral do Correio Coletor Sul do Serviço Postal da FEB**, enviado pelo Of. nº 76, de 9 de fevereiro de 1946, do Chefe do CCS ao General Mascarenhas de Moraes. Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. Correios. **História Postal.** Disponível em: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/historia>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Diário Oficial. Mensagens das Forças Expedicionárias – **Decreto-lei nº 5.376**, de 5 de abril de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 7 de abril de 1943. Arquivo Nacional.

BRASIL. Diário Oficial. Serviço Postal da Força Expedicionária Brasileira – **Decreto-lei nº 6.438**, de 26 de abril de 1944 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 28 de abril de 1944. Arquivo Nacional.

BRASIL. Força Expedicionária Brasileira. **Relatório do Correio Regulador.** Livorno, 3 de janeiro de 1945. Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. Força Expedicionária Brasileira. **Relatório do Correio Regulador Brasileiro** nº 1. Sem data. Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. Ministério da Guerra. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. **Instruções sobre a correspondência particular para a FEB e dela para o Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. Coleção particular.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Departamentos dos Correios e Telégrafos. **Mensagens Telegráficas da Força Expedicionária Brasileira – Instruções.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Coleção particular.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Serviço Especial da FEB. **Jornal Zé Carioca.** nº 14. 24 de novembro de 1944. Acervo particular.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA. Serviço Especial da FEB. **Jornal Zé Carioca.** nº 50. 29 de dezembro de 1944. Acervo particular.

SMITHSONIAN INSTITUTE. **Mail Call:** History of America's Military Mail. Disponível em: <http://postalmuseum.si.edu/mailcall/Mail_Call__NPMwebsite.pdf>Acesso em: 20 mar. 2016.

UNITED STATES ARMY. Serviço Postal da FEB. **Instructions for handling B.E.F. mail.** Instruções para a organização e funcionamento do Posto Regulador em Natal. Secret. Sem data. Annex G-1/6B. London National Archives.

Julio Cezar Fidalgo Zary
Oficial de Infantaria QEMA
Mestre em Operações Militares

Transcrição de Manuscritos Cartas da FEB – Segunda Guerra Mundial (1939-1945) Museu da Força Expedicionária Brasileira BH

Transcription of manuscripts BEF Letters – Second World War (1939-1945) Brazilian Expeditionary Force Museum - BH

Maria Vitória Lima Honzák

Resumo/Abstract

O artigo apresenta série de transcrições de cartas realizadas pela autora a partir do acervo do Museu da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte/MG. A pesquisa realizada nesses documentos, provenientes de coleções privadas, teve como objetivo torna-los legíveis, valorizá-los e dar continuidade a outros estudos, oferecendo possibilidades de reconstituição da história sobre o período da Segunda Guerra Mundial, bem como, possibilitar o acesso e a divulgação do rico acervo da instituição à comunidade acadêmica, pesquisadores e outros segmentos sociais.

Palavras-chave: Cartas; FEB; Segunda Guerra Mundial;

The Postal Service of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) played a very important role during the Brazilian participation in the Allied campaign against Germany and the Social Republic of Italy in World War II. This fact symbolized the start of an organization of a service to exchange

Keywords: Letter, Correspondence, Post Office, BEF, Telegram

A presente pesquisa teve por objetivo a transcrição, digitalização e estudo de um conjunto de manuscritos que compõem parte do acervo do Museu da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte MG, referente à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para tanto, recolheram-se 100 (cem) cartas provenientes de coleção privada e selecionaram-se 13 cartas.

Com o objetivo de preservar os documentos originais, através de sua transcrição fidedigna; de facilitar sua leitura, tornando-os legíveis através da correção de suas rasuras e erros; de torná-los inteligíveis, através de suas alusões; valorizá-los, situando-os no tempo e espaço e de facilitar o cotejo com o manuscrito original, quando houver interesse, o trabalho incluiu as seguintes partes:

1- Relato sobre a origem dessa correspondência;

2- Relatos da situação brasileira, na época da correspondência e comentada nas perspectivas histórica e sociológica.

3- Reprodução digitalizada do documento;

4- Transcrição propriamente dita, seguida de uma apresentação e de um índice dos documentos transcritos.

Com o intuito de manter com fidedignidade o conteúdo do manuscrito original, optou-se pela edição semidiplomática, e a edição dos textos seguiu as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.

Vale ressaltar ainda que, os documentos analisados, poderão dar continuidade a outros estudos, oferecendo possibilidades de reconstituição da história sobre o período citado, bem como, possibilitando o acesso e a divulgação do rico acervo à comunidade acadêmica, pesquisadores e outros segmentos sociais.



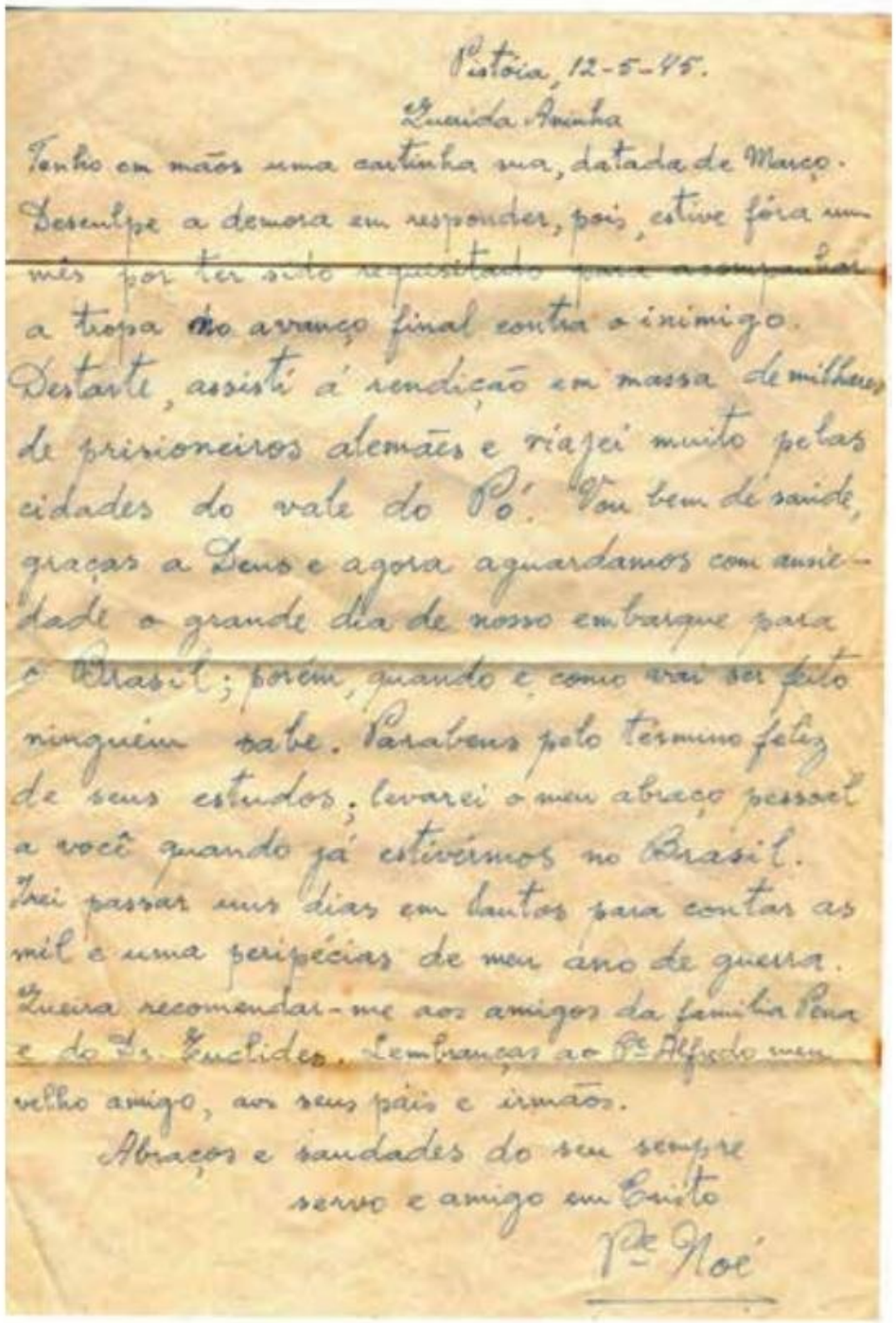
Transcrições

Identificação:
Classificação: FEB 1
Série: Correspondência original
Data de produção: 12/05/1945 (Data certa)
Quantidade de documento: 1 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)



Resumo:
Carta do Padre Noé Pereira, Capelão Militar à amiga, Ana Maria Sampaio contando o seu dia a dia na guerra; dando noticias sobre a rendição do inimigo; dizendo que tem recebido sua correspondência; declarando aguardar a data do embarque para o Brasil.


Pistóia, 12-5-45.
Querida Aninha
Tenho em mãos uma cartinha sua, datada de Março.
Desculpe a demora em responder, pois, estive fóra um
mês por ter sido requisitado para acompanhar
a tropa no avanço final contra o inimigo.
Destarte, assisti á rendição em massa de milhares
de prisioneiros alemães e viajei muito pelas
cidades do vale do Pó. Vou bem de saúde,
graças a Deus e agora aguardamos com ansie-
dade o grande dia de nosso embarque para
o Brasil; porém, quando e como irei ser feito
ninguém sabe. Parabens pelo termino feliz
de seus estudos, levarei o meu abraço pessoal
a você quando já estivérmos no Brasil.
Irei passar uns dias em Santos para contar as
mil e uma peripécias de meu ano de guerra.
Queira recomendar-me aos amigos da familia Pena
e do Dr. Euclides. Lembranças ao Dr Alfredo meu
velho amigo, aos seus pais e irmãos.
Abraços e saudades do seu sempre
servo e amigo em Cristo
Pe Noé

Local: Itália

Sobrescrito

Destinatário

Ana Maria Sampaio
Rua Ceará, nº 37.
Santos - E. [Estado] de S. Paulo
Brasil

Selo

Isento de selo

Carimbo

[Correio Regulador Nº 1 - F.E.B. 4SET.44]

Texto

[fl. 1]
Pistóia, 12-5-45
Querida Aninha
Tenho em mãos uma cartinha sua, datada de Março.
Desculpe a demora em responder, pois, estive fóra um
mês por ter sido requisitado para acompanhar
a tropa [no] avanço final contra o inimigo.
Destarte, assisti a rendição em massa de milhares
de prisioneiros alemães e viajei muito pelas
cidades do vale do Pó. Vou bem de saúde,
graças a Deus e agora aguardamos com ansie-
dade o grande dia de nosso embarque para

o Brasil; porém, quando e como vai ser feito
ninguém sabe. Parabéns pelo término feliz
de seus estudos; levarei o meu abraço pessoal
a você quando já estivermos no Brasil.
Irei passar uns dias em Santos para contar as
mil e uma peripécias de meu ano de guerra.
Queira remendar-me aos amigos da família Pena
e do Dr. Euclides. Lembranças ao Pe Alfredo meu
velho amigo, aos seus pais e irmãos.
Abraços e saudades do seu sempre
servo e amigo em Cristo
Pe Noé

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial
Sociologia: comunicação

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 2
Série: Correspondência original
Data de produção: (Não consta)
Quantidade de documento: 1 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta do Padre Noé Pereira, Capelão Militar à amiga, Ana Maria Sampaio informando sobre a vida militar, suas funções junto às forças expedicionárias brasileiras; notícias sobre a guerra.

Local: Itália

Sobrescrito
Destinatário
Exma Senhora
Ana Maria Sampaio
Rua Ceará, nº 37.
Santos - E. [Estado] de S. Paulo
Brasil

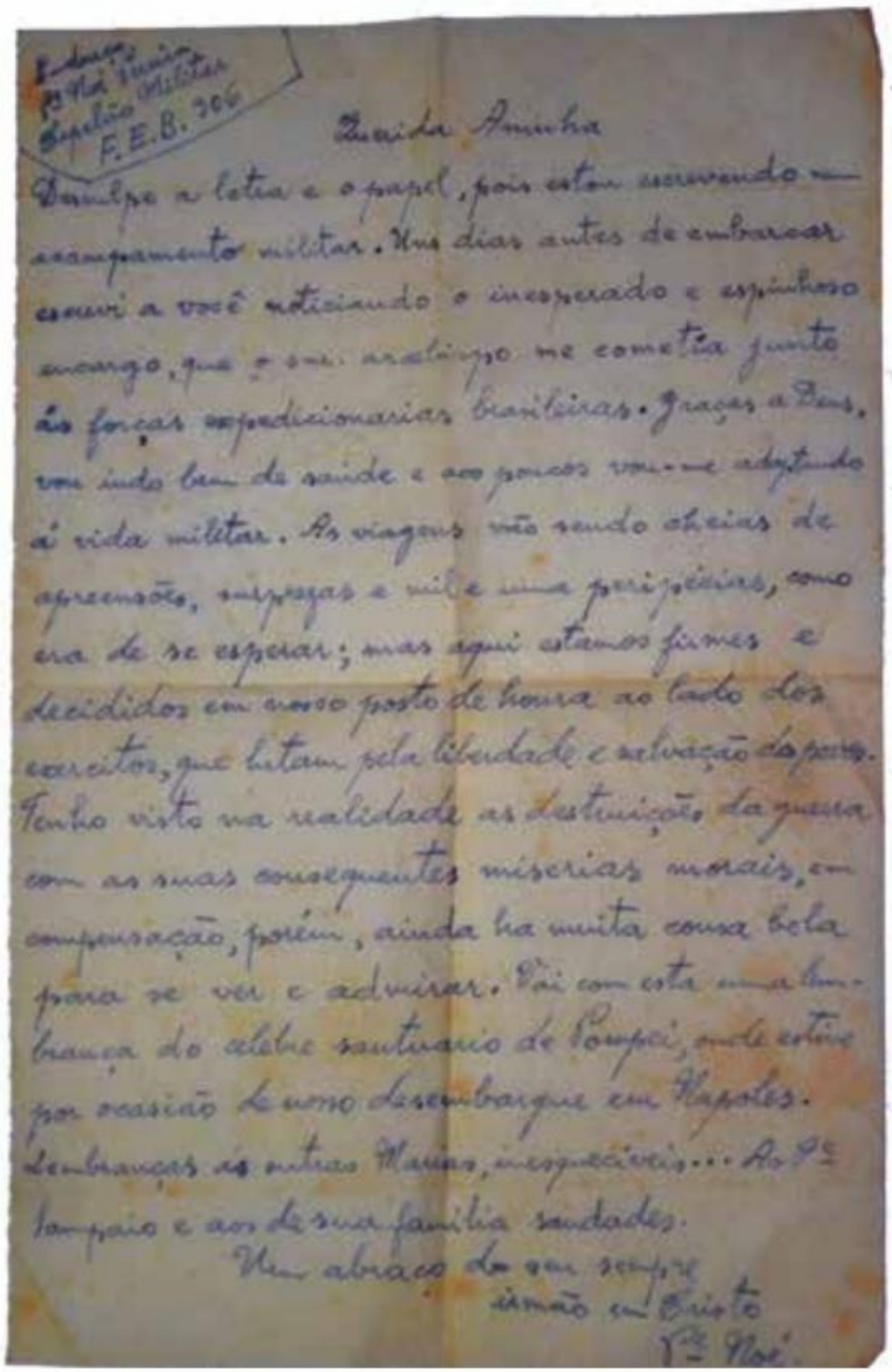
Selo
Isento de selo

Carimbo
[Correio Regulador Nº 1 - F.E.B. 13AGO.44]
[Estação Postal Nº 1 - F.E.B. 10AGO.44]

[ABERTA PELA CENSURA]

Texto

[fl.1]
<à margem esquerda: Endereço Pe Noé Pereira Capelão Militar F.E.B. 306>
Querida Aninha
Desculpe a letra e o papel, pois estou escrevendo num acampamento militar. Uns dias antes de embarcar escrevi a você noticiando o inesperado e espinhoso encargo, que o senhor arcebispo me cometia junto às forças expedicionarias brasileiras. Graças a Deus, vou indo bem de saúde e aos poucos vou-me adaptando à vida militar. As viagens vão sendo cheias de apreensões, surprezas e mil e uma peripécias, como era de se esperar; mas aqui estamos firmes e decididos em nosso posto de honra ao lado dos exercitos, que lutam pela liberdade e salvação dos povos. Tenho visto na realidade as destruições da guerra com as suas consequentes miserias morais, em compensação, porém, ainda ha muita cousa bela para se ver e admirar. Vai com esta uma lembrança do celebre santuario de Pompei, onde estive por ocasião de nosso desembarque em Napoles. Lembranças às outras Marias, inesquecíveis...Ao Pe Sampaio e aos de sua família saudades.
Um abraço do seu sempre
irmão em Cristo
Pe Noé.



Contexto:

II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial
Sociologia: comunicação

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA

Identificação:
Classificação: FEB 3
Série: Correspondência original
Data de produção: 01/08/1944 (Data certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta do Sargento Lourenço de Oliveira ao irmão, Manoel L. de Oliveira, reclamando da falta de noticias do Brasil; o autor diz-se ansioso para regressar ao Brasil e pede noticias sobre uma remessa de dinheiro enviada ao irmão.



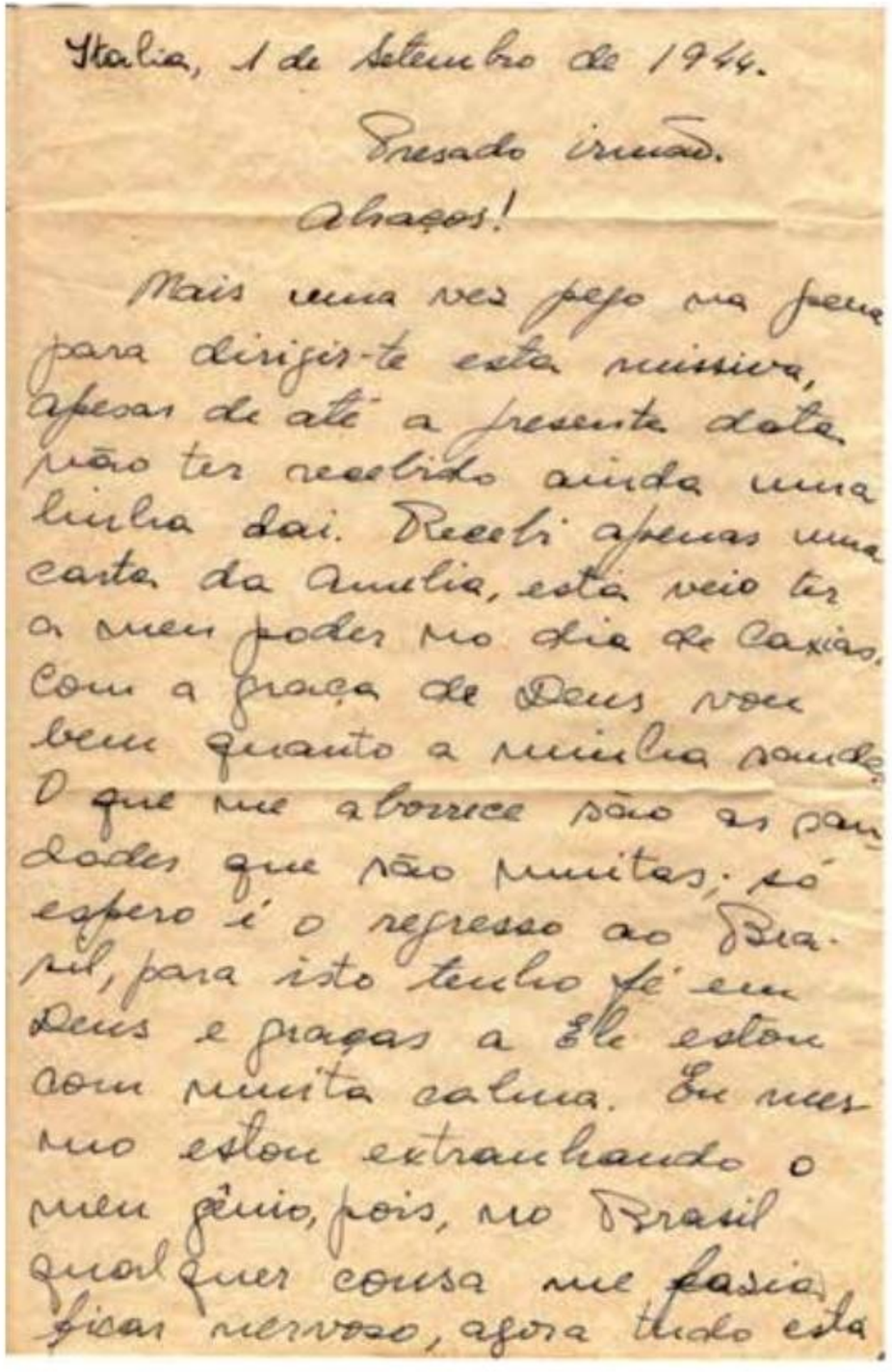
Local: Itália

Sobrescrito
Destinatário
Manoel L. de Oliveira
Rua Balbino da Cunha, 74
São João del-Rei
Estrada de Minas Gerais
Brasil

Selo
Isento de selo

Carimbo
[Correio Regulador Nº 1 - F.E.B. 4SET.44]
[Estação Postal Nº 1 - F.E.B.2SET.44 (F.E.B.59) CENSURADA]




Italia, 1 de Setembro de 1944.

Presado irmão.

Abraços!

Mais uma vez pego na pena para dirigir-te esta missiva, apesar de até a presente data não ter recebido ainda uma linha dai. Recebi apenas uma carta da Amelia, esta veio ter a meu poder no dia de Caxias. Com a graça de Deus vou bem quanto a minha saude. O que me aborrece são as saudades que são muitas; só espero é o regresso ao Brasil, para isto tenho fé em Deus e graças a Ele estou com muita calma. Eu mesmo estou estranhando o meu gênio, pois, no Brasil qualquer cousa me fazia ficar nervoso, agora tudo esta

Texto

[fl.1]

Italia, 1de setembro de 1944.

Presado irmão.

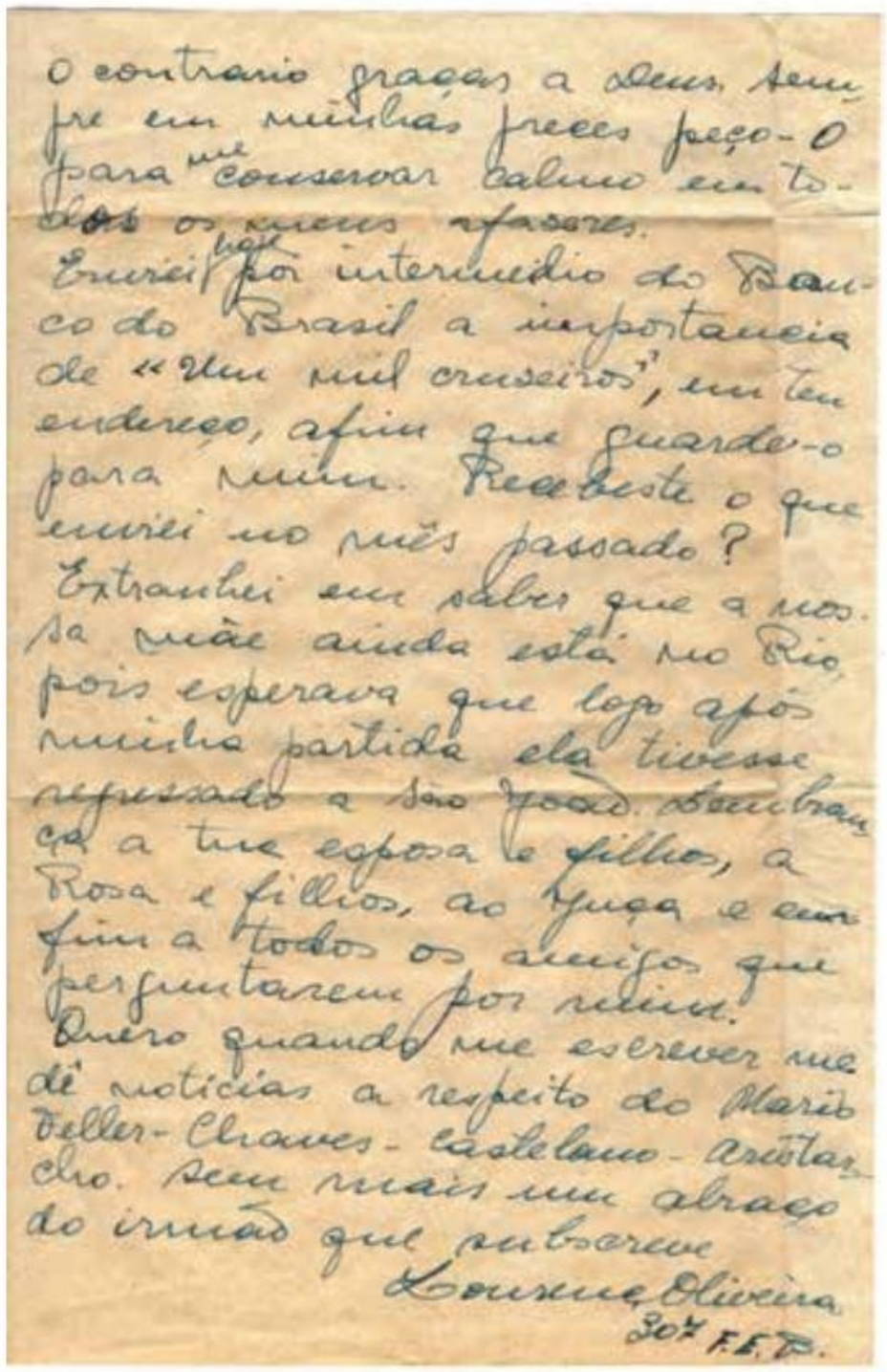
Abraços!

Mais uma vez pego na pena
para dirigir-te esta missiva,
apesar de até a presente data
não ter recebido ainda uma
linha dai. Recebi apenas uma
carta da Amelia, esta veio ter
a meu poder no dia de Caxias.
Com a Graça de Deus vou
bem quanto a minha saude.
O que me aborrece são as sau-
dades que são muitas; só
espero é o regresso ao Bra-
sil, para isto tenho fé em
Deus e graças a Ele estou
com muita calma. Eu mês-
mo estou estranhando o
meu gênio, pois, no Brasil
qualquer cousa me fazia
ficar nervoso, agora tudo esta

[fl.2]

o contrario graças a Deus. Sem-

pre em minhas preces peço-o
para me conservar calmo em to-
dos os meus afazeres.
Enviei hoje por intermedio do Ban-
co do Brasil a importancia
de "um mil cruzeiros", em teu
endereço, afim que guarde-o
para mim. Recebeste o que
enviei no mês passado?
Estranhei em saber que a nos-
sa mãe ainda está no Rio
pois esperava que logo após
minha partida ela tivesse
regressado a São João. Lembran-
ça a tua esposa e filhos, a
Rosa e filhos, ao Juça e em
fim a todos os amigos que
perguntarem por mim.
Quero quando me escrever me
dê noticias a respeito do Mario
Feller – Chaves – Catelano – Arestar-
cho. Sem mais um abraço
do irmão que subscreve
Lourenço Oliveira
307 F.E.B.


O contrario graças a Deus, sem-
pre em minhas preces peço-O
para me conservar calmo em to-
dos os meus afazeres.
Enviei hoje por intermedio do Ban-
co do Brasil a importancia
de "um mil cruzeiros", em teu
endereço, afim que guarde-o
para mim. Recebeste o que
enviei no mês passado?
Estranhei em saber que a nos-
sa mãe ainda está no Rio,
pois esperava que logo após
minha partida ela tivesse
regressado a São João. Lembran-
ça a tua esposa e filhos, a
Rosa e filhos, ao Juça e em
fim a todos os amigos que
perguntarem por mim.
Quero quando me escrever me
dê noticias a respeito do Mario
Feller-Chaves-Castelano-Arestar-
cho. Sem mais um abraço
do irmão que subscreve
Lourenço Oliveira
307 F.E.B.

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família, serviço militar.
Sociologia: Comunicação

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA

Identificação:
Classificação: FEB 4
Série: Correspondência original
Data de produção: 13/12/1944 (Data certa)
Quantidade de documento: 1 (folha)

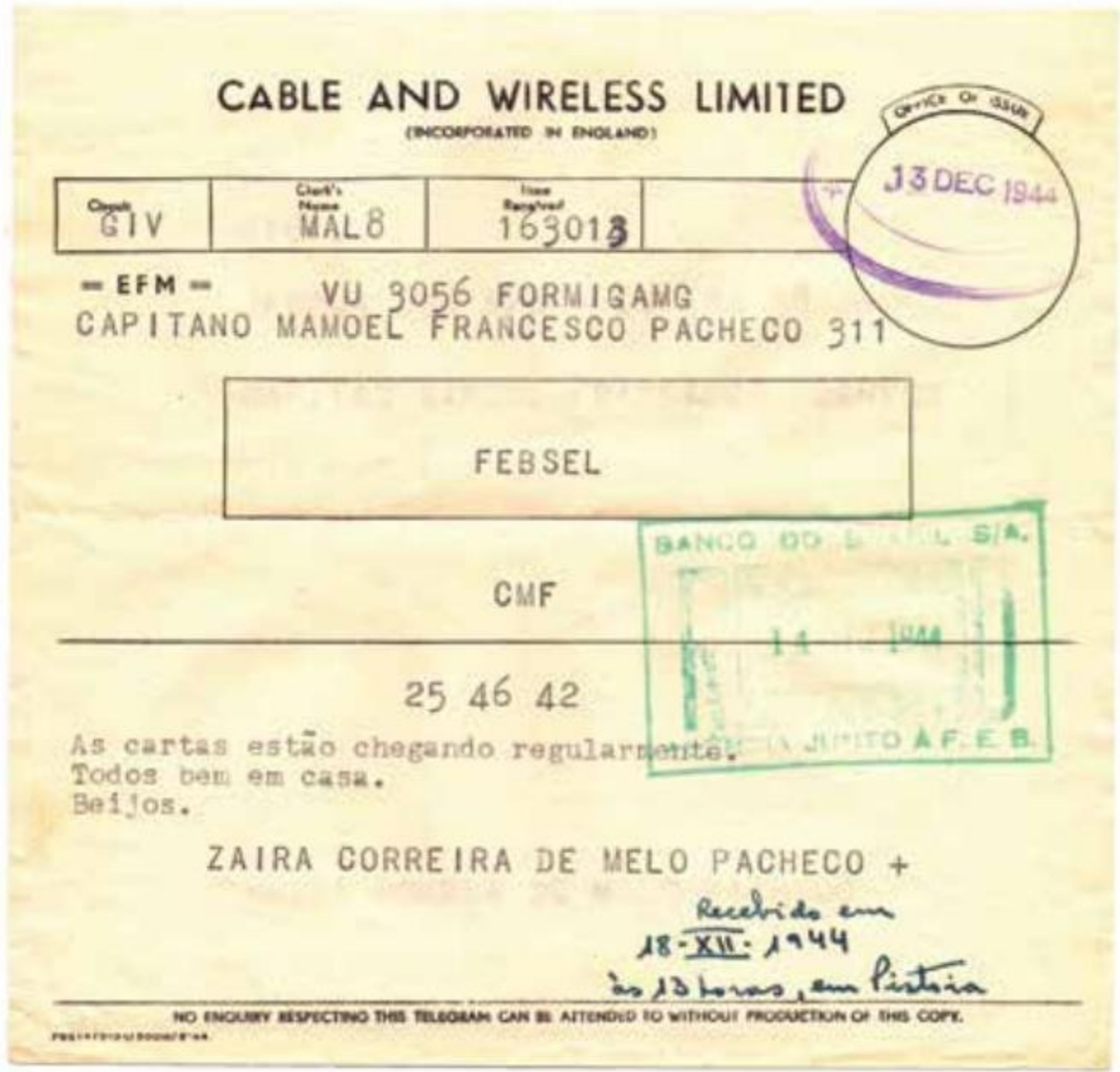
Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Telegrama de Zaira Correira (sic) de Melo Pacheco ao esposo, Capitão Manoel Francisco Pacheco acusando recebimento regular das cartas e informando acerca da situação da família.

Local: Brasil

Sobrescrito
Destinatário
VU 3056 FORMIGAMG
Capitão Manoel Francisco Pacheco 311
FEB SEL
CMF
25 46 42

Carimbo
[OFFICE OF ISSUE 13 DEC 1944]
[BANCO DO BRASIL S/A.14 DEZ1944 AGENCIA JUNTO À F.E.B]



CABLE AND WIRELESS LIMITED
(INCORPORATED IN ENGLAND)

Office of Issue
13 DEC 1944

Class	Clerk's Name	Time Received
GIV	MAL8	163013

= EFM = VU 3056 FORMIGAMG
CAPITANO MAMOEL FRANCESCO PACHECO 311

FEBSEL

CMF

25 46 42

As cartas estão chegando regularmente.
Todos bem em casa.
Beijos.

ZAIRA CORREIRA DE MELO PACHECO +

Recebido em
18-XII-1944
às 13 horas, em Pistoia

NO ENQUIRY RESPECTING THIS TELEGRAM CAN BE ATTENDED TO WITHOUT PRODUCTION OF THIS COPY.

BANCO DO BRASIL S/A.
14 1944
JUNTO À F.E.B.

Texto

[fl.1]
As cartas estão chegando regularmente.
Todos bem em casa.
Beijos.
Zaira Correira(sic) de Melo Pacheco

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: **notícias**
História: **II Guerra Mundial, família.**
Sociologia: **Comunicação**

Identificação:
Classificação: FEB 5
Série: Correspondência original
Data de produção: 18/08/1945
Quantidade de documento: 1 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Telegrama de Zaira Melo Pacheco ao esposo, Capitão Manoel Francisco Pacheco informando ter ouvido sua voz pelo rádio e desejando que regresse em breve.

Local: Brasil

Sobrescrito
Destinatário
JF 0964 136 62 43 S/0
EFM CAP MANOEL FRANCISCO
PACHECO 311FEBSEL

Carimbo
[CABLE AND WIRELESS LIMITED 18 AUG1945 ROME CABLE OFFICE]
[ESTAÇÃO POSTAL Nº 1 F.E.B S. TELEG. 20.AGO;1945]
[[BANCO DO BRASIL S/A.18.AGO.1945 AGENCIA JUNTO À F.E.B]



Texto

[fl.1]
Tua voz ouvida no rádio causou-me pro-
funda emoção.
Melhores votos de breve regresso.
Beijos e abraços.
Zaira Melo Pacheco

Contexto:

II Guerra Mundial

Palavras Chave

Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Comunicação

Identificação:
Classificação: FEB 6
Série: Correspondência original
Data de produção: 07/11/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B, expressando preocupação acerca da falta de noticias, dizendo ter enviado agasalhos de lã; a conta novidades do local onde vive.

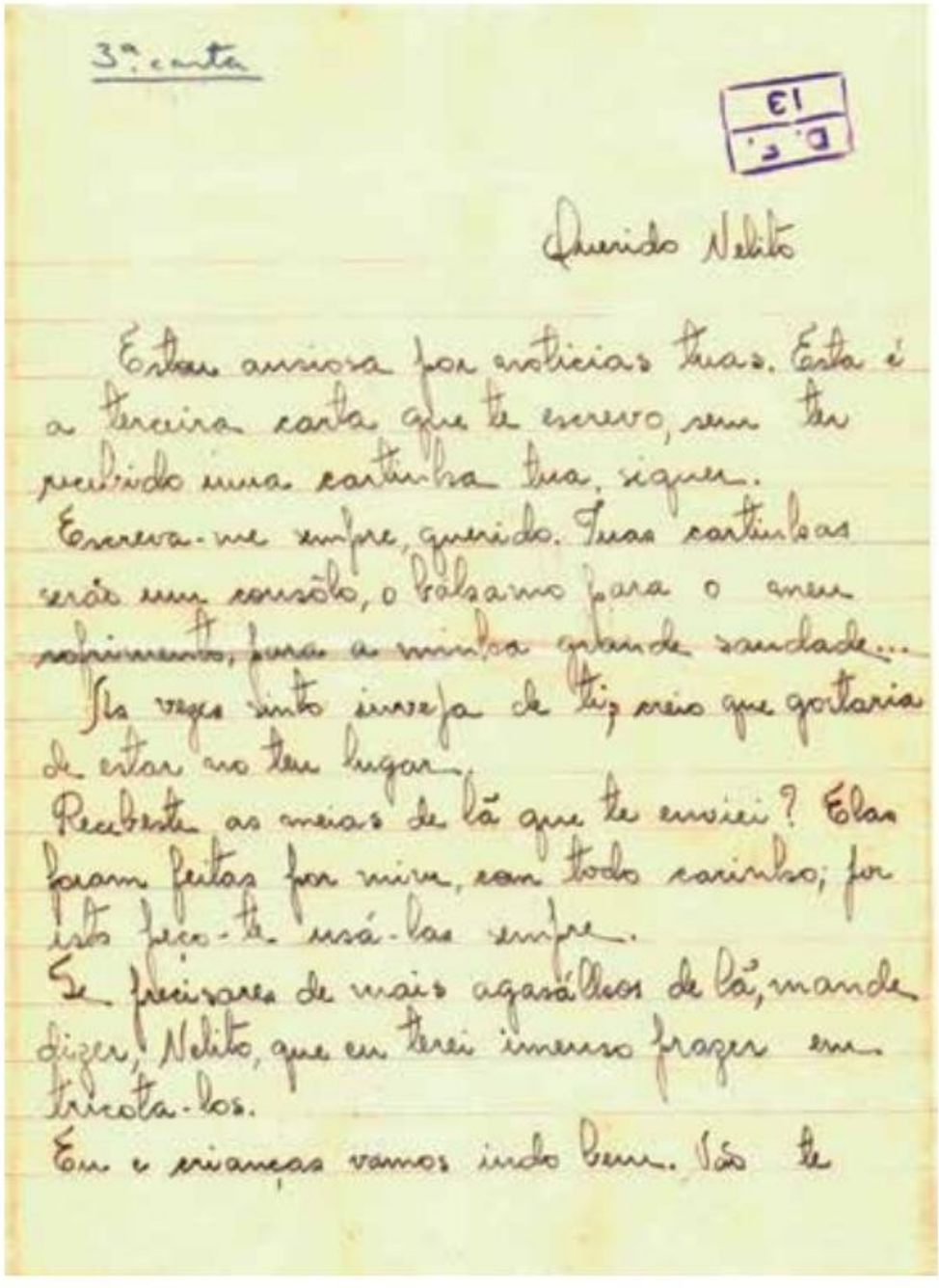
Local: Brasil

Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311 –
F.E.B.

Selo
[Isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 8 XI. 44]
[ABERTA PELA CENSURA]
[D. ilegível]




3ª carta

13
D. E.

Querido Nelito

Estou ansiosa por noticias tuas. Esta é a terceira carta que te escrevo, sem ter recebido uma cartinha tua, siquer.
Escreva-me sempre, querido. Tuas cartinhas serão um consôlo, o bálsamo para o meu sofrimento, para a minha grande saudade...
As vezes sinto inveja de ti; creio que gostaria de estar no teu lugar.
Recebeste as meias de lã que te enviei? Elas foram feitas por mim, com todo carinho; por isto peço-te usá-las sempre.
Se precisares de mais agasalhos de lã, mande dizer, Nelito, que eu terei imenso prazer em tricota-los.
Eu e crianças vamos indo bem. Não te

Texto

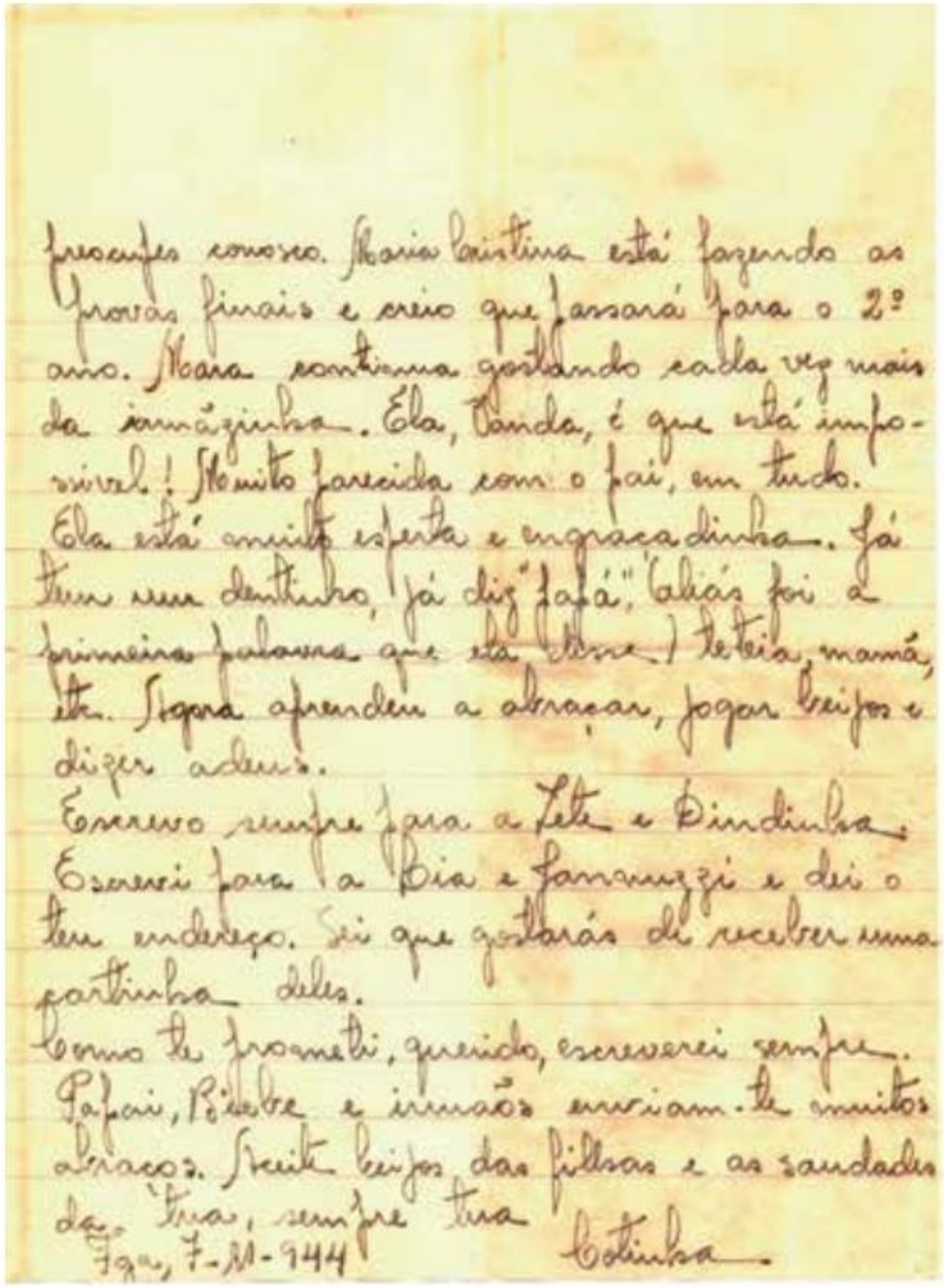
[fl.1]
<à margem esquerda: 3ª carta>
<à margem direita: carimbo >
Querido Nelito
Estou ansiosa por noticias tuas. Esta é
a terceira carta que te escrevo, sem ter
recebido uma cartinha tua, siquer.
Escreva-me sempre, querido. Tuas cartinhas
serão um consôlo, o bálsamo para o meu
sofrimento, para a minha grande saudade...
As vezes sinto inveja de ti; creio que gostaria
de estar no teu lugar.
Recebeste as meias de lã que te enviei? Elas
foram feitas por mim, com todo carinho; por
isto peço-te usá-las sempre.
Se precisares de mais agasalhos de lã, mande
dizer, Nelito, que eu terei imenso prazer em tricota-los.
Eu e crianças vamos indo bem. Não te
preocupes conosco. Maria Cristina está fazendo as
provas finais e creio que passará para o 2º
ano. Mara continua gostando cada vez mais
da irmãnzinha. Ela, Vanda, é que está impo-
ssivel! Muito parecida com o pai, em tudo.
Ela esta muito esperta e engraçadinha. Já
Tem um dentinho, já diz "papá",(aliás foi a

primeira palavra que ela disse) teteia, mamã, etc.Agora aprendeu a abraçar, jogar beijos e dizer adeus.
Escrevo sempre para a Zete e Dindinha.
Escrevi para a Lia e Jansnuzzi e dei o teu endereço. Sei que gostarás de receber uma cartinha deles.
Como te prometi, querido, escreverei sempre.
Papai, Biebe e irmãos enviam-te muitos abraços. Aceite beijos das filhas e as saudades da tua, sempre tua
Cotinha.
Fga,7-11-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Comunicação

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA







Identificação:
Classificação: FEB 7
Série: Correspondência original
Data de produção: 28/11/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar entre esposa e marido, Capitão da F.E.B, demonstrando preocupação acerca da guerra, tristeza pela ausência do marido; revelando algumas novidades envolvendo trabalho voluntário em prol dos soldados da F.E.B.

Local: Brasil

Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

Selo
[Isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 28 XI. 44]
[ABERTA PELA CENSURA]
[C.C.B.S. ilegível]

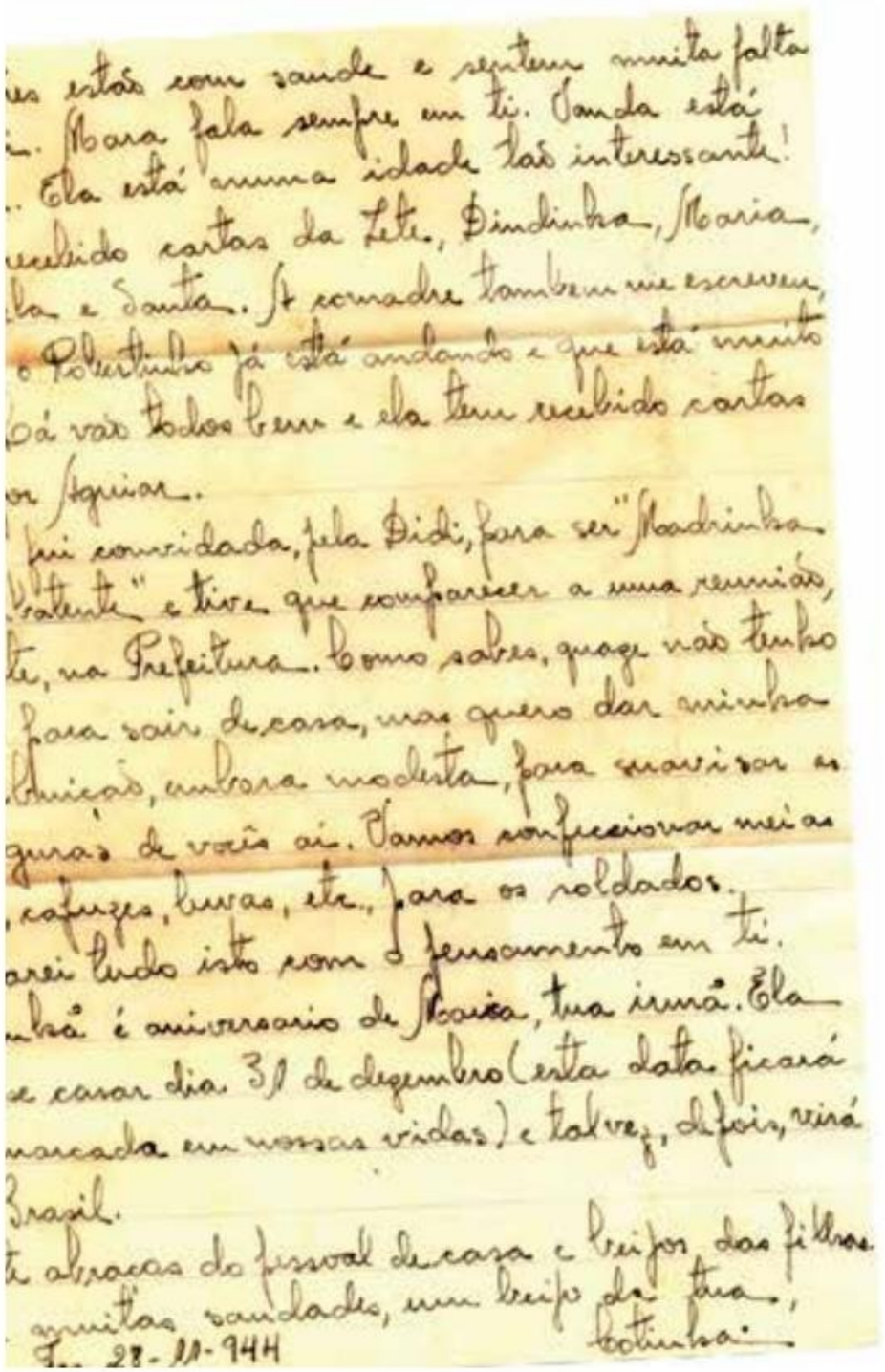
Texto

[fl.1]
<à margem esquerda: 9ª carta>
Querido Nelito
A carta que eu desejava escrever-te hoje
era bem diferente desta; queria dar-te uma
grande alegria, com a noticia: Maria Cristina passou
para o 2º ano, mas infelizmente ela foi reprovada.
Aliás, quando tu estavas ainda no Rio, eu te escrevi
Dizendo que a Irmã Afonsina estava achando-a
meio fraca, não foi? Ela é muito inteligente,
porem, teve pouca frequencia, foi o que ela me
disse. Esta guerra precisa acabar, meu bem.
Ficamos um dia aqui, outro ali e a pobre meni-
na é que é prejudicada.
Estou muito triste e sinto necessidade de teus
Carinhos. Estou com pena de Maria Cristina; ela
viu os colegas serem promovidos e naturalmente
sentiu inveja deles.
Vou ver se arranjo uma professora particular para ela
estudar nas ferias.Sei que vais ficar muito trite
com esta noticia, Nelito, mas de qualquer maneir
precisavas saber.
[fl.2]
Todas tres estão com saude e sentem muita falta
do papai. Mara fala semre em ti. Vanda está
enorme. Ela está numa idade tão interessante!


9ª carta

Querido Nelito

A carta que eu desejava escrever-te hoje era bem diferente desta; queria dar-te uma grande alegria, com a noticia: Maria Cristina passou para o 2º ano, mas infelizmente ela foi reprovada. Aliás, quando tu estavas ainda no Rio, eu te escrevi dizendo que a Irmã Afonsina estava achando-a meio fraca, não foi? Ela é muito inteligente, porem, teve pouca frequencia, foi o que ela me disse. Esta guerra precisa acabar, meu bem. Ficamos um dia aqui, outro ali e a pobre da menina é que fica prejudicada.
Estou muito triste e sinto necessidade de teus carinhos. Estou com pena de Maria Cristina; ela viu os colegas serem promovidos e naturalmente sentiu inveja deles.
Vou ver se arranjo uma professora particular para ela estudar nas ferias. Sei que vais ficar muito triste com esta noticia, Nelito, mas de qualquer maneira precisavas saber.



Tenho recebido cartas da Zete, Dindinha, Maria, Tias Ziele e Santa. A comadre tambem me escreveu, diz que o Robertinho já está andando e que está muito levado. Lá vão todos bem e ela tem recebido cartas do Major Aguiar.
Ontem fui convidada, pela Didi, para ser "Madrinha do Combatente" e tive que comparecer a uma reunião, à noite, na Prefeitura. Como sabes, quase não tenho tempo para sair de casa, mas quero dar minha contribuição, embora modesta, para suavizar as amarguras de vocês ai. Vamos confeccionar meias de lã, capuzes, luva, etc., para os soldados.
Eu farei tudo isto com o pensamento em ti.
Amanhã é aniversario de Maria [?], tua irmã. Ela vai se casar dia 31 de dezembro (esta data ficará bem marcada em nossas vidas) e talvez, depois, virá ao Brasil.
Aceite abraços do pessoal de casa e beijos das filhas.
Com muitas saudades, um beijo de tua ,
Cotinha
Fga, 28-11-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias

História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família, relacionamentos.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 8
Série: Correspondência original
Data de produção: 08/12/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 1 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., notificando sobre a possibilidade de começar a receber o fundo de previdência, relatando o aviso do Ministério da Guerra da criação de uma agencia do Banco do Brasil junto á F.E.B.

Local: Brasil

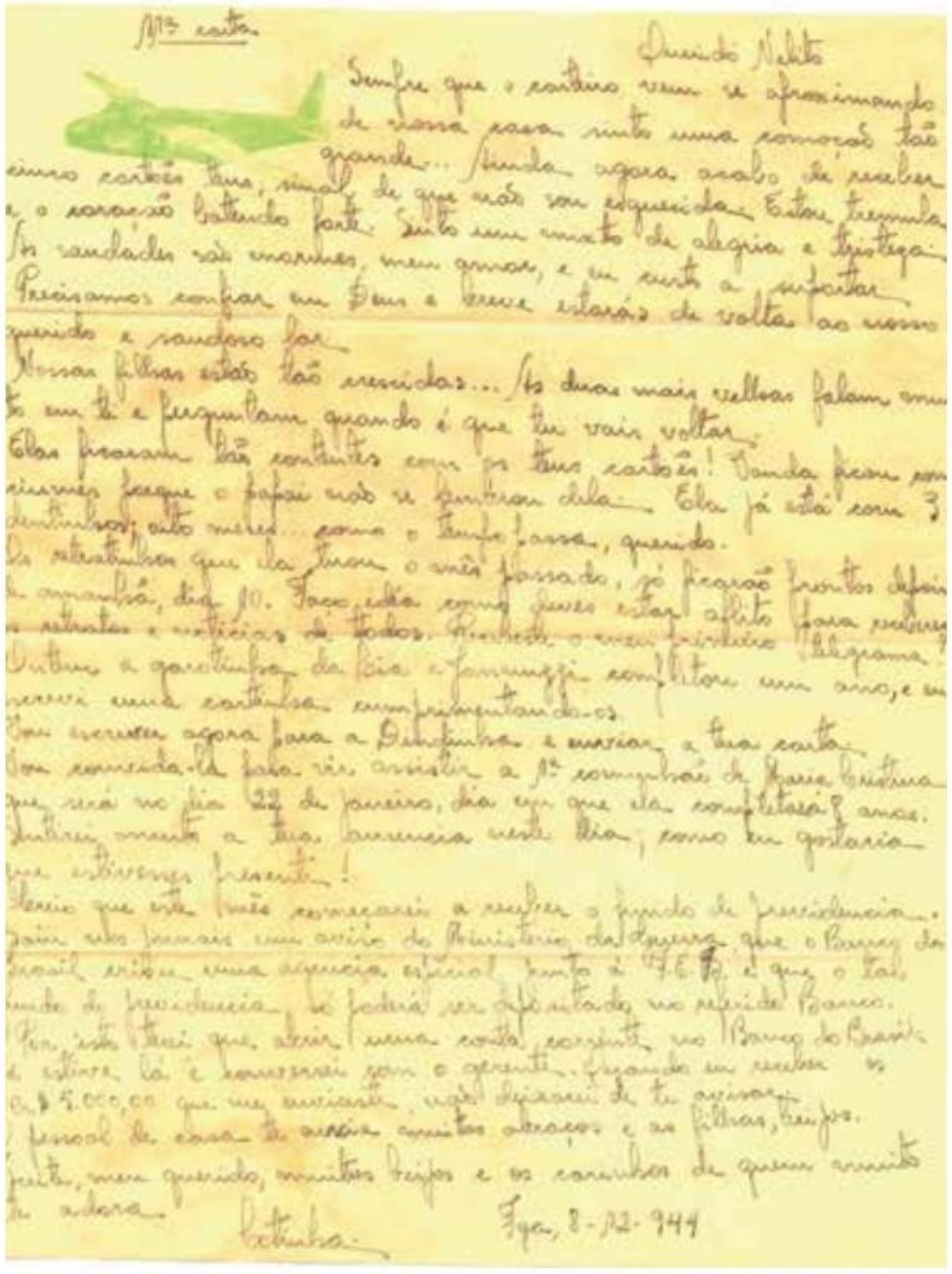
Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

Selo
[Isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 8 XII. 44]
[ABERTA PELA CENSURA]
[C.C.B.S. 10]

Texto

[fl. 1]
<à margem esqueda:11ª carta>
Querido Nelito
Sempre que o carteiro vem se aproximando
de nossa casa sinto uma comoção tão
grande... Ainda agora acabo de receber
cinco cartões teus; sinal de que não sou esquecida. Estou tremula
e o coração batendo forte. Sinto um mixto de alegria e tristeza.
As saudades são enormes, meu amor, e eu custo a suportar.
Precisamos confiar em Deus e breve estarás de volta ao nosso
querido e saudoso lar.
Nossas filhas estão tão crescidas... As duas mais velhas falam mui-
to em ti e perguntam quando é que tu vais voltar.
Elas ficaram tão contentes com os teus cartões! Vanda ficou com
ciumes porque o papai não se lembrou dela. Ela já está com 3
dentinhos; oito meses... como o tempo passa, querido.
Os retratinhos que ela tirou o mês passado, só ficarão prontos depois
de amanhã , dia 10. Faço idéa como deves estar aflito para receberes
os retratos e noticias de todos. Recebeste o meu primeiro telegrama?
Ontem a garotinha da Lia e Jannuzzi completou um ano, e eu
Escrevi uma cartinha cumprimentado-os.
Vou escrever agora para a Dindinha e enviar a tua carta.



Vou convida-la para vir assistir a 1ª comunhão de Maria Cristina
que será no dia 22 de janeiro, dia em que ela completará 8 anos.
Sentirei muito a tua ausencia neste dia; como eu gostaria
que estivesses presente!
Creio que este mês começarei a receber o fundo de previdencia.
Saiu nos jornais um aviso do Ministerio da Guerra, que o Banco do
Brasil criou uma agencia especial junto à F.E.B. e que o tal
fundo de previdência só poderá ser depositado no referido Banco.
Por isto terei que abrir umaa conta corrente no Banco do Brasil.
Já estive lá e conversei com o gerente. Quando eu receber os
Cr$ 5.000,00 que me enviaste, não deixarei de te avisar.
O pessoal de casa te envia muitos abraços e as filhas, beijos.
Aceite, meu querido, muitos beijos e os carinhos de quem muito
te adora.

Cotinha.

Fga, 8-12-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família, relacionamentos.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA

Identificação:
Classificação: FEB 9
Série: Correspondência original
Data de produção: 12/12/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 1 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., dando noticias sobre a filha caçula, dizendo sobre a impossibilidade de enviar itens aos expedicionários, senão àqueles especificados pela F.E.B.

Local: Brasil

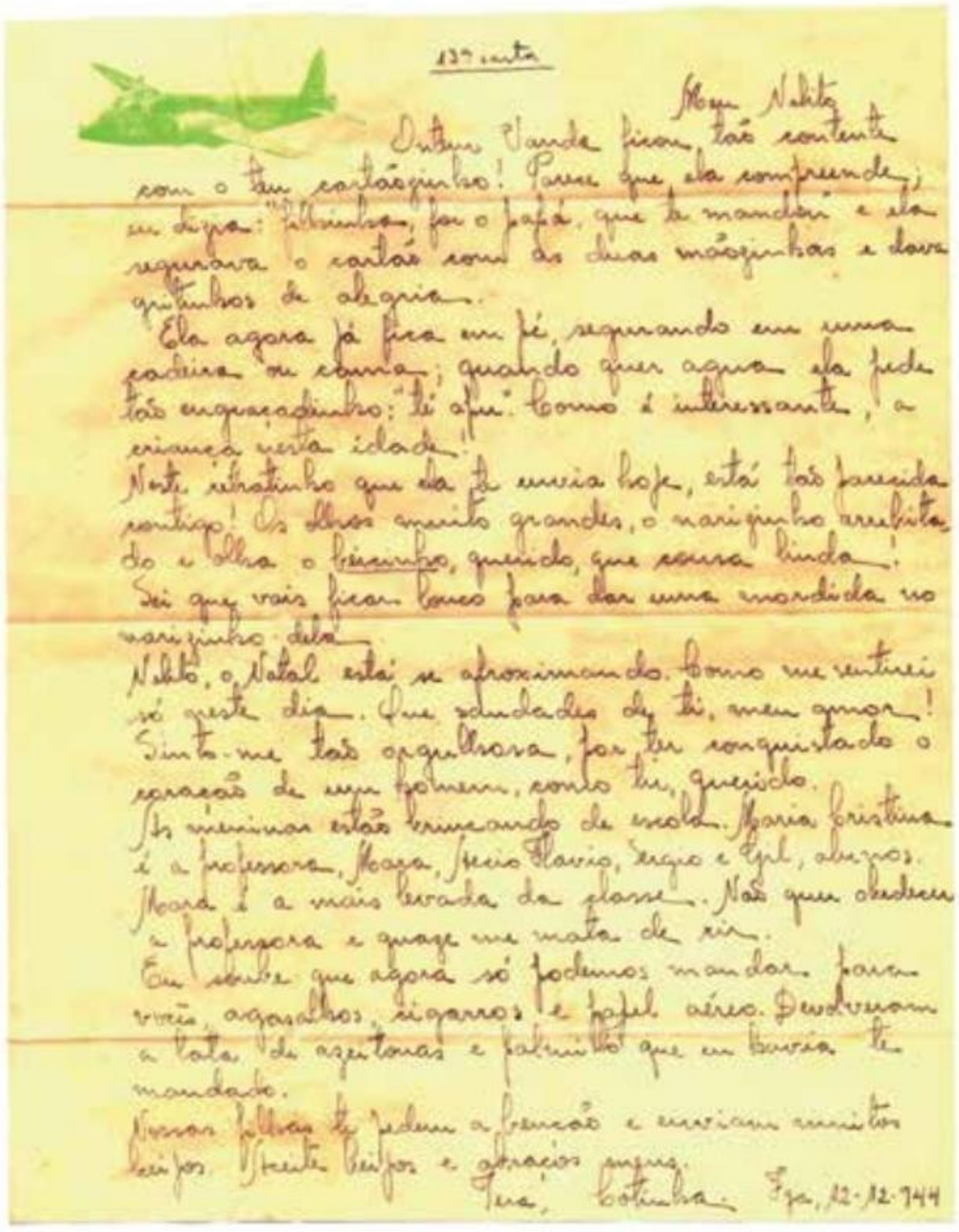
Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

Selo
[isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 8 XII. 44]
[ABERTA PELA CENSURA]
[C.C.B.S. 24]







13ª carta

Meu Nelito

Ontem Vanda ficou tão contente
com o teu cartãozinho! Parece que ela compreende;
eu dizia: "filhinha, foi o papá, que te mandou" e ela
segurava o cartão com as duas mãozinhas e dava
gritinhos de alegria.
Ela agora já fica em pé, segurando em uma
cadeira ou cama; quando quer agua ela pede
tão engraçadinho: "té apu". Como é interessante, a
criança nesta idade!
Neste retratinho que ela te enviou hoje, está tão parecida
contigo! Os olhos muito grandes, o narizinho arrebita-
do e olha o beicinho, querido, que cousa linda!
Sei que vais ficar louco para dar uma mordida no
narizinho dela.
Nelito, o natal está se aproximando. Como me sentirei
só neste dia. Que saudades de ti, meu amor!
Sinto-me tão orgulhosa, por ter conquistado o
coração de um homem, como tu, querido.
As meninas estão brincando de Escola. Maria Cristina
é a professora, Mara, Aecio Flavio, Sergio e Gil, alunos.
Mara é a mais levada da classe. Não quer obedecer
a professora e quase me mata de rir.
Eu sabia que agora só podemos mandar favo-
res, agasalhos, cigarros e papel aéreo. Deduzuam
a falta de agasalhos e fazendo que eu burle te
mandado.
Nossas filhas te pedem a benção e enviam muitos
beijos. Muitos beijos e abraços pra
Tua, Botinha. Fpa, 12-12-944

Texto

[fl. 1]
<à margem esqueda:13ª carta>
Meu Nelito
Ontem Vanda ficou tão contente
com teu cartãozinho! Parece que ela compreende;
eu dizia: "filhinha, foi o papá, que te mandou" e ela
segurava o cartão com as duas mãozinhas e dava
gritinhos de alegria.
Ela agora já fica em pé, segurando em uma
cadeira ou cama; quando quer agua ela pede
tão engraçadinho: "té apu". Como é interessante, a
criança nesta idade!
Neste retratinho que ela te enviou hoje, está tão parecida
contigo! Os olhos muito grandes, o narizinho arrebita-
do e olha o beicinho, querido, que cousa linda!
Sei que vais ficar louco para dar uma mordida no
narizinho dela.
Nelito, o natal está se aproximando. Como me sentirei
só neste dia. Que saudades de ti, meu amor!
Sinto-me tão orgulhosa, por ter conquistado o
coração de um homem, como tu, querido.
As meninas estão brincando de Escola. Maria Cristina
é a professora, Mara, Aecio Flavio, Sergio e Gil, alunos.
Mara é a mais levada da classe. Não quer obedecer
a professora e quase me mata de rir.

Eu soube que agora só podemos mandar para
vocês, agasalhos, cigarros r papel aéreo. Devolveram
a lata de azeitonas e palmito que eu havia te
mandado.
Nossas filhas te pedem a benção e enviam muitos
beijos. Aceite beijos e abraços meus.
Tua, Cotinha.
Fga,12-12-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 10
Série: Correspondência original
Data de produção: 12/12/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2(folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., demonstrando preocupação acerca do acidente sofrido pelo marido; escreve contando sobre o Clube Filatelico do Brasil e de selos do Império colocados em leilão; demonstrando tristeza por passar o Natal sem o esposo.

Local: Brasil

Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

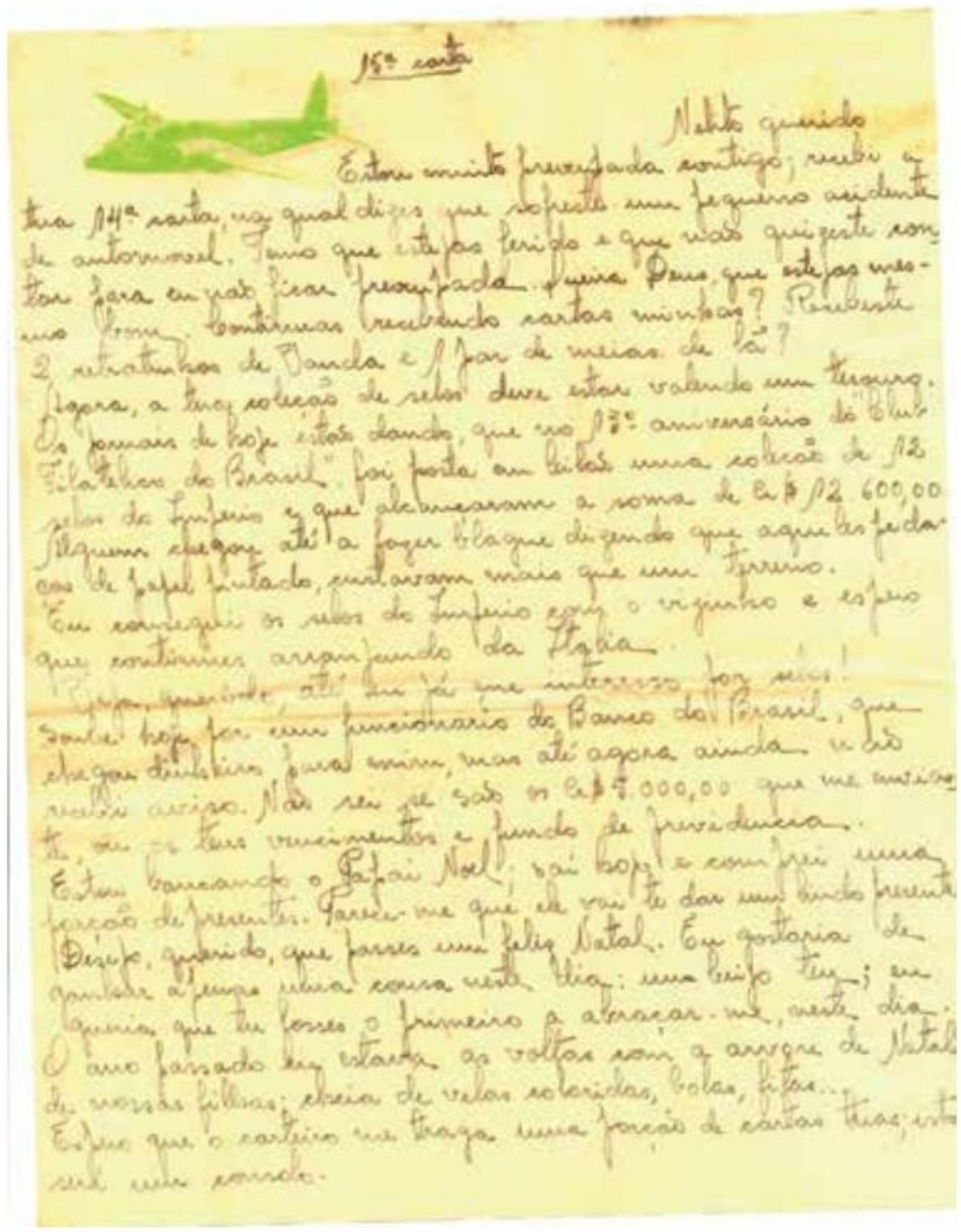
Selo
[isento de selo]

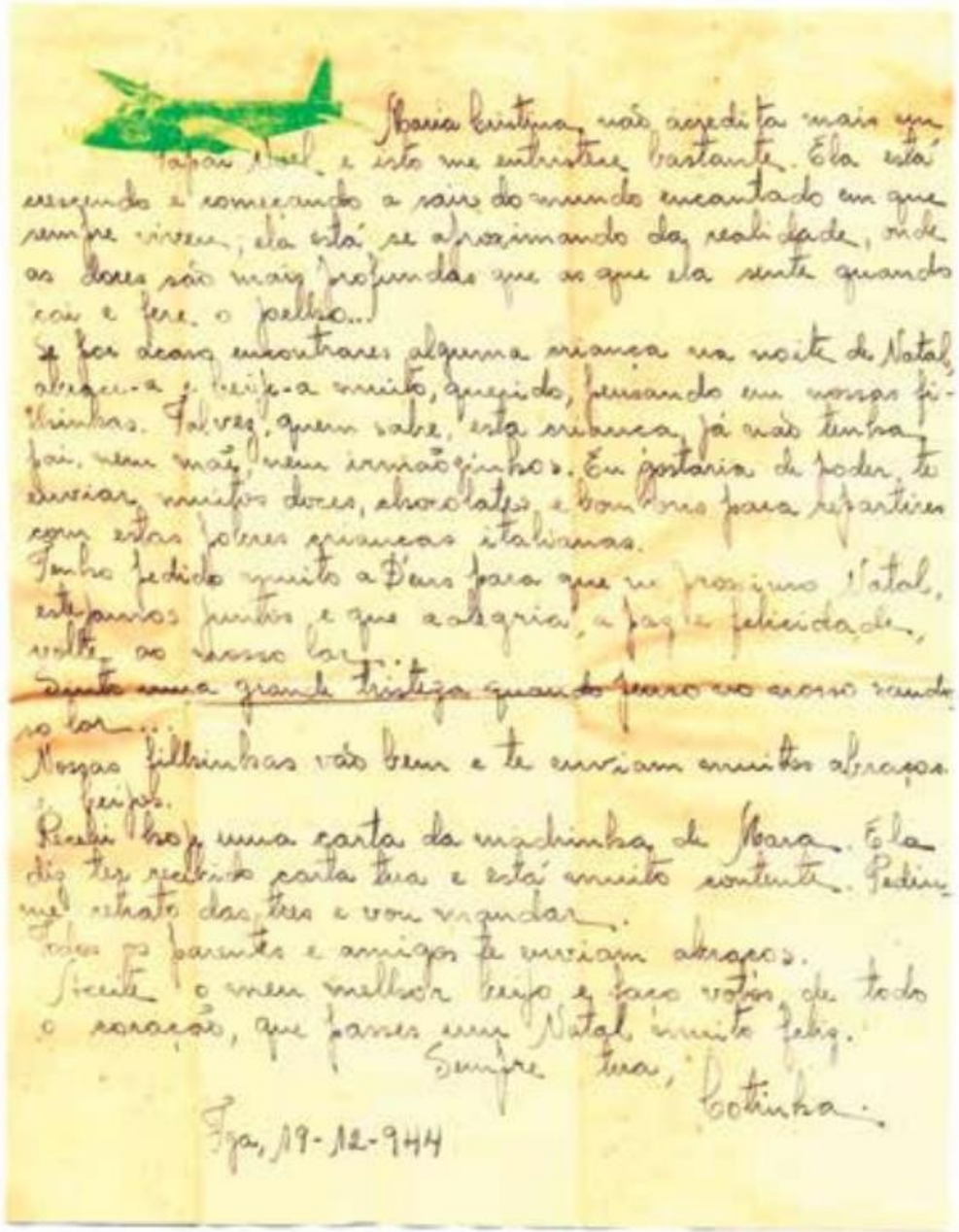
Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 19XII. 44]

[ABERTA PELA CENSURA]
[ilegível. 28]

Texto

[fl. 1]
<15ª carta>
Nelito querido
Estou muito preocupada contigo; recebi a
tua 14ª carta, nas qual dizes que sofreste um pequeno acidente
de automovel. Temo que estejas ferido e que não quizeste con-
tar para eu não ficar preocupada. Queira Deus, que estejas mês-
mo bom. Continuas recebendo cartas minha? Recebeste
2 retratinhos de Vanda e 1 par de meias de lã?
Agora, a tua coleção de selos deve estar valendo um tesouro.
Os jornais de hoje estão dando, que no 13º aniversário do "Club
Filatelico do Brasil", foi posta em leilão uma coleção de 12
selos do Império e que alcançaram a soma de Cr$ 12.600,00.
Alguem chegou até a fazer blague dizendo que aqueles peda-
ços de papel pintado, custavam mais que um terreno.
Eu consegui os selos do Império com o vizinho e espero
que continues arranjando os selos da Italia.
Veja, querido, até eu já me interesso por selos!
Soube hoje por um funcionario do Banco do Brasil, que
chegou dinheiro para mim, mas até agora ainda naõ
recebi aviso. Não sei se são os Cr$ 5.000,00 que me envias-
te ou os teus vencimentos e fundo de previdência.
Estou bancando o Papai Noel; saí hoje e comprei uma


15ª carta
Nelito querido
Estou muito preocupada contigo; recebi a
tua 14ª carta, nas qual dizes que sofreste um pequeno acidente
de automovel. Temo que estejas ferido e que não quizeste con-
tar para eu não ficar preocupada. Queira Deus, que estejas mês-
mo bom. Continuas recebendo cartas minha? Recebeste
2 retratinhos de Vanda e 1 par de meias de lã?
Agora, a tua coleção de selos deve estar valendo um tesouro.
Os jornais de hoje estão dando, que no 13º aniversário do "Club
Filatelico do Brasil", foi posta em leilão uma coleção de 12
selos do Império e que alcançaram a soma de Cr$ 12.600,00.
Alguem chegou até a fazer blague dizendo que aqueles peda-
ços de papel pintado, custavam mais que um terreno.
Eu consegui os selos do Império com o vizinho e espero
que continues arranjando os selos da Italia.
Veja, querido, até eu já me interesso por selos!
Soube hoje por um funcionario do Banco do Brasil, que
chegou dinheiro para mim, mas até agora ainda naõ
recebi aviso. Não sei se são os Cr$ 5.000,00 que me envias-
te ou os teus vencimentos e fundo de previdência.
Estou bancando o Papai Noel; saí hoje e comprei uma



porção de presentes. Parece-me que ele vai te dar um lindo presente.
Desejo, querido, que passes um feliz Natal. Eu gostaria de
ganhar apenas uma cousa neste dia: um beijo teu; eu
queria que tu fosses o primeiro a abraçar-me, neste dia.
O ano passado eu estava as voltas com a arvore de Natal
de nossas filhas; cheia de velas coloridas. bolas, fitas...
Espero que o carteiro me traga uma porção de cartas tuas; isto
será um consolo.
[fl.2]
Maria Cristina não acredita mais em
Papai Noel e isto me entristece bastante. Ela está
crescendo e começando a sair do mundo encantado em que
sempre viveu; ela está se aproximando da realidade, onde
as dores são mais profundas que as que ela sente quando
cai e fere o joelho...
Se por acaso encontrares alguma criança na noite de Natal,
abrace-a e beije-a muito, querido, pensando em nossas fi-
linhas. Talvez, quem sabe, esta criança já não tenha
pai, nem mãe, nem irmãozinhos. Eu gostaria de poder te
enviar muitos doces, chocolates e bombons para repartires
com estas pobres crianças italianas.
Tenho pedido muito a Deus para que no proximo Natal,
estejamos juntos e que a alegria, a paz e felicidade,
volte ao nosso lar.
Sinto uma grande tristeza quando penso no nosso saudo-
so lar...
Nossa filhinhas vão bem e te mandam muitos abraços

e beijos.
Recebi hoje uma carta da madrinha de Mara. Ela
diz ter recebido carta tua e está muito contente. Pediu-
me retrato das tres e vou mandar.
Todos os parentes e amigos te enviam abraços.
Aceite o meu melhor beijo e faço votos, de todo
o coração, que passes um Natal muito feliz.
Sempre tua,
Cotinha
Fga, 19-12-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 11
Série: Correspondência original
Data de produção: 29/12/1944 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., dando notícias, revelando algumas novidades da terra e expressando saudades.

Local: Brasil

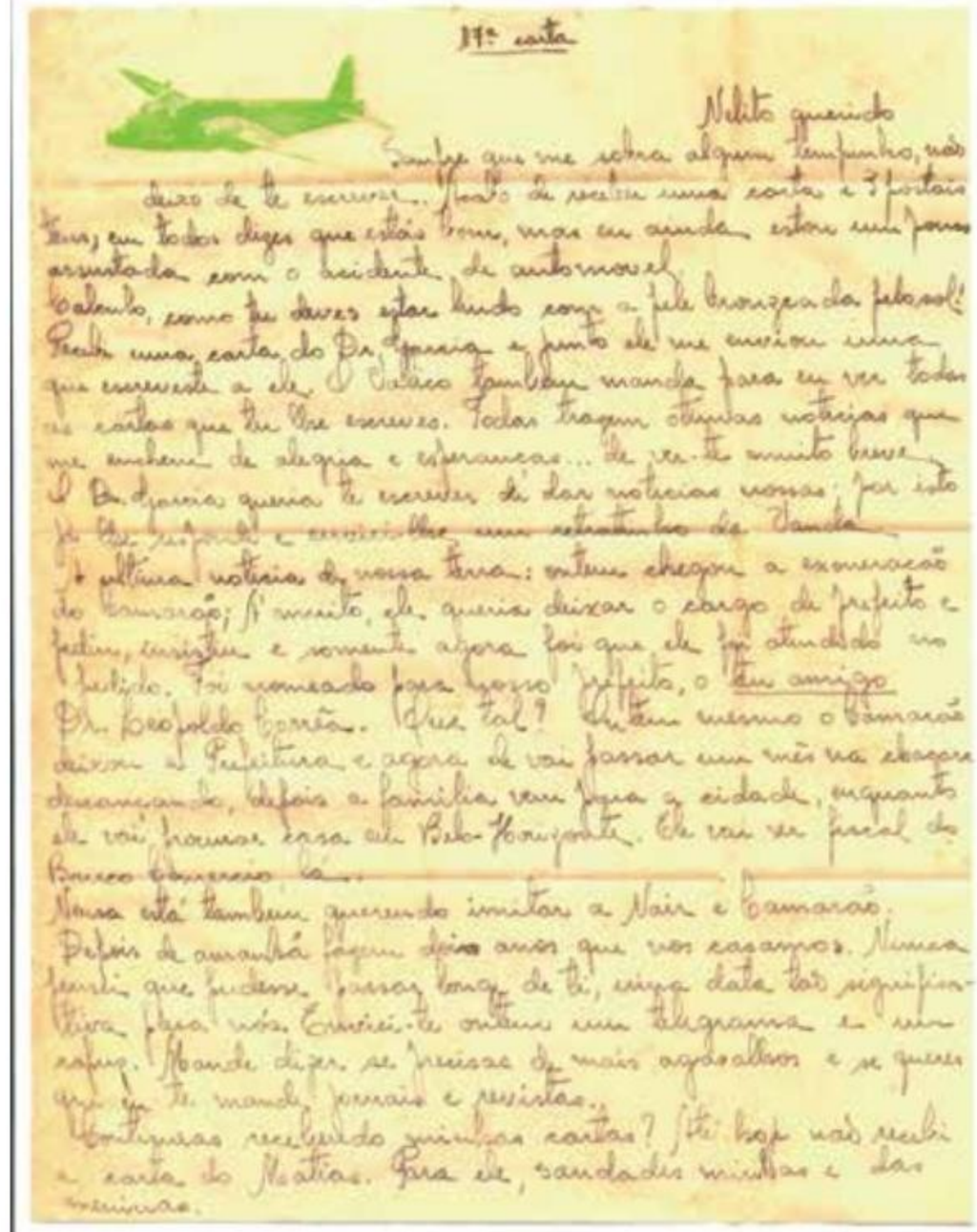
Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

Selo
[isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 29XII. 44]
[ABERTA PELA CENSURA]
[C.C.B.S. 41]

Texto

[fl. 1]
< 17ª carta >
Nelito querido
Sempre que me sobra algum tempinho, não
deixo de te escrever. Acabo de receber uma carta e 3 postais
teus, em todos dizes que estás bom, mas eu ainda estou um pouco
assustada com o acidente de automovel.
Calculo, como tu deves estar lindo com a pele bronzeada pelo sol!
Recebi uma carta do Dr. Garcia e junto ele me enviou uma
que escreveste a ele. O Valico tambem manda para eu ver todas
as cartas que tu lhe escreves. Todas trazem ótimas noticias que
me enchem de alegria e esperanças... de ver-te muito em breve.
O Dr. Garcia queria te escrever de dar noticias nossas; por isto
já lhe respondi e enviei-lhe um retratinho da Vanda.
A ultima noticia da nossa terra: ontem chegou a exoneração
do Camarão; À muito, ele queria deixar o cargo de prefeito e
pediu, insistiu e somente agora foi que ele foi atendido no
pedido. Foi nomeado para nosso prefeito, o teu amigo
Dr. Leopoldo Corrêa. Que tal? Ontem mesmo o Camarão
deixou a Prefeitura e agora ele vai passar um mês na chacara
descançando, depois a família vem para a cidade, enquanto
ele vai procura casa em Belo-Horizonte. Ele vai ser fiscal do
Banco Comercio, lá.
Neusa está tambem querendo imitar a Nair e Camarão.
Depois de amanhã fazem dois anos que nos casamos. Nunca


17ª carta

Nelito querido

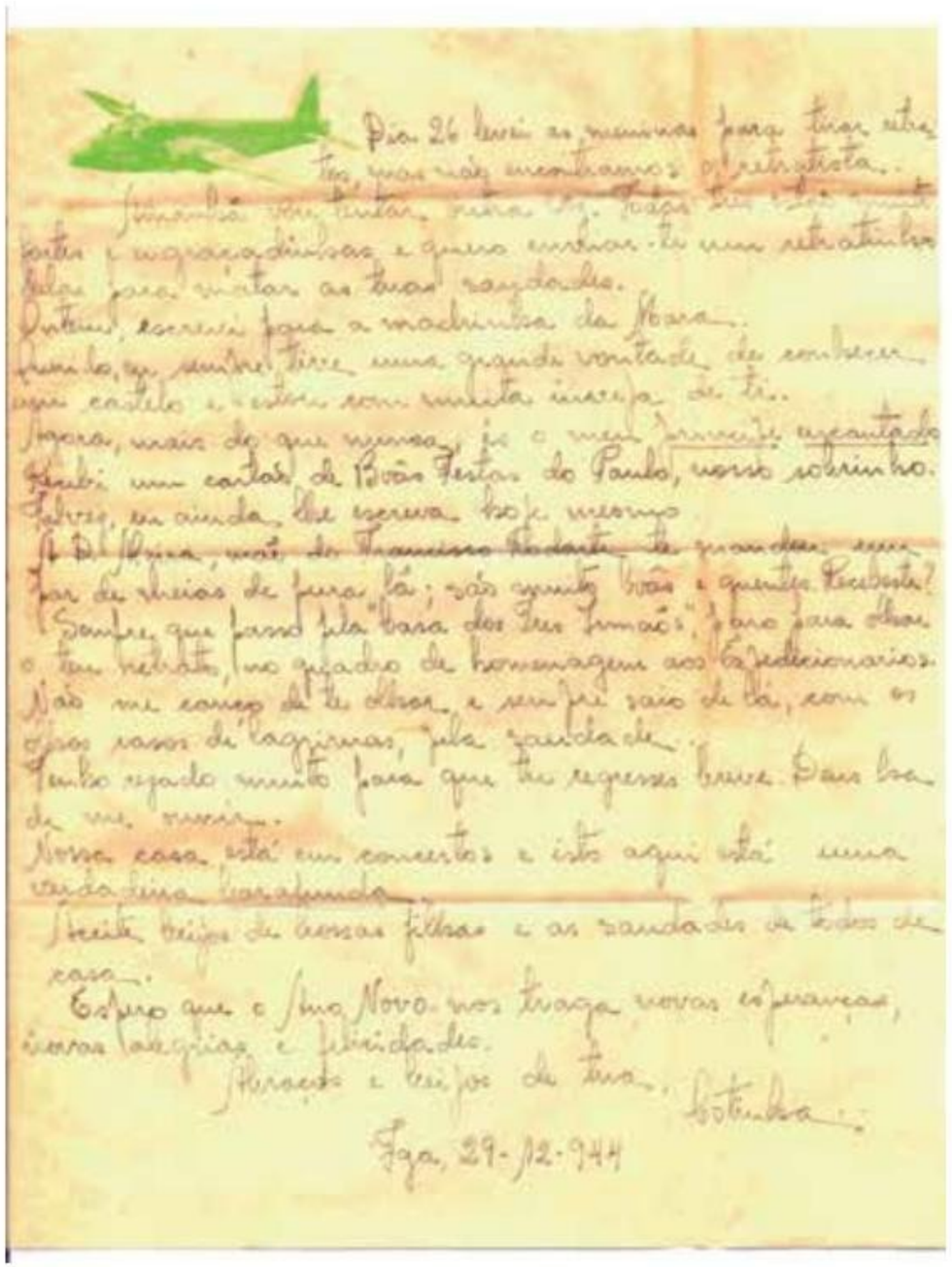
Sempre que me sobra algum tempinho, não deixo de te escrever... Acabo de receber uma carta e 3 postais teus, em todos dizes que estás bom, mas eu ainda estou um pouco assustada com o acidente de automovel.

Calculo, como tu deves estar lindo com a pele bronzeada pelo sol! Recebi uma carta do Dr. Garcia e junto ele me enviou uma que escreveste a ele. O Valico tambem manda para eu ver todas as cartas que tu lhe escreves. Todas trazem ótimas noticias que me enchem de alegria e esperanças... de ver-te muito breve. O Dr. Garcia queria te escrever de dar noticias nossas; por isto já lhe respondi e enviei-lhe um retratinho da Vanda.

A ultima noticia da nossa terra: ontem chegou a exoneração do Camarão; À muito, ele queria deixar o cargo de prefeito e pediu, insistiu e somente agora foi que ele foi atendido no pedido. Foi nomeado para nosso prefeito, o teu amigo Dr. Leopoldo Corrêa. Que tal? Ontem mesmo o Camarão deixou a Prefeitura e agora ele vai passar um mês na chacara descançando, depois a família vem para a cidade, enquanto ele vai procura casa em Belo-Horizonte. Ele vai ser fiscal do Banco Comercio, lá.

Neusa está tambem querendo imitar a Nair e Camarão.

Depois de amanhã fazem dois anos que nos casamos. Nunca



Dia 26 levei as meninas para tirar retratos, mas não encontramos o retratista.
Amanhã vou tentar outra vez. Todas tres estão muito fortes e engraçadinhas e quero enviar-te um retratinho delas para matar as tuas saudades.
Ontem, escrevi para a madrinha da Mara.
Querido, eu sempre tive uma grande vontade de conhecer um castelo e estou com muita inveja de ti.
Agora, mais do que nunca, é o meu principe encantado.
Recebi um cartão de Bôas Festas do Paulo, nosso sobrinho.
Talvez, eu ainda lhe escreva hoje mesmo.
A D. Alzira, mãe do Francisco Rodarte te mandou um par de meias de pura lã; são muito boas e quentes. Recebeste?
Sempre que passo pela "Casa Tres Irmãos", paro para olhar o teu retrato, no quadro de homenagem aos Expedicionarios.
Não me canço de te olhar e sempre saio de lá, com os olhos rasos de lagrimas, pela saudade.
Tenho rezado muito para que tu regresses breve. Deus ha de me ouvir.
Nossa casa está em concertos e isto aqui está uma verdadeira barafunda.

[fl.2]
pensei que pudesse passar longe de ti, uma data tão significativa para nós. Enviei-te ontem um telegrama e um capuz. Mande dizer se precisas de mais agasalhos e se queres que eu te mandes jornais e revistas.
Continuas recebendo minhas cartas? Até hoje não recebi a carta do Matias. Para ele, saudades minhas e das meninas.

Aceite beijos de nossas filhas e as saudades de todos de
casa.
Espero que o Ano Novo nos traga novas esperanças,
novas alegrias e felicidades.
Abraços e beijos de tua,
Cotinha.
Fga, 29-12-944

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família, relacionamento.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 12
Série: Correspondência original
Data de produção: 01/01/1945 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., contando a comemoração de aniversario de cassamento; comenta o uso do radio como forma de mandar mensagens aos expedicionários.

Local: Brasil

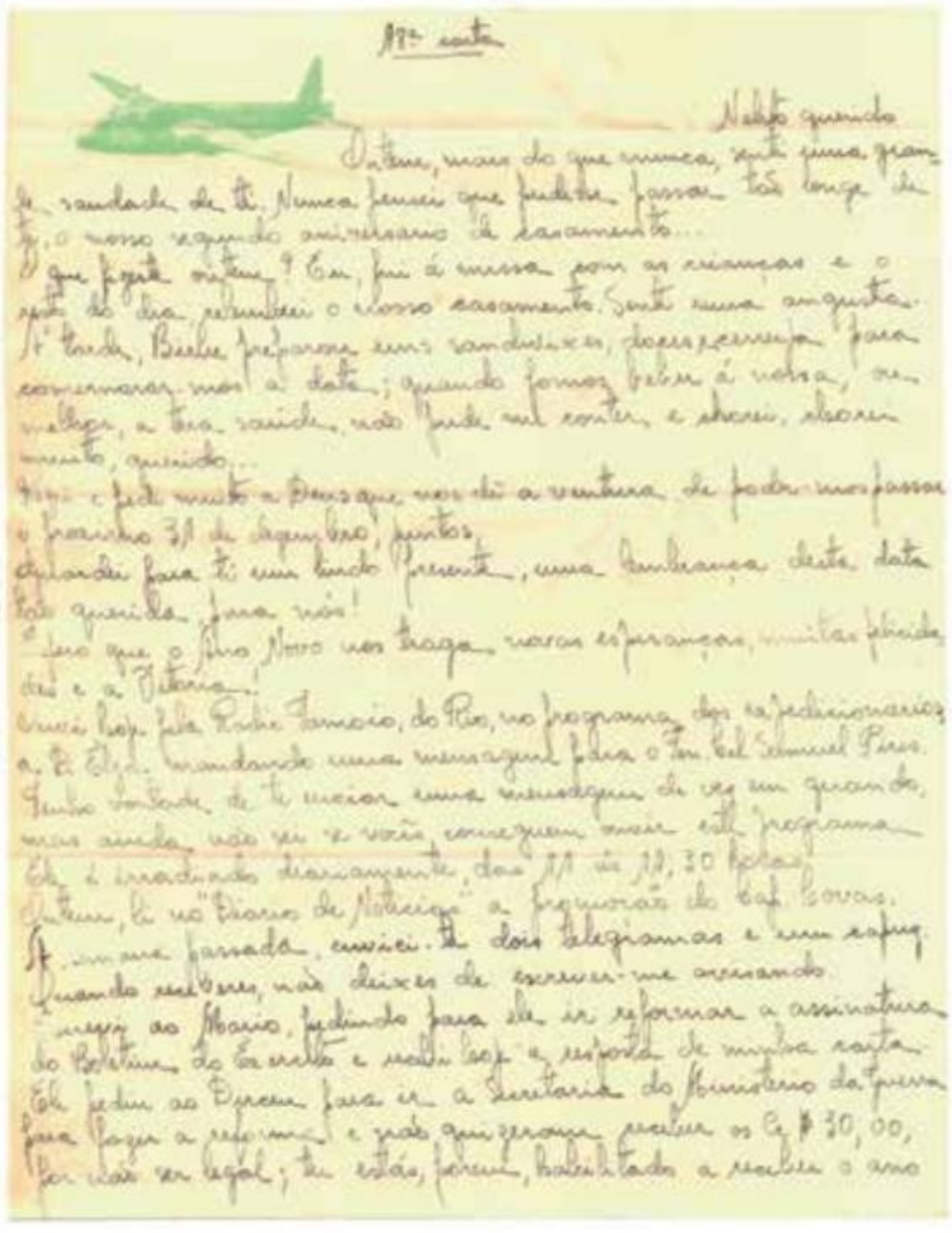
Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

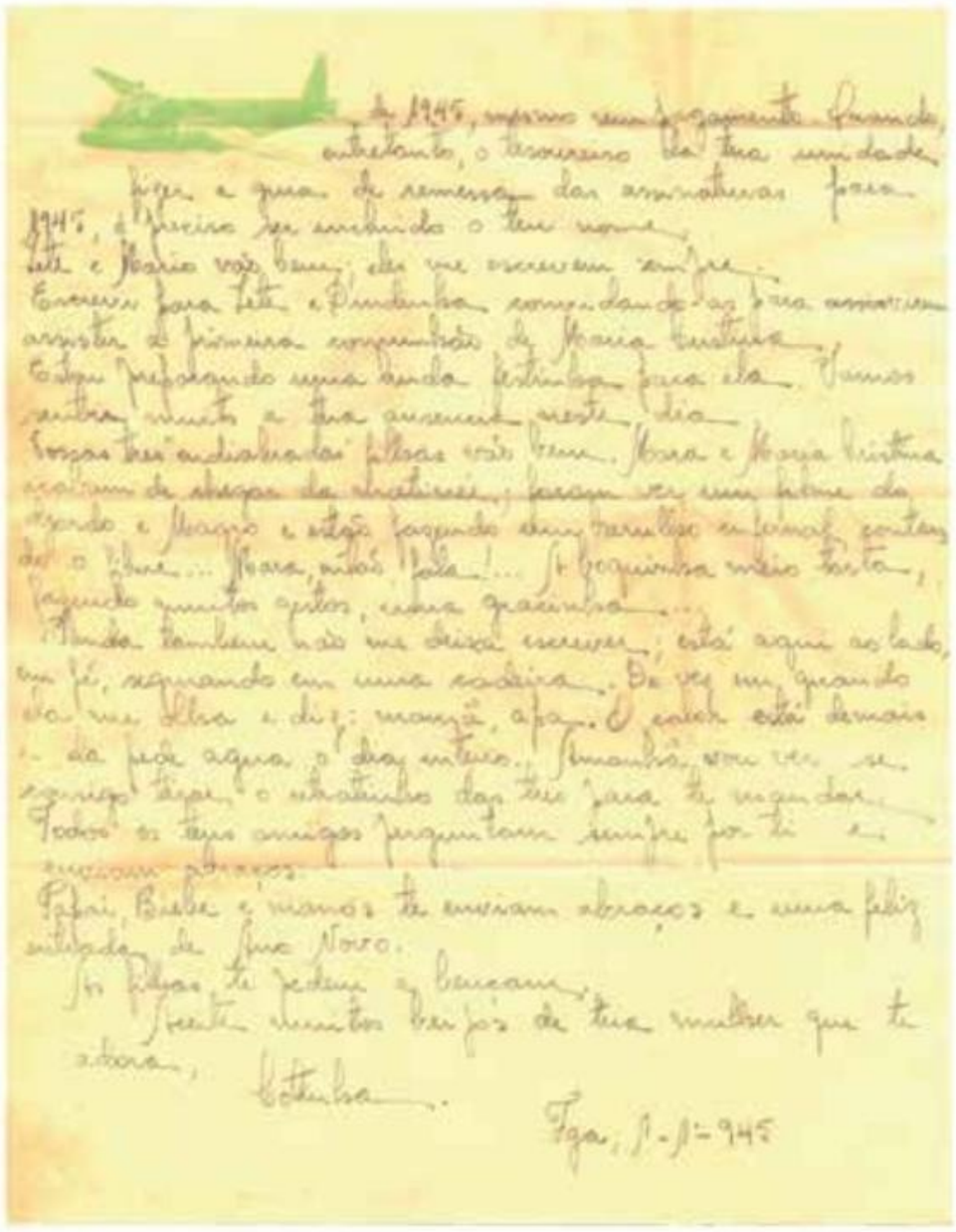
Selo
[isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 2 I. 45]
[ABERTA PELA CENSURA]
[D.F. 255]

Texto

[fl. 1]
<18ª carta>
Nelito querido,
Ontem, mais do que nunca senti uma gran-
de saudades de ti. Nunca pensei que pudesse passar tão longe de
ti, o nosso segundo aniversario de casamento...
O que fizeste ontem? Eu, fui à missa com as crianças e o
resto do dia, relembrei o nosso casamento. Senti uma angustia...
À tarde, Biebe preparou uns sanduiches, doces e cerveja para
comemorar-mos a data; quando fomos beber à nossa, ou
melhor, a tua saúde, não pude me conter e chorei, chorei
muito, querido.
Rezei e pedi muito a Deus que nos dê a ventura de poder-mos passar
o próximo 31 de dezembro, juntos.
Guardei para ti um lindo presente, uma lembrança desta data
tão querida, para nós.
Espero que o ano Novo nos traga novas esperanças, muitas felicida-
des e a Vitoria.
Ouvi hoje pela Radio Tamoio, do Rio, no programa dos expedicionários,
a D. Elza mandando uma mensagem para o Ten. Cel. Samuel Pires.
Tenho vontade de te enviar uma mensagem de vez em quando,
mas ainda não sei se vocês conseguem ouvir este programa.
Ele é irradiado diariamente, das 11 às 11,30 horas.
Ontem, li no "Diário de Noticias" a promoção do Cap. Covas.
A semana passada, enviei-te dois telegramas e um capuz.





Quando receberes, não deixes de escrever-me avisando.
Escrevi ao Mario, pedindo para ele ir reformar a assinatura
do Boletim do Exercito e recebi hoje a resposta de minha carta.
Ele pediu ao Dirceu para ir a Secretaria do Ministerio da Guerra
para fazer a reforma e não quiseram receber os Cr$ 30,00,
por não ser legal; tu estás, porem, habilitado a receber o ano
[fl.2]
de 1945, mesmo sem pagamento. Quando,
entretanto, o tesoureiro da tua unidade
fizer a guia de remessa das assinaturas para
1945, é preciso ser incluído o seu nome.
Zete e Mario vão bem; eles me escrevem sempre.
Escrevi para Zete e Dindinha convidando-as para assis virem
assistir a primeira comunhão de Maria Cristina.
Estou preparando uma linda festinha para ela. Vamos
sentir muito a tua ausencia neste dia.
Nossas três "endiabradas" filhas vão bem. Mara e Maria Cristina
acabam de chegar da matiné; foram ver um filme do
Gordo e Magro e estão fazendo um barulho infernal, contan-
do o filme... Mara, então, fala... A boquinha meio torta,
fazendo muitos gestos, uma gracinha...
Vanda tambem não me deixa escrever; está aqui ao lado,
em pé, segurando em uma cadeira. De vez em quando
ela me olha e diz: mamã, apa. O calor está demais
e ela pede agua o dia inteiro. Amanhã vou ver se
consigo tirar o retratinho das tres pra te mandar.
Todos os teus amigos perguntam sempre por ti e

enviam abraços.
Papai, Biebe e manos te enviam abraços e uma feliz
entrada de Ano Novo.
As filhas te pedem a bençam.
Aceite muitos beijos da tua mulher que te
adora,
Cotinha
Fga, 1-1-945

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família, relacionamento.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA





Identificação:
Classificação: FEB 13
Série: Correspondência original
Data de produção: 14/01/1945 (Data Certa)
Quantidade de documento: 2 (folha)

Referência Arquivística:
Força Expedicionária Brasileira (FEB)

Resumo:
Carta familiar de uma esposa ao marido, Capitão da F.E.B., comentando sobre recebimento de jornal dos expedicionários; enviando noticias do Brasil.

Local: Brasil

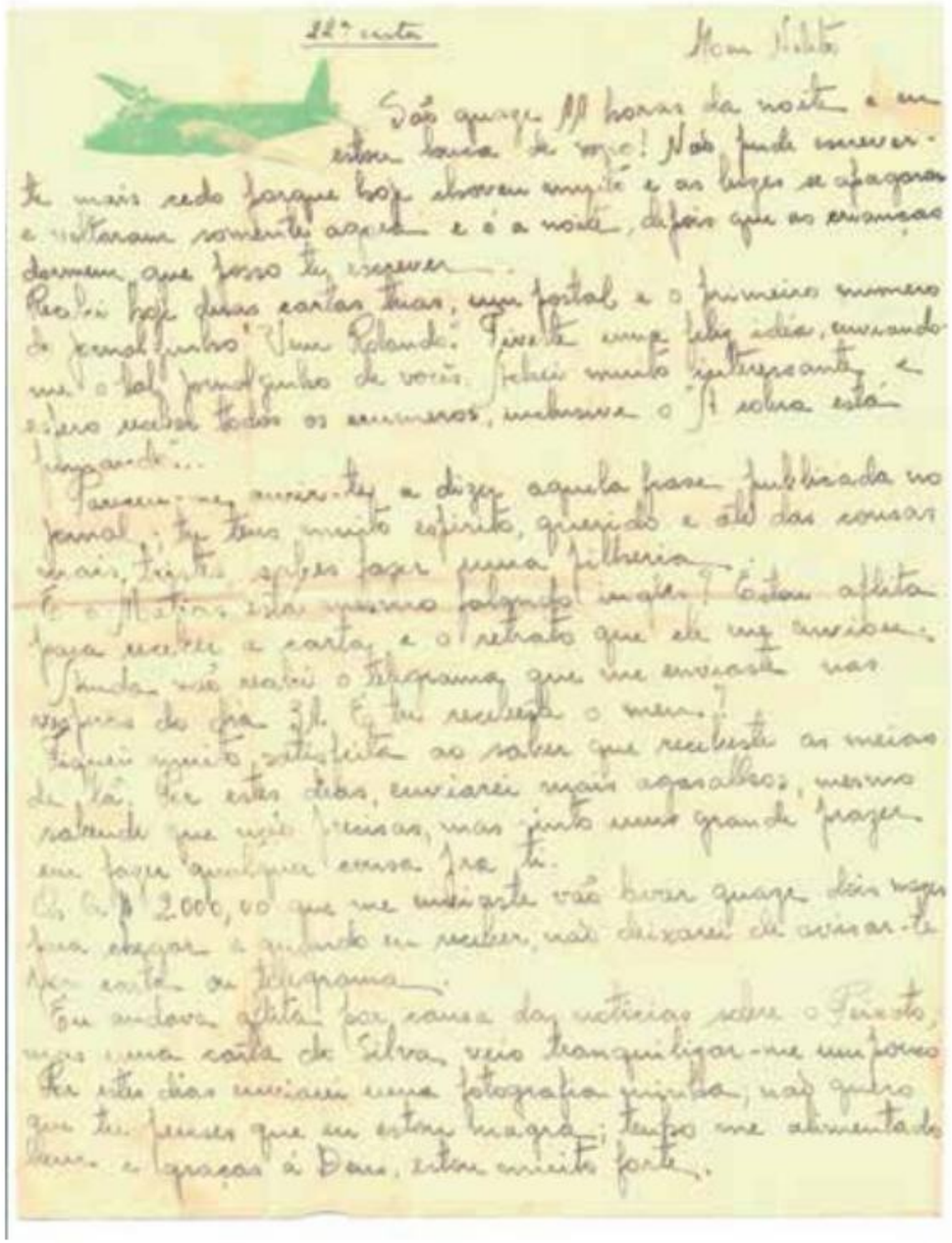
Sobrescrito
Destinatário
Ao Senhor
Capitão Manoel Francisco Pacheco
- 311-
F.E.B.

Selo
[isento de selo]

Carimbo
[FORMIGA – MINAS – 14 [ilegível] 45]
[ABERTA PELA CENSURA]
[C.C.B.S. 16]

Texto

[fl. 1]
<à margem esquerda: 22ª carta>
Meu Nelito
São quase 11 horas da noite e eu
estou louca de sono! Não pude escrever-
te mais cedo porque hoje choveu muito e as luzes se apagaram
e voltaram somente agora e é a noite, depois que as crianças
dormem, que posso te escrever.
Recebi hoje duas cartas tuas, um postal e o primeiro numero
do jornalzinho "Vem Rolando". Tiveste uma feliz idéa, enviando-
me o tal jornalzinho de vocês. Achei muito ineressante e
espero receber todos os números, inclusive o "A cobra está
fumando"...
Pareceu-me ouvir-te a dizer Aquela frase publicada no
jornal; tu tens muito espirito, querido e até das cousas
mais tristes, sabes fazer uma pilheria.
E o Matias está mesmo falando ingles? Estou aflita
para receber a carta e o retrato que ele me enviou.
Ainda não recebi o telegrama que me enviaste nas
vesperas do dia 31. E tu recebeste o meu?
Fiquei muito satisfeita ao saber que recebeste as meias
de lã. Por estes dias, enviarei mais agasalhos, mesmo
sabendo que não precisas, mas sinto um grande prazer
em fazer qualquer cousa pra ti.
Os Cr$ 2.000,00 que enviaste vão levar quase dois mezes





para chegar e quando eu receber, não deixarei de avisar-te
por carta ou telegrama.
Eu andava aflita por causa das noticias sobre o Peixoto,
mas uma carta do Silva veio tranquilizar-me um pouco.
Por estes dias enviarei uma fotografia minha; não quero
que tu penses que eu estou magra; tenho me alimentado
bem e graças à Deus, estou muito forte.
Dindinha tem recebido tuas cartas,
sim. Não te preocupes, querido. Mesmo quan-
do não vem cartas para ela eu escrevo dando tuas noticias.
Estou esperando-a por estes dias para a 1ª comunhão de
Maria Cristina.
Nossas filhas estão muito crescidas, fortes e bonitas. Mara
conta sempre para as companheiras: " o papai está na guerra,
matando alemão e quando ele voltar nós vamos embora
e a Cotinha disse que vai armar nossa rêde na casa
que nós formos morar". Parece que ela está aflita pela tua
volta somente por causa da rede.
Ela não se esquece das cousas; ele disse isto ainda em
São João del Rei. Por falar em S. Joao, há dias recebi um
numero da revista "Em Guarda", mandada pelo nosso
vizinho Dr. Bonfadini. Ele foi a Canpo Belo e na volta
passará por aqui e virá nos visitar.
Vanda já fica em pé sozinha e creio que não demora-
rá a andar. O retratinho dela, do mez passado não
ficou bom. Pretendo tirar muitos retratinhos das tres,
no próximo dia 22.

O Carlos Gomes tem recebido tuas cartas. Lourdinha anda
zangada contigo por não teres escrito para ela.
Vou passar a enviar-te toda semana alguns jornais
de Minas, Rio e S. Paulo.
Peço-te benção para nossas filhas.
Os nossos parentes te enviam abraços.
Aceite muitos beijos de tua
Cotinha
que te adora
Fga, 14-1-945

Contexto:
II Guerra Mundial

Palavras Chave
Tipo: notícias
História: II Guerra Mundial, família.
Sociologia: Família, relacionamento.

Créditos
Transcrição: Maria Vitória Lima Honzák
Digitalização: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais - MAPA

Referência

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Glossário das Espécies Documentais. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.). Bellotto, Heloísa Liberalli; REIS, Gilson Sérgio Matos (orgs.). **Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830):** Catálogo 1. São Paulo: Edusc, 2000.

FGV CPDOC. **O que são arquivos pessoais?** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 01 set. 2016.

LIMA, Douglas et. al. **Cadernos de Paleografia.** n. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7krW5KmF1eEVko4akg4SFJ3SFE/view>. Acesso em: 01 set. 2016.

NORMAS TÉCNICAS Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos – Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>. Acesso em: 01 set. 2016.

PROJETO FLY. **Cartas esquecidas 1900-1974.** PTDC/CLE-LIN/098393/2008. Disponível em: <http://fly.clul.ul.pt/index.php>. Acesso em: 01 set. 2016.

Maria Vitória Lima Honzák
Historiadora
Voluntária da ANVFEB BH



Carta de Dr Justino Gaiopa
(Médico) e esposa

Recebeu 12-3-945
Resp. em 22-4-945.

2º Tenente enfermeira
Arací Campos nº
F.E.B.

Recebeste o T
passado?
ber que a no
está no Ro
dava que logo após
ha partida ela tivesse
ado a São Joaõ. Beijo
ne esposa le filhos, a
filhos, ao Juca e a
todos os amigos que
untarem por aqui

Colaborações

Artigos e resenhas para Revista Postais devem ser enviados para o e-mail revistapostais@gmail.com, seguindo as seguintes orientações:

a) A Revista do Museu Correios aceita trabalhos originais inéditos, de autoria individual ou coletiva, submetidos sempre à Comissão Editorial;

b) Trabalhos não inéditos são aceitos apenas a convite da Comissão Editorial ou em caso de edição esgotada, de tradução de original em língua diversa do português ou quando se tratar de textos que tenham sido publicados apenas em veículos editados em outros países;

c) São aceitos artigos científicos, resenhas e entrevistas nas áreas de interesse da revista;

d) São aceitos trabalhos em português, espanhol, inglês, italiano e francês;

e) Os trabalhos devem ser digitados em Word, em formato A 4, A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12, com espaço 1,5;

f) A extensão máxima dos textos é 20 páginas, incluindo figuras, fotos, gráficos e bibliografia.

Textos maiores poderão ser aceitos quando de relevante interesse científico, a critério da Comissão Editorial;

g) É obrigatório resumo (e abstract), com extensão entre 5 a 10 linhas, em fonte de tamanho 10, acompanhado de pelo menos, três palavras-chave (e keywords);

h) As citações no interior do texto devem ser digitadas entre aspas, em fonte normal, sem itálico, grifo ou sublinhado. No final da citação, devem constar, entre parênteses, o sobrenome do autor, o ano e a(s) página(s) da publicação. Exemplo:

(MOURÃO, 1999, p. 190);

i) As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do parágrafo e digitadas em espaço simples, com fonte de tamanho 10, sem aspas;

j) Todas as obras citadas devem constar ao final do texto, em fonte de corpo 10, por ordem de sobrenome de autor;

m) As eventuais notas de rodapé, em corpo 10, devem ser usadas apenas para comentários necessários ao desenvolvimento do texto principal, não devendo ser utilizadas para citações bibliográficas;

n) A obtenção de permissão para reprodução de ilustrações é de responsabilidade do autor. As imagens devem ser gravadas em formato tif, gif, jpg, jpeg ou bmp, com no mínimo 300 dpi;

o) A Comissão Editorial reserva-se o direito de realizar nos textos todas as modificações formais necessárias à adaptação ao projeto gráfico da revista, sendo vedadas quaisquer outras interferências sem prévio conhecimento dos autores;

p) Todas as traduções deverão ter a sua autoria indicada.

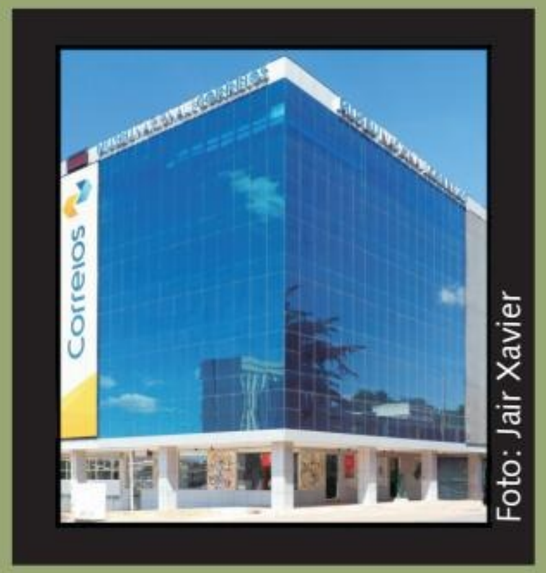
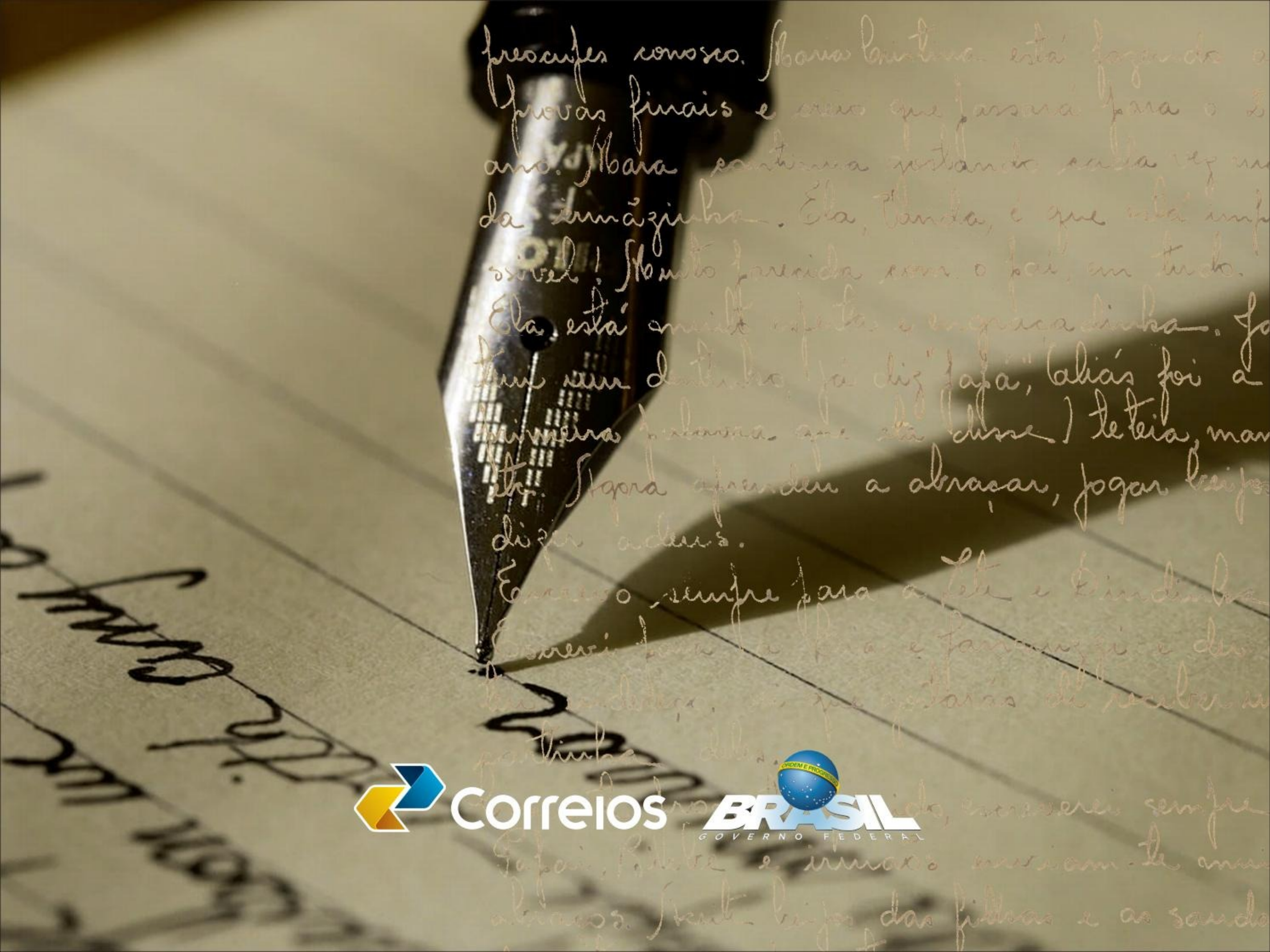


Foto: Jair Xavier

Herdeiro de iniciativa que vem desde o final do século XIX, o Museu Correios está em Brasília desde 1980. É dividido em sete pavimentos, sendo quatro salas de exposição, sala multifuncional, auditório e foyer, onde acontecem exposições históricas e de arte, mostras de cinema e vídeo, além de apresentações de música e artes cênicas. Localizado na zona central de Brasília, sua coleção abrange História Postal e Telegráfica.

MUSEU Correios


Correios
BRASIL
GOVERNO FEDERAL